

Situação Social BRASILEIRA — 2007 —

Organizadores

Jorge Abrahão de Castro

José Aparecido Carlos Ribeiro

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro – Daniel Barcelos Vargas (interino)



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (em implantação)

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Situação Social BRASILEIRA 2007

Organizadores

Jorge Abrahão de Castro

José Aparecido Carlos Ribeiro

Brasília, 2009

ipea

Situação social brasileira : 2007 / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, José Aparecido Carlos Ribeiro. – Brasília : Ipea, 2009. 220 p. : gráfs., tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-781-1033-8

1. Condições Sociais. 2. Política Social. 3. Indicadores Sociais. 4. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 5. Brasil. I. Castro, Jorge Abrahão de. II. Ribeiro, José Aparecido Carlos. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 361.250981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Jorge Abrahão de Castro e José Aparecido Carlos Ribeiro	
CAPÍTULO 1	
TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS MOSTRADAS PELA PNAD 2007	13
Ana Amélia Camarano e Solange Kanso	
CAPÍTULO 2	
FAMÍLIAS BRASILEIRAS: MUDANÇAS E CONTINUIDADE	27
Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso	
CAPÍTULO 3	
JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM BREVE RETRATO A PARTIR DA PNAD 2007	45
Carla Coelho de Andrade	
CAPÍTULO 4	
SITUAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: ALGUNS RESULTADOS DA PNAD 2007	55
Jorge Abrahão de Castro	
CAPÍTULO 5	
CONVENÇÕES DE GÊNERO EM TRANSIÇÃO NO BRASIL? UMA ANÁLISE SOBRE OS DADOS DE FAMÍLIA DA PNAD 2007	65
Alinne Bonetti e Natália Fontoura	
CAPÍTULO 6	
DETERMINANTES DA QUEDA NA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL	81
Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça	
CAPÍTULO 7	
POBREZA E MUDANÇAS SOCIAIS RECENTES NO BRASIL	129
Marcio Pochmann e Ricardo L. C. Amorim	
CAPÍTULO 8	
O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2007	151
Lauro Ramos e Rosângela Cavaleri	
CAPÍTULO 9	
O UNIVERSO DA PREVIDÊNCIA: EVOLUÇÃO DAS PNADS ATÉ 2007	167
Leonardo Rangel, Fernando Gaiger da Silveira, Carolina Veríssimo Barbieri, Milko Matijascic, Marília Patelli Lima e João Luís de Oliveira Mendonça	
CAPÍTULO 10	
ACESSO A SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO NO BRASIL: PRINCIPAIS RESULTADOS DA PNAD 2007	181
Maria da Piedade Moraes e Paulo Augusto Rego	
NOTAS BIOGRÁFICAS	209

APRESENTAÇÃO¹

A iniciativa da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no sentido de publicar um livro que discute e analisa alguns temas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 visa, principalmente, apresentar um quadro da situação social brasileira aos diversos níveis de governo e à sociedade, no intuito de subsidiar os debates e a formulação de soluções para os problemas detectados.

Observe-se que a amplitude dos temas reflete as possibilidades oferecidas pelas informações da PNAD, que é uma das maiores e mais importantes pesquisas de abrangência nacional realizadas no país pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os pontos destacados neste livro obviamente não esgotam as suas possibilidades analíticas, de grande relevância principalmente para a área social, graças à vastidão de matérias que aborda, cobrindo desde questões demográficas até as condições de vida da população.

Centradas nos dados da PNAD, as informações deste trabalho são complementadas, porém, com outras fontes. Uma unanimidade observada foi a riqueza das informações da PNAD e a importância da sua periodicidade anual. Nesse sentido, sua manutenção e fortalecimento são condições fundamentais não só para ampliar o conhecimento sobre as características da população brasileira, mas também para diagnosticar os grandes desafios que se apresentam para seu enfrentamento pelas políticas públicas. Apesar disso, reconhece-se que as informações da PNAD são insuficientes para mostrar os problemas sociais na sua complexidade e extrair conclusões sobre os resultados das políticas. Persiste como agenda a constituição de um *portfolio* mais diversificado de pesquisas e registros administrativos que complementem a PNAD e outros levantamentos hoje existentes, com vistas a superar a falta de informações qualitativas e de cobertura municipal, por exemplo.

Este livro, composto por dez capítulos, é resultado do esforço dos técnicos e pesquisadores do Ipea, que, desde o primeiro momento da divulgação dos resultados da PNAD pelo IBGE, produziram uma série de estudos, os quais foram consolidados em seis documentos da série *Comunicados da Presidência do Ipea*, publicados entre setembro e outubro de 2008. Amplamente repercutidos pela imprensa, os comunicados cumpriram o papel de informar rapidamente os achados percebidos já nas primeiras análises, o que certamente é oportuno para fortalecer a relação do Ipea com a sociedade. No entanto, era preciso ainda desenvolver este trabalho, preparando uma publicação que contivesse versões mais apuradas e mais detalhadas daqueles primeiros textos. É importante frisar também que os dez temas aqui tratados não esgotam de modo algum as possibilidades oferecidas

1. Registrem-se os agradecimentos a Silvana de Araujo Carvalho, por sua inestimável colaboração no processo de organização desta edição.

pelos resultados da PNAD, de forma que, em outras oportunidades, outros temas poderão ser abordados pelo Ipea, conforme o plano de trabalho da instituição.

No capítulo 1, *Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2007*, a análise dos dados mais recentes confirma a desaceleração no ritmo do crescimento da população, iniciada ainda na década de 1970. A forte queda da fecundidade ocorrida nos últimos anos aponta uma tendência de redução da população brasileira nas próximas duas ou três décadas. Entretanto, persistem diferenças na fecundidade, principalmente quando se observam as diferenças no nível de renda das mulheres. Adicionalmente, como a geração nascida nas décadas de 1950 e 1960 – período de rápido crescimento populacional – se tornará idosa nos próximos anos, alerta-se para o efeito conjugado destas tendências: “para a primeira metade deste século, o movimento da população brasileira será de rápida contração e de superenvelhecimento”. O que “só não ocorrerá se a fecundidade voltar a crescer”.

O capítulo seguinte, *Famílias brasileiras: mudanças e continuidade*, aborda a questão considerada por alguns autores a “segunda transição demográfica”: as mudanças e transformações nos arranjos familiares brasileiros, que vêm se tornando cada vez menores em tamanho e mais heterogêneos em sua composição. Tal como em outras nações do mundo, em paralelo à “primeira transição” demográfica, na qual ocorre gradual redução dos níveis de mortalidade e fecundidade, uma “segunda transição” acontece, em que as mudanças no padrão de nupcialidade e a ampliação da inserção feminina no mercado de trabalho, entre outras questões, diversificam as possibilidades de arranjo familiar. Isto reduz gradativamente a importância do que o senso comum chamaria de “família estruturada” – casal com filhos –, devido ao espaço ocupado por outros arranjos como famílias monoparentais, casais sem filhos, uniões entre pessoas do mesmo sexo, e pessoas que vivem sozinhas – sejam elas solteiras, divorciadas ou viúvas. Conhecer melhor as características e consequências deste processo constitui um desafio urgente para a discussão das políticas públicas, pois a análise aponta claramente que os arranjos familiares não possuem mais a mesma capacidade de se responsabilizar pelo cuidado de seus dependentes – crianças, idosos ou pessoas portadoras de deficiência. Isto certamente se agravará com o envelhecimento da população brasileira, que levaria “à necessidade de uma política mais abrangente na área de cuidados para a população frágil, seja idosa ou deficiente, em especial para a maioria destes dependentes, que deve estar localizada em famílias pobres, nas quais o trabalho/renda da mulher é fundamental para a sobrevivência”.

O terceiro capítulo, *Juventude, educação e trabalho: um breve retrato a partir da PNAD 2007*, traça um panorama das dificuldades vividas pelos jovens brasileiros, e dos desafios impostos às políticas públicas de educação e geração de emprego. São questões vividas de forma diversificada e desigual pelos jovens, refletindo, de forma ampliada, as desigualdades vigentes no país – observadas por nível de renda, gênero, raça e região. Um projeto de desenvolvimento social e econômico não poderá fugir ao enfrentamento destes desafios. Observa-se que “o sentimento de

fracasso que atualmente acompanha um grande número de jovens no que diz respeito à trajetória escolar e profissional representa uma porta aberta para a frustração e o desânimo, e um obstáculo para o delineamento de sonhos e projetos futuros”.

No quarto capítulo, *Situação educacional brasileira: alguns resultados da PNAD 2007*, será delineado um breve quadro da situação educacional no Brasil, no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas. Consta-se que prossegue a queda na taxa de analfabetismo, mas que esta ainda persiste elevada entre adultos e idosos, o que evidencia não só o deficiente acesso à escola no passado, quando estas pessoas estavam em idade escolar, mas também os problemas atuais de insuficiente cobertura dos programas de alfabetização de adultos. O número médio de anos de estudo também continua crescendo, ainda que lentamente. Alerta-se, porém, que a média nacional ainda está abaixo dos oito anos de escolaridade, mínimo obrigatório exigido pela Constituição – que só é alcançado atualmente na região Sudeste. O hiato educacional – número de anos que faltam para completar os oito anos do ensino fundamental – é, portanto, ainda elevado: para a população com mais de 30 anos, em média ainda faltam 5 anos de estudo; para os jovens de 15 a 17, o hiato é de 2,8 anos de estudo. Outro indicador educacional que mostrou avanços é a taxa de escolarização, que apresentou crescimento na faixa de 0 a 6 anos, e estabilidade na faixa de 7 a 14 – que se manteve acima dos 97,5%. Para a faixa de 15 a 17 anos, o indicador demanda cuidados: embora em torno de 82% – o que pode ser considerado positivo –, pouco mais da metade deste público encontra-se em atraso escolar, cursando ainda o ensino fundamental, quando já deveria estar frequentando o ensino médio. O conjunto dos indicadores analisados define bem o tamanho do desafio colocado para as políticas públicas de educação no sentido de consolidar a universalização do acesso ao ensino fundamental, universalizar o acesso aos outros níveis da educação básica – educação infantil e ensino médio –, erradicar o analfabetismo, além de buscar elevar a qualidade da educação pública em todos os níveis.

No capítulo seguinte, são apresentados dados da PNAD 2007 que confirmam a tendência de aumento no número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil: em 2007, 19,5 milhões de famílias brasileiras identificaram uma mulher como sua principal responsável. A análise deste fenômeno e do seu significado é o tema desenvolvido em *Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família na PNAD 2007*. Embora à primeira vista tal indicador possa representar crescente autonomia e emancipação, recomenda-se cautela, pois “tal aumento pode estar relacionado tanto ao aumento da precarização da vida quanto do trabalho destas mulheres”. Entre outras razões, outros dados da PNAD mostram que “o tempo que as mulheres dedicam aos afazeres domésticos é significativamente maior do que aquele dedicado pelos homens, independentemente da condição na família – chefe ou cônjuge – da escolaridade, da renda ou da condição de ocupação – ocupado, desocupado ou inativo. (...) O reconhecimento de que a mulher pode ser a responsável pela família não se reflete

no compartilhamento das tarefas em casa”. O acúmulo de trabalho remunerado – no mercado – e não-remunerado – em casa – mantém a imposição de longas e exaustivas jornadas de trabalho para as mulheres, restando-lhes pouco tempo para o investimento em si mesmas e na sua qualificação profissional, o que constitui uma barreira ao seu crescimento e ao combate às desigualdades de gênero.

O sexto capítulo, *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*, aborda as questões fundamentais da desigualdade de renda no país e sua evolução recente, com o declínio dos níveis de pobreza e de extrema pobreza. Utilizando-se de séries históricas dos principais indicadores de desigualdade de renda – índice de Gini, razão 20/20, entre outros –, avalia-se que a queda na desigualdade ocorrida nos últimos anos é bastante acentuada, o que pode ser comemorado, mas sem descuidar da busca pela sua continuidade, pois o país persiste detentor de uma das piores distribuições de renda do mundo. Na sequência, analisam-se exaustivamente os determinantes da elevação da renda dos mais pobres e da queda da desigualdade, comparando as trajetórias das rendas obtidas no mercado de trabalho com as das rendas transferidas pelas políticas sociais. Especial atenção também é dedicada à contribuição da educação para este movimento – não só a escolaridade média do brasileiro se eleva, mas também a desigualdade educacional vem se reduzindo – e às questões de discriminação e de segmentação no mercado de trabalho.

No sétimo capítulo, *Pobreza e mudanças sociais recentes no Brasil*, propõe-se uma análise dos recentes movimentos de queda da pobreza e da desigualdade de renda por meio de uma abordagem de cunho mais político, na qual se buscará entender quais mudanças sociais estão de fato ocorrendo em termos da mobilidade social. Tem início com uma contextualização histórica, que aborda a questão das fases do crescimento econômico brasileiro, da trajetória de construção de uma das piores distribuições de renda do planeta, e da estagnação que atravessou duas décadas, até chegar aos primeiros anos do novo século, no qual uma conjunção de fatores permitiu a retomada do crescimento, com redução da desigualdade de renda. Propõe-se um exercício para examinar que tipo de mobilidade social está ocorrendo no país nestes anos recentes de crescimento, ou seja, para esclarecer “quais pessoas apenas acompanharam de maneira passiva os ganhos de toda a economia e quais atravessaram as fronteiras entre os diferentes estratos sociais”. Interessantes pontos são levantados a partir daí, como, por exemplo, as diferenças de mobilidade entre os estratos de renda, conforme a região e o tamanho da cidade em que reside o indivíduo, bem como em relação às suas respectivas escolaridade e cor/raça.

O capítulo seguinte, *O mercado de trabalho brasileiro em 2007*, avaliará o comportamento do mercado de trabalho à luz dos resultados da PNAD 2007. São analisados indicadores de participação no mercado de trabalho, ocupação, desemprego, informalidade, rendimentos, entre outros. Conclui-se que “o desempenho do mercado de trabalho em 2007 foi bastante satisfatório, dando prosseguimento à trajetória iniciada em 2004. (...) Não obstante, a redução no

ritmo de expansão do emprego, bem como as indicações de manutenção, e até de ampliação, das disparidades regionais (...) são dados preocupantes”.

O capítulo *O universo da previdência: evolução das PNADs até 2007*, busca entender, a partir dos dados da PNAD, as variações essenciais de alguns indicadores relacionados à questão previdenciária, visando colaborar com o debate público sobre o tema. A discussão dos resultados desta pesquisa do IBGE para 2007 revela impactos positivos na recuperação econômica dos últimos anos sobre as contribuições previdenciárias, e demonstra, também, o papel relevante desempenhado pelo sistema de previdência social no combate à pobreza e na redução da desigualdade de renda. Contudo, ainda há problemas a serem enfrentados para que seja possível agregar mais eficiência e equidade ao sistema.

Fecha o livro o capítulo *Acesso a saneamento básico e habitação no Brasil: principais resultados da PNAD 2007*, que apresenta indicadores construídos com base nos microdados da PNAD, analisando as condições de habitação e o acesso aos serviços de saneamento básico – água, esgoto e lixo. Destacam-se os recortes urbano, rural, metropolitano, grandes regiões, renda domiciliar *per capita* e cor/raça para os anos de 1992 e 2007. A trajetória dos indicadores tem sido positiva, mas “os níveis absolutos dos déficits destes serviços ainda preocupam”. São 54 milhões de pessoas morando em habitações inadequadas nas áreas urbanas; destas, 30 milhões encontram-se ainda sem esgotamento sanitário. Cerca de cinco milhões de pessoas suportam um ônus elevado de aluguel – acima de 30% da renda –, e 12 milhões convivem com adensamento excessivo em seus lares – três pessoas ou mais por dormitório. Além disso, para cada um destes indicadores persistem desigualdades regionais e sociais que, embora em queda, permanecem em níveis inaceitáveis.

Os textos que integram esta publicação oferecem ao leitor um leque abrangente de estudos, que analisam a realidade social brasileira em diversas *nuances*, o que permite abordar distintos problemas ou, talvez, abordar um mesmo problema sob distintos enfoques. A partir do seu conjunto, delinea-se um diagnóstico dos avanços obtidos e percalços sofridos pela população brasileira até o presente. E aflora uma agenda inescapável de lacunas, obstáculos e desafios, que exigem enfrentamento contínuo pelo Estado e suas políticas públicas, tarefa indispensável na jornada por um Brasil desenvolvido.

Jorge Abrahão de Castro
José Aparecido Carlos Ribeiro

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS MOSTRADAS PELA PNAD 2007

Ana Amélia Camarano*
Solange Kanso**

1 INTRODUÇÃO

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2007 confirmam a tendência demográfica em curso no país desde os anos 1970: desaceleração no ritmo de crescimento da população e mudanças expressivas em sua estrutura etária – como o seu envelhecimento, por exemplo.

A população brasileira registrou as mais elevadas taxas de crescimento no período 1950-1970: em torno de 3,0% ao ano.¹ A partir daí, estas taxas passaram a experimentar forte declínio, como resultado de uma redução acentuada nos níveis de fecundidade, iniciada na segunda metade dos anos 1960. Tal redução mais do que compensou a queda da mortalidade em curso, verificada no país desde o final da Segunda Guerra. Estima-se para esta década uma taxa média de 1,0% ao ano.

O envelhecimento populacional significa uma alteração na proporção dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, em 1940, a população idosa² representava 4,1% da população total brasileira, e passou a representar 10,6% em 2007. O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para 19,7 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 20 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente em termos absolutos e percentuais. Esta tendência acentuar-se-á nas próximas décadas.

* Técnica de Planejamento e Pesquisa e coordenadora de população e cidadania da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea.

** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

1. Ver, por exemplo, Beltrão, Camarano e Kanso (2004), e Ipea (2006, capítulo 2).

2. Aqui definida como pessoas com 60 anos ou mais de idade, tal como estabelecido na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso.

Este capítulo analisa os resultados obtidos pela PNAD de 2007 no que diz respeito às tendências da dinâmica demográfica brasileira, especificamente da fecundidade, e aponta algumas perspectivas futuras. O texto está organizado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda apresenta o comportamento recente da dinâmica populacional, e a terceira detalha as tendências recentes da fecundidade. A quarta aponta um cenário provável para o futuro da população brasileira, ou seja, são apresentados os resultados da projeção para a população, atualizada com os dados da PNAD de 2007, até o ano de 2040. E, por fim, algumas considerações são tecidas na quinta seção.

2 A DINÂMICA DEMOGRÁFICA RECENTE

Já foi mostrado em outros trabalhos que a população brasileira atingiu as suas maiores taxas de crescimento no período 1950-1970, taxas estas em torno de 3,0% ao ano.³ A partir daí, estas taxas passaram a experimentar um declínio acentuado, tendo alcançado 1,6% ao ano na década de 1990 (gráfico 1). Estima-se, para esta década, uma taxa anual de 1,0%. Este declínio foi resultado da queda na fecundidade, iniciada na segunda metade dos anos 1960, que tem se acelerado ao longo do tempo, conforme se pode ver no gráfico 2. Ali estão apresentadas as taxas anuais de fecundidade total entre 1992 e 2007.⁴ Em menos de 15 anos, a fecundidade das mulheres brasileiras reduziu-se em quase um terço, atingindo o nível de reposição⁵ em torno do ano 2000. A taxa de fecundidade total passou de 2,8 filhos por mulher no início dos anos 1990 para 1,8 na segunda metade desta década. Dados os níveis de mortalidade vigentes, isto implica uma taxa líquida de reposição de 0,9.⁶ As perspectivas apontadas pela taxa intrínseca de crescimento do período 2000-2005,⁷ também no gráfico 1, são de que, no médio prazo, a taxa de crescimento populacional tenderá a valores próximos a -0,4% ao ano. Ou seja, a tendência de diminuição da população já está embutida na dinâmica atual da população brasileira. Isto ocorrerá independentemente da continuação da queda da fecundidade.

3. Isto é, levando-se em consideração o período para o qual existem dados. Ver, por exemplo, Beltrão, Camarano e Kanso (2004), e Ipea (2006, capítulo 2).

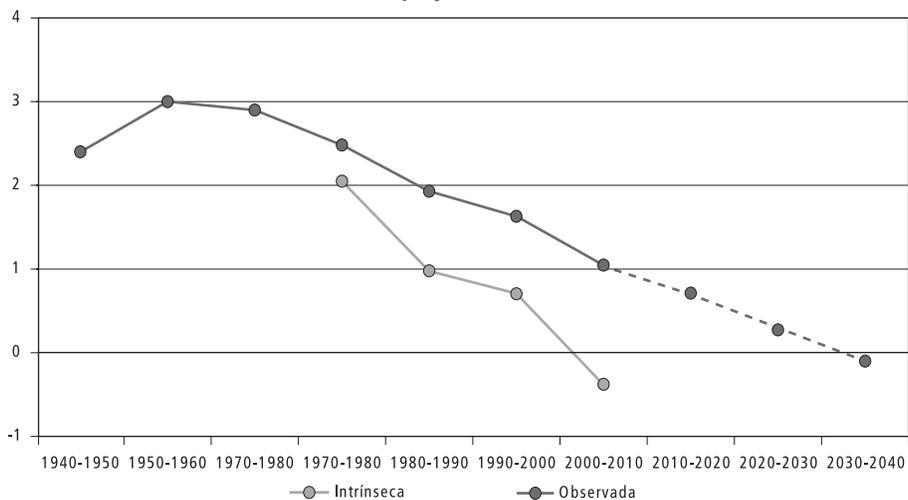
4. Apenas em 1992 a PNAD iniciou um levantamento sistemático de informações sobre fecundidade.

5. Uma população atinge o seu nível de reposição quando a fecundidade e a mortalidade alcançam valores que resultarão, no médio prazo, em uma taxa de crescimento igual a zero. Ou seja, a população simplesmente se repõe. Dadas as taxas de mortalidade vigentes na população brasileira, foi estimado que este nível seria alcançado quando a taxa de fecundidade total fosse igual a 2,1. Apesar de a população ainda estar crescendo, o ritmo deste crescimento é decrescente. A consequência desta situação – a população apresentar uma taxa de crescimento igual a zero – leva o tempo ou a duração de uma geração.

6. Uma taxa líquida de reposição igual a 1,0 é necessária para a manutenção do volume populacional. Ou seja, denota uma população que não cresce nem diminui. Um valor abaixo de 1,0 indica uma diminuição da população.

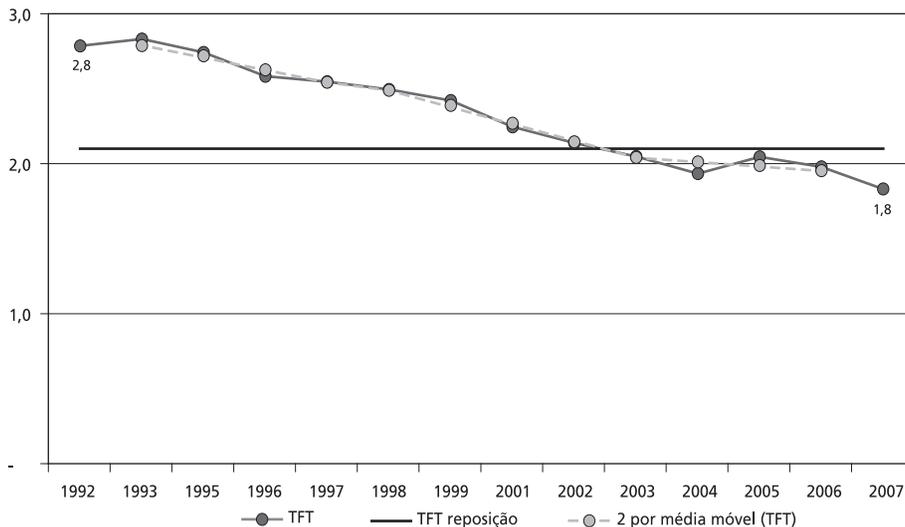
7. A taxa intrínseca é a taxa de crescimento que será observada caso a taxa de fecundidade total do quinquênio 1995-2000 se mantenha constante por aproximadamente 30 anos. Ela sinaliza a direção em que caminham as taxas de crescimento.

GRÁFICO 1
Taxas de crescimento observada, projetada e intrínseca



Fonte: Censos demográficos/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração das autoras.

GRÁFICO 2
Taxa de fecundidade total

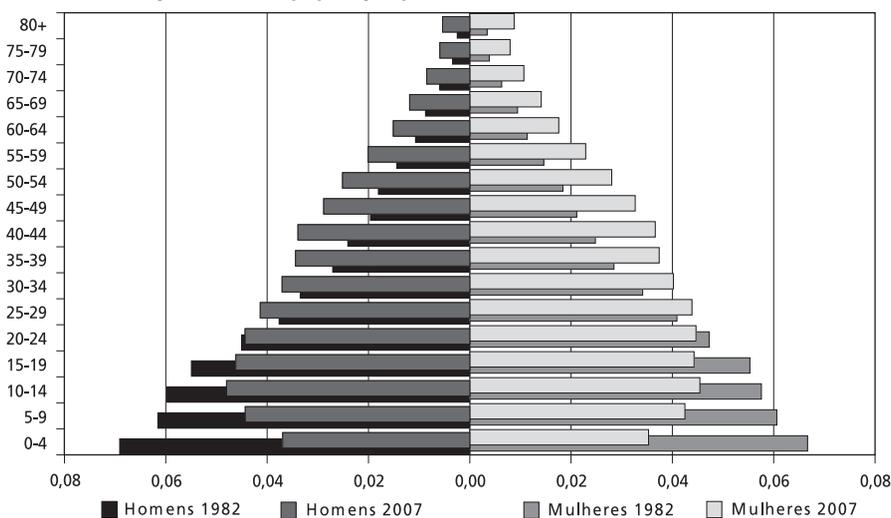


Fonte: PNADs/IBGE.

O resultado final da dinâmica demográfica descrita foi um contingente populacional de milhões de brasileiros detectados pelo Censo Demográfico de 2000, estimados em 186,5 milhões para 2007. Além disso, o Brasil já deixou de ser um

país de jovens, ou seja, a sua população envelheceu (gráfico 3). A alta fecundidade observada nos anos 1950 e 1960, período conhecido como *baby boom*, e a redução da mortalidade em todas as idades em curso no país desde este período são responsáveis pelo ritmo de crescimento relativamente elevado da população idosa *vis-à-vis* o dos demais grupos de idade. Estes processos alteraram a composição etária e resultaram no envelhecimento populacional.

GRÁFICO 3

Distribuição etária da população por sexo

Fonte: PNADs/IBGE de 1982 e de 2007.

Essa é considerada uma das mudanças mais importantes ocorridas nos últimos anos, ou seja, uma mudança nos pesos da população. Sob o ponto de vista demográfico, ela é o resultado da manutenção, por um período de tempo razoavelmente longo, de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Isto implica uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Pode-se observar, no gráfico 3, que a população menor de 15 anos, que fora responsável por 33,8% da população total em 1992, passou a constituir 25,2% desta população em 2007. Por sua vez, a população idosa, que respondia por 7,9% da população brasileira, passou a responder por 10,6%. A população em idade ativa também aumentou a sua participação, passando de 66,2% para 74,8%.

No entanto, o processo do envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação nos pesos de uma determinada população, uma vez que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a demanda por políticas públicas e afeta a distribuição de recursos na sociedade. Ele é ocasionado, sobretudo,

pela queda da fecundidade, que leva a uma redução na proporção da população jovem e a um consequente aumento na proporção da população idosa. Isto resulta num processo conhecido como envelhecimento pela base. A redução da mortalidade infantil acarreta um rejuvenescimento da população, pois há maior sobrevivência das crianças. Por outro lado, a diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas contribui para que este segmento populacional, que passa a ser mais representativo no total da população, sobreviva por períodos mais longos, resultando no envelhecimento pelo topo. Este fenômeno altera a composição etária dentro do próprio grupo, ou seja, a população idosa também envelhece (CAMARANO, KANSO e MELLO, 2004). Em 2007, a proporção da população “mais idosa”, de 80 anos e mais, representava 13,4% do total da população idosa. Observa-se que o envelhecimento pelo topo foi mais expressivo entre as mulheres, dada a sua maior sobrevivência.

As perspectivas que se colocam para o médio prazo são de continuação do processo de envelhecimento populacional. Devido à queda acentuada da fecundidade, a população menor de 20 anos já iniciou um processo de diminuição. Enquanto isso, os idosos dos próximos 30 anos já nasceram, e nasceram num regime de fecundidade elevada, tendo se beneficiado com a redução da mortalidade em todas as idades, principalmente da infante-juvenil. As taxas de mortalidade da população idosa vão desempenhar um papel importante na dinâmica de crescimento deste segmento e, principalmente, no da população “muito idosa”. Estas taxas são função, principalmente, do avanço da tecnologia médica e do acesso aos serviços de saúde.

3 COMPORTAMENTO RECENTE DA FECUNDIDADE

3.1 Tendências gerais

Esta seção detalha um pouco mais o comportamento das taxas de fecundidade apontado pelas PNADs de 1992 a 2007. Como já mencionado anteriormente, a tendência é de uma queda acelerada, como mostrado no gráfico 2. Esta tendência está de acordo com o instrumental teórico da primeira transição demográfica, que a caracteriza pelos seguintes processos:⁸

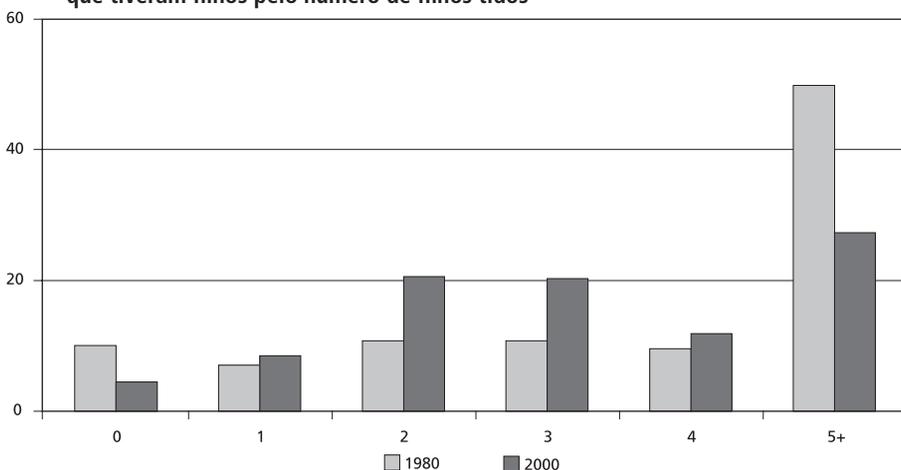
- redução da fecundidade via redução de nascimentos de parturição elevada e fecundidade próxima da reposição;
- fecundidade concentrada no casamento;
- fecundidade elevada *versus* “qualidade” dos filhos;
- modernidade e “consumerismo”.

8. Paul Demeny (1972) define a transição demográfica da seguinte maneira: “Nas sociedades tradicionais, fecundidade e mortalidade são altas. Nas sociedades modernas, fecundidade e mortalidade são baixas. No meio está a transição demográfica”. Para bibliografia sobre o assunto, consultar: Camarano (1996), Patarra e Oliveira (1988), e Cleland e Wilson (1987).

O gráfico 2 mostrou uma queda acentuada na fecundidade. No gráfico 4, que compara a distribuição de mulheres casadas de 45 a 49 anos⁹ pelo número de filhos tidos em 1980 e 2000, pode-se observar uma redução na proporção de mulheres que não tiveram nenhum filho, um aumento na das que tiveram de um a quatro, e uma redução expressiva na das que tiveram cinco ou mais filhos. Neste caso, a proporção declinou de 49,9% para 27,3%. A maior variação foi observada na proporção das mulheres que tiveram dois filhos.

GRÁFICO 4

Proporção de mulheres brasileiras de 45 a 54 anos alguma vez casadas que tiveram filhos pelo número de filhos tidos



Fonte: Censos Demográficos/IBGE de 1980 e de 2000.

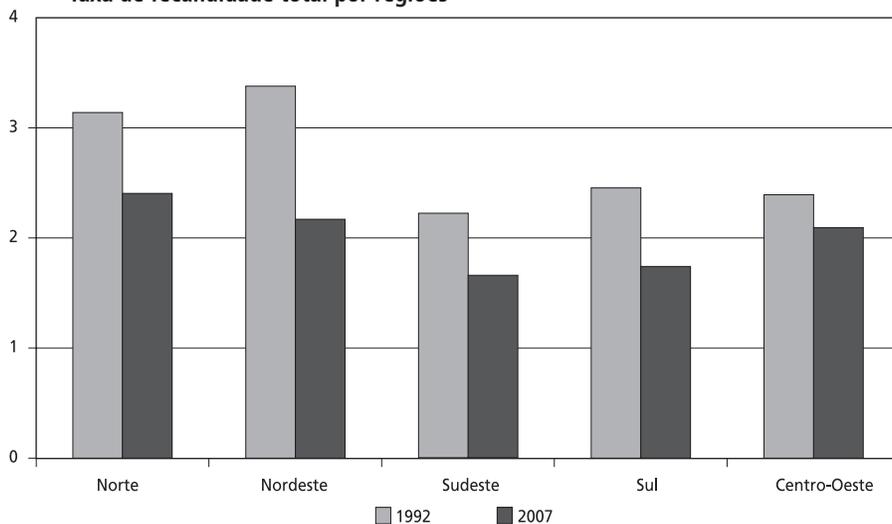
3.2 Diferenciais na fecundidade

Embora a fecundidade tenha caído em todas as regiões do país e em todos os grupos sociais, isto ocorreu de forma diferenciada. É o que se mostra nesta subseção. O primeiro diferencial considerado, mostrado no gráfico 5, surge no âmbito das cinco grandes regiões brasileiras. O gráfico compara a taxa de fecundidade total destas regiões em 1992 e 2007. Em 1992, a mais alta taxa foi verificada na região Nordeste e, em 2007, na Norte. No entanto, embora esta taxa seja a mais alta, já apresentava valores próximos aos de reposição. Em ambos os anos, a mais baixa foi observada na região Sudeste, sendo que, no último ano, o valor alcançado foi de 1,7 filho, muito próximo ao valor observado para a região Sul. Os diferenciais regionais também diminuíram no período. Em 1992, uma mulher nordestina tinha 1,2 filho a mais que uma residente na região Sudeste. Este diferencial caiu para 0,5 filho em 2007. Já o diferencial entre as mulheres nortistas e as do Sudeste foi de 0,7 filho.

9. Assume-se que, a partir desta idade, as mulheres não têm mais filhos.

GRÁFICO 5

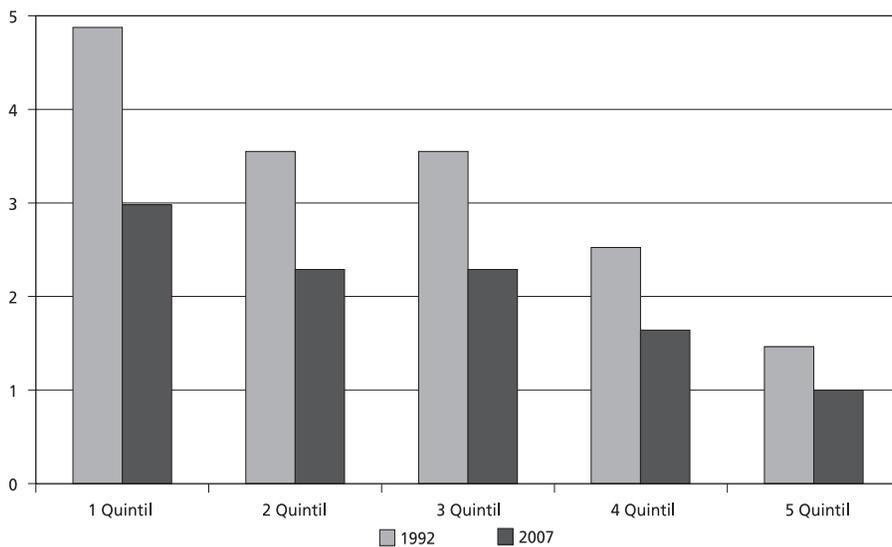
Taxa de fecundidade total por regiões



Fonte: PNADs/IBGE de 1992 e de 2007.

GRÁFICO 6

Taxa de fecundidade total por quintil de renda (1992 e 2007)



Fonte: PNADs/IBGE de 1992 e de 2007.

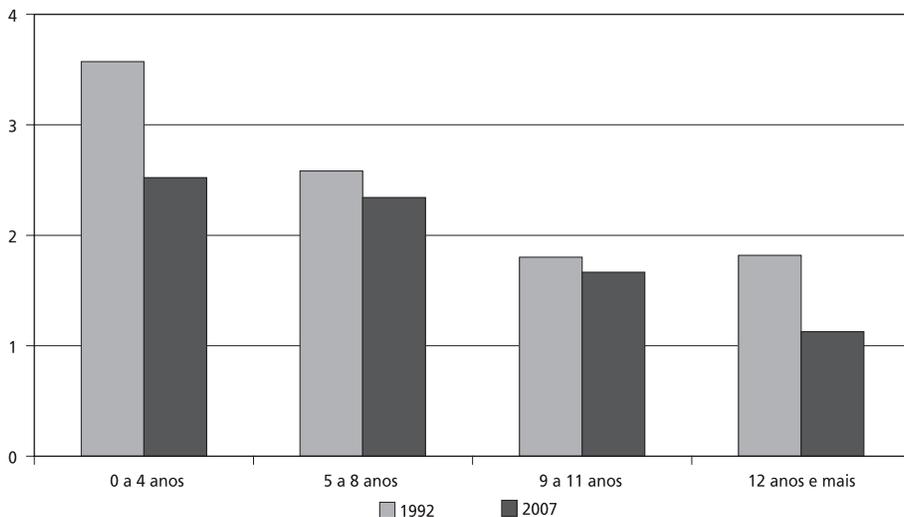
O segundo diferencial considerado, apresentado no gráfico 6, ocorre no nível de rendimento. Como esperado, a fecundidade é mais elevada nas camadas de

renda mais baixa, mas este diferencial também está diminuindo ao longo do tempo. Em 1992, a diferença no número de filhos tidos entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta era de 3,4 filhos. Este diferencial reduziu-se para 2,0 em 2007. Salienta-se que as mulheres de renda mais alta estão experimentando taxas de fecundidade extremamente baixas (1,0 filho por mulher) mais baixas que a de países como Itália, Espanha e Japão.

A última variável considerada foi anos de estudo. Como no caso da renda, uma maior escolaridade leva a uma taxa de fecundidade muito baixa, ilustrada no gráfico 7. A fecundidade também diminuiu em todos os grupos de anos de estudo, e levou a uma redução nos diferenciais. Em 1992, uma mulher com o nível de educação mais baixo tinha 1,8 filho a mais que as com escolaridade mais alta. Em 2007, este diferencial se reduziu para 1,4. A maior redução foi observada entre as mulheres com a maior e a menor escolaridade.

GRÁFICO 7

Taxa de fecundidade total por grupos de anos de estudo (1992 e 2007)



Fonte dos dados brutos: PNADs/IBGE 1992 e 2007.

Elaboração: Ipea.

Em Suma, entre todas as variáveis consideradas, a renda é a que parece exercer o maior impacto nos níveis de fecundidade.

4 TENDÊNCIAS FUTURAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

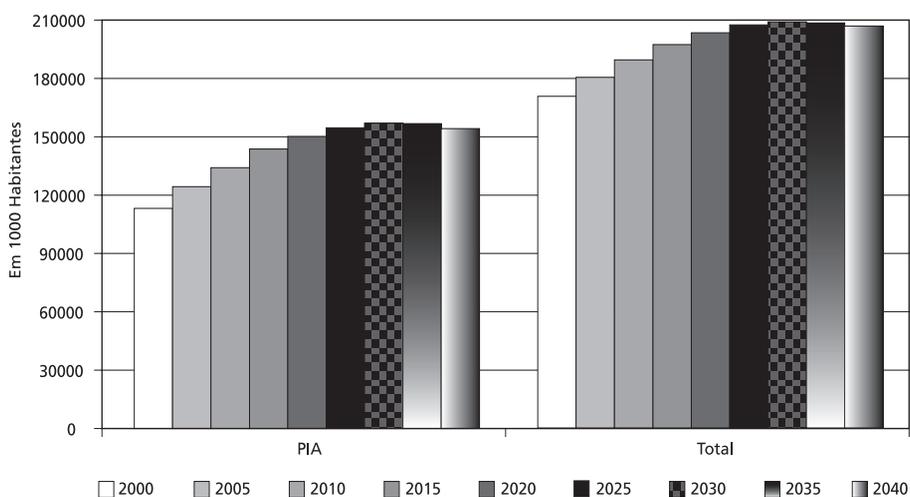
4.1 Resultados gerais

Como já mencionado, a queda da fecundidade tem implicado uma desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocado importantes

mudanças na sua estrutura etária. Esta população poderá diminuir a partir de 2030, e apresentar superenvelhecimento, reproduzindo a experiência de vários países da Europa Ocidental, Japão, Rússia etc.

A partir dos resultados das taxas de fecundidade apontados pelas PNADs, e tomando como base a população do Censo de 2000, projetou-se que a população brasileira atingirá o seu contingente máximo em torno de 2030, com aproximadamente 206,8 milhões de indivíduos.¹⁰ Espera-se já para 2040 um contingente menor, de 204,7 milhões (gráfico 8). Este contingente é resultado, principalmente, da dinâmica da fecundidade e da mortalidade, em curso ao longo do século XX e início do XXI, ou seja, a diminuição da mortalidade acompanhada pela queda na fecundidade. Comparado à experiência europeia, o movimento de passagem de um estágio de taxas de mortalidade e de fecundidade elevadas a um de mortalidade e fecundidade baixas estaria acontecendo no Brasil em velocidade acelerada.

GRÁFICO 8

População total e população em idade ativa projetada (15 a 69 anos)

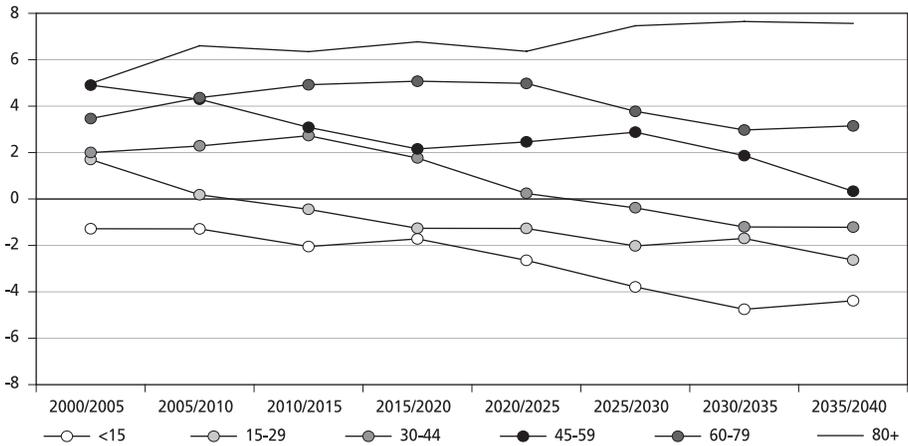
Elaboração das autoras.

As perspectivas vislumbradas nas projeções mencionadas são de crescimento reduzido e acelerado envelhecimento populacional, como mostrado nos gráficos 9 e 10. Estas perspectivas estendem-se, também, à oferta de força de trabalho ou população em idade ativa (PIA), aqui definida como a de 15 a 69 anos. Esta também crescerá até 2030, e a partir daí diminuirá. Alguns grupos populacionais já estão experimentando taxas negativas de crescimento – aqueles

10. Para detalhes sobre a projeção mencionada, consultar Camarano e Kanso (2009).

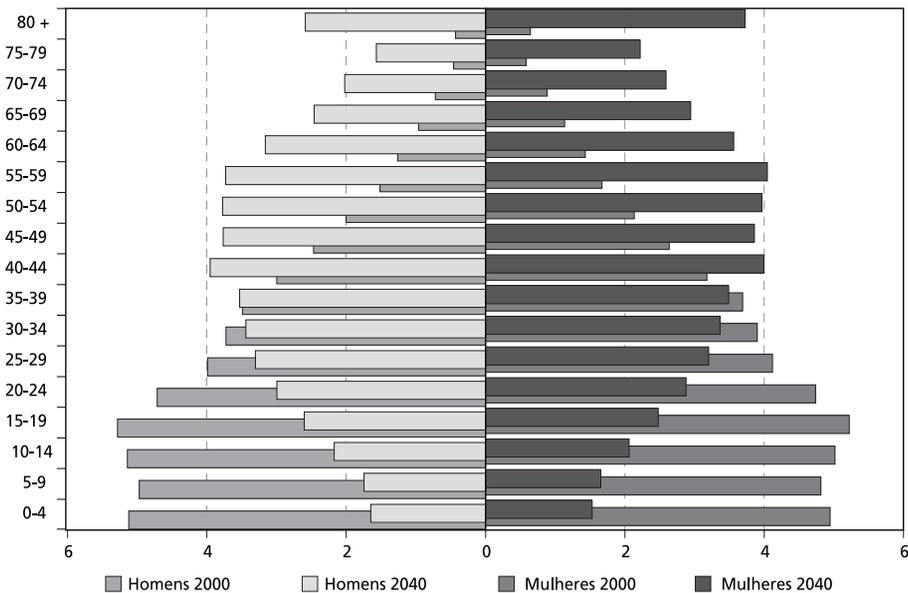
com idades abaixo de 30 anos –, e continuarão a experimentá-la, assim como outros passarão a fazê-los ao longo do período da projeção. Entre 2030-2035, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo são os de idade superior a 45 anos.

GRÁFICO 9
Taxa de crescimento por grupo etário (2000 a 2040)



Elaboração das autoras.

GRÁFICO 10
Distribuição etária da população por sexo (2000 e 2040)



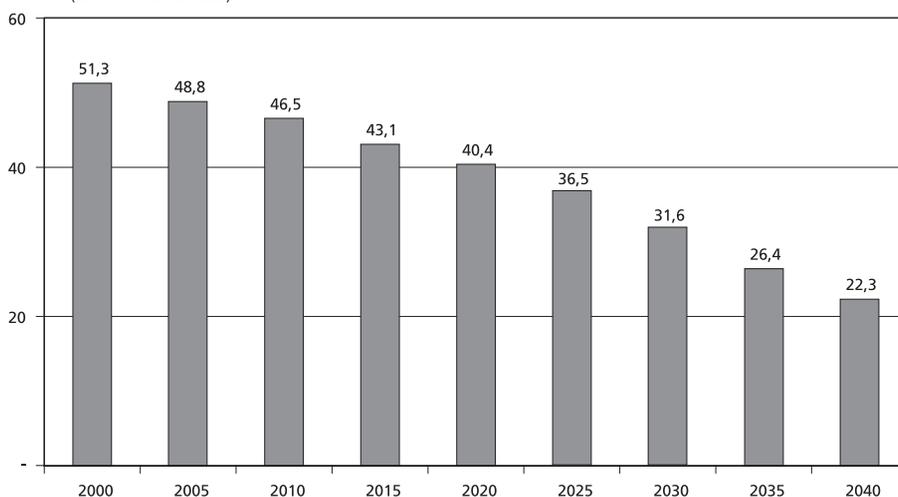
Elaboração das autoras.

A queda da fecundidade tem levado a uma redução sistemática da participação da população menor de 15 anos no total da população brasileira. Analisando-se as últimas PNADs, observa-se que esta participação passou de 37,5% em 1982 para 25,2% em 2007. Desde o final da década de 1990, ela tem decrescido continuamente em valores absolutos. Os resultados da projeção apontam para uma acentuação desta tendência, conforme se pode ver no gráfico 11. O Censo Demográfico de 2000 encontrou 50.266,1 mil pessoas nesta faixa etária, e os resultados da projeção apontam para um valor de 22.118,7 mil em 2040, o que deverá significar 10,8% do total da população brasileira deste último ano. Como esperado, a queda tende a se acentuar ao longo do tempo. Ao se desagregar o segmento por grupos etários, verifica-se que, tanto em termos absolutos quanto relativos, o grupo etário de 0 a 4 anos ainda é o que deverá apresentar a maior redução. Por exemplo, enquanto, em 2000, 17,2 milhões de pessoas tinham menos de cinco anos, pode-se esperar, para 2040, 6,5 milhões de crianças com esta idade, ou seja, aproximadamente um terço do contingente de 2040.¹¹

GRÁFICO 11

População menor de 15 anos

(Em milhões de hab.)



Elaboração das autoras.

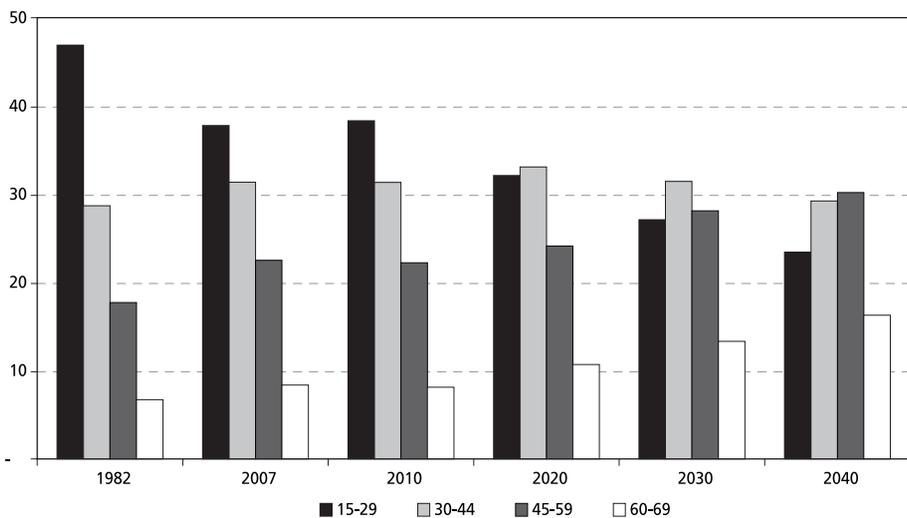
Com relação à PIA, a participação do grupo jovem (15-29 anos) atingiu o seu máximo entre 1982 e 2007 – na verdade, em 2000. As projeções para este segmento apontam para um declínio substancial, o que deverá ocorrer de forma mais acentuada a partir de 2010 (gráfico 12). Espera-se que a participação relativa

11. Ver Camarano e Kanso (2009).

da PIA adulta (30-44 anos) permaneça relativamente estável até 2040, mas o seu contingente apresentará acréscimo em valores absolutos. Já a PIA madura e idosa deverá ser a que experimentará um aumento tanto em valores absolutos quanto na sua participação no total da população. Isto colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho. Os novos empregos a serem gerados deverão se concentrar na população maior de 45 anos. Esta população deverá ser responsável por aproximadamente 48,3% da futura população em idade ativa.

GRÁFICO 12

Distribuição proporcional da população em idade ativa por grandes grupos de idade



Fonte: PNADs/IBGE de 1982 e de 2007.

Elaboração das autoras.

O gráfico 9 mostra que as maiores taxas de crescimento deverão ser experimentadas pela população de 60 anos e mais. Neste segmento, as mulheres apresentarão taxas mais elevadas, assim como ocorrerá com a população muito idosa, maior de 80 anos. Desta forma, a distribuição etária do segmento será alterada, o que também resultará no seu envelhecimento (gráfico 10). Entretanto, para a população idosa jovem (60-79 anos), a tendência vislumbrada para as suas taxas é de crescimento até 2020, e de declínio a partir daí. Isto se deve, por um lado, ao fato de se considerar uma base populacional cada vez maior e, por outro, à entrada, neste grupo, de coortes menores, nascidas num regime de fecundidade mais baixa. Pode-se esperar, para o período 2035-2040, uma taxa de crescimento de 2,4% ao ano para a população de 60 a 79 anos, e de 5,7% para a de 80 anos e mais.

Uma questão que se coloca diz respeito à baixa taxa de crescimento da população de 15 a 59 anos, cujo crescimento esperado é de 1,4% ao ano entre 2005-2010, devendo passar para -0,8% no período de 2035-2040. Isto significa uma aceleração na redução, já em curso, da relação entre a população de 15 a 59 anos e a de 60 anos e mais. Dos 7,2 observados em 2000, pode-se esperar que ela se reduza para valores próximos a 2,3 em 2040. O decréscimo desta relação pode afetar a demanda e o financiamento dos benefícios previdenciários, mas isto dependerá, também, de o segmento em idade ativa estar participando do mercado formal de trabalho – ou pode estar relacionado ao aumento na demanda por cuidados e à redução na oferta de potenciais cuidadores (filhos). Há que se ressaltar, também, que se pode esperar uma melhoria nas condições de saúde da população de 60 anos e mais, o que pode justificar o adiamento da idade à aposentadoria, aumentar a razão acima apresentada e diminuir a demanda por cuidados.

5 COMENTÁRIOS FINAIS

Em resumo, parece claro que, para a primeira metade deste século, o movimento da população brasileira será de rápida contração e de superenvelhecimento. Ela deverá atingir o seu ponto de máximo nos próximos 20 anos, a despeito de se esperar, também, uma continuação da queda nos níveis de mortalidade. Isto só não ocorrerá se a fecundidade voltar a crescer. Esta mostrou ser uma variável muito importante na dinâmica de crescimento da população brasileira.

Além disso, dado que projeções populacionais são consideradas insumos importantes para fundamentar estudos que dimensionem demandas de serviços públicos e privados, é de grande importância que haja a contínua atualização destas projeções, que sempre poderão se beneficiar com os dados das PNADs.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, K.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Texto para discussão n. 1034, Rio de Janeiro, Ipea, 2004.
- CAMARANO, A. A. **Transição da fecundidade no Brasil no século XX**: um estudo comparativo de três regiões. Tese de doutorado, Universidade de Londres, 1996.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira**: quando as projeções populacionais conseguirão acertar? Rio de Janeiro, 2009. Mimeo.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? *In*: Camarano, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, p. 25-73, 2004.
- CLELAND, J.; WILSON, C. *Demand theories of the fertility transition*. *Population Studies*, 41, p. 5-30, 1987.
- DEMENY, P. *Early fertility decline in Austria and Hungary: a lesson in demographic transition*. *In*: GLASS, D.; REVELLE, R. (Org.). **Population and social change**. Londres, p. 153-72, 1972.
- IPEA. A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. *In*: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: Ipea, p. 69-118, 2006.
- PATARRA, N.; OLIVEIRA, M. C. Transição, transições. *In*: **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 17-36, 1988.

FAMÍLIAS BRASILEIRAS: MUDANÇAS E CONTINUIDADE

Ana Amélia Camarano*
Juliana Leitão e Mello**
Solange Kanso***

1 INTRODUÇÃO

Os arranjos familiares brasileiros têm experimentado transformações significativas no que diz respeito ao seu tamanho, forma e composição, acompanhando os padrões observados nos países mais desenvolvidos. Estas transformações são, em parte, consequências da queda nos níveis de fecundidade e mortalidade e das mudanças nos padrões de nupcialidade. Em um sentido mais amplo, os arranjos foram afetados pelas mudanças sociais, culturais, econômicas, institucionais e de valores – em especial, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Em outras palavras, hoje as famílias são, em média, menores, e sua composição é muito mais heterogênea do que no passado. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 mostrou uma proporção maior de pessoas vivendo sozinhas, de famílias chefiadas por mulheres, com e sem filhos, de famílias de três gerações, e uma diminuição na proporção de domicílios formada por casal com filhos. Mostrou, também, um crescimento do percentual de idosos que são chefes de domicílios, desempenhando papéis sociais diferentes dos que exerciam anteriormente. Tais fenômenos têm ocorrido em diversas partes do mundo, mas apresentam diferenciais espaciais importantes. No entanto, não se pode afirmar que os arranjos familiares brasileiros tragam apenas a marca da mudança. Observou-se, no período analisado, que alguns padrões se modificaram apenas ligeiramente, resultando numa convivência de novas e velhas formas de

* Técnica de Planejamento e Pesquisa e coordenadora de população e cidadania da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea.

** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

*** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

arranjos. Destaca-se que mudanças nos arranjos familiares ocorrem por meio de processos lentos, uma vez que são fortemente influenciadas por fatores sociais e culturais, que levam mais tempo para se concretizarem.

O objetivo deste capítulo é discutir algumas dessas transformações e/ou continuidades em curso na família brasileira à luz do instrumental teórico da segunda transição demográfica,¹ termo que tem sido utilizado para compreender as alterações nas estruturas familiares nas últimas décadas, e mudanças mais gerais nas sociedades. Em sua maior parte, os dados utilizados foram os levantados pelas PNADs de 1982 a 2007. Como estas pesquisas não incluem nos seus levantamentos algumas das variáveis consideradas importantes para a compreensão da questão, tais como a nupcialidade, foram utilizadas também informações dos Censos Demográficos de 1980 e 2000.

O capítulo foi estruturado em seis seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda apresenta um conjunto de indicadores que sumarizam algumas das mudanças sociais e demográficas ocorridas na sociedade brasileira entre 1982 e 2007. A terceira seção analisa algumas transformações ocorridas nos arranjos familiares brasileiros entre 1982 e 2007, tendo em vista o arcabouço teórico da segunda transição demográfica. Dado que um dos indicadores da segunda transição é a antecipação da idade à primeira relação sexual e a sua dissociação do casamento, a quarta seção se ocupa do aumento da fecundidade na adolescência. Na quinta, são discutidas algumas consequências do envelhecimento populacional sobre as estruturas familiares. Por fim, na sexta seção, discute-se a relação entre famílias e políticas públicas.

2 MUDANÇAS ENTRE 1982 E 2007

Para contextualizar as transformações nos arranjos familiares, são descritas nesta seção algumas mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos últimos 25 anos. Estas estão sumarizadas na tabela 1 por meio de alguns indicadores sociodemográficos.

TABELA 1
Alguns indicadores sociodemográficos

Indicador	1982	2007
População brasileira (milhões)	122,5	186,6
Número de domicílios (milhões)	27,5	55,7
Tamanho médio dos domicílios (nº médio de moradores por domicílio)	4,4	3,3
Taxa de fecundidade total ¹	3,5	1,8
Pessoas de 20 anos e mais que moram sozinhas (%)	2,9	5,2
Esperança de vida ao nascer ²	62,4	72,6
População menor de 15 anos (%)	37,5	25,2

(Continua)

1. Para um maior aprofundamento do tema, consulte Lesthaegue e Neidert (2006).

(Continuação)

Indicador	1982	2007
População com 60 anos e mais (%)	6,6	10,6
Domicílios com idosos (%)	19,4	24,5
Número médio de anos de estudo da população masculina de 20 a 59 anos	4,4	7,6
Número médio de anos de estudo da população feminina de 20 a 59 anos	4,3	8,1
Mulheres chefes de domicílio (%)	15,1	31,4
Mulheres na população economicamente ativa (%)	33,4	43,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PNADs de 1982 e 2007.

Notas: ¹ A taxa de fecundidade total refere-se ao ano de 1984.

² Os valores da esperança de vida ao nascer referem-se aos anos de 1980 e 2005. Ver Camarano e Kanso (2009).

Entre 1982 e 2007, a população brasileira aumentou de 122,5 milhões para 186,5, e o número de domicílios passou de 27,5 milhões para 55,7. A taxa de fecundidade total caiu de 3,5 filhos, em 1984,² para abaixo dos níveis de reposição,³ atingindo 1,8 em 2007. As taxas de fecundidade no Brasil vêm caindo monotonicamente desde meados dos anos 1960, acompanhando o comportamento de vários países em desenvolvimento. Uma das consequências desta queda é a redução do tamanho médio dos domicílios, que passou de 4,4 para 3,3. Esta redução é resultado, também, das mudanças na nupcialidade (não casamentos, separações). Isto leva a um aumento na proporção de pessoas morando sozinhas, o que também contribuiu para a redução do tamanho médio dos domicílios.

A PNAD de 2007 constatou um aumento de 9,7 pontos percentuais na participação das mulheres na população economicamente ativa – 43,1% delas encontravam-se incluídas nesta população naquele ano. A maior participação feminina está estreitamente associada às mudanças no papel social da mulher e nos arranjos familiares, as quais alteraram as relações tradicionais de gênero. Por sua vez, a maior inserção feminina no mercado de trabalho, conjuntamente ao aumento da proporção de chefes mulheres, sugere um movimento de maior autonomização e independência financeira por parte delas. Entre 1992 a 2007, a proporção de mulheres chefes de domicílio dobrou, passando de 15,1% para 31,4%. As mudanças mencionadas nas relações de gênero se devem, em parte, aos importantes avanços na escolaridade. Estes se estenderam a toda a população, mas beneficiaram mais as mulheres. Entre 1982 e 2007, o número médio de anos de estudos da população feminina de 20 a 59 anos passou de 4,3 para 8,1, e da masculina, de 4,4 para 7,6.

As taxas de mortalidade também estão experimentando um declínio acentuado, o que resultou em um aumento na esperança de vida ao nascer para ambos

2. A comparação da taxa de fecundidade total com anos anteriores a 1992 é prejudicada pelo fato de apenas a PNAD de 1984 ter coletado as informações necessárias na década de 1980.

3. Uma população atinge o seu nível de reposição quando a fecundidade e a mortalidade alcançam valores que resultarão, no médio prazo, em uma taxa de crescimento igual a zero. Ou seja, a população simplesmente se repõe. Dadas as taxas de mortalidade vigentes na população brasileira, foi estimado que este nível seria alcançado quando a taxa de fecundidade total fosse igual a 2,1. Apesar de a população ainda estar crescendo, o ritmo deste crescimento é decrescente.

os sexos. Entre 1980 a 2005, ela passou de 62,4 para 72,6 anos. O padrão de mortalidade é diferenciado por sexo: os homens morrem mais cedo que as mulheres. Estimou-se, para 2005, que as mulheres viviam 7,3 anos a mais que os homens. Isto leva a que, na velhice, mais mulheres chefiem famílias, seja morando sozinhas ou com filhos.

A queda da fecundidade e da mortalidade, especialmente a primeira, acarretou também mudanças na distribuição da população por idade. A proporção da população menor de 15 anos diminuiu de 37,5% para 25,2%, e a que tinha 60 anos e mais aumentou de 6,6% para 10,6%. Ou seja, a população envelheceu. As famílias também envelheceram; cresceu a proporção de domicílios com pelo menos um idoso. Esta passou de 19,4% para 24,5%.

3 MUDANÇAS NOS ARRANJOS FAMILIARES: A SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

As mudanças demográficas em curso em quase todo o mundo têm sido analisadas por alguns autores como acontecendo em duas fases, a saber, primeira e segunda transição demográfica. A primeira seria a transição de níveis elevados de mortalidade e fecundidade para níveis mais baixos.⁴ Como já foi amplamente divulgado, o Brasil, hoje, apresenta taxas de fecundidade abaixo dos níveis de reposição e uma esperança de vida relativamente elevada. Projeções recentes apontam para uma diminuição da população brasileira a partir de 2030.⁵

Além disso, mudanças na configuração dos arranjos familiares e no padrão de nupcialidade estão, também, em curso. Elas estão relacionadas à dissociação entre sexualidade e reprodução, influenciada pela disseminação de métodos hormonais de contracepção, à revolução sexual, que desligou a sexualidade do casamento, bem como às mudanças no papel social da mulher. Estas foram traduzidas pela antecipação da idade à primeira relação sexual, redução das taxas de nupcialidade, aumento na idade média ao casar e ao primeiro filho, pelo número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, de uniões não formais com coabitação, de famílias monoparentais, de taxas de divórcio, de recasamentos, de nascimentos entre pais não casados, de mulheres que não têm filhos, e redução no número de filho tidos.

Lesthaegue e van de Kaa, analisando a situação acima descrita em artigo publicado em 1986, sugeriram que uma segunda transição demográfica estava em curso no Ocidente. Para os autores, esta era resultado não apenas das mudanças nas condições socioeconômicas e do novo papel social das mulheres, mas, também, de uma visão mais individualista do mundo. O aumento da escolaridade desempenha um papel importante na necessidade de reconhecimento dos

4. Para bibliografia sobre o assunto, consultar, entre outros, Camarano (1996) e Cleland e Wilson (1987).

5. Ver Camarano e Kanso (2009).

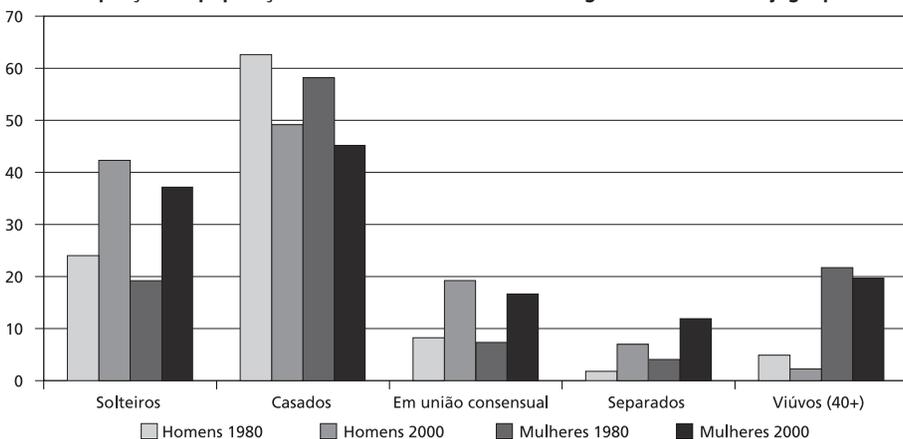
indivíduos, bem como implica o aparecimento de necessidades de ordem mais elevada, como cultura, lazer, entre outras (LESTHAEGUE e NEIDERT, 2006).

Os indivíduos passaram a ter mais controle do seu destino e de suas famílias, ajudados pelos novos valores, com mudanças no direito da família, no sistema tributário e nas políticas sociais. As tecnologias anticoncepcionais e de reprodução assistida também contribuíram neste processo. O casamento, tal como era visto antes, deixou de ser a instituição que marca o início da vida em comum e da vida sexual das mulheres. A sua dissolução deixou de ser involuntária (morte) e passou a depender da vontade dos indivíduos (TORRADO, 2006). Estas mudanças, em seu conjunto, redefinem a noção de família, colocam a mulher no centro do debate acerca da segunda transição demográfica, e apontam para alterações importantes nas relações de gênero.

Os dados da PNAD de 2007, comparados aos da PNAD de 1982, bem como a comparação dos dados do Censo Demográfico de 1980 com os de 2000, sugerem que a sociedade brasileira está caminhando na direção apontada pelos teóricos da segunda transição demográfica. O gráfico 1 apresenta a proporção da população de 20 anos e mais segundo o estado conjugal por sexo. Pode-se observar uma redução nas taxas de nupcialidade tanto para homens quanto para mulheres, indicada pela diminuição na proporção de homens e mulheres casados e pelo aumento na de separados e de solteiros. Por outro lado, aumentou a proporção de pessoas em união consensual, mas isto não compensou a redução da proporção de casados. A proporção de viúvos diminuiu devido à redução da mortalidade nas idades avançadas.

GRÁFICO 1

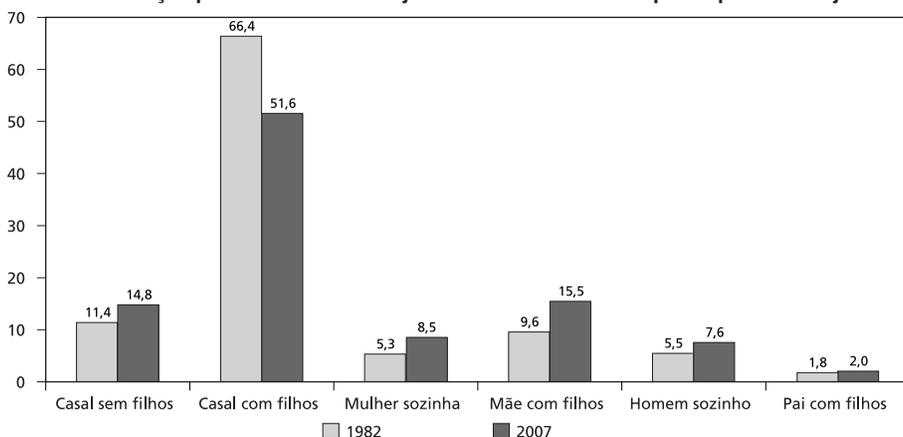
Proporção da população brasileira maior de 20 anos segundo o estado conjugal por sexo



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.

Não obstante as mudanças descritas, o gráfico 2 mostra que, em 2007, o arranjo familiar predominante continuava sendo o formado por casais com filhos. Embora em proporção decrescente, estes constituíam 51,6% do total de arranjos em 2007, tendo constituído 66,4% em 1982. Este tipo de arranjo se caracteriza pela predominância de chefes homens. Observou-se, no entanto, nos últimos 25 anos, um aumento expressivo de chefia feminina neste tipo de arranjo, ou seja, no formado por casais. A proporção de arranjos do tipo casal com e sem filhos chefiados por mulher passou de aproximadamente 1% em 1982 para 23,5% em 2007. Naquele ano, 4,1 milhões de famílias brasileiras encontravam-se nesta categoria.

GRÁFICO 2

Distribuição percentual dos arranjos familiares brasileiros pelo tipo de arranjo

Fonte: IBGE/PNADs de 1982 e 2007.

Elaboração: Ipea.

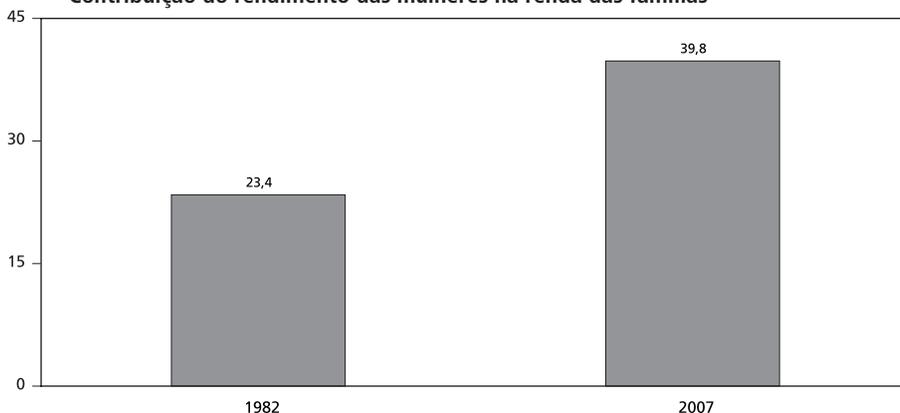
A redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos, das monoparentais, principalmente as chefiadas por mulheres, e de homens morando sozinhos. As famílias monoparentais, sejam elas formadas por homens ou por mulheres, constituíam a segunda forma de arranjo mais importante, tendo a sua proporção crescido de 11,4% em 1982 para 17,5% em 2007, sendo mais frequente o arranjo do tipo mãe com filhos. Em terceiro lugar em importância, esta também crescente, estão os domicílios compostos por homens ou mulheres morando sozinhos.⁶ No total de arranjos brasileiros, a proporção do arranjo do tipo homens sozinhos cresceu de 5,5% para 7,6% no período analisado. Em 2007, 4,2 milhões de homens brasileiros viviam sozinhos. No entanto, os domicílios formados por mulheres

6. Está-se considerando como sozinhos, neste caso, homens ou mulheres sem cônjuges e filhos. Nestes domicílios, podem ser encontrados, também, outros parentes ou agregados.

sozinhas são os mais expressivos. Esta diferença vem diminuindo: sua proporção passou de 5,3% em 1982 para 8,5% em 2007, e significa 4,7 milhões de mulheres vivendo sozinhas.

O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Estes fatores provocaram algumas mudanças nas características dos domicílios brasileiros, alterando as relações tradicionais de gênero, que historicamente têm sido de mulher cuidadora e homem provedor. Como se viu na tabela 1, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou de 33,4% para 43,1% entre 1982 e 2007. Isto levou a um aumento da contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras, que passou de 23,4% para 39,8% entre 1982 e 2007 (gráfico 3).

GRÁFICO 3

Contribuição do rendimento das mulheres na renda das famílias

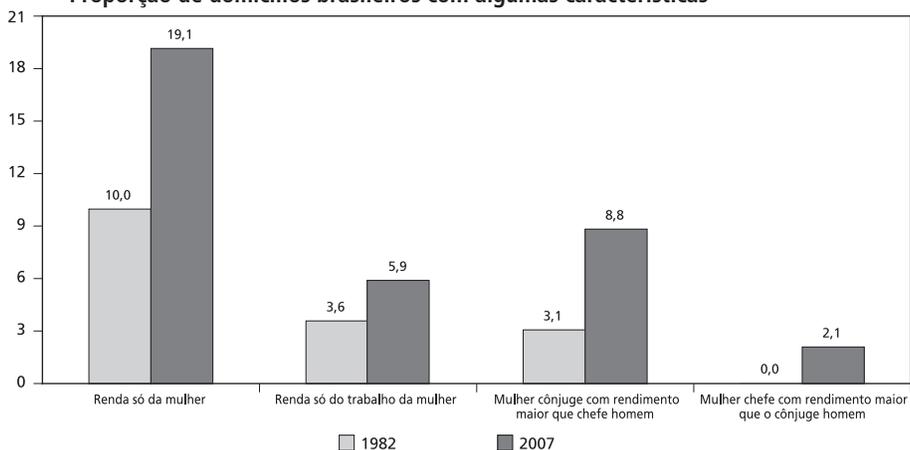
Fonte: IBGE/PNADs de 1982 e 2007.

Como consequência, a configuração dos domicílios brasileiros em relação à constituição de sua renda está sendo alterada. Por exemplo, o gráfico 4 mostra que entre 1982 e 2007 praticamente dobrou a proporção de domicílios que contavam apenas com a renda das mulheres. Ela passou de 10,0% do total de domicílios brasileiros para 19,1%. Além destes 19,1%, em outros 10,9% a renda da mulher era maior do que a renda do marido. Ou seja, pode-se dizer que em aproximadamente 30% dos domicílios brasileiros a mulher era a principal provedora. Neste caso, a proporção mais que dobrou, pois fora de 13,6% em 1982. Apesar de a mulher brasileira estar assumindo cada vez mais o papel de provedora e de uma maior proporção de homens estar envolvida com o trabalho doméstico, a mulher continua sendo a principal responsável por este trabalho, mesmo quando exerce alguma atividade econômica (gráfico 5). A proporção de mulheres

ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2007 foi de 89,5%, e a de homens, 50,4%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos em 2007.⁷ As mulheres ocupadas despendiam, em média, 22,2 horas semanais, e os homens, 9,6.

GRÁFICO 4

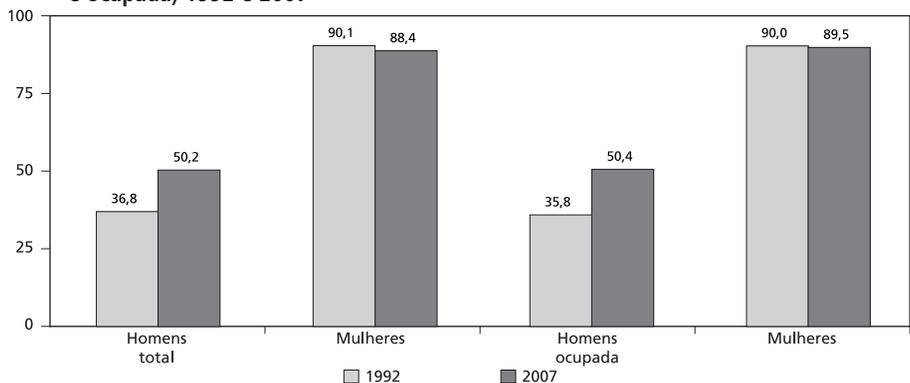
Proporção de domicílios brasileiros com algumas características



Elaboração das autoras.

GRÁFICO 5

Proporção da população de 10 anos e mais que cuida de afazeres domésticos (total e ocupada) 1992 e 2007



Fonte: IBGE/PNADs de 1992 e 2007.

7. A comparação temporal desta informação é prejudicada pela ausência deste quesito em 1992.

Em síntese, a família brasileira está mudando e pode-se dizer que a mulher é uma das grandes responsáveis por este fenômeno. A análise aqui apresentada sugere que as mulheres brasileiras, seguindo um padrão observado também em outros países ocidentais, vêm assumindo novos papéis sociais. No entanto, no que diz respeito à divisão dos trabalhos domésticos, entre eles também o cuidado de outros membros das famílias, elas permanecem desempenhando os papéis tradicionais.

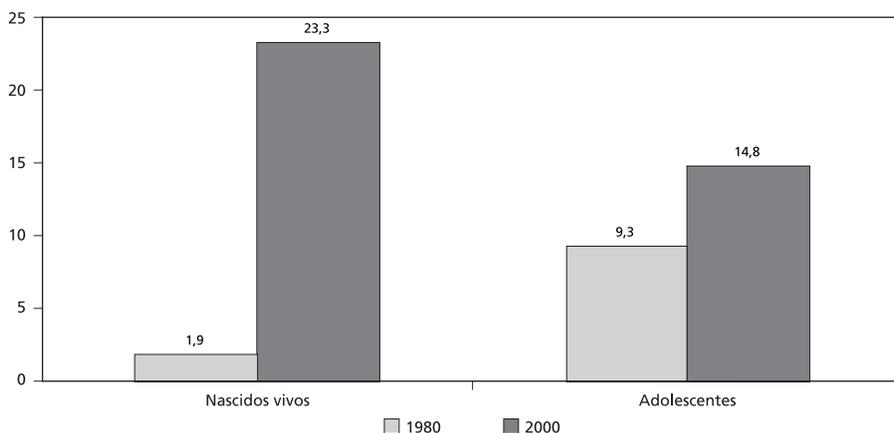
4 A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

O aumento da fecundidade na adolescência pode ser entendido como uma das consequências das revoluções na família mencionadas anteriormente – a antecipação da idade à primeira relação sexual e a dissociação da sexualidade do casamento – e encontra respaldo na mudança no sistema de valores. O gráfico 6 mostra o crescimento na proporção de nascimentos fora do casamento e na de adolescentes que tiveram filhos. Além disso, aponta que este crescimento foi muito maior na proporção de nascimentos do que na proporção de mães adolescentes.

No Brasil, a mencionada queda da fecundidade ocorreu em todos os grupos de idades, mas foi menos intensa entre as mulheres de 15 a 19 anos. O gráfico 7 aponta para uma tendência de queda não monotônica. Na verdade, ela foi de aumento até o final da década passada e, como também mostrado por Berquó e Cavenaghi (2005), desde 2000 este processo tem sido revertido. Em 1992, para cada 1 mil adolescentes, observaram 91 filhos nascidos vivos e, em 2007, 70. O aumento foi verificado entre 1997 e 2001.

GRÁFICO 6

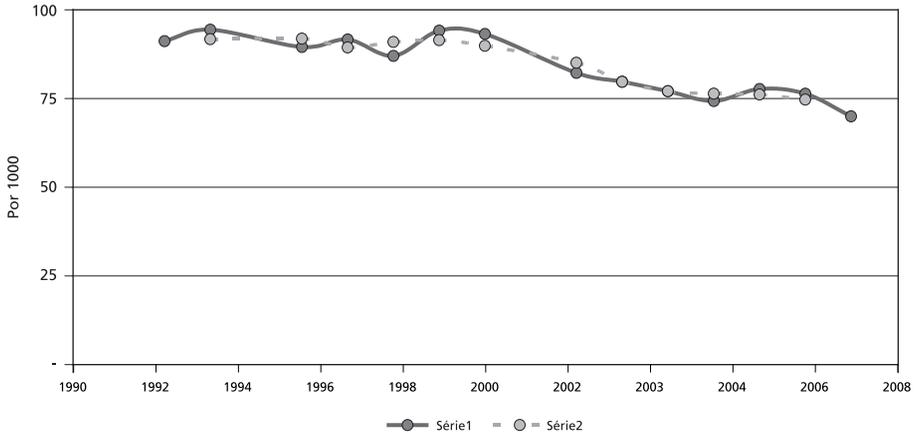
Proporção de nascidos vivos fora do casamento e de adolescentes que tiveram filhos



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.

GRÁFICO 7

Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos (1992 - 2007)



Fonte dos dados brutos: IBGE/PNADs de 1992 a 2007.

Elaboração: Ipea.

A fecundidade na adolescência, bem como suas implicações sociais, demográficas e relativas à saúde da mãe e de seu nascituro, emerge como uma questão internacional e controversa. Uma das questões a serem consideradas é em que medida ela pode ser considerada “precoce” e apresentar desvantagens, seja do ponto de vista da saúde das mulheres e/ou das crianças, seja do ponto de vista social. Neste tocante, menciona-se a interrupção da escolaridade, a entrada “precoce” no mercado de trabalho e, mesmo, a pobreza.⁸ Por outro lado, autores como Heilborn (1998) consideram a gravidez na adolescência uma estratégia para aumentar o *status* das adolescentes na família e na sociedade, uma vez que a maternidade é um papel social valorizado e muitas vezes estimulado. Rios-Neto e Miranda-Ribeiro (1992) mostraram que a gravidez precoce pode ser uma estratégia das adolescentes para levar ao casamento.

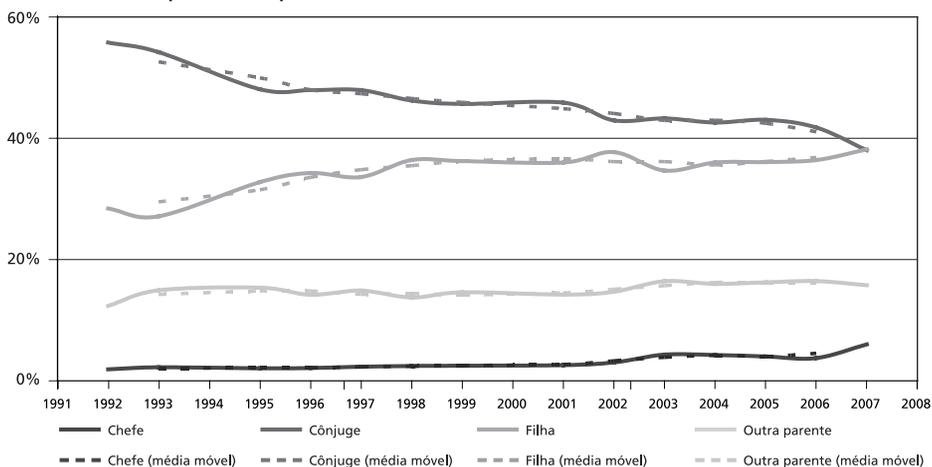
O gráfico 8 indica que, entre as adolescentes que tiveram filhos, predominaram as cônjuges, ou seja, pode-se dizer que a fecundidade ocorreu dentro de uma união, seja como resultado ou como consequência desta. Isto significa: mulheres que já tinham constituído o seu domicílio e viviam com um companheiro. No entanto, a proporção de mães cônjuges decresceu no período analisado, passando de 55,8% para 38,2%. Por sua vez, aumentou a proporção de mães adolescentes que estavam na condição de filhas e outros parentes (netos). Nestas duas posições, estavam 53,9% das mães adolescentes. Ou seja, 514,6 mil mulheres de 15 a 19 anos já tinham tido filhos e viviam na casa dos pais ou avós. Na verdade,

8. Ver, por exemplo: Medeiros (1998), Melo (1996), Camarano (1998) e Berquó e Cavenaghi (2005).

a proporção de filhas praticamente se igualou à de cônjuges em 2007. Cresceu a proporção de mães adolescentes que chefiavam famílias, atingindo 6,0% em 2007 e totalizando 57,4 mil adolescentes mães e chefes de famílias.

GRÁFICO 8

Proporção de mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos por condição no domicílio (1992-2007)



Fonte: IBGE/PNADs.

5 ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SOBRE OS ARRANJOS FAMILIARES

Como foi visto na seção 2, a proporção de idosos na população brasileira cresceu expressivamente entre 1982 e 2007. Projeta-se que a proporção da população de 60 anos representará 27,3% do total da população do país,⁹ o que totalizará 55,8 milhões em 2040. Este aumento é resultado da alta fecundidade prevalecente no passado comparativamente à atual e da redução da mortalidade em todas as idades em curso desde a segunda metade do século XX. Este processo, resultado da primeira transição demográfica, também afeta os arranjos familiares.

O envelhecimento acarreta perdas físicas, mentais, cognitivas, sociais, ou seja, vulnerabilidades. Estas variam de acordo com o sexo, idade, grupos sociais, raça, regiões geográficas etc. Há diferenças, também, no momento (a idade) em que estas perdas começam. Dadas as vulnerabilidades, a literatura associa, de uma maneira geral, o envelhecimento populacional a uma sobrecarga para as famílias no que diz respeito ao cuidado de seus idosos dependentes. No entanto,

9. Ver Camarano e Kanso (2009).

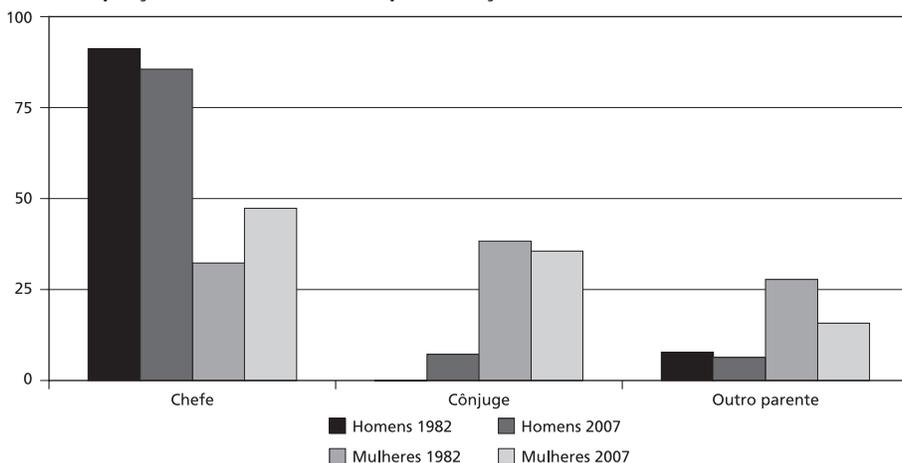
assume-se que políticas públicas podem ter um papel fundamental na redução do seu impacto sobre o indivíduo, a família e a sociedade.

Quatro são as políticas mais importantes para a população idosa: renda para compensar a perda da capacidade laborativa (previdência e assistência social), saúde, cuidados de longa duração, e a criação de um entorno favorável (habitação, infraestrutura, acessibilidade etc.). O caso brasileiro ilustra bem como as políticas de renda têm reduzido a associação entre envelhecimento e pobreza apontada pela literatura e, de alguma maneira, alterado a organização familiar.¹⁰ Há indicações, também, de que as condições de saúde da população idosa melhoraram, o que também altera a organização familiar.¹¹

A melhora nas condições de renda dos idosos, bem como nas de saúde, acarretou mudanças na sua posição na família. Por exemplo, aumentou a proporção de idosos na condição de chefes de família ou cônjuges e reduziu a proporção de idosos vivendo na casa de filhos, genros, noras, irmãos ou outros parentes. Isto sugere uma redução da dependência dos idosos em relação às famílias. Esta mudança foi mais acentuada entre as mulheres, pois eram elas que apresentavam, em 1982, a mais elevada proporção de residentes em casa de parentes e a mais baixa proporção de chefes de família. O gráfico 9 mostra que a chefia da família era o *status* predominante dos idosos brasileiros. Isto já acontecia para os homens em 1982, e passou a acontecer também para as mulheres idosas.

GRÁFICO 9

Proporção de idosos brasileiros por condição no domicílio e sexo



Fonte: IBGE/PNADs de 1982 e 2007.

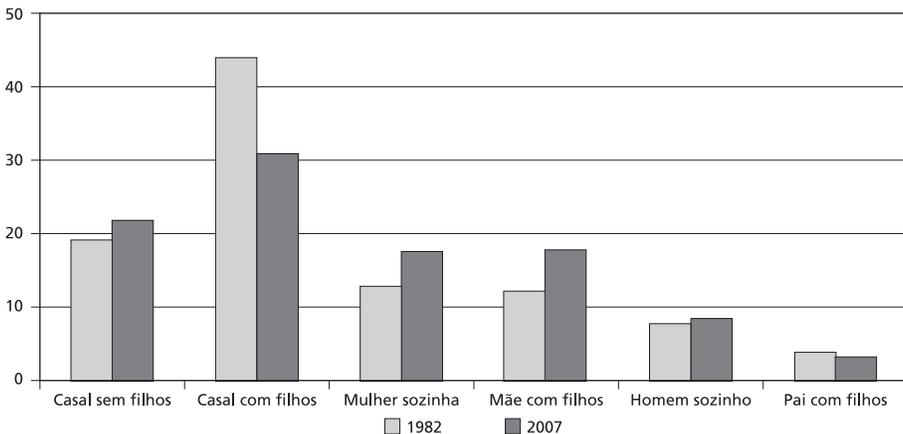
10. Ver entre outros: Sabóia (2004), Camarano (2004), Delgado e Cardoso (2004) e Camarano e Kanso (2003).

11. Ver, por exemplo, Camarano (2006).

Em 2007, aproximadamente 13 milhões de idosos brasileiros chefiavam famílias. Destes, 58,8% eram homens. Em aproximadamente 5,9 milhões de famílias em que o idoso era chefe ou cônjuge, encontravam-se filhos adultos¹² residindo e, em 2,2 milhões, netos.¹³ Nestas famílias, os idosos contribuíam com 54,9% da renda familiar. Ou seja, parece que os idosos brasileiros de hoje estão invertendo a tradicional relação de dependência apontada pela literatura. A grande maioria deles tem mantido o seu papel de provedor e cuidador dos membros da família. Embora decrescente, o arranjo familiar predominante entre os idosos é o de duas ou mais gerações (casal com filhos, mãe com filhos, ou pai com filhos). Este era responsável por 52,0% do total de arranjos com idosos em 2007. O número médio de pessoas residindo num domicílio com idoso em 2007 foi de 3,1 pessoas. Apesar de declinante – fora de 3,9 pessoas em 1982 –, é ainda um número mais elevado que o esperado pela literatura tradicional da demografia da família. Esta literatura assume que, nesta fase da vida, o arranjo esperado seria o do tipo “ninho vazio”, casal sem filhos ou idosos morando a sós, ou seja, no máximo formado por duas pessoas da mesma geração (gráfico 10).

GRÁFICO 10

Distribuição proporcional dos domicílios com a presença de idosos segundo o tipo de arranjo



Fonte: IBGE/PNADs de 1982 e 2007.

A proporção de arranjos do tipo ninho vazio cresceu no período considerado: passou de 39,9% para 48,0%. Entre eles, o mais importante, que correspondia a 21,8% do total de arranjos, importância esta crescente, foi o de casal sem filhos.

12. Foram definidos como filhos adultos os com 21 anos ou mais.

13. Foram definidas como netos as crianças na posição no domicílio de outros parentes que tivessem até 14 anos de idade.

Mas a maior variação foi a de mulheres sozinhas, que passou de 12,9% para 17,6% do total de arranjos. O crescimento deste tipo de arranjo, bem como o de mãe com filhos, é consequência do fato de as mulheres viverem mais que os homens, ficarem mais frequentemente viúvas, experimentarem chances menores de se recasarem e estarem se beneficiando da universalização da seguridade social. Além disto, este crescimento deve estar sendo afetado pelo aumento generalizado deste tipo de família em todas as idades. Parece que se pode falar de uma assunção de novos papéis sociais por parte das idosas de hoje: Foram mulheres que, em sua maioria, na vida adulta, eram apenas cuidadoras e, na última fase da vida, passaram a chefiar famílias e a ser também provedoras (CAMARANO, 2003).

Contudo, 1,8 milhão de idosos brasileiros moravam na casa de filhos, genros ou outros parentes. Estas devem ser pessoas que, na falta de autonomia para lidar com as atividades do cotidiano e/ou de renda, buscam a ajuda de parentes. Entre elas, em 2007, predominavam as mulheres (75,8%), devido, provavelmente, ao fato de viverem mais e ficarem, portanto, viúvas e experimentarem um período maior de vulnerabilidade física e/ou mental. Apesar de demandarem ajuda, também proviam ajuda. Por exemplo, nestas famílias, as idosas contribuía com aproximadamente 40% na renda familiar. Não obstante, são as pessoas mais vulneráveis, potenciais vítimas de violência familiar, e demandantes de uma política de cuidados, tais como instituições de longa permanência, centros-dia, hospitais-dia e cuidado profissional domiciliar (BORN, s.d.).

6 COMENTÁRIOS FINAIS: FAMÍLIAS E POLÍTICAS

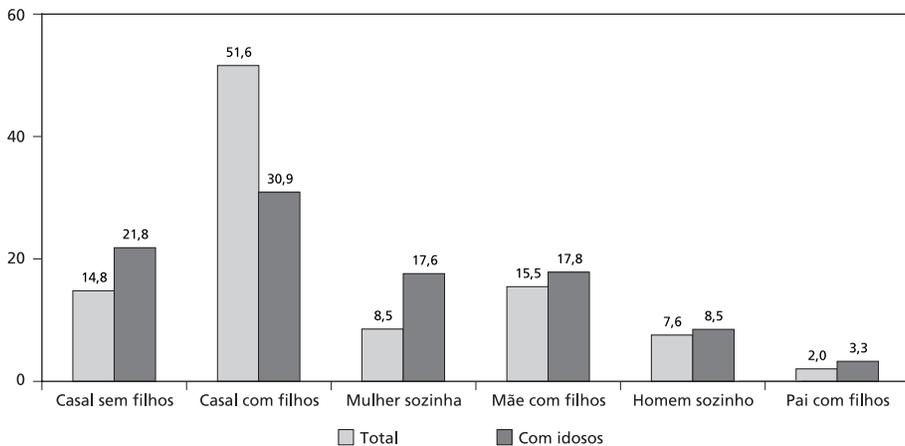
As mudanças analisadas nas estruturas familiares e no papel da mulher têm como pano de fundo outros fenômenos também em curso na sociedade brasileira. Entre eles, destacam-se a queda da fecundidade e o envelhecimento populacional, que vêm ocorrendo num contexto de pobreza, desigualdade social e informalidade no mercado de trabalho. Tendo em vista tudo isto, algumas das perguntas que podem ser feitas são em que medida este contexto afetará as estruturas familiares, e qual será o seu impacto sobre as políticas públicas. Outra questão é se as políticas devem ter como foco a família ou o indivíduo.

No Brasil, como em diversos países europeus, a fecundidade atingiu níveis abaixo dos de reposição. Isto significa que, se tal tendência se mantiver, bem como a de mortalidade, o Brasil poderá passar a ter sua população reduzida a partir de 2030. Além disso, a estrutura etária se modificará, apresentando características de uma sociedade superenvelhecida. Na análise das implicações que estas mudanças poderão ter nas políticas públicas, ressalta-se a preocupação que deve estar presente para evitar os conflitos intergeracionais. Em geral, os conflitos surgem quando uma geração é privilegiada em detrimento de outra.

O que se pode esperar para o futuro próximo são maiores impactos na formação dos arranjos familiares. O gráfico 11 mostra a distribuição proporcional dos arranjos familiares que contam com a presença de idosos e dos relativos ao conjunto da população brasileira. A comparação dos dois conjuntos sugere uma tendência que poderá ser seguida pelo conjunto de arranjos brasileiros. Ela aponta para um crescimento na proporção de domicílios formados por pessoas sozinhas e de casal sem filhos, arranjos típicos de famílias com idosos. Esta possibilidade fica ainda reforçada pela baixíssima fecundidade. Também pode se esperar um crescimento na proporção de arranjos monoparentais, principalmente nos chefiados por mulher.

GRÁFICO 11

Distribuição percentual dos arranjos familiares brasileiros pelo tipo de arranjo segundo a presença de idosos e o total de arranjos (2007)



Fonte: IBGE/PNAD 2007.

Elaboração: Ipea.

Essas mudanças levam, entre outras, à necessidade de uma política mais abrangente na área de cuidados para a população frágil, seja idosa ou deficiente, em especial para a maioria destes dependentes, que deve estar localizada em famílias pobres, nas quais o trabalho/renda da mulher é fundamental para a sobrevivência. A legislação brasileira responsabiliza a família (mulher) pelo cuidado com o idoso dependente, sem levar em conta os custos emocionais, psicológicos e de tempo que uma mulher experimenta nesta função.

Segundo Goldani e Lazo (2004), a relação entre família e trabalho e cuidado de dependentes aparece como um dos exemplos importantes para as políticas dirigidas à família. Olhando pelo lado das crianças, as autoras concluíram que, em meados dos anos 1990, uma das áreas mais deficitárias na política educacional

brasileira era a pré-escola. Isto coloca dificuldades para que as mulheres trabalhem e cuidem de seus filhos, principalmente tendo em vista que a fecundidade é relativamente mais alta nas famílias de renda mais baixa. Da mesma forma que a pré-escola é deficitária, a oferta de instituições que cuidam de idosos frágeis parece ser também deficitária (CAMARANO, 2008). Como se viu anteriormente, a renda das mulheres tem tido uma importância crescente no orçamento das famílias brasileiras, mas as mulheres ainda mantêm o papel de cuidadora.

No Brasil, em geral, as políticas têm como foco os indivíduos, e não as famílias. Os indivíduos estão localizados em uma família, e esta é a instituição mais eficiente na distribuição de recursos monetários, tempo (alocado em trabalho, cuidado doméstico, escola), entre outros. O programa Bolsa Família é a primeira política de âmbito nacional dirigida à família brasileira pobre. Não se sabe, ainda, o seu impacto sobre a formação dos arranjos familiares, mas vários trabalhos já mediram o seu impacto sobre a redução da pobreza. Por sua vez, já foi visto que algumas políticas dirigidas a indivíduos têm afetado a configuração dos arranjos familiares. Por exemplo, a ampliação da cobertura da seguridade social nas áreas rurais resultou numa redução da pobreza entre os idosos e levou a um crescimento das famílias de três gerações. Também foi constatado que crianças que moravam com avós idosos frequentavam mais a escola que as que não moravam.¹⁴

Em síntese, não parece que a questão seja políticas para famílias ou indivíduos, mas indivíduos ou famílias para políticas. Ou seja, conhecer as configurações dos arranjos familiares e suas perspectivas futuras é um requisito importante no processo de formulação de políticas públicas.

14. Ver Beltrão, Camarano e Mello (2004).

REFERÊNCIAS

- BERQUÓ, E.; CAVENAGUI, S. *Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event?* Presented at the Annual Meeting of the Population Association of America. Philadelphia, Pennsylvania, 2005.
- BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros:** resultados não esperados dos avanços da seguridade social rural. Texto para Discussão, 1.066. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- BORN, T. Quem vai cuidar de mim quando eu ficar velha? Considerações sobre a família, asilo, (im)previdência social e outras coisas mais. **Revista Kairós – Gerontologia** – v. 4 – nº 2, 2001.
- CAMARANO, A. A. Cuidados de Longa Duração para a População Idosa. **Sinais Sociais**, v. 3, p. 10-39, 2008.
- CAMARANO, A. A. **Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira.** Texto de Discussão, 1179. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- CAMARANO, A. A. *Social policy and wellbeing of older people at a time of economic slowdown: the case of Brazil.* In: LLOYD-SHERLOCK, P. (Org.). **Living longer: ageing, development and social protection.** London/Nova York: United Nations Research Institute for Social Development/Zed Books, 2004.
- CAMARANO, A. A. Mulher Idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Revista Estudos Avançados**, 17 (49), 2003.
- CAMARANO, A. A. **Transição da fecundidade no Brasil no século XX:** um estudo comparativo de três regiões. Universidade de Londres, 1996. Tese de doutorado.
- CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população de 15-19 anos. In: VIEIRA, E. M.; FERNANDES, M. E. L.; BAILEY, P.; MCKAY, A. (Org.). **Seminário Gravidez na Adolescência.** Rio de Janeiro: Editoração eletrônica e filmes Ponto & Linha, p. 35-46, 1998.
- CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S. K. **Famílias com idosos:** ninhos vazios? Texto para Discussão, 950. Rio de Janeiro: Ipea, 2003.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira:** quando as projeções populacionais conseguirão acertar? Rio de Janeiro: Ipea, 2009. Mimeo.
- CLELAND, J.; WILSON, C. *Demand theories of the fertility transition.* **Population Studies**, 41, p. 5-30, 1987.

DEMENY, P. **Early fertility decline in Austria and Hungary:** a lesson in demographic transition. *In:* GLASS, D.; REVELLE, R. (Org.). Population and Social Change, Londres, p. 153-72, 1972.

DELGADO, G.; CARDOSO, C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. *In:* CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros:** muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

GOLDANI, A. M.; LAZO, A. **Brasil: desafio de las políticas para las familias.** Serie Seminario y Conferencias 42, Division de Desarrollo Social, CEPAL, Santiago, Chile, v. 42, p. 265-303, 2004.

HEILBORN, M. L. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. *In:* VIEIRA, E. M.; FERNANDES, M. E. L.; BAILEY, P.; MCKAY, A. (Org.). **Seminário Gravidez na Adolescência.** Rio de Janeiro: Editoração eletrônica e filmes Ponto & Linha, p. 23-34, 1998.

LESTHAEGUE, R.; NEIDERT, L. **The second demographic transition in the United States: exception or textbook example?** Population and Development Review, 4, n. 32, p. 669-698, 2006.

MEDEIROS, M. C. S. **A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social.** Seminário gravidez na adolescência. Rio de Janeiro, julho, 1998.

MELO, A. V. **Gravidez na adolescência:** nova tendência na transição da fecundidade no Brasil. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, v. 3, p. 1439-54, 1996.

RIOS-NETO, E. L. G.; MIRANDA-RIBEIRO, P. **Casa-Separa:** um estudo do descasamento e recasamento, Rio de Janeiro e São Paulo, 1984. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Brasília: ABEP, v.3, p. 491-508, 1992.

SABÓIA, J. Benefícios não contributivos e o combate à pobreza de idosos no Brasil. *In:* CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros:** muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

TORRADO, S. **Hogares y familia en América Latina.** Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, 2, 3 a 5 de setembro de 2006, Guadalajara, México, 2006.

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM BREVE RETRATO A PARTIR DA PNAD 2007

Carla Coelho de Andrade*

1 INTRODUÇÃO

Segundo estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007 o Brasil possuía cerca de 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que correspondia a 26,4% da população. Embora ao longo dos últimos anos venha ocorrendo uma progressiva redução do contingente relativo de pessoas pertencentes a este segmento etário,¹ a desaceleração do ritmo de crescimento da população jovem não restringiu sua importância numérica. Além do peso demográfico, há uma série de razões para que se observe atentamente a situação social da juventude. Problemas que se apresentam para o conjunto da sociedade brasileira – como a dificuldade de se processar ou de se garantir a inserção produtiva e cidadã – são especialmente dramáticos para os jovens, o que incide diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e de incerteza quanto ao futuro. Deve-se reconhecer, no entanto, que as questões que afetam a juventude são vividas de forma diversificada e desigual entre os jovens, variando de acordo com a origem social, os níveis de renda, o sexo, a raça, as disparidades socioeconômicas entre campo e cidade e entre as regiões do país.

A análise dos indicadores sociais evidencia essas diversidades e desigualdades entre os jovens brasileiros. Neste capítulo apresenta-se um breve panorama dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007 (PNAD 2007), trazendo os dados de maior destaque referentes sobretudo à educação e ao trabalho. Considerou-se como jovem a parcela da população situada na faixa

* Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

1. A redução do segmento juvenil confirma as projeções demográficas que indicam uma progressiva mudança no peso desse grupo etário no conjunto da população brasileira. Para detalhes, ver: *Projeção da População do Brasil*, IBGE, 2008.

etária de 15 a 29 anos de idade, dividida em três grupos: jovens de 15 a 17 anos (*jovem adolescente*); de 18 a 24 anos (*jovem-jovem*); e de 25 a 29 anos (*jovem adulto*).²

2 SITUAÇÃO EDUCACIONAL

Entre 1992 e 2007, verificou-se um gradual e significativo decréscimo dos índices de analfabetismo juvenil. Trata-se hoje de um problema verificável predominantemente no segmento adulto da população e também no meio rural. Em 2007, a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 a 17 anos era 1,7% (8,2% em 1992); entre jovens de 18 a 24 anos, 2,4% (8,6% em 1992); e no grupo de 25 a 29 anos, 4,4% (10% em 1992). Já entre pessoas de 40 anos ou mais a proporção de analfabetos correspondia a 17,1%. Nota-se que a redução do analfabetismo entre 1997 e 2007 foi maior para o grupo de *jovens adolescentes* (15 a 17 anos). Isto se explica em parte por um duradouro período de prevalência de políticas de universalização do ensino fundamental. Com o passar do tempo, cada camada etária passou a apresentar melhores e maiores níveis de alfabetização do que a camada etária anterior.

Contudo, em que pese a considerável melhoria desse indicador educacional, ainda persistem as disparidades regionais, sendo bastante superior o número de jovens analfabetos no Nordeste em relação às demais regiões. Também se constata que o analfabetismo entre jovens negros é quase duas vezes maior do que entre brancos e atinge 8% dos jovens que vivem no campo, contra 2% dos que residem em áreas urbanas.

O expressivo crescimento das taxas de frequência escolar também evidencia uma substancial melhora. Em 2007, 82,1% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam algum nível ou modalidade de ensino. No entanto, apenas 48% cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado a esta faixa etária. Portanto, a defasagem escolar ainda é bastante alta entre os *jovens adolescentes*, situação que favorece a evasão escolar. Regionalmente, o problema da distorção idade-série apresenta-se de maneira mais acentuada no Nordeste e Norte, onde as taxas de frequência líquida – 34,5% e 36%, respectivamente – são bem inferiores às do Sul e Sudeste – 58,8% e 55%. Considerando a variável raça/cor, a taxa de frequência

2. Não há consenso em torno dos limites de idade que definem a juventude. Ainda que para fins de definição de política pública, legislação e pesquisa seja possível fixar um recorte etário para determinar quem são os jovens, deve-se ter em conta que “juventude” é uma categoria em permanente construção social e histórica, isto é, varia no tempo, de uma cultura para a outra, e até mesmo no interior de uma mesma sociedade. O Ipea vem procurando trabalhar com o mesmo recorte etário e categorizações adotados na proposta do Estatuto da Juventude, em discussão na Câmara dos Deputados, e também incorporado pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude. Cabe mencionar que, no âmbito das políticas públicas, a adoção do recorte etário de 15 a 29 anos é bastante recente. A praxe anterior geralmente tomava por “jovem” a população na faixa etária entre 15 e 24 anos. A ampliação desta faixa para os 29 anos não é uma singularidade brasileira, configurando-se, na verdade, numa tendência geral dos países que buscam instituir políticas públicas de juventude. Há duas justificativas que prevalecem para ter ocorrido essa mudança: maior expectativa de vida para a população em geral e maior dificuldade desta geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho.

líquida entre os brancos correspondia a 58,7%, enquanto entre os negros equivalia a 39,3%. Sublinhe-se que os negros estão alocados na educação básica, com pouquíssimo acesso ao ensino superior, e apresentam índices mais altos de concentração da escolaridade até o ensino fundamental do que os brancos, os quais apresentam percentuais mais elevados de acesso ao ensino superior.

As desigualdades entre as áreas urbanas e rurais são também bastante acentuadas: em 2007, a proporção de jovens de 15 a 17 anos que frequentavam o ensino médio era de 56,9% nas áreas urbanas, contra apenas 30,7% no meio rural. No que se refere à variável gênero, as jovens representam na atualidade o carro-chefe do acréscimo nas taxas de escolarização. Elas têm maior escolaridade e adequação nos estudos: em 2007, a taxa de frequência líquida no ensino médio era de 53,8% entre as mulheres e 42,8% entre os homens. Além disso, ultrapassaram os homens no ensino superior: 14,8% de mulheres na faixa entre 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior, contra 11,2% de jovens do sexo masculino. A presença maciça das mulheres e seu desempenho no sistema de ensino brasileiro são fenômenos recentes e boas indicações de que está havendo uma reversão de desigualdades secularmente construídas.

Considerando-se a evolução dos dados em um período de dez anos, observa-se que a escolaridade dos jovens aumentou para 7,3 anos de estudo e está acima da média nacional. No grupo de *jovens-jovens* (de 18 a 24 anos), em 1997 a média de anos de estudo era de 6,8; em 2007, subiu para 9,1. Isto significa que os jovens desta faixa etária estão conseguindo ingressar no ensino médio, embora muitos o abandonem logo no início do ciclo, passando a priorizar atividades laborais.

A evasão aumenta com a idade. Antes de completar 18 anos, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho: no grupo de *jovens adolescentes* (15 a 17 anos), 21,8% dos jovens o faziam. No grupo de *jovens-jovens* (18 a 24 anos), a porcentagem se reduz para 16,2%. Observa-se também que, com o aumento da renda, maiores são as chances de o jovem conseguir estudar e trabalhar ao mesmo tempo: no grupo de 18 a 24 anos, dos jovens de famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo apenas cerca de 10% estudavam e trabalhavam; a porcentagem alcançava aproximadamente 29% no grupo com renda domiciliar *per capita* de dois a cinco salários mínimos e 30% no grupo com renda domiciliar *per capita* igual ou acima de cinco salários mínimos.

Assim, apesar do incremento da escolaridade, o que supostamente aproximaria os jovens das condições socioculturais de um modelo moderno da condição juvenil – caracterizado pelo acesso aos sistemas de ensino e dissociado

do mundo do trabalho —,³ os jovens brasileiros situam-se majoritariamente na órbita do trabalho, pois esta dimensão está no horizonte vital de grande parte deles. Assinale-se que o trabalho tem sido por eles indicado enquanto um dos direitos mais importantes de cidadania, e por conseguinte um dos direitos essenciais de que deveriam ser detentores.⁴ Vale dizer, entretanto, que a centralidade do trabalho para os jovens não advém tão somente do seu significado ético — sem dúvida relevante: resulta também, e sobretudo, da sua urgência enquanto problema, enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida (GUIMARÃES, 2005).

3 OCUPAÇÃO E RENDA

Dos jovens brasileiros, 59,9% trabalhavam em 2007 e apenas 30,3% não estavam na população economicamente ativa (PEA). A expansão da escolaridade nos últimos 20 anos não foi acompanhada de um efetivo desligamento da juventude do mundo do trabalho, já que houve de modo concomitante um crescimento dos índices daqueles que estudavam e trabalhavam. Para muitos jovens, é seu próprio trabalho que lhes possibilita arcar com os custos vinculados à educação. Para muitos também, especialmente os integrantes das camadas populares, os baixos níveis de renda e capacidade de consumo da família redundam na necessidade do seu trabalho como condição de sobrevivência familiar. No Brasil, segundo a PNAD de 2007, 30,4% dos jovens poderiam ser considerados pobres, porque viviam em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo; 53,8% pertenciam ao extrato intermediário, com renda domiciliar *per capita* entre meio salário mínimo e dois salários mínimos; e apenas 15,8% viviam em famílias com renda superior a dois salários mínimos. Ainda que não exista desequilíbrio na distribuição do grupo por sexo (metade composta de homens e metade de mulheres), as jovens eram um pouco mais atingidas pela pobreza do que os jovens — 53,0% contra 47,0% — e os jovens negros muito mais que os brancos — 53% contra 47%. Em outros termos, embora exista um percentual quase igual de homens e

3. A usual identificação do jovem como “estudante”, livre das obrigações do trabalho, tem sua origem nas transformações ocorridas desde o início do século XX no modelo de socialização dominante na Europa ocidental, sobretudo entre as famílias burguesas. Os jovens, que antes eram socializados em meio a outras gerações, passam a ser afastados do sistema produtivo e segregados em escolas com o objetivo de aprenderem as normas e as regras da vida em sociedade. Vale dizer que, exatamente quando deixam de ser treinados para a vida adulta com outras gerações e passam a sê-lo por institutos, escolas e universidades, os jovens começam a se estruturar enquanto categoria social específica e se articular em torno de grupos etários (Galland, 1997). A sociedade passou a conceder aos jovens, então, uma espécie de “moratória social”: um crédito de tempo que permite protelar sua entrada na vida adulta e possibilita um maior contato com experiências e experimentações que contribuirão para o seu pleno desenvolvimento, particularmente em termos de formação educacional. Para mais detalhes sobre o emprego da noção de “moratória social” no campo da sociologia da juventude, consultar Margulis e Urresti (1996) e Galland (1996).

4. Ver as seguintes pesquisas: *Perfil da juventude brasileira*, realizada pela Criterium Assessoria a pedido do Instituto Cidadania, em 2003; *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), em 2005; e *Retratos da juventude brasileira*, coordenada por Abramo e Branco (2005).

mulheres na composição demográfica, as mulheres são ligeiramente mais pobres que os homens, e os negros são bem mais pobres que os brancos. No plano regional, os jovens do Nordeste continuaram com renda inferior aos das demais regiões, havendo um total de 53,4% de jovens nordestinos pobres. Nas áreas rurais desta região, o percentual chegava a 74,4%.⁵

Saliente-se que, mesmo quando o trabalho não é uma imposição ditada pela necessidade de subsistência familiar – o que por si só o justificaria –, os jovens têm a tendência de encará-lo como uma oportunidade de aprendizado, de acesso a variados tipos de consumo e de lazer, de emancipação econômica. Deste modo, a associação entre os baixos níveis de renda familiar e a possibilidade de o jovem estar inserido como estudante e trabalhador na estrutura ocupacional não é tão imediata quanto parece. São muitos os jovens cuja renda familiar possibilitaria uma dedicação exclusiva aos estudos, mas que acabam optando por também trabalhar.⁶

Outro dado importante é que, embora a escolaridade média tenha crescido, em 2007 ainda existia um número elevado de jovens afastados do mercado de trabalho e da escola: 19,7% daqueles entre 15 e 29 anos (tabela1). Note-se que o percentual de jovens do sexo feminino que não estuda e nem trabalha é bem maior que entre os do sexo masculino. Isto geralmente acontece porque muitas mulheres deixam a escola para cuidar de atividades domésticas – seja na condição de filha, seja na condição de cônjuge –, dedicando o seu tempo a ocupações não mensuradas economicamente. A proporção de jovens mulheres nesta situação cresce de acordo com a faixa etária, passando de 11,9%, entre as *jovens adolescentes*, a 31,8% e 32,5% entre as *jovens-jovens* e *jovens adultas*, respectivamente. Contudo, observam-se novas tendências que vêm na contramão do modelo tradicional de divisão de trabalho, segundo o qual cabe às mulheres assumir o cuidado da casa e dos filhos, e aos homens o papel de provedor: há um número cada vez maior de jovens mulheres que não abandonam o mundo do trabalho ou a ele

5. Somam-se, à situação de pobreza de uma significativa parcela de jovens brasileiros, as condições precárias de moradia. Dos que estão em áreas urbanas (85%, concentrados sobretudo no Sudeste), em 2007, 48,9% viviam em moradias com localizações inadequadas. Nota-se ainda que cerca de 2 milhões de jovens moravam em favelas. Quanto à qualidade da habitação, cerca de 28 milhões de jovens, de áreas urbanas e rurais, viviam em moradias fisicamente inadequadas como, por exemplo, sem água canalizada, sem rede de esgoto, sem coleta de lixo, construídas com materiais não-duráveis. As condições de moradia dos jovens das zonas rurais figuravam como bem mais precárias do que as dos jovens das zonas urbanas: 96,7% dos jovens rurais viviam em moradias inadequadas, percentual que corresponde a aproximadamente 7,5 milhões de jovens.

6. De maneira geral, pode-se afirmar que as relações entre estudo e trabalho são variadas e complexas, não se esgotando na oposição entre os termos. Estas, do ponto de vista dos jovens, podem ser caracterizadas como intermitentes. Não se pode afirmar que, no âmbito das orientações dos jovens que trabalham, existe uma adesão linear à escola ou um abandono ou exclusão total das aspirações de escolaridade. Ou seja, para os jovens, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou podem ter ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitem viver a condição juvenil. Por estes motivos, a experimentação e a reversibilidade de escolhas constituem fatores importantes para compreender as relações dos jovens tanto com a escola como com o mundo do trabalho, situando-as na dimensão do tempo como uma construção social e cultural em que se articulam demandas do presente e projetos do futuro (Sposito, 2005).

retornam, mesmo depois do casamento ou da maternidade; o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando: passou de 24,9%, em 1997, para 33,0%, em 2007, de acordo com os dados da PNAD.

TABELA 1

Condição de atividade e de estudo por sexo e faixas etárias em 2007

(Em %)

Faixa etária	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
Homens/mulheres				
15 a 29 anos	20,2	15,1	44,8	19,7
15 a 17 anos	60,3	21,8	8,29	9,5
18 a 24 anos	14,47	16,4	46,32	22,8
25 a 29 anos	3,4	8,9	65,8	21,7
Homens				
15 a 29 anos	18,0	16,7	53,8	11,3
15 a 17 anos	54,8	26,4	11,3	7,3
18 a 24 anos	12,2	17,5	56,1	13,8
25 a 29 anos	2,2	8,8	78,6	10,2
Mulheres				
15 a 29 anos	22,4	13,4	35,9	28,1
15 a 17 anos	66,0	17,0	5,0	11,9
18 a 24 anos	16,7	15,0	36,3	31,8
25 a 29 anos	4,4	9,1	53,8	32,5

Fonte: PNAD 2007/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc/Ipea).

No que tange ao mercado de trabalho, as oportunidades de inserção ocupacional dos jovens continuam a ser escassas, independentemente da elevação de sua escolaridade. Ademais, as trajetórias ocupacionais dos jovens têm sido marcadas pelo signo da incerteza: estes ocupam as ofertas de emprego que aparecem, normalmente de curta duração e baixa remuneração, o que lhes deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. Isto sem se tomarem em consideração as rápidas transformações tecnológicas, as quais modificam especializações em pouco tempo, e tornam obsoletas determinadas profissões.

Porém, é preciso sublinhar que existe uma grande diversidade de situações concernentes à qualidade dos postos de trabalho ocupados pelos jovens (tabela 2). Em geral, o grupo de *jovens adolescentes* se insere nas piores ocupações, cujas exigências de qualificação são menores. Em 2007, apenas 6,4% dos jovens de 15 a 17 anos ocupados tinham carteira assinada. À medida que a idade avança, constata-se um aumento da proporção de trabalhadores em melhores ocupações: 44,9% no grupo de *jovens-jovens* (18 a 24 anos) e 48,4% no de *jovens adultos* (25 a 29 anos) trabalhavam com carteira assinada. No entanto, nestes grupos, ainda é alto o percentual de jovens nas ocupações de pior qualidade: 32,8% do primeiro grupo e 23,5% do segundo. Apesar da vulnerabilidade do jovem no mercado de trabalho, observa-se, entre 1997 e 2007, uma melhora nas condições de trabalho, com maior formalização em todos os segmentos citados.

TABELA 2

Posição na ocupação (1997 e 2007)

(Em %)

	Faixa etária	1997	2007
Trabalhador com carteira	15 a 29 anos	35,8	42,3
	15 a 17 anos	16,7	6,4
	18 a 24 anos	38,4	44,9
	25 a 29 anos	40,7	48,4
Trabalhador sem carteira	15 a 29 anos	31,6	31,5
	15 a 17 anos	45,3	56
	18 a 24 anos	33	32,8
	25 a 29 anos	23,5	23,5
Trabalhador por conta própria	15 a 29 anos	13,2	11,4
	15 a 17 anos	6,4	7,5
	18 a 24 anos	11,4	9,6
	25 a 29 anos	18,7	14,7
Empregadores	15 a 29 anos	1,5	1,4
	15 a 17 anos	0,1	0,1
	18 a 24 anos	0,9	0,8
	25 a 29 anos	2,8	2,5
Não remunerados	15 a 29 anos	14	10,1
	15 a 17 anos	31,4	30
	18 a 24 anos	12,6	9,4
	25 a 29 anos	8	5,9
Servidor público	15 a 29 anos	3,9	3,2
	15 a 17 anos	0	0
	18 a 24 anos	3,5	2,4
	25 a 29 anos	6,2	5

Fonte: PNAD 2007/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc/lpea).

Um dos aspectos que evidenciam o quanto ainda são restritas as oportunidades para os jovens no mercado de trabalho é sua elevada taxa de desemprego: 4,6 milhões de desempregados, representando 61,4% do total no país. Com efeito, a juventude é o segmento populacional mais afetado pela baixa oferta de postos no mercado de trabalho: em 2007, os jovens apresentavam taxas de desemprego 2,9 vezes maiores que as dos adultos.

As mulheres jovens são mais afetadas pelo desemprego do que os homens. Em 2007, as taxas de desemprego entre as *jovens adolescentes* e os *jovens adolescentes* eram de 29,8% e de 18,2%, respectivamente; entre as *jovens-jovens* e os *jovens-jovens*, de 20,3% e 11,6%, respectivamente; e entre as *jovens adultas* e os *jovens adultos*, de 13,2% e 6,1%, respectivamente. Os jovens negros também são mais atingidos que os brancos, além de auferirem pior renda: na faixa etária de 18 a 24 anos enquanto o rendimento médio de um jovem negro era de R\$ 444,96, o de um branco alcançava R\$ 619,20.⁷

Cabe mencionar que, para avaliar a gravidade do desemprego juvenil, é necessário tomar em consideração um amplo conjunto de fatores, que vão além da

7. Em R\$ de agosto de 2007.

constatação da existência de uma baixa oferta de postos no mercado de trabalho. Por exemplo, a alta rotatividade entre os trabalhadores jovens, superior à dos demais trabalhadores, deve ser considerada, pois implica também maior taxa de desemprego (CASTRO e AQUINO, 2008; CARDOSO JR. *et al.*, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo buscou-se reunir uma gama de informações e análises que podem contribuir para enriquecer o atual debate sobre a situação social da juventude brasileira e sobre as políticas públicas a ela dirigidas. Especialmente gestores e estudiosos do tema podem se beneficiar destes resultados, aprofundando e ampliando as análises apresentadas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007 revela que a juventude brasileira ainda enfrenta um significativo conjunto de problemas. No campo educacional, os dados mostram um contínuo avanço na cobertura e nos anos de escolaridade em relação às gerações passadas, mas, mesmo assim, o país ainda não oferece a todos os segmentos juvenis acesso igual à educação. Persistem dificuldades para que um número expressivo de jovens persevere na trajetória escolar, assim como se mantém o grave problema da defasagem idade-série. Importa ressaltar que os jovens negros e os que vivem no campo são os que continuam a encontrar as maiores dificuldades no acesso e no percurso escolar.

Os dados também revelam que os jovens brasileiros estão majoritariamente vinculados ao mundo do trabalho. Conforme a idade avança, diminui o número de estudantes e aumenta o de jovens gravitando na órbita do trabalho, mas as oportunidades de sua inserção ocupacional permanecem escassas. Além disso, a juventude tem sido o grupo populacional mais fortemente atingido pelo desemprego e subemprego, o que se evidencia pela precariedade, pelos baixos salários, pela ausência de vínculo empregatício e pela insegurança.

Sublinhe-se que o sentimento de fracasso que atualmente acompanha um grande número de jovens no que diz respeito às trajetórias escolar e profissional representa uma porta aberta para a frustração e o desânimo, e um obstáculo para o delineamento de sonhos e projetos futuros.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.; BRANCO, P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- CARDOSO JR., J. C.; GONZALES, R., STIVALI, M.; SANTOS, J. C.; COSTA, A. **Longa caminhada, fôlego curto**: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude. (Texto para Discussão Nº 1224). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Texto para Discussão Nº 1335. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2008.
- GALLAND, O. *Les Jeunes*. Paris: La Découverte, 1996.
- _____. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.
- GUIMARÃES, N. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. *In*: ABRAMO, H.; BRANCO, P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE; INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS – PÓLIS. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Relatório final, 2005.
- INSTITUTO CIDADANIA. **Perfil da juventude brasileira**. Relatório final, 2003.
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Editora Biblos, 1996.
- SPOSITO, M. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In*: ABRAMO, H.; BRANCO, P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SITUAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: ALGUNS RESULTADOS DA PNAD 2007

Jorge Abrahão de Castro*

1 INTRODUÇÃO

A educação potencializa as capacidades do indivíduo, ao estimular o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, consoante a Constituição Federal de 1988. Disseminada de forma universal, é um dos mecanismos essenciais na promoção de oportunidades para os habitantes de um país. Reveste-se ainda de maior importância em situações de grande desigualdade social, quando então ganham relevo as responsabilidades do poder público.

Nos países desenvolvidos a educação compõe o núcleo do sistema de bem-estar social, e absorve elevada quantidade de recursos públicos. No Brasil ocorreram avanços importantes – como a ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais –, e alcançou-se mesmo a universalização do ensino fundamental. No entanto, ainda estão em pauta a necessidade da universalização da educação básica e a melhoria da qualidade do ensino, bem como a eliminação do analfabetismo, o que produziria inevitáveis impactos no longo prazo.

Portanto, é fundamental identificar os principais movimentos e tendências das condições da educação brasileira na atualidade. Assim, neste capítulo procura-se delinear, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, um quadro que possa subsidiar a formulação de políticas públicas dirigidas à educação.

Para tanto, na seção 2 dimensiona-se e analisa-se a situação do analfabetismo. Em seguida, na seção 3, mostra-se como tem evoluído a média de anos de estudos. Na seção seguinte, apresenta-se um novo indicador – denominado

* Diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea.

hiato educacional – o qual mensura os anos de estudos que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta obrigatória propugnada pela Constituição. Na seção 5, busca-se qualificar o tipo de escolarização que ocorreu no período, em todos os níveis e modalidades de ensino, de forma a se obter um perfil dos sucessos e fracassos verificados. Os indicadores são examinados com ênfase no comportamento das desigualdades, segundo recortes de renda, regional, urbano/rural e racial. Na sexta e última seção do capítulo, discorre-se genericamente sobre os principais resultados.

2 ANALFABETISMO

Os resultados da PNAD 2007 evidenciam redução da taxa de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais. A queda de 0,4 ponto percentual (p.p.), em relação a 2006, fez recuar este índice para 10%. De uma perspectiva histórica (tabela 1), nos últimos 14 anos a taxa de analfabetismo foi reduzida em apenas 7,2 p.p., com redução média de aproximadamente 0,5 p.p. ao ano (a.a.).

TABELA 1

Taxa de analfabetismo segundo categorias selecionadas (1992-2007)

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15 anos ou mais														
Brasil	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	12,4	11,8	11,6	11,4	11,1	10,4	10,0
Norte	14,2	14,8	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,6	12,7	11,6	11,3	10,9
Nordeste	32,7	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,3	23,4	23,2	22,4	21,9	20,8	20,0
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6	6,6	6,0	5,8
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,7	6,4	6,3	5,9	5,7	5,4
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,6	9,5	9,2	8,9	8,3	8,1
Localização														
Urbano Metropolitano	8,1	7,4	7,0	6,5	6,5	5,9	5,8	5,6	5,4	5,2	5,2	5,0	4,4	4,4
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32,0	30,2	29,0	28,7	27,7	27,2	25,8	25,0	24,1	23,3
Raça ou cor														
Branca	10,6	10,1	9,5	9,4	8,9	8,4	8,3	7,7	7,5	7,1	7,2	7,0	6,5	6,1
Negra	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	18,2	17,2	16,8	16,2	15,4	14,6	14,1
Faixa etária														
15 a 17 anos	8,2	8,2	6,6	5,9	5,4	4,6	3,7	3,0	2,6	2,3	2,1	1,9	1,6	1,7
18 a 24 anos	8,6	8,2	7,2	6,5	6,8	5,4	4,9	4,2	3,7	3,4	3,2	2,9	2,4	2,4
25 a 29 anos	10,0	9,3	9,3	8,1	8,6	7,7	7,2	6,8	6,3	5,8	5,8	5,7	4,7	4,4
30 a 39 anos	12,0	11,6	11,0	10,2	10,3	10,1	9,6	9,0	8,4	8,3	7,9	7,7	7,2	6,6
40 anos +	29,2	27,8	26,1	24,9	24,8	23,3	22,8	21,2	20,4	19,9	19,6	19,0	17,9	17,2

Fonte: Microdados da PNAD/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc/Ipea).

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

2. A raça negra é composta por pretos e pardos.

3. A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em termos absolutos, coube à região Nordeste a maior redução (0,8 p.p.). No entanto, esta região ainda apresenta um índice em torno de 20% – o dobro da média brasileira, e bastante acima das taxas no Sul e Sudeste, que não ultrapassam 6%.

Isto se deve ao fato de aquela região concentrar 53% do total de analfabetos brasileiros nessa faixa etária. Tanto no Nordeste quanto no Brasil em sua totalidade cerca de 90% dos analfabetos têm 25 anos ou mais; há maior concentração entre os idosos, em números absolutos e relativos.

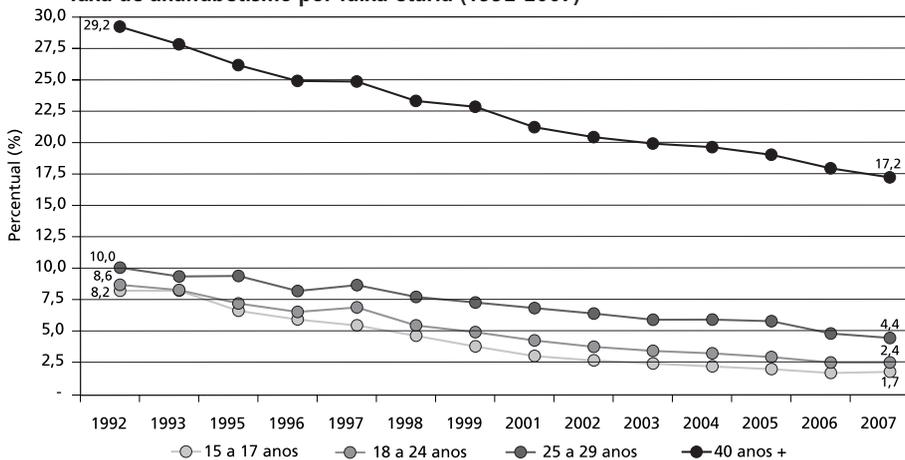
A par dos diferenciais regionais, observam-se também números bastante expressivos quando se consideram os quesitos localização e raça ou cor. Para a localização, verifica-se que quase um quarto da população rural é analfeta; já para a população urbana/metropolitana, o índice – que não se alterou de 2006 para 2007 – é de 4,4%. A população negra tem mais analfabetos (14,1%) que a branca (6,1%).

Por sua vez, a redução do analfabetismo se concentrou nas faixas etárias acima de 25 anos. A maior redução ocorreu na faixa de 40 anos ou mais (0,7 p.p.), seguida do segmento de 30 a 39 anos (0,6 p.p.). Entre os jovens de 15 a 17 anos, ocorreu acréscimo de 0,1 p.p. Este resultado pode advir de um efeito composição, pois a população nesta faixa está decrescendo muito rapidamente – cerca de 1,6% a.a., a partir de 2005.

A evolução do analfabetismo, apresentada no gráfico 1, mostra que a redução substancial na faixa etária de 15 a 17 anos (de 8,2%, em 1992, para 1,7%, em 2007) e na faixa de 18 a 24 anos (8,6% para 2,4%) reflete a incorporação e alfabetização de crianças e jovens pelo sistema educacional. Os dados para a população acima de 40 anos alertam para o grande contingente de analfabetos nesta faixa etária.

GRÁFICO 1

Taxa de analfabetismo por faixa etária (1992-2007)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Discoc/Ipea.

Portanto, o fato de ainda ser bastante elevada a taxa relativa à população de 15 anos ou mais evidenciaria dificuldades de acesso à educação, de que padeceram grande parte dos adultos e idosos – quando estes estavam no período adequado para frequentar escolas –, assim como problemas atuais com a cobertura insuficiente e a pequena eficácia dos programas de alfabetização. Logo, mantendo-se tal tendência, a erradicação do analfabetismo no Brasil terá de aguardar pelo menos duas décadas.

3 MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO

Os dados da PNAD 2007 também revelam ligeira ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. Para o país e para todas as suas regiões, houve aumento de 0,1 ano em relação a 2006. Com isso, a taxa média brasileira atingiu 7,3 anos, tendo como extremos as regiões Sudeste (oito anos) e Nordeste (seis anos). Desse modo, apenas a primeira região atingiu, em termos médios, a escolarização mínima obrigatória de oito anos de estudos, estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

Existem diferenciais bastante expressivos também quando se observam os fatores localização e raça ou cor. Para a localização, a diferença chega próxima a menos quatro anos de estudos para a população rural, se comparada à população urbana/metropolitana. A população negra também tem menos dois anos de estudo, em média, em comparação com a branca.

TABELA 2

Número médio de anos de estudo segundo categorias selecionadas (1992-2007)

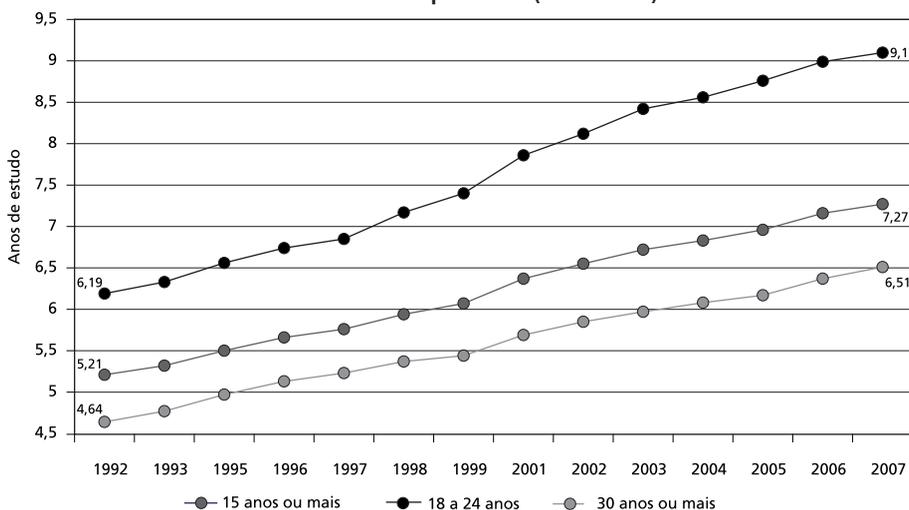
Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15 anos ou mais														
Brasil	5,2	5,3	5,5	5,7	5,8	5,9	6,1	6,4	6,5	6,7	6,8	7,0	7,2	7,3
Norte	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	6,2	6,4	6,6	6,8
Nordeste	3,8	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5	5,7	5,9	6,0
Sudeste	5,9	6,0	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	7,1	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	8,0
Sul	5,6	5,7	5,9	6,1	6,2	6,3	6,5	6,7	6,9	7,1	7,2	7,3	7,5	7,6
Centro-Oeste	5,4	5,5	5,7	5,8	6,0	6,2	6,2	6,5	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5
Localização														
Urbano metropolitano	6,6	6,7	6,9	7,1	7,1	7,3	7,4	7,6	7,8	8,0	8,1	8,2	8,5	8,5
Rural	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,4	3,6	3,8	4,0	4,2	4,3	4,5
Raça ou cor														
Branca	6,1	6,2	6,4	6,5	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,6	7,7	7,8	8,0	8,2
Negra	4,0	4,1	4,3	4,5	4,5	4,7	4,9	5,2	5,5	5,7	5,8	6,0	6,2	6,4
Faixa etária														
10 a 14 anos	2,9	3,0	3,2	3,3	3,3	3,5	3,6	3,9	4,0	4,1	4,1	4,1	4,2	4,1
15 a 17 anos	5,0	5,1	5,4	5,6	5,7	5,9	6,2	6,5	6,7	6,9	7,0	7,1	7,2	7,2
18 a 24 anos	6,2	6,3	6,6	6,7	6,9	7,2	7,4	7,9	8,1	8,4	8,6	8,8	9,0	9,1
25 a 29 anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,5	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9
30 anos+	4,6	4,8	5,0	5,1	5,2	5,4	5,4	5,7	5,9	6,0	6,1	6,2	6,4	6,5

Fonte: PNAD/IBGE.

O número médio de anos de estudo ainda é bastante insatisfatório, devido à elevada proporção de analfabetos entre adultos e idosos. Observa-se que quanto mais velha é a população, menor a média de anos de estudo. O gráfico seguinte mostra que a população com mais de 30 anos tem em média 6,5 anos de estudo, enquanto a população de 18 a 24 anos chega a 9,1 anos de estudo, ou seja, 2,6 anos de estudos a mais.

GRÁFICO 2

Número médio de anos de estudo – por idade (1992–2007)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/lpea.

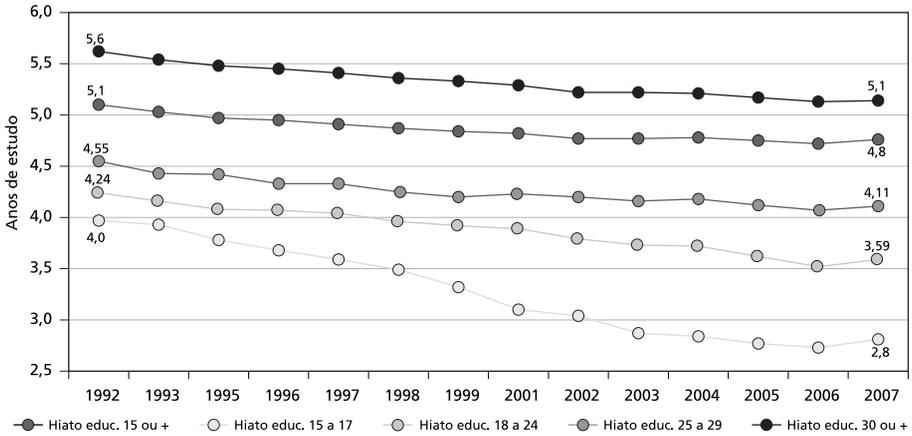
Portanto, ampliar o acesso a cursos destinados a jovens e adultos implicará a aceleração do crescimento da escolaridade média da população brasileira. Por sua vez, assegurar a todos a conclusão do ensino fundamental, na idade adequada – meta que integra o compromisso do governo brasileiro no âmbito dos Objetivos do Milênio –, não apenas concorrerá para ampliar o nível médio de escolarização, mas também favorecerá a progressiva obrigatoriedade do ensino médio, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido, a elevação a um patamar minimamente aceitável da média de anos de estudo dependerá, em grande medida, dos avanços na educação de jovens e adultos e da universalização da conclusão do ensino fundamental.

4 O HIATO EDUCACIONAL

Outra forma de avaliar a situação da educação dos brasileiros é o indicador que denominamos *hiato educacional*. Este indicador determina a quantidade de anos que, em média, faltam aos indivíduos que se encontram abaixo da meta da educação obrigatória – oito anos de estudos – para atingi-la, por faixa etária.

GRÁFICO 3

Hiato educacional – em anos de estudo e por idade (1992-2007)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

O gráfico 3 mostra que o hiato é considerável, mas houve avanços em todas as faixas etárias, ainda que com velocidades diferentes. Observa-se que quanto mais avançada é a idade, menor a queda do hiato. Por exemplo, para a população com mais de 30 anos, passou de 5,6 para 5,1 anos (este valor indica que não se atingiu nem metade da meta). Quanto à população de 15 a 17 anos, apesar de o hiato ainda ser bastante expressivo, caiu de quatro (metade da meta) para 2,8 anos de estudo. Estes números revelam as dificuldades de os alunos concluírem seus estudos no período adequado, o que remete aos problemas da repetência e da evasão escolar.

5 ESCOLARIZAÇÃO

Outro indicador educacional que denota avanços em relação a 2006 é a taxa de escolarização, por faixas etárias. As crianças de zero a três anos tiveram maior incremento absoluto (1,7 p.p.), de modo que a taxa de escolarização nesta faixa etária ampliou-se para 17,1%. Para as crianças de quatro a seis anos, continua a ampliação da escolarização (1,6 p.p.) em relação a 2006. Neste caso, é plausível supor que o aumento se relaciona à mudança no quadro legal – houve ampliação do ensino fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade. Na população de 7 a 14 anos, houve pequeno decréscimo de 0,1 p.p., e a média nacional atingiu 97,6%. Considerando-se que, neste caso, o índice já se aproxima da universalização, a tendência futura é de pouca variação. Entre os jovens de 15 a 17 anos, também houve decréscimo de 0,1 p.p. Nesta faixa observa-se uma grande oscilação do indicador no decorrer dos anos, com pequenas quedas e subidas.

TABELA 3

Taxa de escolarização, segundo as faixas etárias (1992-2007)

Faixa etária	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
0 a 3 anos	7,6	7,4	8,07	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,5	17,1
4 a 6 anos	35,8	38,5	53,5	53,8	56,31	57,9	60,2	65,6	67,0	68,4	70,5	72,0	76,0	77,6
7 a 14 anos	86,6	88,6	90,2	91,2	93,02	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,7	97,6
15 a 17 anos	59,7	61,9	66,6	69,4	73,28	76,5	78,5	81,1	81,5	82,4	81,9	81,7	82,2	82,1
18 a 24 anos	22,6	24,9	27,1	28,4	29,40	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Notas: ¹ A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

² A raça negra é composta de pretos e pardos.

³ A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Obs.: 1. Nas pesquisas de 1992 e 1993 a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com cinco anos ou mais de idade.

A taxa de escolarização pode refletir aspectos positivos e negativos. Até a idade de 14 anos, quanto maior o índice, tanto melhor. Mas, a partir daí, uma taxa elevada pode encobrir altos índices de distorção idade-série. Por exemplo, em 2007, 82,1% da população de 15 a 17 anos frequentavam a escola, mas apenas 48% cursavam pelo menos o ensino médio, correspondente ao nível adequado a esta faixa etária. Pode-se constatar, por intermédio da tabela 4, que a taxa de escolarização da população de 15 a 17 anos teve crescimento contínuo até 2003 e, desde então, se mantém mais ou menos constante. Por sua vez, a taxa de frequência líquida, nesta faixa etária, tem apresentado crescimento ininterrupto, ao longo do mesmo período, de acordo com a tabela 4, a seguir.

TABELA 4

Taxa de frequência líquida, segundo as faixas etárias (1992-2007)

Nível/modalidade de ensino	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Educação infantil (0 a 6 anos)	13,8	14,8	25,1	25,1	26,6	27,0	28,2	31,2	32,7	33,8	35,6	36,1	37,9	
Ensino fundamental (7 a 14 anos)	81,3	82,9	85,4	86,5	88,5	90,9	92,3	93,1	93,7	93,8	93,8	94,4	94,8	
Ensino médio (15 a 17 anos)	18,2	18,9	22,1	24,1	26,6	29,9	32,7	36,9	40,7	43,1	44,4	45,3	47,4	48,0
Ensino superior (18 a 24 anos)	4,6	4,8	5,8	5,8	6,2	6,8	7,4	8,9	9,7	10,6	10,5	11,2	12,4	13,0

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

² A raça negra é composta por pretos e pardos.

³ A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

⁴ Em 2007 foi efetivada a expansão para nove anos no ensino fundamental, o que afeta o resultado dos indicadores quanto à educação infantil (zero a seis anos) e ao ensino fundamental (7 a 14 anos), tornando os resultados deste ano não comparáveis com os demais. Por isso, não foram apresentados.

⁵ Nas pesquisas de 1992 e 1993 investigou-se a frequência à escola apenas para pessoas com cinco anos ou mais de idade.

Os dados apresentados na tabela 4 evidenciam avanços mais expressivos nos níveis médio e superior. No primeiro caso, a taxa atingiu 48% da população de 15 a 17 anos, índice 0,6 p.p. maior que o de 2006, crescimento relativamente inferior ao que vinha ocorrendo ao longo da série histórica sob análise. Na educação superior, o índice de 13% foi obtido mediante acréscimo de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior.

O contínuo aumento da taxa de frequência líquida na faixa etária de 15 a 17 anos pode ter sido beneficiado pela melhoria do fluxo escolar, devido ao aumento dos índices de aprovação no ensino fundamental – o que permite ao aluno o ingresso no nível subsequente em idade menos defasada –, e no ensino médio – o que favorece a conclusão do ciclo básico em idade menos avançada.

Por sua vez, é provável que o aumento da frequência líquida na faixa etária de 18 a 24 anos seja um dos efeitos da política de ampliação do acesso à educação superior, encampada pelo Ministério da Educação, a qual vem sendo estruturada em três linhas de ação: *i*) ampliação das vagas nas instituições federais de ensino (Ifes); *ii*) ampliação do Financiamento Estudantil (Fies); e *iii*) instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni). Estas iniciativas deram novo fôlego à expansão da educação superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da PNAD 2007, no que diz respeito ao analfabetismo, mostrou as seguintes características: *i*) é bem mais acentuado na população negra; *ii*) as regiões menos desenvolvidas, os municípios de pequeno porte e as zonas rurais apresentam os piores índices; *iii*) está fortemente concentrado nos segmentos de baixa renda; e *iv*) o percentual e a quantidade de analfabetos se ampliam nos estratos de idade mais avançada. Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos. Seu declínio está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional, com a morte dos idosos analfabetos.

No que concerne ao acúmulo de escolarização, os dados revelam ligeira ampliação da média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. No entanto, persistem fortes diferenças regionais, que são também expressivas quando se observa este indicador considerando-se os quesitos localização e raça/cor.

O hiato educacional mostrou-se muito elevado, traduzindo em grande medida as dificuldades de os alunos concluírem seus estudos em tempo hábil, o que remete à repetência e à evasão escolar.

A taxa de escolarização apresentou incremento, em relação a 2006, para as faixas etárias de zero a três e quatro a seis anos. Para a população de 7 a 14 anos,

houve decréscimo. Por fim, destaca-se a ampliação das taxas de frequência líquida em todos os níveis de ensino – maiores no ensino médio e no nível superior.

Esses indicadores mostram que, quanto às políticas de alfabetização, o grande desafio é repensar os atuais programas destinados aos adultos, a fim de torná-los mais efetivos para, em seguida, ampliar-lhes a cobertura. É também imprescindível acelerar a velocidade de crescimento do acúmulo de escolarização da população, o que se vincula à ampliação do acesso e da permanência nas escolas, em todos os níveis e modalidades. Na educação infantil e no ensino médio os dados mostram que o país está longe da universalização.

Enfim, o grande desafio é promover uma extensa melhoria da qualidade da educação brasileira, devotando-se especial atenção aos conhecimentos e habilidades requeridos no atual estágio de desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). Observatório da Equidade. **Relatório de Observação**, n.1. Brasília, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007**. (Microdados).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais** – acompanhamento e análise. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas: Brasília, nº 16, março de 2008.

CONVENÇÕES DE GÊNERO EM TRANSIÇÃO NO BRASIL? UMA ANÁLISE SOBRE OS DADOS DE FAMÍLIA DA PNAD 2007

Alinne Bonetti*
Natália Fontoura**

1 FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

Como já tem sido divulgado há alguns anos, o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando no Brasil. Ao longo da última década, observa-se a manutenção da tendência de aumento na proporção destas famílias, que passou de 24,9% em 1997 para 33,0% em 2007, e representa, de acordo com os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 19,5 milhões de famílias que identificam uma mulher como sua principal responsável.

Esse aumento pode ser relacionado a uma série de fatores. O primeiro deles diz respeito à maior longevidade das mulheres, aliada a um envelhecimento geral da população, como se pode depreender do capítulo 1 desta coletânea. Em quase 27% destas famílias chefiadas por mulheres, a chefe tem 60 anos ou mais. Outro fator importante para se compreender o aumento do número deste tipo de família diz respeito ao incremento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o que permite que muitas assumam sozinhas o sustento do lar ou, mesmo com a presença de um companheiro, sejam identificadas como principais responsáveis, pois contribuem com mais renda.

Cabe lembrar que, embora a participação no mercado de trabalho represente possibilidades de maior autonomia e emancipação, em especial para as mulheres oriundas de determinados estratos sociais, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, nas quais somente elas são as responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos, deve ser lido com cuidado. Tal fenômeno pode estar relacionado

* Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e coordenadora da área de igualdade de gênero da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea.

ao aumento da precarização tanto da vida quanto do trabalho destas mulheres. De um lado, a sua situação como trabalhadoras cria uma combinação perversa de baixos níveis de escolaridade e de qualificação com sobrecarga de trabalho, reduzindo as suas possibilidades de acesso a empregos e salários dignos. De outro lado, dado este quadro, restam-lhes pouco tempo e recursos para investimento em si e na sua qualificação (MENDES, 2008).

Neste capítulo será abordado o fenômeno da chefia de família feminina, mais especificamente o crescimento de um tipo específico deste universo, a saber, aquele que ocorre em famílias formadas por casais com filhos. Embora represente um universo pequeno dentro da magnitude do fenômeno mais amplo, ele nos traz indícios para se analisar um processo mais geral e complexo em curso: a transformação das convenções tradicionais de gênero na nossa sociedade.

Para tanto, o capítulo foi organizado da seguinte maneira: na próxima seção, apresentam-se as bases teóricas que subsidiam esta análise, fundamentalmente as principais posições sobre o fenômeno da chefia feminina, com as quais dialoga-se aqui. Na seção seguinte, apontam-se os dados de famílias formadas por casais com filhos chefiadas por mulher e os dados sobre afazeres domésticos oriundos da PNAD 2007, buscando tanto mostrar indícios de (des)igualdade de gênero nas famílias brasileiras como testar os seus limites e as suas possibilidades em relação às transformações nas convenções de gênero. Ao final, são tecidas algumas considerações sobre as possibilidades deste tipo de análise.

2 PARÂMETROS TEÓRICO-ANALÍTICOS

2.1 O que é ser “chefe”?

A pergunta feita pelos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela realização da PNAD, é assim formulada: “qual o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?”¹

A expressão “chefe de família” continua a ser usada por tradição, apesar de, desde 1995, o IBGE não mais utilizá-la em suas pesquisas. Tal mudança deve-se à ideia de comando a ela subjacente, incompatível com as novas formas de família

1. Cabe salientar a distinção entre “domicílio” e “família”, adotada pelo IBGE: domicílio é “o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia” (IBGE, 2007, p. 6). Já família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residam na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que more só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Definem-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (*op. cit.*). Na presente análise, o conceito adotado é o de família.

oriundas das transformações na própria estrutura familiar brasileira, bem como da participação de outros membros da família na provisão do domicílio e na distribuição de responsabilidades. A mudança remete, assim, a um primeiro passo na “superação do pressuposto implícito sobre a hierarquia de gênero na família” (OLIVEIRA, 2005, p. 128).

Em sendo assim, a definição de “pessoa de referência” adotada pelo IBGE diz respeito à “pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família), ou que assim fosse considerada pelos demais membros”, e “cônjuge”, à “pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial” (OLIVEIRA, SABÓIA e SOARES, 2002). São necessários mais estudos para que se possa compreender o que as pessoas entendem por “principal responsável”. Os dados indicam que a identificação do chefe pode estar relacionada à:

- i)* renda: a pessoa que é a principal responsável pelas despesas da casa, a principal fonte de sustento da família, é identificada como chefe;
- ii)* autoridade: identifica-se como responsável a pessoa que exerce este papel sobre os demais membros da família; e
- iii)* responsabilidade pela casa: é indicada como chefe aquela pessoa que responde pelas tarefas domésticas e pelo cuidado da família e do domicílio.

É importante, ainda, lembrar que a identificação da pessoa responsável pela família difere de acordo com o informante. Assim, no Censo 2000, por exemplo, em 68,6% dos domicílios chefiados por mulheres, a respondente foi a própria mulher responsável (OLIVEIRA, SABÓIA e SOARES, 2002).

2.2 Entre convenções de gênero e papéis sexuais

Uma primeira questão a ser explicitada é relativa à noção de gênero com a qual se está trabalhando neste capítulo. Aqui, ela assume dois planos distintos: no primeiro, esta noção é tomada como uma categoria epistemológica, que parte do imaginário sexual (STRATHERN, 1990) e se traduz num princípio basilar e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder, o que significa dizer que todas as coisas do mundo têm um atributo relativo a gênero e poder. Quando se fala em perspectiva de gênero, é desta abordagem que se parte. E é por meio dela que aqui se analisa como as formações sociais refletem assimetrias de gênero e desigualdades. No segundo plano, gênero é tratado como uma categoria analítica, relacional e que remete à produção simbólica, no plano dos valores, das convenções de feminilidades e de masculinidades oriundas de determinadas configurações sócio-históricas.

É por meio dessas duas formas de se conceber gênero que se habilita aqui a, antes de investir em e presumir diferenças dadas entre homens e mulheres, questionar *como* tais diferenças se constituem e *se* produzem relações desiguais de poder. Assim, assume-se que “gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais, com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (ROSALDO, 1995, p. 22).

Tais formas locais podem ser compreendidas como “convenções de gênero”, ou seja, o conjunto de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e as suas práticas. No mundo ocidental, tais convenções são informadas pela matriz falocêntrica, a centralidade do masculino como parâmetro positivo do qual se origina a assimetria de gênero, e pela “matriz heterossexual compulsória”, que pode ser entendida como:

(...) o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2003, p. 216).

A partir dessas matrizes, que impõem um modelo de inteligibilidade de gênero, as convenções de gênero e sexualidade ocidentais pressupõem uma relação necessária e de coerência entre sexo, gênero, identidade, desejo e prática sexual. É, portanto, daqui que se originam modelos normativos de família que se imiscuem nas análises, pressupondo o arranjo marido, mulher e filhos, com posições e atributos muito definidos, dentro deste pequeno sistema chamado família. Além disso, estas matrizes instituem o sexo como pré-discursivo, um dado da natureza, e o gênero como construto cultural, enquanto alguns estudos históricos apontam para o caráter social e politicamente construído tanto do sexo quanto do gênero.²

Por causa desses argumentos é que optou-se por trabalhar analiticamente com a categoria gênero e com convenções de gênero, tal como expostas, e abrir mão da categoria papel sexual, muito utilizada nas análises sociodemográficas sobre a família. Esta categoria, por sua vez, é caudatária da escola interacionista estadunidense, da teoria dos papéis, de caráter sistêmico e funcionalista. Tal uso tem o intuito de identificar e descrever as diferentes funções desempenhadas pelos

2. Laqueur (2001) demonstra que o dimorfismo sexual, enquanto uma categoria biológica tal como a conhecemos hoje, é um construto que remonta aos escritos de Galeno. Para os gregos, havia apenas um sexo, o masculino, sendo o feminino uma versão mal acabada daquele. É a partir da influência do biopoder, difundido por instituições como a biomedicina moderno-iluminista, que surge o dimorfismo sexual.

diferentes atores sociais dentro desta instituição, tais como o papel de provisão do lar, o papel do cuidador etc.

Assim, a teoria dos papéis sexuais parte de um padrão normativo implícito, que está associado a um modelo abstrato de família nuclear, composta por uma divisão sexual tradicional do trabalho entre homem-provedor e mulher-cuidadora (CONNELL, 1987), o que por vezes representa uma amarra teórica que torna a análise mais limitada. Tal uso, no entanto, tornou-se atraente porque significou uma abertura para se analisar as construções sociais e as expectativas direcionadas a cada um dos sexos na sociedade.

Ainda segundo o autor, essa abordagem padece de vagueza analítica. A limitação mais séria, contudo, é a lacuna explicativa que ela deixa entre a agência individual, a estrutura social e a interação entre ambas.³ Tal ausência acaba sendo suprida pela categoria sexo, tomada como uma base biológica invariável, sobre a qual a superestrutura social maleável atua. Ou seja, no modelo tradicional de família formada por homem, mulher e filhos, há a possibilidade de variabilidade de papéis, mas não de contestação desta formação. Assim, a instituição família, entendida como um sistema, bem como as funções destinadas aos seus componentes, que são complementares entre si, se mantêm.

As críticas apontam para um esvaziamento analítico relativo às relações de poder, que não permite uma visão mais ampla da organização sociossimbólica e da influência da agência dos sujeitos sociais nas transformações das estruturas e sistemas sociais. No paradigma dos papéis sexuais não há espaço para as tensões oriundas da disjunção entre agência dos sujeitos sociais e concepções/visões de mundo. Tendo em vista tais limitações, para analisar as transformações nas relações de gênero no Brasil contemporâneo decidiu-se trabalhar com a abordagem das convenções de gênero a partir da perspectiva de gênero, em detrimento da abordagem dos papéis sexuais.

A família é um dos espaços sociais mais relevantes para se compreender as (des)igualdades de gênero. Uma das convenções de gênero mais correntes, por exemplo, que informa o que se pode chamar de modelo de masculinidade hegemônico brasileiro, diz respeito à expectativa de que os homens sejam os provedores – se não exclusivos – preferenciais das suas famílias. Ou, ainda, se efetivamente não o forem, que pelo menos mantenham o seu lugar simbólico destacado. Recorre-se em seguida à literatura com a qual se dialoga neste capítulo.

3. O conceito de agência (*agency*) associa-se ao *corpus* teórico da Teoria da Prática (em especial Bourdieu, 1978, e Ortner, 2006). Em linhas gerais, tal conceito remete aos desejos, às motivações, às ações dos sujeitos nos processos sociais, e à sua capacidade de fazer escolhas e explicitá-las no seu meio social, que são sempre construídos cultural e politicamente. A abordagem proposta pela Teoria da Prática por meio da utilização do conceito de agência busca evidenciar a interação entre a ação dos sujeitos sociais e a estrutura social, de maneira a compreender os interstícios da reprodução social e as possibilidades de transformação por meio da ação humana.

2.3 Chefia feminina e modelos de família

O tema da chefia de família feminina tem sido objeto de muitos investimentos e análises nos últimos anos, em virtude da necessidade de compreensão do crescimento deste fenômeno e da sua implicação na vida das mulheres. As análises se originam das mais distintas disciplinas e dão vazão a inúmeras preocupações relativas a fenômenos associados à chefia feminina de família, tais como feminização da pobreza (MEDEIROS *et al.*, 2005; NOVELLINO, s.d.; PAES E BARROS *et al.*, 1993), relação entre trabalho doméstico não remunerado e inserção das mulheres no mercado de trabalho (PICANÇO, 2005), dupla jornada feminina, entre outros. Cabe salientar que grande parte destes autores lança mão da categoria papéis sexuais para compreender as transformações e permanências relativas ao gênero nos arranjos familiares.

Muitas análises ressaltam que a necessidade da entrada de outros membros da família no mercado de trabalho (mulheres e filhos) a fim de garantir a sobrevivência do grupo em virtude das crises econômicas por que passou o país vem contribuindo para a quebra da hegemonia do homem como detentor do papel de provedor exclusivo da família. Contudo, mesmo com a diversificação e circulação dos papéis de provedor, há ainda a manutenção de padrões assimétricos de gênero (GOLDANI, 1994 e 2002).

A fim de compreender a permanência das desigualdades dentro da família, Oliveira (2005) assevera que “a dicotomia dos papéis sexuais familiares é entendida em termos de complementaridade e de funcionalidade” (p. 125). Em vista disso, a função de provedor, ligada normativamente ao homem por conta do seu trabalho remunerado e da ligação com o mundo público do trabalho, é essencial para a sobrevivência da família. Segundo a autora, é disto que decorre o papel de liderança destinado ao homem e a legitimação da dominação masculina.

Esse esquema explicativo é muito interessante, e poderia suprir a lacuna acerca da manutenção das assimetrias de gênero na família. No entanto, ele trabalha com alguns pressupostos implícitos que dão origem a certas generalizações problemáticas, tais como: *i*) a pressuposição de um modelo único, normativo, de família; *ii*) a premissa da cisão entre os domínios público e privado, como esferas exclusivas masculina e feminina, respectivamente; e *iii*) a consideração da entrada das mulheres no mundo do trabalho remunerado como uma grande novidade. Todos estes elementos remetem à experiência histórica e cultural de uma camada da população em específico, que acaba por ser tomada como paradigma para todas as outras, dando origem às generalizações mencionadas.

Análises históricas e socioantropológicas demonstram que as mulheres das camadas populares sempre trabalharam fora de casa, a despeito das normas hegemônicas vigentes para os modelos de feminilidade de então. Mais especificamente,

no período da Primeira República brasileira, em meio ao processo de estabilização das relações de trabalho assalariado, estudos apontam que as mulheres e as crianças eram os empregados preferenciais, por representarem uma mão de obra mais barata (FONSECA, 1999).

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa (*op. cit.*, p. 517).

Além disso, os registros históricos apontam para a existência de famílias chefiadas por mulheres entre uma variedade de outros arranjos que não aqueles típicos das camadas mais abastadas, os quais serviriam de modelo a ser inculcado nas camadas populares (SOIHET, 1999). De forma geral, o conceito de família se consolidou no pensamento social ocidental como uma instituição humana universal, lugar do afeto e da cooperação, e que se constitui numa oposição simbólica ao mundo público, do trabalho, da política (YANAGISAKO e DELANEY, 1995). Além disso, o construto ideológico “família” se define como um dos espaços mais hierárquicos e marcados por profunda desigualdade (ARENDET, 1987).

No pensamento social brasileiro clássico, o modelo de família historicamente tomado como paradigmático é o patriarcal, baseado na distribuição desigual de poder entre os seus membros, cujo epicentro é a figura paterna. Tal modelo, no entanto, tem sido alvo de investigações e críticas, tendo em vista as transformações que vêm ocorrendo nas famílias, e a existência dos mais variados arranjos familiares (CORRÊA, 1994). Mesmo se tratando de um modelo ideologicamente dominante, há uma vasta literatura histórica e socioantropológica que retrata os distintos modelos e arranjos familiares já vigentes no Brasil urbano da Primeira República: entre as camadas mais abastadas, tem-se a forte influência do modelo de família burguesa como signo de modernização do país, e entre as camadas populares, “a organização familiar assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós” (SOIHET, 1999, p. 362), alvo de disciplinamento e inculcação de valores da família burguesa.

Nas últimas décadas, o quadro da organização familiar no Brasil vem se complexificando. Novos arranjos têm ganhado cada vez mais visibilidade: famílias formadas por casais heteroafetivos sem filhos, famílias formadas por casais homoafetivos sem filhos, e famílias homoparentais (FONSECA, 2007). Tais fenômenos vêm sendo acompanhados com mais proximidade por pesquisas qualitativas, já que não há dados quantitativos sistematicamente recolhidos sobre estas novas possibilidades de organização familiar.

A partir das transformações no comportamento reprodutivo brasileiro – que têm impactado a fecundidade no país, reduzindo-a (SIMÕES, 2006) –, do desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas, e da grande inserção das mulheres das camadas médias no mercado de trabalho, questionam-se as convenções de gênero e a própria concepção de família vigentes no Brasil contemporâneo. Estaria em curso um processo de pluralização, democratização e ampliação da igualdade dentro da esfera familiar?

Os dados sobre o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, em especial daquelas formadas por casais com filhos, contribuem na identificação dos indícios desse processo. Ao longo dos anos, os dados sobre chefia feminina de família, bem como aqueles sobre os arranjos familiares, têm chamado atenção de pesquisadoras e pesquisadores das mais diferentes áreas justamente porque têm apontado para possibilidades de transformações culturais mais profundas no plano das convenções de gênero.

Há, ainda, no entanto, muito a se estudar para se compreender o porquê de a esfera da família ser a mais refratária e resistente a transformações na direção da igualdade entre homens e mulheres (SORJ, 2004). Uma das evidências mais importantes desta desigualdade é a assimetria na divisão de tarefas domésticas. O trabalho não remunerado é – e parece ainda ser – atribuído historicamente às mulheres, e naturalizado como sua obrigação exclusiva. É o que se verá a seguir.

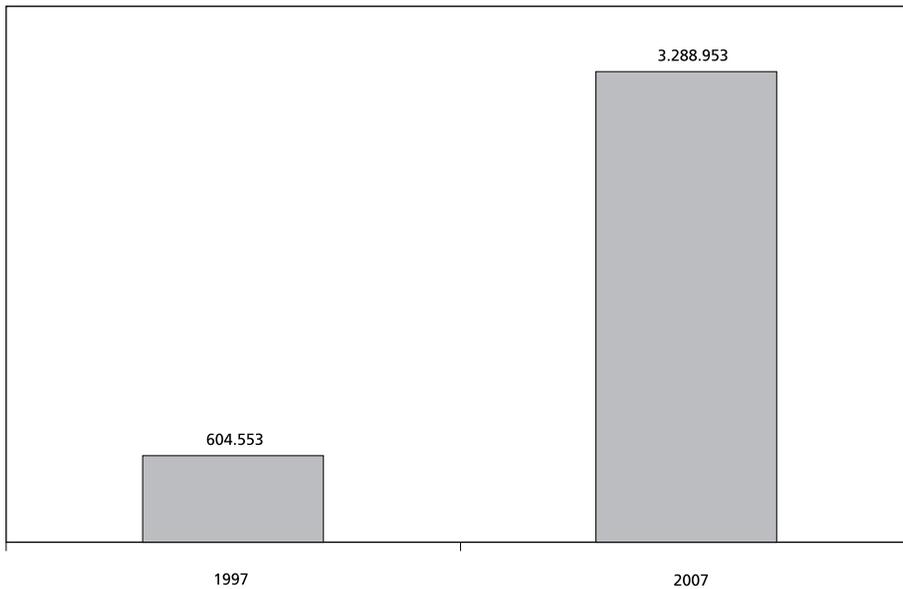
3 FAMÍLIAS FORMADAS POR CASAIS COM FILHOS CHEFIADAS POR MULHERES E AFAZERES DOMÉSTICOS: TRANSFORMAÇÕES NAS CONVENÇÕES DE GÊNERO?

A PNAD traz alguns dados interessantes para a reflexão sobre as relações entre homens e mulheres no âmbito da família. Para além da questão do aumento do número de famílias chefiadas por mulheres – fenômeno relevante, mas marcado por grande heterogeneidade e interpretações as mais diversas –, chama atenção o aumento, nos últimos anos, do número de famílias formadas por casais com filhos chefiadas por mulheres.

Nesse caso, mesmo com a presença de um homem na família, a pessoa respondente identificou a mulher como principal responsável. Os dados assinalam que, entre 1997 e 2007, este tipo de família aumentou de pouco mais de 600 mil para quase 3,3 milhões. Em 1997, entre as famílias formadas por casais com filhos – que correspondiam a 57,5% do total de famílias brasileiras –, somente 2,4% eram chefiadas por mulheres. Em 2007, esta proporção sobe para 11,2%.

GRÁFICO 1

Famílias de casais com filhos chefiadas por mulheres



Fonte: PNAD/IBGE, (1997; 2007).

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc/Ipea).

Em vista dessa evidência, cabe refletir sobre o que tal dado pode nos dizer sobre processos sociais mais amplos e sobre mudanças de visões de mundo mais profundas, sobretudo no que tange a convenções de gênero que acompanham as transformações dos arranjos familiares, e não só o desempenho de papéis e funções dentro da família. Tais dados, associados a outro fenômeno tímido, mas em ascensão, e que tem chamado atenção de muitos pesquisadores do campo (WOORTMANN e WORTMANN, 2002; BERQUÓ, 2002), contribuem para que se aposte nesta tendência de transformação. Trata-se do crescente número de famílias monoparentais masculinas, que passou de 2,3% do total de famílias brasileiras em 1997 para 3,0% em 2007 (PINHEIRO *et al.*, 2008).

Em se tratando de um fenômeno tão complexo como a transformação das visões de mundo e valores num espaço de tempo tão curto, tais dados apontam para o questionamento do lugar simbólico do homem como o provedor exclusivo, o que indica a possibilidade de um horizonte mais igualitário de gênero para outras gerações. Se estes dados sugerem um futuro mais promissor para as relações de gênero, quando associados aos dados sobre afazeres domésticos o entusiasmo se arrefece, já que estes salientam a persistência das desigualdades de gênero.

Desde 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) levanta informações a respeito da realização de afazeres domésticos e do tempo a eles

dedicado por todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade.⁴ Em conjunto à questão sobre o tempo gasto entre o local de moradia e o local de trabalho, estas são as únicas duas informações sobre uso do tempo dos brasileiros recolhidas pelo IBGE.⁵

Os dados relativos ao cuidado com afazeres domésticos revelam uma importante e persistente assimetria de gênero. *O tempo que as mulheres dedicam aos afazeres domésticos é significativamente maior do que aquele dedicado pelos homens, independentemente da condição na família (chefe ou cônjuge), da escolaridade, da renda ou da condição de ocupação (ocupado, desocupado ou inativo)*. Os dados confirmam o que se percebe pela observação da vida social: são, ainda, as mulheres as principais responsáveis pela tarefa de cuidar da casa, dos filhos, dos idosos, da manutenção da família e de todas as atividades relacionadas ao âmbito doméstico.

Tomando-se como foco as *famílias formadas por casais com filhos*, observa-se que os *homens*, que nestas famílias estão na posição de *chefe*, dedicam *10,05 horas semanais* aos afazeres domésticos. Poderia se esperar que os homens na posição de *cônjuge* ocupassem mais tempo da sua semana nestas atividades: de fato ocupam, mas, na média, não ultrapassam as *10,44 horas* semanais.

Contraopondo-se as *mulheres chefes ocupadas com os homens cônjuges desocupados*, comparação a partir da qual poderia se esperar uma reversão do quadro acima, os dados confirmam a *desigualdade*: as primeiras dedicam em média 9 horas a mais por semana aos afazeres domésticos – mesmo trabalhando fora de casa e sendo identificadas como responsáveis pela família – do que os últimos – mesmo desempregados (gráfico 2).

É possível supor que uma parte significativa do tempo dedicado aos afazeres domésticos seja relativa ao cuidado dos filhos. Os dados permitem inferir, ainda, que, mais uma vez, são as mulheres que respondem majoritariamente por esta tarefa. Apesar de a PNAD não levantar esta informação, ao se contraporem as médias de horas semanais gastas com afazeres domésticos pelas mulheres brasileiras em geral, e pelas mulheres que integram famílias do tipo “casal com filhos”, percebe-se que nestas o tempo dedicado às tarefas domésticas é sempre maior.

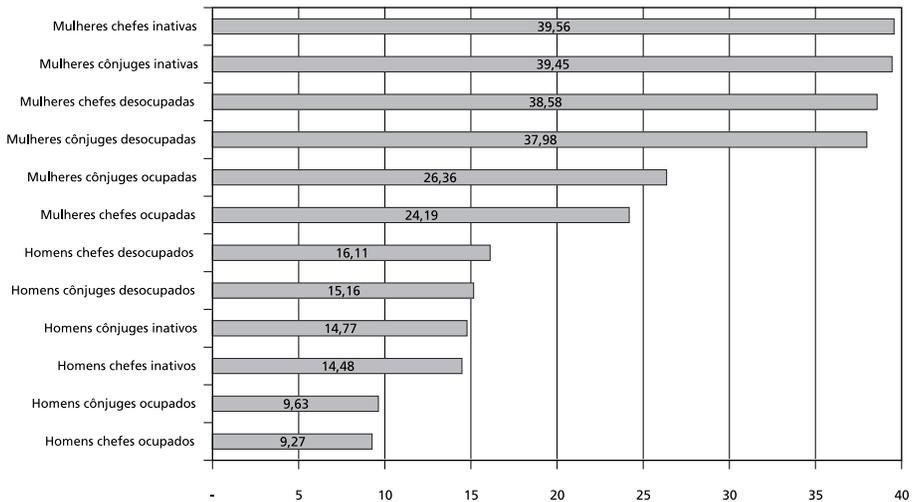
Os dados do IBGE revelam que, em 2007, 50,5% dos homens ocupados responderam que cuidavam de afazeres domésticos, contrapostos a 89,6% das mulheres ocupadas.

4. Pergunta-se se na semana de referência a pessoa cuidava dos afazeres domésticos e, no caso de a resposta ser sim, quantas horas ela dedicava normalmente por semana a estes afazeres.

5. Esse é um tema que vem sendo explorado por pesquisas em outros países da América Latina, América do Norte e Europa, com o objetivo de gerar importantes informações sobre a qualidade de vida de seus habitantes e, com isso, subsidiar a elaboração de políticas públicas. Neste sentido, foi recentemente instituído o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (composto por: IBGE, Ipea e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), e estuda-se a possibilidade de que o tema se insira também no novo modelo de pesquisas domiciliares do IBGE.

GRÁFICO 2

Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos – famílias formadas por casais com filhos (Brasil, 2007)



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD 2007.

Elaboração: Núcleo de Gestão de Informações Sociais (Ninsoc)/Disoc/Ipea.

Essas informações são de grande relevância, pois dizem respeito a assimetrias marcantes e persistentes entre homens e mulheres, que impactam muito diretamente a qualidade de vida destes grupos. Quando se fala em qualidade de vida, está se falando, sobretudo, do alargamento ou restrição do campo de possibilidades de escolha entre modelos de masculinidade e feminilidade para as novas gerações, e da potencial reprodução dos mesmos atributos tradicionais de gênero ou da invenção de novos com vistas à construção de um horizonte de relações mais igualitários para as futuras gerações.

Outra questão a ser levantada nesta análise diz respeito às diferenças entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Os afazeres domésticos compõem grande parte do que é denominado trabalho não remunerado (juntamente com o trabalho voluntário, por exemplo), os quais são atividades em geral essenciais para o bem-estar da sociedade e para a sua reprodução, além de muito relevantes do ponto de vista econômico, mas que não somente são desvalorizadas socialmente, como também desconsideradas macroeconomicamente. Em alguns países, já são elaboradas contas-satélite tendo em vista este trabalho – os números impressionam. No Brasil, já houve uma iniciativa, por parte dos professores da Universidade Federal Fluminense, propondo uma “mensuração das atividades realizadas pelas pessoas no interior dos lares”. “Estes serviços gerados na execução dos afazeres domésticos, por não estarem associados a uma geração equivalente

de renda, são ignorados pela teoria econômica, que não os valora e não os contabiliza no produto interno bruto (PIB) dos países”. O estudo concluiu que, no Brasil, os afazeres domésticos “correspondem a cerca de 12,76% do PIB, e que equivaleram, no ano de 2004, a 225,4 bilhões de reais. Mais ainda, que 82% daquele valor, cerca de 185 bilhões de reais, foram gerados pelas mulheres” (MELO, CONSIDERA e SABBATO, 2005).

4 NOTAS FINAIS

Os dados aqui apresentados trazem importantes elementos para se compreender as transições por que passam as convenções de gênero no país, as quais parecem padecer de certa ambivalência. Identificam-se indícios de transformações no plano das convenções de gênero – como no caso do aumento crescente da assunção de mulheres como chefes nas famílias formadas por casais com filhos –, mas que ainda não se traduzem efetivamente nas práticas cotidianas internas às famílias, como pôde ser visto pelo tempo dedicado aos afazeres domésticos, desigualmente distribuído entre homens e mulheres.

No caso do aumento da chefia feminina em famílias formadas por casais, pode-se concluir que a mudança no plano dos discursos – que representa um ganho simbólico, uma vez que há a identificação da mulher como chefe mesmo com a presença de um homem, tradicionalmente identificado como tal – não se traduz nas práticas cotidianas. O reconhecimento de que a mulher pode ser a responsável pela família não se reflete no compartilhamento das tarefas em casa. Esta ambivalência se deve ao fato de as convenções de gênero neste campo estarem, ainda, fortemente arraigadas, necessitando de uma transformação mais profunda.

Por um lado, as mulheres respondem por cada vez mais famílias e se inserem mais no mercado de trabalho, o que pode significar um maior empoderamento para elas e potenciais relações mais igualitárias. Por outro, elas continuam respondendo majoritariamente pelas tarefas domésticas, e cada vez mais enfrentam exaustivas jornadas de trabalho – remunerado e não remunerado. Isto acarreta uma sobrecarga às mulheres e um recrudescimento das desigualdades de gênero, mesmo nos ganhos simbólicos de reconhecimento do seu lugar de chefe de família, que remetem a um horizonte potencialmente mais igualitário.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- BERQUÓ, E. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. *In*: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, FCC, 2002.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1990).
- CONNELL, R. W. *Gender and power – society, the person and sexual politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. *In*: CORRÊA, M. *et al.* (Orgs.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 13-38, 1994.
- FONSECA, C. **De família, reprodução e parentesco: algumas considerações**. Cadernos Pagu (29), p. 9-35, julho-dezembro, 2007.
- FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto e Editora UNESP, p. 510-553, 1999.
- GOLDANI, A. M. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. *In*: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, 48, IFCH, Unicamp, p. 43-62, 2002.
- GOLDANI, A. M. Retratos de família em tempos de crise. **Revista Estudos Feministas**, NE, ano 2, 20, semestre, p. 303-335, 1994.
- IBGE. **Notas técnicas**. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, v. 28, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/notas_brasil.pdf>. Acessado em: 05/02/2009.
- LAQUEUR, T. **Inventando o sexo** – corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001 (1992).
- MEDEIROS, M. *et al.* **A face feminina da pobreza: sobrerrepresentação e feminização da pobreza no Brasil**. (Texto para Discussão, n. 1137), Ipea, Brasília, 2005.
- MENDES, M. A. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. Veredas FAVIP, **Revista Eletrônica de Ciências**, v.1, n.1, janeiro a junho, 2008.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; SABBATO, A. D. **Os afazeres domésticos contam.** (Texto para Discussão n. 177), Universidade Federal Fluminense, setembro, 2005.

NOVELLINO, M. S. F. **Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres.** s.d.

OLIVEIRA, Z. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis? *In:* ARAUJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV editora, p. 123-148, 2005.

OLIVEIRA, S.; SABÓIA, A. L.; SOARES, B. C. **Gênero e participação social** - dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Oliveira_texto.pdf>. Acessado em: 05/02/2009.

ORTNER, S. *Anthropology and social theory – culture, power and the acting subject.* Durham: Duke University Press, 2006.

PAES E BARROS, R. *et al.* **Poverty among female-headed households in Brazil.** Texto para Discussão, n. 310, Brasília, Ipea, 1993.

PICANÇO, F. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. *In:* ARAUJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV editora, p. 149-172, 2005.

PINHEIRO, L. *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília: Ipea, SPM, UNIFEM, 2008. 3ª edição, 36 p.

ROSALDO, M. **O uso e abuso da antropologia:** reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. Horizontes Antropológicos, Dossiê Gênero, 1, p. 11-36, 1995.

SIMÕES, C. C. S. **A transição da fecundidade no Brasil:** análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006.

STRATHERN, M. *The gender of the gift. Problems with women and problems with society in Melanesia.* Berkeley: University of California Press, 1990 (1988).

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In:* PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto e Editora UNESP, p. 362-400, 1999.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. *In:* OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. **Monoparentalidade e chefia feminina** – conceitos, contextos e circunstâncias. Texto apresentado no pré-evento *Mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas*. Ouro Preto (MG), CNPD, FNUAP, ABEP, 4 de novembro de 2002.

YANAGISAKO, S.; DELANEY, C. *Introduction*. In: _____. (Orgs.). **Naturalizing power – essays in feminist cultural analysis**. New York/London: Routledge, p. 1-24, 1995.

DETERMINANTES DA QUEDA NA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL*

Ricardo Paes de Barros**
Mirela de Carvalho***
Samuel Franco****
Rosane Mendonça*****

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando nos últimos anos por importantes mudanças, e talvez uma das mais importantes seja, sem dúvida, o declínio acentuado e contínuo na desigualdade da distribuição da renda. Em 2007, o coeficiente de Gini – uma das medidas mais tradicionais de desigualdade de renda – alcançou seu menor valor nos últimos trinta anos.

A despeito do lento crescimento econômico, a renda dos mais pobres cresceu substancialmente e, por conseguinte, os níveis de pobreza e de extrema pobreza declinaram. Só para se ter uma ideia da importância do declínio na desigualdade de renda para a melhoria das condições de vida dos mais pobres, a redução na extrema pobreza foi três vezes mais rápida do que a necessária para que o país atinja em 2015 a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio.

* Os autores agradecem a toda a equipe do Ipea por seu empenho e dedicação. Em especial, a Andrezza Rosalém, por sua incansável dedicação e compromisso com o trabalho, e a Mariana Fandinho, por sua assistência na finalização deste documento.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea.

*** Pesquisadora do Programa Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento (PNPD).

**** Pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

***** Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora associada do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede) da UFF.

No entanto, mesmo após esse acentuado declínio, a concentração de renda permanece extremamente alta: cerca de 90% dos países ainda apresentam distribuições menos concentradas que as do Brasil. Portanto, o sucesso recente deve ser encarado apenas enquanto o primeiro passo de uma longa jornada.

A disponibilidade de informações sobre a desigualdade na distribuição de renda para as últimas décadas permite que se analisem não só a magnitude da desigualdade atual no país, mas também como esta evoluiu ao longo do tempo. Mais que isso, permite o exame de suas consequências sobre a pobreza e a extrema pobreza, e seus principais fatores determinantes, de forma a contribuir para o aprimoramento contínuo das políticas públicas no país, buscando-se garantir a continuidade deste progresso.

Para tratar de tais questões, este capítulo está organizado em cinco seções, além da introdução.

Na seção 2, apresenta-se a dimensão da desigualdade de renda no Brasil e sua evolução mais recente, tencionando-se demonstrar, de diferentes formas, que a queda na desigualdade a partir de 2001 foi, de fato, muito acentuada. Ademais, enfatiza-se a necessidade da persistência nesta redução.

A seção 3 mostra quão importante foi o declínio na desigualdade para o bem-estar da população mais pobre: a renda deste grupo cresceu substancialmente e, portanto, os níveis de pobreza e de extrema pobreza declinaram.

Na seção 4 investigam-se os determinantes imediatos deste decréscimo acentuado na desigualdade de renda. Trata-se de análise fundamental, uma vez que se está diante de um fenômeno extraordinário: queda vertiginosa da desigualdade na distribuição de renda, num cenário de crescimento econômico praticamente nulo, e com redução acentuada nos níveis de pobreza e de extrema pobreza. Assim, analisa-se, entre outros fatores, a importância tanto do aumento na renda do trabalho, como das transformações demográficas, e também das transferências governamentais de renda.

Na seção 5, isola-se o impacto da significativa expansão educacional ocorrida ao longo da última década sobre a queda no grau de desigualdade, além de se avaliar em que medida o declínio nos graus de discriminação e de segmentação no mercado de trabalho concorreu para a recente redução dos graus de desigualdade – em renda do trabalho e em renda *per capita*.

Por último, a última seção sumariza as principais conclusões do capítulo.

2 DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: NÍVEL E EVOLUÇÃO TEMPORAL

A disponibilidade de dados acerca da distribuição de renda nas últimas décadas permite que se analisem não apenas a dimensão atual da desigualdade no país, mas também como esta tem evoluído. Neste capítulo, interessa em particular a queda mais recente da desigualdade, o que resultou, em 2007, no menor valor nos últimos trinta anos para o coeficiente de Gini.

Esta seção tem quatro objetivos, cada um deles tratado, sequencialmente, em uma subseção. Na primeira apresenta-se a dimensão da atual desigualdade de renda no Brasil.¹ A segunda trata da evolução mais recente da desigualdade, ao analisar o período 1995-2007, concentrando especial atenção na queda da desigualdade a partir de 2001. Na terceira subseção busca-se demonstrar, de diferentes formas, que esta queda foi de fato muito acentuada. Por fim, enfatiza-se a necessidade de persistência na redução da desigualdade de renda. Apesar de a queda recente ter sido expressiva – e a mais duradoura já ocorrida nas últimas três décadas –, o Brasil ainda ocupa uma posição de destaque enquanto país detentor de um dos maiores graus de desigualdade de renda no mundo.

2.1 A magnitude atual da desigualdade de renda

A tabela 1 apresenta estimativas da parcela da renda total das famílias apropriada pelos décimos mais pobres em 2007, juntamente com alguns dos indicadores tradicionalmente utilizados para medir desigualdade. As estimativas revelam que hoje a desigualdade na distribuição da renda *per capita* no Brasil é extremamente elevada – por exemplo, a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres é apenas ligeiramente maior que a parcela apropriada pelo 1% mais rico. Outro exemplo que ilustra bem a magnitude da desigualdade é o fato de que a parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos representa mais de 40% da renda total, ao passo que a parcela apropriada pela metade mais pobre da população corresponde a apenas 15%.

TABELA 1

Indicadores da desigualdade na renda *per capita* no Brasil (2007)

Indicadores	Valor
Porcentagem da renda apropriada pelos décimos mais pobres (%)	
Primeiro	0,89
Segundo	2,95
Terceiro	5,92
Quarto	9,86
Quinto	15,0
Sexto	21,5

(Continua)

1. A distribuição analisada é a de indivíduos segundo a renda familiar total *per capita*.

(Continuação)

Indicadores	Valor
Sétimo	29,6
Oitavo	40,5
Nono	56,5
Porcentagem da renda apropriada pelo último centésimo	12,3
Coefficiente de Gini	0,552
Índice de Theil-T	0,613
Razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres	17,7
Razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres	20,2

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD de 2007.

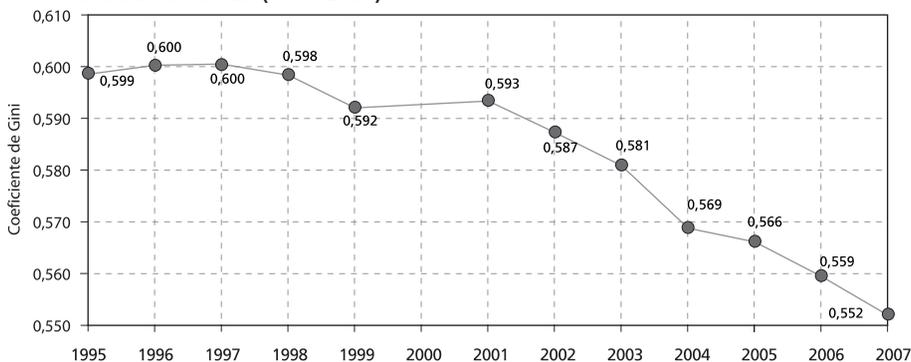
2.2 A queda recente da desigualdade de renda

Nesta subsecção documenta-se a evolução recente da desigualdade de renda no Brasil. Concentra-se a atenção no período compreendido entre 1995 e 2007, última informação disponível. Três indicadores foram utilizados: *i*) o coeficiente de Gini, uma das medidas de desigualdade mais tradicionais; *ii*) a razão entre a renda média apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres; e *iii*) a razão entre a renda média apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres. A evolução medida por estes três indicadores encontra-se ilustrada, respectivamente, nos gráficos 1a, 1b e 1c.

Os resultados revelam que, entre 2001 e 2007, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua. O coeficiente de Gini, por exemplo, apresentou variação de sete pontos percentuais (p.p.) negativos – de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007 –, correspondendo a uma taxa de redução média anual de 1,2%. Os outros dois indicadores mostram comportamento análogo: declínio acentuado da desigualdade na distribuição de renda entre 2001 e 2007 – a razão entre a renda média apropriada pelos 10% e 20% mais ricos e pelos 40% e 20% mais pobres decresceu 5,2 p.p. e 6,7 p.p. neste período.

GRÁFICO 1A

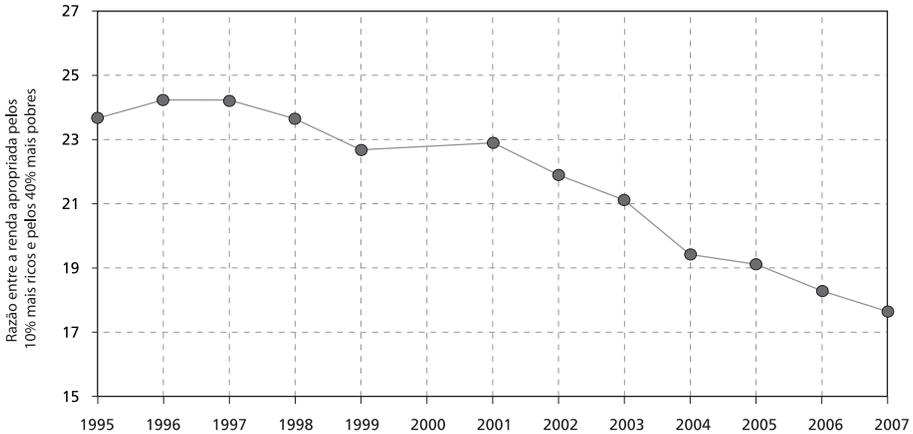
Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil segundo o coeficiente de Gini (1995-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

GRÁFICO 1B

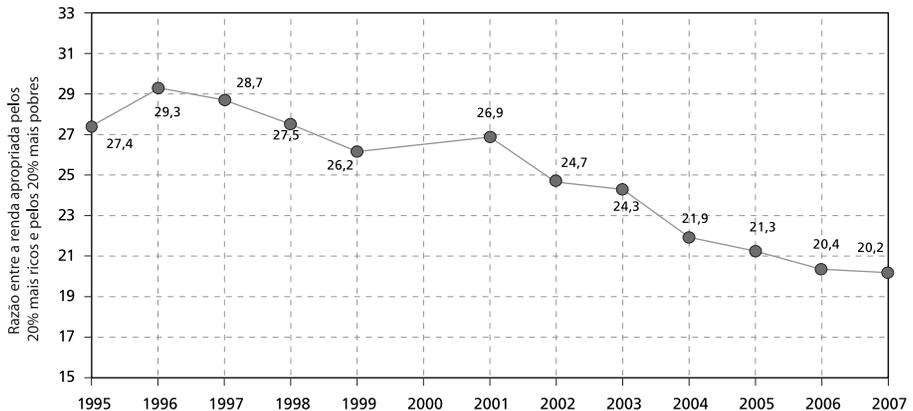
Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil segundo a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres (1995-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

GRÁFICO 1C

Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil segundo a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (1995-2007)



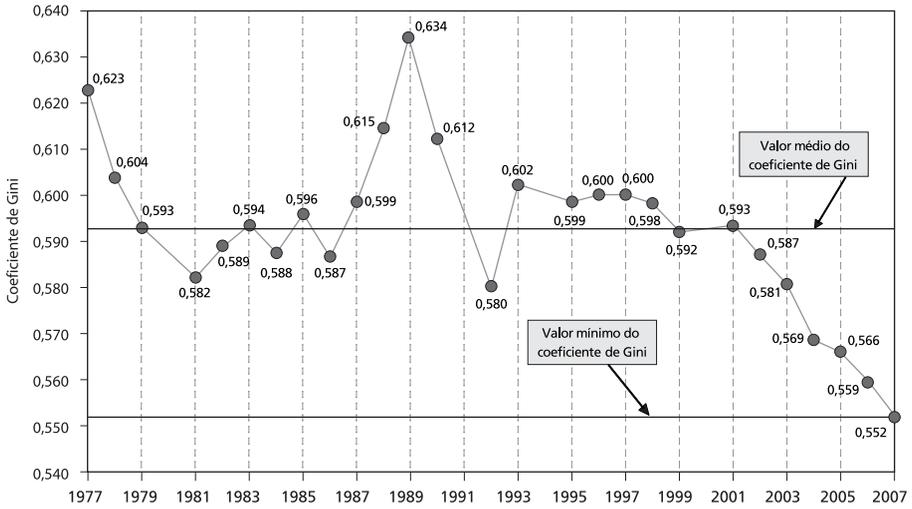
Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

2.3 A magnitude da queda recente na desigualdade

A redução no grau de desigualdade ao longo desses seis anos (2001-2007) pode ser considerada bastante expressiva, e deve ser comemorada por várias razões. Em primeiro lugar, o grau de desigualdade no país em 2001 encontrava-se próximo à média dos últimos trinta anos; em 2007, no entanto, já atingia o menor valor registrado ao longo de todo o período (gráficos 2a, 2b e 2c).

GRÁFICO 2A

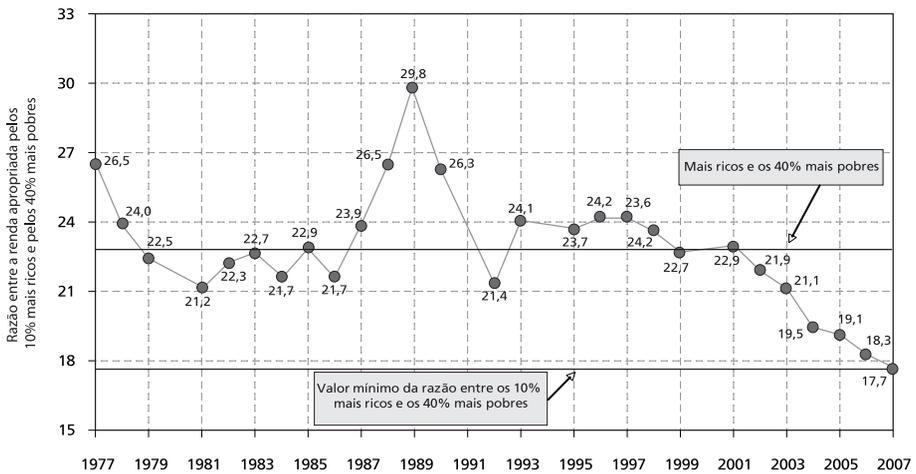
Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* segundo o coeficiente de Gini (1977-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1977 a 2007.

GRÁFICO 2B

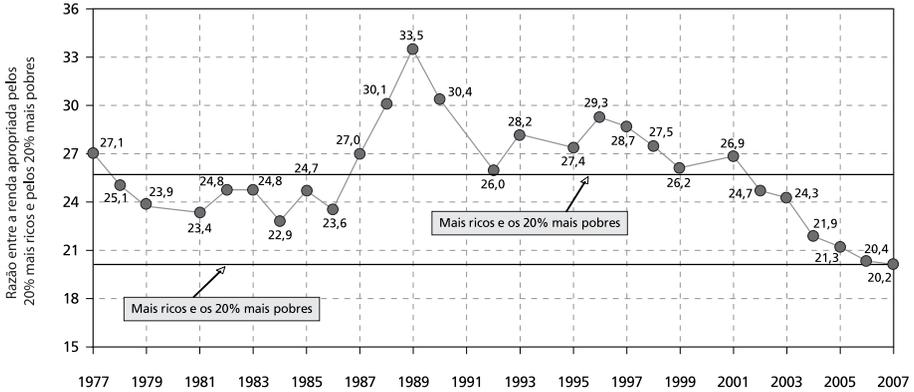
Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil segundo a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres (1977-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1977 a 2007.

GRÁFICO 2C

Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil segundo a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (1977-2007)

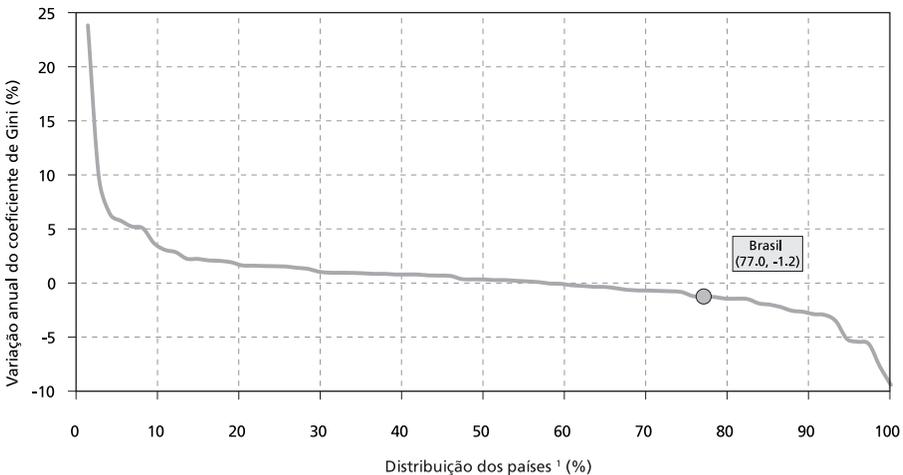


Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1977 a 2007.

Em segundo lugar, dos 74 países para os quais há informações sobre a evolução do coeficiente de Gini ao longo da década de 1990, menos de um quarto foi capaz de reduzir a desigualdade a uma velocidade superior à alcançada pelo Brasil entre 2001 e 2007 (gráfico 3). Portanto, a queda de 7% no coeficiente de Gini, alcançada em seis anos, pode ser considerada das mais aceleradas do mundo.

GRÁFICO 3

Distribuição dos países do mundo segundo a evolução no grau de desigualdade ao longo da década de 90 - coeficiente de Gini



Fonte: Dados extraídos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em *World Income Inequality Database 2005* (WIID).

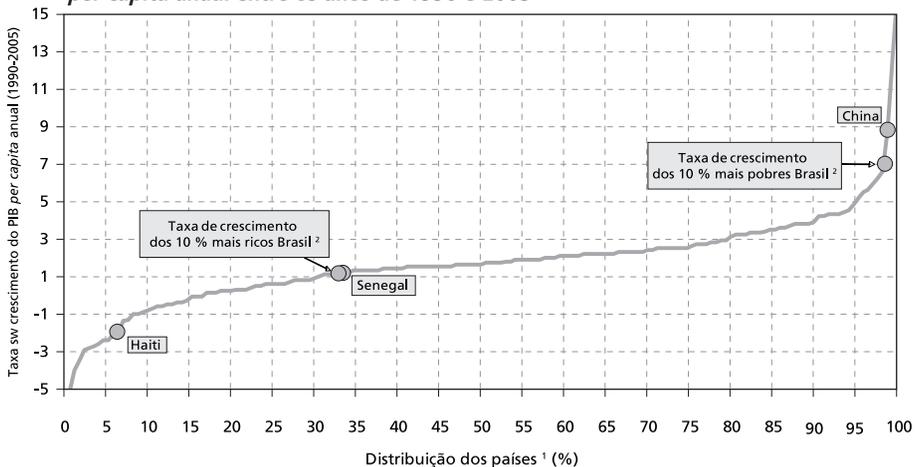
Nota: ¹ Estão sendo considerados 74 países para os quais existe a informação.

Por fim, essa marcante redução no grau de desigualdade levou a uma diferença substancial entre a taxa de crescimento da renda de pobres e ricos entre 2001 e 2007. O gráfico 4 apresenta a distribuição da taxa anual de incremento do produto interno bruto (PIB) *per capita*, entre os anos de 1990 e 2005, para 171 países, incluindo, também, as taxas anuais de crescimento da renda dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos no Brasil entre 2001 e 2007.

A quase totalidade dos países apresenta uma taxa anual de crescimento da renda *per capita* menor do que a observada para os 10% mais pobres brasileiros (7%). De fato, a taxa anual de crescimento da renda deste grupo no período é muito próxima daquela observada para a China e maior que a de 99% dos países. Portanto, a percepção dos mais pobres no Brasil é a de estarem vivendo em um país com elevado nível de crescimento econômico, a exemplo da China. No outro extremo da distribuição de renda, mais de 70% dos países investigados apresentaram uma taxa anual de crescimento maior do que a observada para os 10% mais ricos brasileiros (1%). Este grupo, portanto, tem a percepção de estar vivendo em um país estagnado – o Senegal por exemplo. Assim, a diferença entre a taxa de crescimento da renda de pobres e ricos no Brasil no período analisado é tão elevada que 70% dos países analisados cresceram a taxas pertencentes a este intervalo (entre 1% e 7%).

GRÁFICO 4

Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* anual entre os anos de 1990 e 2005



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008)/PNUD.

Notas: ¹ Estão sendo considerados 171 países para os quais existe a informação.

² Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

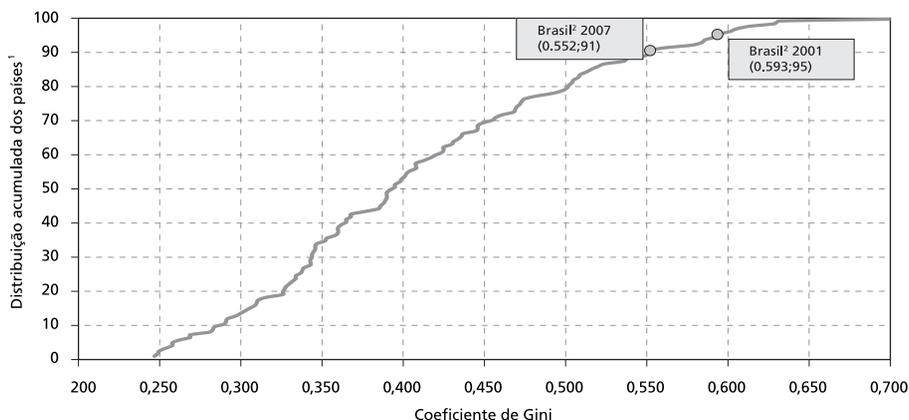
2.4 Necessidade de continuidade

Não obstante todos esses avanços, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada. Como se observa na tabela 1, a fatia da renda total apropriada pela parcela 1% mais rica da população é apenas ligeiramente menor do que aquela apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos detêm mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres, menos de 10%.

No cenário internacional, o país ainda ocupa uma posição negativa de destaque absoluto, ostentando um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo. Apesar de acelerado, o progresso recente levou o Brasil a ultrapassar apenas 4% dos 126 países para os quais existem informações atuais acessíveis sobre o grau de desigualdade na distribuição de renda. Assim, cerca de 90% dos países ainda apresentam distribuições menos concentradas que o Brasil (gráfico 5).

GRÁFICO 5

Distribuição acumulada da população mundial e dos países segundo o PIB real *per capita* - coeficiente de Gini



Fonte: Estimativas produzidas com base no *Human Development Report* (2007-2008)/PNUD.

Notas: ¹ Estão sendo considerados 126 países para os quais existe a informação.

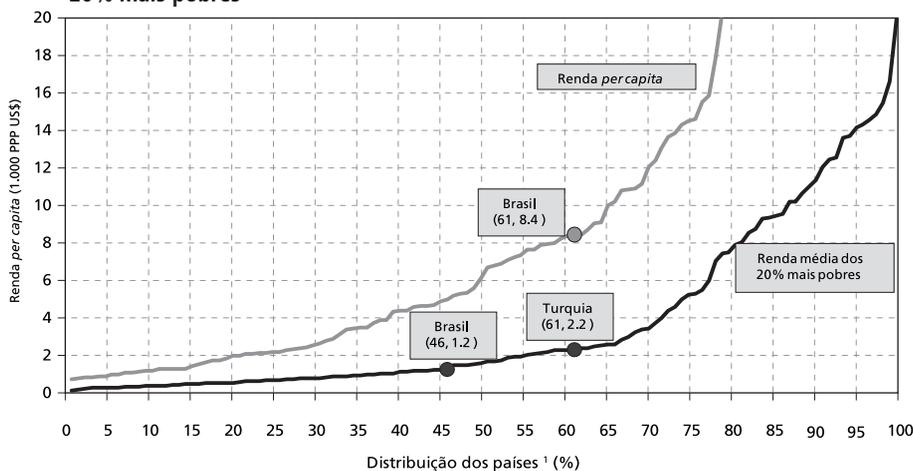
² Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADS de 2001 e 2007.

Uma forma alternativa de se constatar que o nível da desigualdade permanece muito elevado – o que justifica a necessidade de persistência nesse processo de queda – é comparar a distribuição dos países segundo a renda *per capita* com a sua distribuição segundo a renda média de seus 20% mais pobres.

Essa comparação, apresentada no gráfico 6, revela que enquanto cerca de 60% dos países têm renda *per capita* inferior à brasileira, 46% têm a renda *per capita* dos 20% mais pobres menor que a dos 20% mais pobres brasileiros. Portanto, nossos pobres são muito mais pobres do que deveríamos esperar, dada a posição do Brasil quanto à renda *per capita*: um sinal inequívoco do nosso grau de desigualdade mais elevado.

GRÁFICO 6

Distribuição dos países no mundo segundo a renda *per capita* e a renda média dos 20% mais pobres



Fonte: Estimativas produzidas com base no *Human Development Report (2007-2008)*/PNUD.

Nota: ¹ Estão sendo considerados 163 países para os quais existe a informação.

Para que o Brasil passasse a ocupar, na distribuição de países segundo a renda média dos 20% mais pobres, a mesma posição que ocupa na distribuição segundo a renda *per capita*, a porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais pobres deveria praticamente dobrar. No entanto, ainda que isto ocorresse, a renda média dos 20% mais pobres no Brasil passaria a ser pouco mais de um quarto da média nacional, e igual apenas à dos 20% mais pobres na Turquia – indicação de que esse alinhamento deveria ser o mínimo a se esperar do combate à desigualdade no país.

Entre 2001 e 2007, a renda dos 20% mais pobres cresceu quase quatro p.p. ao ano (a.a.) a mais do que a renda nacional. Assim, mantendo-se esta velocidade, ainda seriam necessários quase 16 anos para que a posição internacional do Brasil em relação à renda média dos 20% mais pobres se alinhasse com sua posição referente à renda *per capita*.²

Em suma, por um lado, o grau de desigualdade do país permanece extremamente elevado: mesmo mantida esta célere diminuição, serão necessárias ainda quase duas décadas para que nossa desigualdade se alinhe à dos demais países com nível de desenvolvimento semelhante. Portanto, o sucesso recente deve ser

2. Entre 2001 e 2007, a renda dos 20% mais pobres cresceu 6,4% a.a., enquanto a renda média do país cresceu 2,5% a.a. – 3,9 p.p. de diferença ao ano. Para se saber em quantos anos a posição internacional do Brasil com relação à renda média dos 20% mais pobres irá se alinhar com sua posição pertinente à renda *per capita*, caso esta velocidade seja mantida, basta que se calcule a seguinte razão: $[(\ln(2,2) - \ln(1,2)) / \ln(1,039)] = 16$ anos.

encarado apenas como o primeiro passo de uma longa jornada. Por outro lado, é importante ressaltar que a queda acentuada na desigualdade de renda a partir 2001 foi a mais duradoura nas últimas três décadas: seis anos de queda contínua até 2007.

3 IMPORTÂNCIA DA QUEDA NA DESIGUALDADE PARA A POBREZA

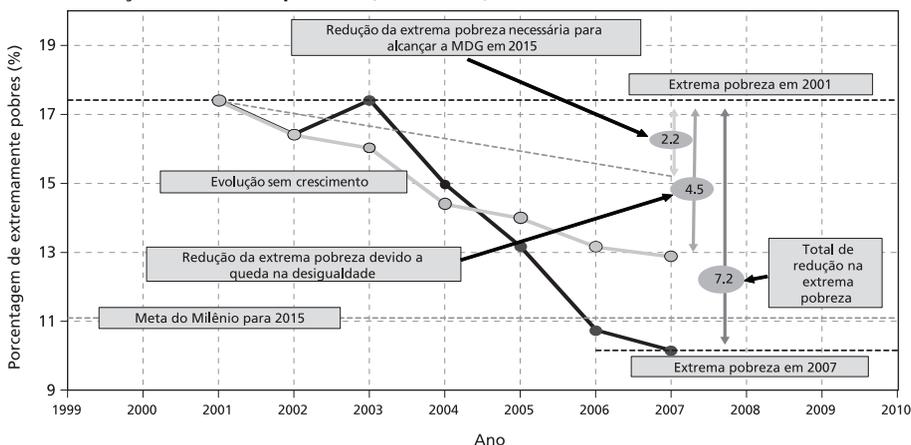
Reduções na pobreza ocorrem apenas quando a renda dos mais pobres aumenta, e existem dois instrumentos polares capazes de produzir tal feito. O primeiro é o crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo é a redução no grau de desigualdade, o que eleva a fatia da renda total apropriada pelos mais pobres e, dessa forma aumenta-lhes a renda, mesmo na ausência de crescimento econômico.

O primeiro instrumento permite que a renda de pobres e ricos cresça. Por sua vez, com o segundo a renda dos mais pobres cresce, enquanto a dos mais ricos declina. O ideal é poder contar ao máximo com os dois instrumentos:³ o crescimento incrementa a renda de todos, enquanto reduções no grau de desigualdade garantem que a renda dos pobres aumente mais rapidamente que a dos ricos.

Nesta seção demonstra-se que, ao longo do período 2001–2007, a renda dos mais pobres cresceu substancialmente e, por conseguinte, declinaram os níveis de pobreza e de extrema pobreza. De fato, conforme o gráfico 7, o declínio recente na extrema pobreza foi três vezes mais rápido do que o necessário para o país atingir, em 2015, a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio.

GRÁFICO 7

Evolução da extrema pobreza (2001-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2007.

3. Parece razoável supor que as pessoas, sob o véu da ignorância, considerem que melhoras de Pareto e reduções na desigualdade sejam transformações desejáveis em qualquer distribuição de renda.

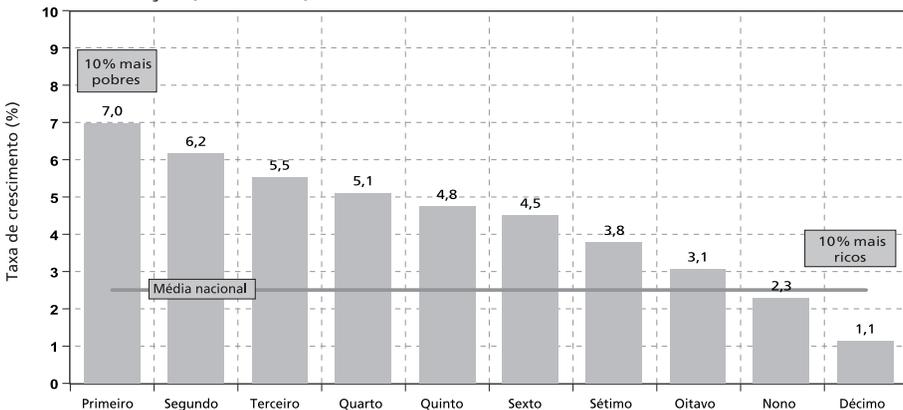
Esse enorme impacto sobre a pobreza, gerado pela recente redução na desigualdade, indica sua importante magnitude e relevância. Assim documenta-se, em primeiro lugar, o aumento da renda experimentado pelos mais pobres, mostrando-se que, entre 2001 e 2007, a taxa de crescimento da renda deste grupo foi muito superior à da média nacional. Na sequência, documenta-se a importante queda na pobreza durante o período. Ao contrário do que historicamente ocorria, o abrandamento nos níveis de pobreza resultou fundamentalmente da redução no grau de desigualdade. Nesse sentido, dos cerca de 7 p.p. de queda na pobreza, 4,5 p.p. (mais de 60%) estão relacionados à redução da desigualdade de renda.⁴

3.1 O crescimento da renda dos mais pobres e dos mais ricos

Entre 2001 e 2007, a renda *per capita* dos mais pobres cresceu substancialmente. Conforme o gráfico 8, o crescimento anual da renda dos 10% mais pobres foi de 7% – quase três vezes maior que a média nacional (2,5%). Por sua vez, o crescimento anual da renda dos 10% mais ricos foi de apenas 1% no mesmo período. Este crescimento mais acelerado da renda dos mais pobres decorreu do fato de que a fatia da renda nacional apropriada por eles aumentou quase 30% no período, tendo passado de 0,69 em 2001 para 0,89 em 2007.

GRÁFICO 8

Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição (2001-2007)



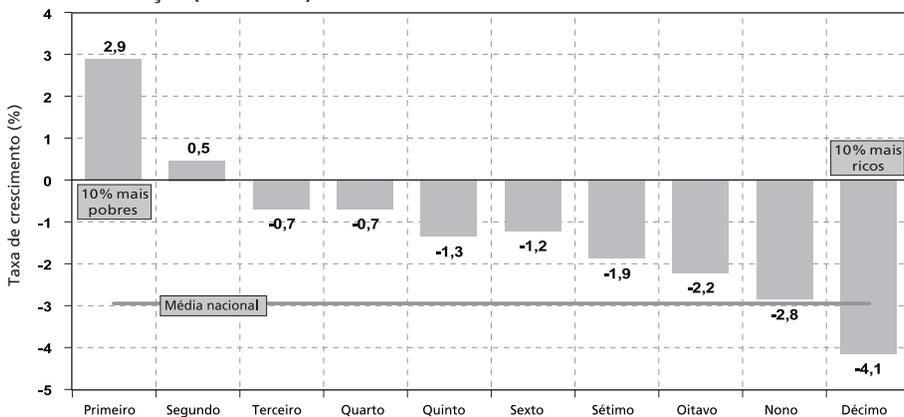
Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2007.

4. Embora declínios na pobreza dessa ordem não sejam comuns na história do Brasil, estes já ocorreram, e até mesmo com maior intensidade, em diversos episódios do passado. Ao longo da década de 1970, a pobreza foi reduzida à metade (Pastore, Zylberstajn e Pagoto. 1983). Durante o período de implantação do Plano Real, a pobreza declinou quase 10 p.p. (Rocha, 2003). A diferença da queda recente na pobreza em relação aos episódios anteriores não reside, portanto, na magnitude da queda, mas na sua origem. Nos episódios anteriores, o instrumento dominante foi sempre o crescimento econômico. Nos últimos anos, a queda na pobreza deveu-se essencialmente a reduções no grau de desigualdade. De fato, entre 2001 e 2007, a despeito de um crescimento irrisório da renda *per capita*, a pobreza declinou acentuadamente.

No entanto, importa ressaltar que, entre 2001 e 2007, houve dois momentos bastante distintos do crescimento da renda dos vários grupos. Entre 2001 e 2003, a renda familiar *per capita* decresceu a uma taxa de 3% a.a. Conforme o gráfico 8a, exceto pelos dois primeiros décimos da distribuição, a renda de todos os demais grupos decresceu, e que este decréscimo foi bem mais expressivo para os 10% mais ricos. Desse modo, apesar do crescimento praticamente nulo na renda *per capita* nacional, a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa média de cerca de 3% a.a., enquanto a dos 10% mais ricos decresceu a uma taxa média anual de 4%.

GRÁFICO 8A

Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição (2001-2003)

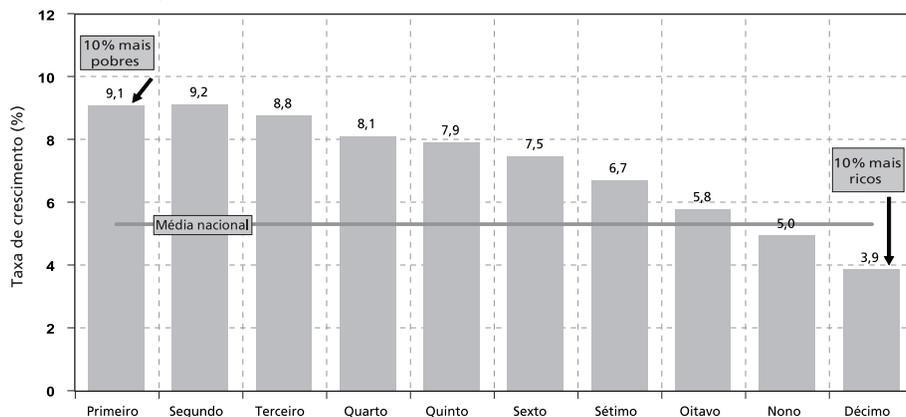


Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2003.

Já ao se analisar o período 2003-2007, durante o qual a renda familiar *per capita* cresceu a uma taxa de 5,4% a.a., observa-se que a renda de todos os décimos da distribuição cresceu. Entretanto, segundo pode-se depreender do gráfico 8b, o crescimento da renda foi maior para os mais pobres, e menor para os mais ricos: a taxa de crescimento da renda familiar *per capita* variou de 9% para os 10% mais pobres a 4% para os 10% mais ricos.

GRÁFICO 8B

Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição (2003-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2003 a 2007.

3.2 A contribuição da queda na desigualdade para a redução na pobreza e na extrema pobreza

Em decorrência do acentuado crescimento na renda dos mais pobres, os graus de pobreza e de extrema pobreza declinaram ao longo do período analisado, conforme se pode observar na tabela 2.⁵ Tanto para a pobreza quanto para a extrema pobreza, os três indicadores utilizados (porcentagem de pobres, hiato de pobreza e severidade da pobreza) mostram decréscimos entre 2 p.p. e 11 p.p. Estas reduções nos graus de pobreza e de extrema pobreza independem da linha selecionada e podem ser consideradas acentuadas, segundo critérios vários.

Em primeiro lugar, a taxa de redução da extrema pobreza foi, conforme o gráfico 7, três vezes mais acelerada do que o necessário para o cumprimento da primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio. A este ritmo, seria possível reduzir a extrema pobreza à metade em seis anos, enquanto a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio estabelece um prazo de 25 anos.

5. Para medir pobreza e extrema pobreza, foram utilizadas linhas regionalizadas, considerando R\$ 175,15 a média nacional para a pobreza e, para a extrema pobreza, R\$ 87,57. São consideradas pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior às linhas de pobreza e de extrema pobreza, respectivamente. Por hiato de pobreza, entendemos a proporção de pobres multiplicada pela distância média da renda dos pobres à linha de pobreza, medida em múltiplos da linha de pobreza. Esta medida, portanto, leva em consideração não apenas a porcentagem de pobres, mas também a profundidade da pobreza. A severidade da pobreza é dada pelo produto da porcentagem de pobres pela distância quadrática média à linha de pobreza, também medida em múltiplos da linha de pobreza. Por conseguinte, não apenas considera o número de pobres e a profundidade da pobreza, como também dá maior peso para os mais pobres. Por exemplo, um pobre que tenha uma renda igual à metade da linha de pobreza tem um peso quatro vezes menor que o de um pobre que não tem qualquer renda.

TABELA 2

Indicadores de pobreza e extrema pobreza (2001-2007)

(Em %)

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2001-2007 (em pontos percentuais)
<i>Pobreza</i>								
Porcentagem de pobres	38,6	38,2	39,3	36,8	34,1	29,6	28,0	-10,7
Hiato de pobreza	18,0	17,2	18,1	16,1	14,6	12,3	11,8	-6,2
Severidade da pobreza	11,1	10,3	11,0	9,6	8,5	7,1	7,0	-4,1
<i>Extrema pobreza</i>								
Porcentagem de extremamente pobres	17,4	16,4	17,4	15,0	13,2	10,7	10,2	-7,2
Hiato de extrema pobreza	7,4	6,6	7,2	6,0	5,2	4,3	4,5	-3,0
Severidade da extrema pobreza	4,6	3,9	4,4	3,6	3,1	2,6	2,9	-1,7

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2007.

Obs.: ¹ O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza.² Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 175,15 e para extrema pobreza de R\$ 87,57.

Em segundo lugar, essas taxas de redução na pobreza e na extrema pobreza foram mais significativas do que as observadas em todos os países latino-americanos para os quais se tem a informação correspondente, à exceção do México. Conforme demonstra a tabela 3, entre 1990 e 2005 a pobreza na América Latina caiu 8,5 p.p., ao passo que somente entre 2002 e 2007 a pobreza no Brasil caiu 10 p.p. Ou seja, em termos de redução na pobreza, o Brasil fez, em cinco anos, mais do que o restante da América Latina levou 15 anos para fazer.

TABELA 3

Evolução da pobreza no Brasil, México e América Latina

País / região	Pobreza (%)					Redução da pobreza (em pontos percentuais)		
	1990	2002	2005	2006	2007	1990-2005	2002-05	2002-07
América Latina	48,3	44,0	39,8	8,5	4,3
México ¹	47,7	39,4	35,5	12,2	3,9
Brasil	44,9	38,2	34,1	29,6	28,0	10,8	4,2	10,3

Fontes: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Panorama Social de 2006 e PNADs 1990, 2002, 2005 e 2007.

Nota ¹ A informação para o ano de 1990 refere-se, na verdade, ao ano de 1989.

Em decorrência dessa acentuada redução nos graus de pobreza e de extrema pobreza, tem-se que, a despeito do crescimento populacional, declinaram também o número de pobres e de extremamente pobres, assim como o volume mínimo de recursos necessários para aliviar a pobreza e a extrema pobreza. A tabela 4 aponta a redução do número de extremamente pobres para 10,5 milhões, e o

de pobres, para 13,6 milhões. Quanto ao volume de recursos necessários para erradicar toda a pobreza, este passou de R\$ 63 bilhões para R\$ 45 bilhões ao ano. Em consequência, a eliminação completa da pobreza tornou-se ainda mais viável. Enquanto em 2001 seriam necessários no mínimo 7% da renda das famílias para erradicar toda a pobreza no país, em 2007 este número era apenas 4%.

TABELA 4

Magnitude da pobreza e extrema pobreza e recursos necessários para sua erradicação (2001-2007)

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2001- 2003	Variação 2001- 2007
<i>Pobreza</i>									
Número de pessoas pobres (em milhões)	64,2	64,6	67,4	64,0	60,4	53,0	50,6	5%	-21%
Volume anual de recursos necessários para erradicar a pobreza (em bilhões de R\$) ¹	62,7	61,1	65,2	58,8	54,3	46,5	44,8	4%	-29%
Recursos necessários para erradicar a pobreza como porcentagem da renda das famílias	6,9	6,6	7,3	6,3	5,4	4,2	3,9	0,5	-3,0
<i>Extrema pobreza</i>									
Número de pessoas extremamente pobres (em milhões)	28,9	27,8	29,9	26,0	23,4	19,3	18,4	3%	-36%
Volume anual de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza (em bilhões de R\$) ¹	13,0	11,7	13,0	11,0	9,7	8,2	8,5	1%	-35%
Recursos necessários para erradicar a extrema pobreza como porcentagem da renda das famílias	1,4	1,3	1,5	1,2	1,0	0,7	0,7	0,05	-0,7

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2007.

Nota: ¹ Valores expressos em R\$ de setembro de 2007.

Obs.: 1. A variação dos recursos necessários para erradicar a pobreza e a extrema pobreza como porcentagem da renda das famílias se encontra em pontos percentuais.

2. Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 175,15 e para extrema pobreza de R\$ 87,57.

Mas, afinal, o que se pode afirmar sobre a contribuição da queda da desigualdade de renda para a redução da pobreza e da extrema pobreza? A tabela 5 apresenta estimativas desta contribuição, ou seja, mostra em quanto a pobreza teria deixado de cair caso se mantivesse inalterada a desigualdade. Assim, mantida a desigualdade constante, a redução, por exemplo, no percentual de pobres, teria sido de apenas 5,4 p.p., e na de extremamente pobres, 3,3 p.p. Como a porcentagem de pobres declinou 10,7 pontos entre 2001 e 2007, temos que 50% desta queda devem-se à redução no grau de desigualdade. A contribuição para a

redução no grau de desigualdade é ligeiramente maior para a extrema pobreza – 55% da queda na porcentagem de extremamente pobres advêm da redução no grau de desigualdade. Portanto, cerca de metade da recente redução na pobreza e na extrema pobreza é uma consequência direta da concomitante diminuição na desigualdade de renda.

TABELA 5

Estimativas da contribuição da queda na desigualdade de renda *per capita* para a redução na pobreza e extrema pobreza (2001-2007)

Indicadores	Pobreza			Extrema pobreza		
	Porcentagem de pobres	Hiato de pobreza	Severidade da pobreza	Porcentagem de extremamente pobres	Hiato de extrema pobreza	Severidade da extrema pobreza
Distribuição de 2001	38,6	18,0	11,1	17,4	7,4	4,6
Distribuição de 2007 caso a desigualdade fosse a mesma de 2001	33,2	15,1	9,2	14,1	6,1	3,9
Distribuição de 2007	28,0	11,8	7,0	10,2	4,5	2,9
<i>Redução na pobreza (em pontos percentuais)</i>						
Total	10,7	6,2	4,1	7,2	3,0	1,7
Devida ao crescimento	5,4	2,9	1,9	3,3	1,4	0,7
Devida a redução na desigualdade	5,3	3,3	2,2	3,9	1,6	1,0
<i>Contribuição para a redução na pobreza</i>						
Contribuição do crescimento	50,7	47,1	45,8	45,5	45,5	43,2
Contribuição da redução na desigualdade	49,3	52,9	54,2	54,5	54,5	56,8
Relação entre as contribuições	0,97	1,12	1,18	1,20	1,20	1,31
<i>Importância da redução na desigualdade</i>						
Crescimento observado na renda <i>per capita</i>	16,1	16,1	16,1	16,1	16,1	16,1
Crescimento necessário para garantir a mesma queda na pobreza caso a desigualdade fosse a mesma de 2001	36,0	41,5	44,5	45,5	48,5	54,5
Crescimento equivalente à redução na desigualdade (em pontos percentuais)	19,9	25,4	28,4	29,4	32,4	38,4

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

Obs.: Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 175,15 e para extrema pobreza de R\$ 87,57.

3.3 A importância da queda na desigualdade: o crescimento equivalente

Na subseção anterior, investigou-se a importância da desigualdade para a queda na pobreza, ao se estimar em quanto esta teria deixado de cair caso o grau de

desigualdade tivesse permanecido inalterado. Uma forma alternativa de avaliar a importância do declínio da desigualdade para a redução na pobreza consiste em estimar qual a taxa de crescimento que poderia produzir a mesma redução na pobreza decorrente da queda na desigualdade. Esta equivalência serve também para identificar quanto de crescimento os mais pobres estariam dispostos a “sacrificar” por uma dada redução no grau de desigualdade, ou, inversamente, que redução no grau de desigualdade eles estariam dispostos a sacrificar por um dado crescimento.

Estimativas desse crescimento equivalente são apresentadas também na tabela 5, e evidenciam que tal crescimento depende da linha de pobreza e da medida de pobreza que se utilize. Por exemplo, no caso da porcentagem de pobres, para que fosse gerada a mesma queda sem a ajuda de reduções na desigualdade, seria necessário um crescimento econômico balanceado adicional de 20 p.p.⁶ Desse modo, do ponto de vista dos mais pobres, a recente queda na desigualdade de 7% (medida pelo coeficiente de Gini) é equivalente a um crescimento balanceado adicional de 20 p.p. Portanto, 1% de redução no grau de desigualdade equivale a 2,8% de crescimento. Assim, se aos pobres fosse dada a escolha entre uma redução no coeficiente de Gini de 1% ou um crescimento balanceado na renda *per capita* do país inferior a 2,8%, prefeririam a redução na desigualdade.

Os extremamente pobres valorizam ainda mais a redução na desigualdade. Como demonstra a tabela 5, para que fosse gerada a mesma queda na porcentagem de extremamente pobres, sem a ajuda de reduções na desigualdade, seria necessário um crescimento econômico balanceado adicional de 29 p. p. Logo, os extremamente pobres estariam dispostos a trocar uma redução no coeficiente de Gini de 1% apenas por um crescimento balanceado na renda *per capita* superior a 4,2%.

O valor atribuído à recente queda no grau de desigualdade é ainda maior quando se concentra a atenção em medidas de pobreza mais sensíveis à renda dos mais pobres, como o hiato de pobreza e, principalmente, a severidade da pobreza. Sem a contribuição de reduções na desigualdade, para a mesma queda na severidade da extrema pobreza seria necessário um crescimento econômico balanceado adicional de 38 p.p. Dessa forma, uma redução de 1% no coeficiente de Gini seria igual a 5,5% de crescimento balanceado.

Em suma, um declínio igualmente acentuado na pobreza e na extrema pobreza poderia ser alcançado sem qualquer redução no grau de desigualdade, bastando que, para isso, houvesse taxas de crescimento extremamente elevadas da renda *per capita*. De fato, para que se alcançasse a mesma redução na pobreza sem queda na desigualdade, a renda *per capita* deveria ter crescido entre 3 p.p. e 5 p.p. a mais ao ano, em vez dos 2,5% verificados.

6. Entende-se por crescimento balanceado aquele em que a renda de todos os grupos sociais cresce à mesma taxa e, dessa forma, não há variação no grau de desigualdade.

4 DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA NA DESIGUALDADE E NA POBREZA

Conforme observado nas seções anteriores, no período 2001-2007 o Brasil experimentou uma extraordinária e contínua redução em seus níveis de desigualdade de renda, pobreza e extrema pobreza. Não apenas a distribuição de renda do país melhorou, mas todos os décimos da distribuição de renda familiar *per capita* obtiveram proveitos.

Os ganhos, no entanto, não beneficiaram igualmente todos os grupos. Entre 2001 e 2003, período durante o qual não se registrou crescimento econômico no país, a queda observada na desigualdade decorreu exclusivamente da redistribuição de renda dos mais ricos para os mais pobres. Somente a partir de 2003, quando o país voltou a crescer, é que todos os grupos socioeconômicos, e não somente os mais pobres, passaram a experimentar algum crescimento em sua renda.

Dessa maneira, o período 2001-2007 oferece, sem dúvida, uma oportunidade ímpar para se estudar em que medida os fatores mais relevantes para explicar as mudanças em favor dos mais pobres (redução na desigualdade, na pobreza e na extrema pobreza) são os mesmos em cenários com e sem crescimento econômico. O aumento na renda do trabalho seria o principal motivo da queda na desigualdade e na pobreza? Qual o papel das transferências governamentais de renda? Será um mesmo fator igualmente relevante em qualquer circunstância?

Objetiva-se nesta seção, com base em uma série de simulações contrafactuais, identificar e quantificar a contribuição dos determinantes mais próximos das reduções em desigualdade, pobreza e extrema pobreza entre 2001 e 2007 no Brasil. Também se pretende identificar e quantificar os respectivos determinantes para as transformações tanto no período 2001-2003 – durante o qual não houve crescimento econômico – como entre os anos de 2003 e 2007 – nos quais verificou-se crescimento econômico.

Para tanto, a seção está estruturada em três partes. Na primeira, subseção, apresentam-se os fatores determinantes da renda familiar *per capita*, enquanto na segunda analisam-se as mudanças pelas quais passaram estes fatores entre 2001 e 2007. Embora seu comportamento sugira uma noção bastante intuitiva de quais deles teriam sido mais relevantes para a queda na desigualdade, na porcentagem de pobres, no hiato médio de pobreza e na severidade da pobreza, apenas com o uso de simulações contrafactuais é possível estimar efetivamente a real contribuição de cada um. Por isso, a terceira subseção dedica-se a estimar tais contribuições, com base em simulações contrafactuais.

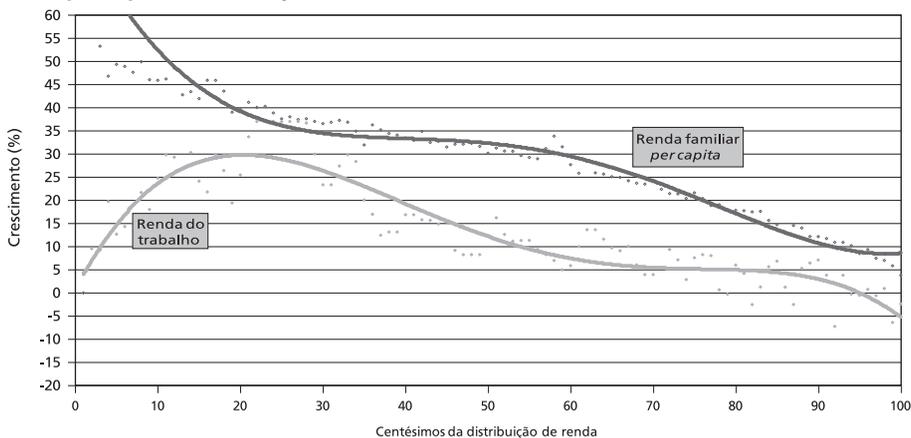
4.1 Arcabouço analítico

O gráfico 9 mostra o acréscimo na renda familiar *per capita* e na renda do trabalho por adulto entre 2001 e 2007. Em ambas as distribuições, os centésimos estão

ordenados pelo aumento na renda familiar *per capita*, e os mais pobres, embora experimentem o maior crescimento neste aspecto, não formam o grupo com maior elevação na renda do trabalho. De fato, o centésimo 20 é aquele que combina um bom nível de crescimento em renda familiar *per capita* e o mais alto crescimento em renda do trabalho por trabalhador.

GRÁFICO 9

Crescimento na renda média dos centésimos: distribuição de renda familiar *per capita* X distribuição de renda do trabalho (2001 e 2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

Assim, apresentam-se nesta subseção os fatores determinantes mais próximos da renda familiar *per capita* a serem investigados adiante, a saber: *i*) as transformações demográficas (proporção de adultos na família); *ii*) as mudanças na distribuição da renda não derivada do trabalho (já incluídas as transferências governamentais); e *iii*) as mudanças no mercado de trabalho, sejam as decorrentes da expansão da proporção de adultos ocupados, sejam aquelas determinadas por uma melhor distribuição da remuneração do trabalho entre os ocupados. São focadas tanto as modificações na distribuição de cada um destes fatores como as suas associações.

Vale ressaltar que, apesar de a análise se limitar à identificação dos determinantes mais próximos, este é apenas um primeiro passo na busca das causas da recente queda na desigualdade.⁷ De fato, a identificação destes determinantes serve como uma espécie de filtro, na medida em que identifica os fatores que mais contribuíram e, portanto, aqueles que se deve investigar em maior profundidade.

7. Para uma análise mais aprofundada do papel das transformações demográficas, ver Wajman, Turra e Agostinho (2006). Para uma análise da contribuição das mudanças na distribuição da renda não derivada do trabalho, ver Barros, Carvalho e Franco (2007) e Barros *et al.* (2006), e para uma análise do papel das mudanças na estrutura salarial, ver Barros, Franco e Mendonça (2006a,b).

Toda a análise empírica baseia-se na sequência de identidades abaixo:

$$y = a.r \quad (1)$$

$$r = o + t \quad (2)$$

e

$$t = u.w \quad (3)$$

Logo, tem-se que:

$$y = a.(o + u.w) \quad (4)$$

A primeira identidade expressa a renda familiar *per capita*, y , como o produto da proporção de adultos, a , pela renda familiar por adulto, r . A segunda expressa a renda familiar por adulto, r , como a soma da renda familiar não derivada do trabalho por adulto, o , e a renda familiar do trabalho por adulto, t . Na terceira, a renda do trabalho por adulto é expressa enquanto o produto da proporção de adultos trabalhando, u , e a renda por trabalhador, w .

A identidade final relaciona a renda familiar *per capita*, y , a seus quatro determinantes próximos: *i*) proporção de adultos na família, a ; *ii*) a renda não derivada do trabalho por adulto, o ; *iii*) a proporção de adultos ocupados, u ; e *iv*) a renda do trabalho por trabalhador, w .

Como a expressão $y = a.(o + u.w)$ é uma identidade, qualquer mudança na distribuição de renda tem que estar relacionada a alguma mudança na distribuição conjunta de seus determinantes próximos (a, o, u, w). Assim, nesta seção não se identificam apenas alguns, mas todos os canais que levaram a reduções no grau de desigualdade, pobreza e extrema pobreza.

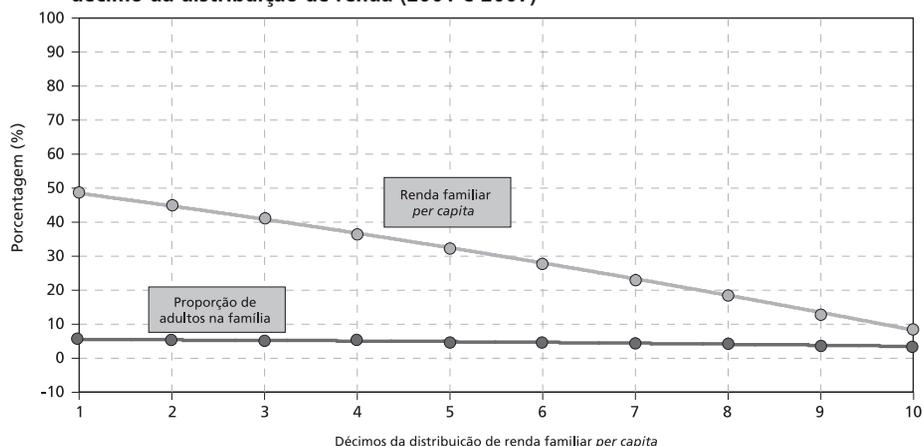
4.2 Evolução dos fatores determinantes

Apresenta-se aqui o crescimento, entre 2001 e 2007, de cada um dos quatro determinantes mencionados na seção anterior, comparando-o com o da renda familiar *per capita*, e buscando indicar em que medida eles poderiam explicar a variação positiva desta renda.

Avalia-se inicialmente se o que ocorreu com a proporção de adultos no período em tela é capaz de explicar o que se passou com a distribuição de renda familiar *per capita*. De acordo com o gráfico 10, a linha que representa a distribuição do crescimento na proporção de adultos entre os décimos é praticamente horizontal, e se situa muito abaixo da linha correspondente ao crescimento da renda familiar *per capita*, indicando que a inclinação desta última (que favorece os mais pobres) não pode, por conseguinte, ser explicada por fatores demográficos.

GRÁFICO 10

Crescimento da proporção de adultos na família e da renda familiar *per capita* por décimo da distribuição de renda (2001 e 2007)

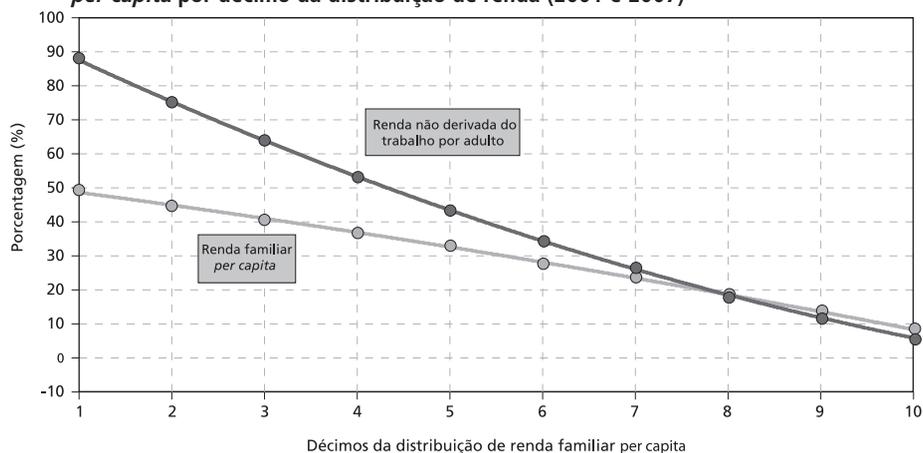


Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

No que se refere à renda não derivada do trabalho por adulto, as evidências apresentadas no gráfico 11 revelam que, se dependesse apenas daquela, a renda familiar *per capita* dos mais pobres e também da classe média teria crescido bem mais no período 2001-2007. Logo, outros fatores devem ter comprometido o crescimento na renda familiar *per capita*, anulando parte do grande efeito da renda não derivada do trabalho.

GRÁFICO 11

Crescimento da renda não derivada do trabalho por adulto e da renda familiar *per capita* por décimo da distribuição de renda (2001 e 2007)

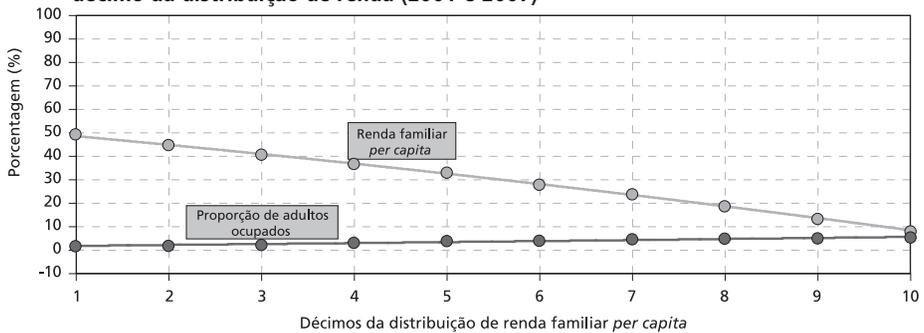


Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

A evolução da proporção de adultos ocupados também não é capaz de explicar as mudanças em renda familiar *per capita*, uma vez que o crescimento neste fator, conforme expõe o gráfico 12, esteve sempre aquém do crescimento na renda familiar *per capita*.

GRÁFICO 12

Crescimento da proporção de adultos ocupados e da renda familiar *per capita* por décimo da distribuição de renda (2001 e 2007)



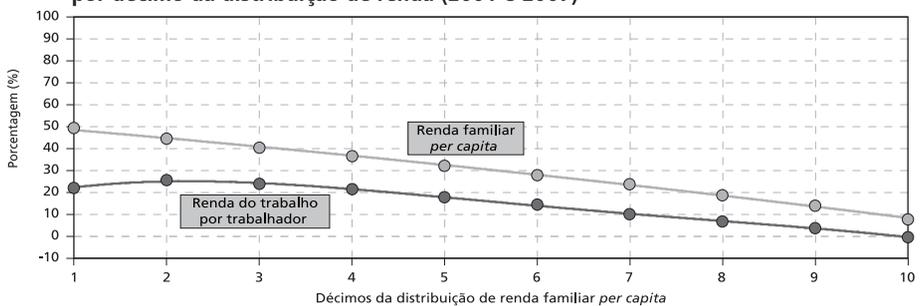
Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

Por fim, como mostra o gráfico 13, a renda do trabalho por trabalhador cresceu menos do que a renda familiar *per capita*, e não foram os mais pobres aqueles que obtiveram o maior ganho com esta fonte.

Assim, embora a análise da evolução desses quatro fatores determinantes indique, claramente, que a renda não derivada do trabalho por adulto é o fator mais relevante para explicar o crescimento na renda familiar *per capita* no período 2001-2007, apenas com o uso de simulações contrafactuais é possível estimar efetivamente a real contribuição de cada um. Este é o objetivo das quatro subseções seguintes.

GRÁFICO 13

Crescimento da renda do trabalho por trabalhador e da renda familiar *per capita* por décimo da distribuição de renda (2001 e 2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

4.3 Contribuição dos fatores determinantes da renda familiar *per capita* para a queda na desigualdade e na pobreza

Na subseção anterior observou-se o comportamento dos fatores determinantes da renda familiar *per capita* ao longo do tempo. No entanto, segundo já colocado aqui, embora isto seja importante e ofereça alguma intuição sobre a importância relativa destes fatores, apenas com o uso de simulações contrafactuais se consegue efetivamente estimar a sua real contribuição. Dessa forma, estima-se nesta subseção, com base em simulações contrafactuais, a participação destes fatores na queda da desigualdade, na porcentagem de pobres, no hiato médio de pobreza, assim como na severidade da pobreza.

4.3.1 Determinantes da queda na desigualdade

Consoante a seção 2, entre 2001 e 2007 o grau de desigualdade no Brasil declinou 7%, com o coeficiente de Gini passando de 0,593 para 0,552. De acordo com a tabela 6, mais da metade desta queda (52%) não teria ocorrido se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador não tivesse se modificado. Contribuição um pouco menor, porém ainda muito significativa (40%) para esta queda na desigualdade, verifica-se por meio das transformações ocorridas na distribuição de renda não derivada do trabalho. A associação destes dois determinantes (a renda derivada do trabalho por trabalhador e a renda não derivada do trabalho) participou com apenas 10% para a queda na desigualdade. Sob certas restrições, esta associação pode ser tomada enquanto uma medida de melhor focalização ou cobertura da renda não derivada do trabalho.

A tabela 6 também apresenta a influência dos fatores determinantes para a queda na desigualdade em renda familiar *per capita*, utilizando-se outra medida – focada exclusivamente nas diferenças entre mais ricos e mais pobres: a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres. De acordo com este indicador, a desigualdade de renda caiu 26% no período (de 26,9 para 20,2). Note-se que, ao se considerar uma medida mais sensível à renda dos mais pobres, a importância dos fatores determinantes se inverte, aumentando a importância das transformações na renda não derivada do trabalho, responsáveis por metade da queda na desigualdade (51%). As mudanças em renda do trabalho por trabalhador passam a explicar 41% e, em terceiro lugar, aparece novamente a redução na associação entre a renda do trabalho por trabalhador e a renda não derivada do trabalho.

TABELA 6

Contribuição dos fatores determinantes para a queda na desigualdade em renda familiar *per capita* entre 2001 e 2007

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Grau de desigualdade (razão 20+/20-)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	0,593		26,9		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2001	0,595	-4	27,0	-1	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	0,592	7	26,4	8	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2001	0,588	10	25,7	11	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	0,571	40	22,3	51	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2001	0,574	-7	23,2	-13	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2001	0,573	2	23,0	3	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	0,552	52	20,2	41	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

As tabelas 6a e 6b apresentam também a contribuição dos fatores determinantes para a queda na desigualdade em renda familiar *per capita*, agora para os dois subperíodos mencionados no início desta seção: 2001 a 2003, quando não houve crescimento econômico, e 2003 a 2007, durante o qual houve crescimento econômico.

Para ambos os subperíodos, a importância dos fatores determinantes segue a tendência do período global. Ao se tomar o Gini como a medida de desigualdade, a renda do trabalho por trabalhador é sempre mais importante. Mas ao se utilizar a medida mais sensível à renda dos mais pobres, a renda não derivada do trabalho desponta sempre enquanto fator mais relevante.

TABELA 6A

Contribuição dos fatores determinantes para a queda na desigualdade entre 2001 e 2003

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Grau de desigualdade (razão 20+/20-)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	0,593		26,9		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2003 fossem iguais às de 2001	0,596	-19	27,3	-15	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2003 fosse igual à de 2001	0,594	15	26,9	15	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2003 fossem iguais às de 2001	0,592	17	26,2	28	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2003 fosse igual à de 2001	0,586	45	25,0	46	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2003 fossem iguais às de 2001	0,586	-2	25,1	-5	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2003 fosse igual à de 2001	0,587	-5	25,4	-13	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2003	0,581	50	24,3	43	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2003.

TABELA 6B

Contribuição dos fatores determinantes para a queda na desigualdade entre 2003 e 2007

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Grau de desigualdade (razão 20+/20-)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2003	0,581		24,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2003	0,581	0	24,3	1	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2003	0,579	7	23,9	10	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2003	0,576	9	23,8	3	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2003	0,565	38	21,6	51	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2003	0,568	-10	22,3	-15	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2003	0,567	5	22,0	7	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	0,552	51	20,2	44	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2003 e 2007.

4.3.2 Determinantes da queda na porcentagem de pobres

Neste capítulo, consideram-se pobres todas as pessoas que vivem com famílias com renda mensal *per capita* inferior à linha de pobreza.⁸ Entre 2001 e 2007 as porcentagens de pobres e extremamente pobres caíram, respectivamente, 11 e 7 p.p.

8. Os valores para a linha de pobreza são regionalizados e a média nacional para as regiões é igual a R\$ 175,15 por pessoa ao mês. A linha média de extrema pobreza equivale a R\$ 87,57 por pessoa ao mês.

A tabela 7 apresenta a contribuição dos fatores determinantes para a evolução da porcentagem de pobres e de extremamente pobres entre 2001 e 2007. Mais uma vez se constata a relevância das transformações na renda não derivada do trabalho e da renda do trabalho, com a contribuição de ambos os fatores para explicar a queda na pobreza e na extrema pobreza entre 30% e 40%. As mudanças demográficas, mais favoráveis para os mais pobres, ganham, neste particular, maior peso, ao representar cerca de 20%.

TABELA 7

Contribuição dos fatores determinantes para a evolução da porcentagem de pobres e de extremamente pobres entre 2001 e 2007

Simulações	Porcentagem de pobres (P0)	Contribuição para a redução na pobreza (%)	Porcentagem de extremamente pobres (P0)	Contribuição para a redução na extrema pobreza (%)	Determinantes
Situação em 2001	38,6		17,4		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2001	38,9	-2	17,6	-3	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	36,9	18	16,2	20	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2001	36,2	7	15,5	9	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	32,7	33	12,7	39	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2001	32,7	0	13,1	-5	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2001	31,9	8	12,5	8	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	28,0	37	10,2	32	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

A tabela 7a apresenta a contribuição dos fatores determinantes para a queda na pobreza e na extrema pobreza para o subperíodo 2003-2007. Porquanto entre 2001 e 2003 não houve redução na pobreza, esta decomposição perde o sentido.

Não obstante as contribuições da renda do trabalho por trabalhador e da renda não derivada do trabalho serem parecidas entre 2001-2007,⁹ no subperíodo 2003-2007 a contribuição da renda do trabalho por trabalhador para explicar a queda na pobreza é bem mais elevada (50%) que a da renda não derivada do trabalho (28%). Para a extrema pobreza a contribuição da renda do trabalho por trabalhador é um pouco menor (43%), mas ainda superior à da renda não derivada do trabalho (35%).

TABELA 7A

Contribuição dos fatores determinantes para a evolução da porcentagem de pobres e de extremamente pobres entre 2003 e 2007

Simulações	Porcentagem de pobres (PO)	Contribuição para a redução na pobreza (%)	Porcentagem de extremamente pobres (PO)	Contribuição para a redução na extrema pobreza (%)	Determinantes
Situação em 2003	39,3		17,4		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2003	39,4	-2	17,5	-1	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2003	38,3	10	16,6	13	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2003	37,7	5	16,2	5	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2003	34,5	28	13,7	35	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2003	34,4	1	13,9	-3	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2003	33,6	7	13,3	8	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	28,0	50	10,2	43	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2003 e 2007.

9. Note-se que há inversão entre qual dessas contribuições é a mais relevante, a depender do foco da explicação: a porcentagem de pobres ou de extremamente pobres.

4.3.3 Determinantes da queda no hiato médio de pobreza

Entre 2001 e 2007, o hiato médio de pobreza – entendido como a distância média da renda dos mais pobres à linha de pobreza – se reduziu em 34%, como mostra a tabela 8, passando de 18% para 12%. A renda não derivada do trabalho foi o fator que mais contribuiu para explicar esta queda (39%), embora a renda do trabalho por trabalhador não esteja muito atrás (34%). Mais uma vez, as mudanças demográficas manifestam bastante relevância, tendo participado com 19% da queda.

Já a queda no hiato médio em extrema pobreza foi um pouco maior (40%) e, novamente, quanto mais sensível à renda dos mais pobres, maior é a proeminência da renda não derivada do trabalho, que neste caso tem contribuição duas vezes maior do que a renda do trabalho por trabalhador (50% de contribuição, contra 25%).

TABELA 8

Contribuição dos fatores determinantes para a evolução no hiato médio de pobreza e de extrema pobreza entre 2001 e 2007

Simulações	Hiato de pobreza (P1)	Contribuição para a redução na pobreza (%)	Hiato de extrema pobreza (P1)	Contribuição para a redução na extrema pobreza (%)	Determinantes
Situação em 2001	18,0		7,4		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2001	18,2	-3	7,5	-3	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	17,0	19	6,9	20	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2001	16,5	8	6,7	6	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	14,1	39	5,2	50	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2001	14,4	-4	5,4	-6	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2001	13,9	8	5,2	7	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	11,8	34	4,5	25	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

O período 2003-2007 concentrou melhorias também no hiato médio de pobreza e extrema pobreza (tabela 8a). Neste período, durante o qual observou-se crescimento econômico, a renda do trabalho por trabalhador foi mais importante do que a renda não derivada do trabalho (47% de contribuição contra 33%) para explicar a queda no hiato médio de pobreza. Entretanto, para explicar o hiato médio de extrema pobreza, mesmo com o crescimento econômico, a renda não derivada do trabalho manteve-se enquanto fator primordial (44% de contribuição contra 38%).

TABELA 8A

Contribuição dos fatores determinantes para a evolução no hiato médio de pobreza e de extrema pobreza entre 2003 e 2007

Simulações	Hiato de pobreza (P1)	Contribuição para a redução na pobreza (%)	Hiato de extrema pobreza (P1)	Contribuição para a redução na extrema pobreza (%)	Determinantes
Situação em 2003	18,1		7,2		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2003	18,1	0	7,2	0	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2003	17,4	11	6,9	14	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2003	17,2	4	6,9	0	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2003	15,1	33	5,6	44	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2003	15,2	-1	5,7	-4	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2003	14,7	7	5,5	8	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	11,8	47	4,5	38	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2003 e 2007.

4.3.4 Determinantes da queda na severidade da pobreza

A severidade da pobreza e da extrema pobreza se reduziu em quase 40%, conforme mostra a tabela 9. Como esta medida é ainda mais sensível à renda dos mais pobres do que as duas anteriores, a renda não derivada do trabalho surge indubitavelmente como o fator determinante de maior peso para a redução da severidade da pobreza (44%) e da extrema pobreza (63%) no período.

TABELA 9

Contribuição dos fatores determinantes para a redução na severidade da pobreza e da extrema pobreza entre 2001 e 2007

Simulações	Severidade da pobreza (P2)	Contribuição para a redução na pobreza (%)	Severidade da extrema pobreza (P2)	Contribuição para a redução na extrema pobreza (%)	Determinantes
Situação em 2001	11,1		4,6		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2003 fossem iguais às de 2001	11,3	-4	4,7	-4	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2003 fosse igual à de 2001	10,5	19	4,4	19	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2003 fossem iguais às de 2001	10,2	7	4,3	3	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2003 fosse igual à de 2001	8,4	44	3,3	63	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2003 fossem iguais às de 2001	8,6	-5	3,4	-7	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2003 fosse igual à de 2001	8,2	8	3,3	6	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2003	7,0	30	2,9	19	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

Contudo, quanto ao subperíodo 2003-2007, constata-se que para a severidade da pobreza a renda do trabalho por trabalhador em época de crescimento econômico foi mais relevante (43%) do que a renda não derivada do

trabalho (38%); para a severidade da extrema pobreza, a renda não derivada do trabalho continua bem mais importante (57%) do que a renda do trabalho por trabalhador (33%) – assim como no caso do hiato médio de extrema pobreza (tabela 9a).

TABELA 9A

Contribuição dos fatores determinantes para a redução na severidade da pobreza e da extrema pobreza entre 2003 e 2007

Simulações	Severidade da pobreza (P2)	Contribuição para a redução na pobreza (%)	Severidade da extrema pobreza (P2)	Contribuição para a redução na extrema pobreza (%)	Determinantes
Situação em 2003	11,0		4,4		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2003	11,1	0	4,4	-2	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2003	10,6	12	4,2	14	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2003	10,5	2	4,3	-7	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2003	9,0	38	3,5	57	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2003	9,1	-3	3,6	-5	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2003	8,8	8	3,4	9	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	7,0	43	2,9	33	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2003 e 2007.

5 EXPANSÃO EDUCACIONAL, IMPERFEIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E REDUÇÕES NO GRAU DE DESIGUALDADE

Embora grande parte da queda na desigualdade de renda no novo milênio se deva a um aumento no volume, cobertura e focalização das transferências de renda governamentais (renda não derivada do trabalho), as mudanças ocorridas na renda

do trabalho por trabalhador, como visto na seção anterior, também tiveram grande relevo. Entre os fatores que afetam a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a renda do trabalhador, a escolaridade é, sem dúvida, um dos mais importantes. Assim, uma importante parcela da recente queda na desigualdade está associada, de fato, às melhorias no capital humano da força de trabalho e, em particular, às reduções nas diferenças de remuneração por nível educacional. Resta ainda explicar, portanto, a outra parcela desta queda na desigualdade.

Nesta seção tenciona-se, em primeiro lugar, isolar o impacto da significativa expansão educacional ocorrida ao longo da última década sobre a queda no grau de desigualdade. Em segundo lugar, busca-se avaliar as imperfeições no mercado de trabalho. Mais especificamente, investiga-se em que medida os graus de discriminação e de segmentação no mercado de trabalho declinaram no decorrer dos últimos anos, e identificam-se suas contribuições para a recente redução do grau de desigualdade em renda do trabalho e em renda *per capita*.

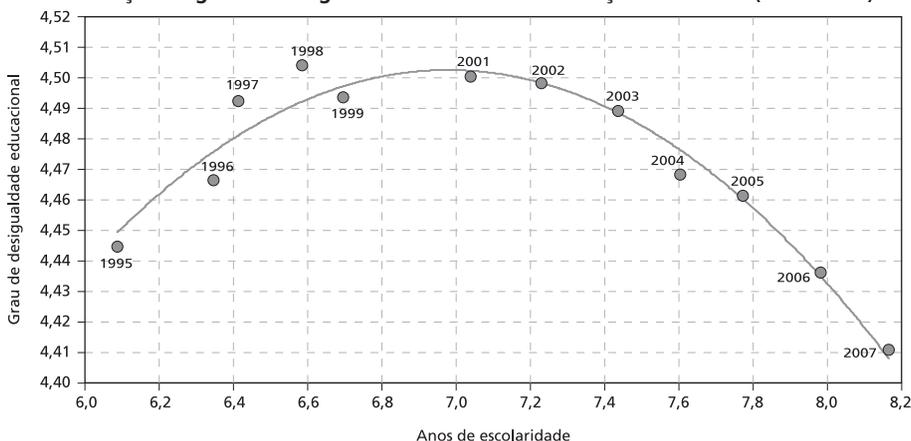
5.1 Expansão educacional e redução no grau de desigualdade

A escolaridade média da força de trabalho brasileira aumentou em quase dois anos, de 6,4 em 1997 para 8,2 em 2007, enquanto historicamente o progresso por década vinha sendo de apenas um ano de escolaridade.

Conforme Barros, Franco e Mendonça (2007a) argumentam, qualquer expansão educacional concorre para a queda na desigualdade em renda do trabalho e, conseqüentemente, em renda *per capita*, por meio de dois canais.

GRÁFICO 14

Evolução do grau de desigualdade educacional da força de trabalho (1995-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

Por um lado, o formato em U-invertido na relação entre o nível de escolarização da população e o grau de desigualdade educacional implica que qualquer expansão da escolarização para além de certo ponto tenderá sempre a reduzir a desigualdade educacional (gráfico 14). Na medida em que trabalhadores mais escolarizados recebem maiores remunerações no mercado de trabalho, reduções nas desigualdades educacionais levam a reduções no grau de desigualdade em remuneração (*efeito quantidade*). Segundo o gráfico 14, desde o início do milênio expansões na escolaridade da força de trabalho vêm sendo acompanhadas por reduções no grau de desigualdade educacional.

Assim, com o objetivo de avaliar a importância deste fator, estimou-se qual teria sido a queda na desigualdade de renda caso a desigualdade educacional entre a força de trabalho não tivesse se reduzido, ou seja, estimou-se a desigualdade em 2007 caso a desigualdade educacional fosse a mesma de 2001 (*efeito quantidade*). Nesta simulação, mantiveram-se as demais transformações ocorridas no período, em particular as mudanças nos diferenciais de rendimento por nível educacional.¹⁰

Os resultados constam da tabela 10 e mostram que a contribuição desse fator foi pequena. A contribuição para a redução na desigualdade de renda do trabalho por trabalhador foi de 11%, enquanto para a redução na desigualdade em renda *per capita* foi de somente 3%.

TABELA 10

Contribuição da educação para a redução na desigualdade em renda do trabalho e em renda *per capita* (2001-2007)

(Em %)

Renda	Efeitos preço e quantidade	Efeito preço	Efeito quantidade
<i>Renda do trabalho</i>			
Idade e escolaridade	68,3	38,7	20,5
Idade	11,40	4,51	5,19
Escolaridade	50,5	34,6	11,2
<i>Renda familiar per capita</i>			
Idade e escolaridade	40,5	22,7	11,9
Idade	4,22	-0,05	2,29
Escolaridade	29,0	22,7	2,7

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

O segundo caminho pelo qual uma expansão educacional contribui para a queda na desigualdade em renda do trabalho e, conseqüentemente, em renda *per capita*, é a redução dos diferenciais de rendimento entre trabalhadores com diferentes níveis educacionais. Na medida em que trabalhadores com educação média ou superior tornam-se menos escassos, o prêmio pela escolaridade mais alta diminui (*efeito preço*).

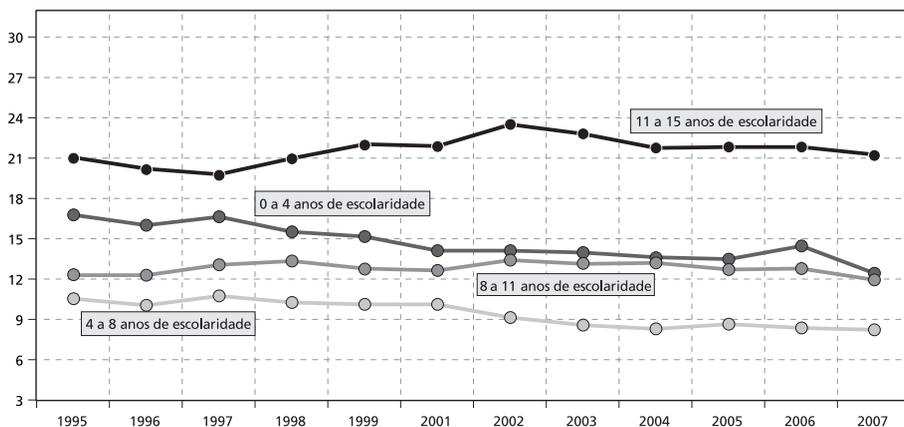
10. A metodologia utilizada está descrita em detalhes em Barros, Franco e Mendonça (2007a).

O gráfico 15 apresenta a evolução dos diferenciais em remuneração entre níveis educacionais no período 1995-2007. A fim de facilitar a comparação, estes diferenciais foram ajustados pelo número de séries em cada ciclo e referem-se, portanto, ao ganho em remuneração por série completada com sucesso do ciclo considerado.

De acordo com o gráfico, a remuneração do trabalho no país cresce em 21% por ano adicional de escolaridade superior, mas apenas 8% por ano adicional na segunda etapa do ensino fundamental (quatro a oito anos de estudo). Além de demonstrar que um ano adicional de educação superior tem maior impacto sobre a remuneração dos trabalhadores que um ano adicional na educação básica, o gráfico revela também que todos os diferenciais de remuneração por nível educacional vêm declinando continuamente desde o início do novo milênio. Na educação superior, na verdade, a queda tem início apenas em 2002, após significativo período de crescimento.

GRÁFICO 15

Evolução do impacto de concluir um nível educacional sobre a média da remuneração do trabalho (1995-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

O gráfico 16 apresenta a evolução do impacto médio (consideradas todas as séries de todos os ciclos educacionais) de um ano adicional de escolaridade sobre a remuneração dos trabalhadores.¹¹ Este gráfico revela que, exceto por um pequeno aumento em 2006, os diferenciais em remuneração do trabalho por ano de escolaridade vêm declinando contínua e acentuadamente ao longo de toda a última década.

11. Ver Barros, Franco e Mendonça (2007a) para uma descrição do cálculo desta média.

Essa persistente redução nos diferenciais por nível educacional vem contribuindo, seguramente, para a queda no grau de desigualdade em renda *per capita*. Mas em quanto? Para responder a esta pergunta, estimou-se qual teria sido a queda na desigualdade de renda sem a redução nestes diferenciais (*efeito preço*). Também nesta simulação mantiveram-se constantes as demais transformações ocorridas no período, em particular as mudanças na escolaridade da força de trabalho. Os resultados também figuram na tabela 10 e revelam a significativa contribuição deste fator. A redução nos diferenciais de remuneração por nível educacional contribuiu com aproximadamente 35% da queda na desigualdade em renda do trabalho e cerca de 23% da queda na desigualdade em renda *per capita* entre 2001 e 2007.

GRÁFICO 16

Evolução do impacto da escolaridade sobre a média da remuneração do trabalho (1995-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

Por fim, vale ressaltar que, como os dois fatores analisados (redução na desigualdade educacional e redução nos diferenciais de rendimento por nível educacional) se complementam, sua contribuição conjunta é maior que a soma das contribuições individuais. De fato, quando se estimou qual teria sido a queda na desigualdade de renda caso a desigualdade educacional e a redução nos diferenciais de remuneração por nível educacional não tivessem declinado, mantidas constantes as demais transformações, chegou-se à conclusão de que, em conjunto, estes dois fatores contribuíram com 50% da queda na desigualdade em renda do trabalho e 30% da queda na desigualdade em renda *per capita* entre 2001 e 2007 (tabela 10).

Em suma, tanto o declínio na desigualdade educacional da força de trabalho quanto na sensibilidade da remuneração do trabalho à escolaridade concorreram para a queda das desigualdades em remuneração e em renda familiar *per capita* no país.

5.2 Imperfeições no mercado de trabalho e redução no grau de desigualdade

Barros, Franco e Mendonça (1993;1996) ressaltam que as imperfeições no mercado de trabalho – como a discriminação e a segmentação – acarretam diferenças de remuneração entre trabalhadores com a mesma produtividade e, portanto, geram desigualdade. No primeiro caso, trabalhadores com maior escolaridade, experiência ou outras características e, por conseguinte, intrinsecamente mais produtivos, recebem maior remuneração. Como, neste caso, as diferenças de remuneração são apenas a tradução das desigualdades preexistentes em produtividade, diz-se que esta parcela da desigualdade em remuneração do trabalho é apenas “revelada” pelo mercado de trabalho.

Mas nem todas as diferenças em remuneração resultam de diferenças intrínsecas de produtividade entre trabalhadores e, portanto, não são apenas “reveladas” pelo mercado de trabalho. Boa parte delas ocorre entre trabalhadores perfeitamente substitutos no processo de produção, isto é, trabalhadores que, se trocassem entre si os postos de trabalho que ocupam, não alterariam o nível da produção nos respectivos postos. Neste caso, tem-se que o mercado de trabalho remunera de forma desigual trabalhadores com a mesma produtividade intrínseca e, portanto, “gera” desigualdades.

Assim, o mercado “gera” desigualdade tanto quando remunera de forma diferente homens e mulheres ou brancos e negros de mesma produtividade, como quando remunera diferentemente trabalhadores que são perfeitos substitutos na produção, mas que ocupam postos em distintos segmentos do mercado. No primeiro caso, diz-se que os diferenciais decorrem de discriminação no mercado de trabalho e, no segundo, de sua segmentação.

Embora os diferenciais em remuneração do trabalho geralmente reflitam diferenças em produtividade entre os trabalhadores, existem diferenciais de remuneração entre trabalhadores com idêntica produtividade potencial ou a mesma capacidade de produzir. De fato, devido à segmentação ou à discriminação no mercado de trabalho, trabalhadores que são perfeitos substitutos na produção recebem remunerações distintas, gerando ineficiências na produção e também iniquidades sociais.

Na última década ocorreram importantes reduções no grau de segmentação e discriminação no mercado de trabalho. A seguir são avaliados estes fenômenos e estimada a sua contribuição para a queda no grau de desigualdade de renda entre 2001 e 2007. Investigam-se dois tipos de discriminação – por gênero e cor –, e três tipos de segmentação – espacial, setorial, e entre os setores formal e informal.

5.2.1 Discriminação no mercado de trabalho

A tabela 11 apresenta a evolução do diferencial em renda do trabalho, por cor e por gênero, entre trabalhadores com características pessoais similares ocupantes de postos de trabalho no mesmo segmento do mercado.

Há uma queda significativa no diferencial em renda do trabalho tanto entre brancos e negros quanto entre homens e mulheres, o que certamente contribuiu para a redução na desigualdade. De fato, se estes diferenciais por cor e gênero não tivessem declinado, a redução na desigualdade seria cerca de 10% inferior, e a contribuição da redução nos dois diferenciais teria magnitude semelhante – em torno de 5%.

Entretanto, como é mais comum existirem homens e mulheres do que negros e brancos em uma mesma família, o declínio no diferencial entre os sexos, embora tenha gerado grande influência sobre a desigualdade no interior das famílias, pouco influenciou na desigualdade de renda entre famílias. Por esta razão, conforme mostra a tabela 12, o diferencial entre homens e mulheres em nada explica a recente queda na desigualdade em renda *per capita* no país. Já o diferencial por cor influencia a desigualdade de renda entre famílias. Por isso seu declínio explica 3% da queda na desigualdade em renda familiar *per capita* – sem dúvida uma contribuição relativamente limitada para uma desigualdade tão preocupante quanto a existente entre brancos e negros.¹²

TABELA 11

Reduções no grau de desigualdade na renda do trabalho caso o impacto dos diferenciais em remuneração das seguintes características dos trabalhadores em 2007 fossem as mesmas de 2001

Simulação	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)		Redução	Contribuição para redução no grau de desigualdade (%)
	2001	2007		
<i>Distribuição original</i>	0,564	0,528	0,036	100
Eliminando a desigualdade revelada e a desigualdade gerada	0,564	0,549	0,015	57,7
Eliminando a desigualdade revelada e a desigualdade gerada e a não explicada	0,564	0,545	0,019	46,7
Eliminando a desigualdade revelada pelo mercado de trabalho	0,564	0,542	0,022	39,4
Experiência do trabalhador	0,564	0,529	0,035	3,2
Graude escolaridade do trabalhador	0,564	0,541	0,023	36,5
Eliminando a desigualdade gerada pelo mercado de trabalho	0,564	0,535	0,029	19,4
Discriminação no posto de trabalho	0,564	0,531	0,033	9,2
Gênero do trabalhador	0,564	0,530	0,035	4,7
Cor do trabalhador	0,564	0,530	0,035	4,6

(Continua)

12. Vale ressaltar, entretanto, que a discriminação racial assume várias formas, e que neste cálculo está sendo levado em consideração apenas o diferencial em remuneração do trabalho entre brancos e negros com a mesma escolaridade e ocupando postos de trabalho no mesmo segmento do mercado de trabalho. Uma análise mais abrangente da contribuição da discriminação para a desigualdade deve contemplar também os diferenciais educacionais e no acesso aos melhores postos de trabalho entre brancos e negros.

(Continuação)

Simulação	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)		Redução	Contribuição para redução no grau de desigualdade (%)
	2001	2007		
Segmentação do mercado de trabalho	0,564	0,532	0,032	10,8
Localização geográfica	0,564	0,532	0,033	10,2
Localização espacial (entre Unidades da Federação)	0,564	0,529	0,035	3,6
Localização na área urbana-rural	0,564	0,528	0,036	1,0
Tamanho do município	0,564	0,530	0,034	5,8
Mercado de trabalho	0,564	0,528	0,036	1,0
Posição na ocupação no posto de trabalho	0,564	0,525	0,039	-6,6
Setor de atividades do posto de trabalho	0,564	0,531	0,033	8,4
Eliminando a desigualdade não explicada	0,564	0,524	0,040	-11,4

Fonte: Estimativas feitas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

Nota: As estimativas desta tabela não incluem a renda proveniente do aluguel imputado e ajustes nas transferências.

TABELA 12

Reduções no grau de desigualdade em renda familiar *per capita* caso o impacto dos diferenciais em remuneração das seguintes características dos trabalhadores em 2007 fossem as mesmas de 2001

Simulação	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)		Redução	Contribuição para redução no grau de desigualdade (%)
	2001	2007		
<i>Distribuição original</i>	0,593	0,552	0,042	100
Eliminando a desigualdade revelada e a desigualdade gerada	0,593	0,566	0,028	33,1
Eliminando a desigualdade revelada e a desigualdade gerada e a não explicada	0,593	0,563	0,030	27,6
Eliminando a desigualdade revelada pelo mercado de trabalho	0,593	0,562	0,032	24,0
Experiência do trabalhador	0,593	0,552	0,042	-0,2
Grau de escolaridade do trabalhador	0,593	0,562	0,032	24,1
Eliminando a desigualdade gerada pelo mercado de trabalho	0,593	0,556	0,038	9,3
Discriminação no posto de trabalho	0,593	0,553	0,040	2,7
Gênero do trabalhador	0,593	0,552	0,042	-0,4
Cor do trabalhador	0,593	0,553	0,040	3,1

(Continua)

(Continuação)

Simulação	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)		Redução	Contribuição para redução no grau de desigualdade (%)
	2001	2007		
Segmentação do mercado de trabalho	0,593	0,555	0,039	6,6
Localização geográfica	0,593	0,554	0,039	5,3
Localização espacial (entre Unidades da Federação)	0,593	0,552	0,041	1,0
Localização na área urbana-rural	0,593	0,552	0,041	0,7
Tamanho do município	0,593	0,553	0,040	3,5
Mercado de trabalho	0,593	0,553	0,041	1,3
Posição na ocupação no posto de trabalho	0,593	0,550	0,043	-4,3
Setor de atividades do posto de trabalho	0,593	0,554	0,039	5,8
Eliminando a desigualdade não explicada	0,593	0,550	0,044	-5,8

Fonte: Estimativas feitas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

Nota: As estimativas desta tabela não incluem a renda proveniente do aluguel imputado e ajustes nas transferências.

5.2.2 Segmentação do mercado de trabalho

Se a discriminação no mercado de trabalho significa a existência de diferenciais de remuneração entre brancos e negros, e entre homens e mulheres com características pessoais similares em postos de trabalho no mesmo segmento, então segmentação significa a existência de diferenciais em remuneração entre trabalhadores com características pessoais similares em distintos segmentos deste mercado. Em um mercado de trabalho perfeitamente integrado, a remuneração dos trabalhadores pode depender da qualificação, mas não deveria depender do segmento do mercado em que se encontram ocupados.

Existem tantas formas de segmentação quantas forem as maneiras como os postos de trabalho possam ser agrupados. Conforme já mencionado, nesta seção tratamos de três formas de segmentação: espacial, setorial, e entre os segmentos formal e informal.

Segmentação espacial

A segmentação espacial pode ser tratada ao longo de três dimensões: *i*) entre Unidades da Federação; *ii*) segundo o porte do município; e *iii*) entre as áreas urbanas e rurais.

Embora as disparidades entre Unidades da Federação sejam uma das principais fontes de segmentação espacial, ao longo dos últimos anos estes diferenciais não vêm sendo reduzidos significativamente (tabelas 11 e 12). Por conseguinte,

uma parcela diminuta da queda na desigualdade em renda *per capita*, apenas 1%, pode ser atribuída a este fator. Em outras palavras, caso a segmentação do mercado de trabalho entre Unidades da Federação¹³ não tivesse se alterado ao longo dos últimos seis anos, a queda na desigualdade teria sido igual a 99% da que efetivamente ocorreu. Já com relação à desigualdade em remuneração do trabalho os diferenciais entre as Unidades da Federação foram responsáveis por cerca de 4% da queda.

A segmentação entre as áreas urbanas e rurais também não declinou de forma sistemática no período analisado. Por isso, apenas uma parte irrisória do declínio no grau de desigualdade em renda *per capita* e em renda do trabalho deveu-se à redução neste tipo de segmentação do mercado de trabalho – cerca de 1%. Assim como no caso das disparidades entre Unidades da Federação, mesmo que o grau de segmentação entre áreas urbanas e rurais não houvesse declinado, a queda na desigualdade de renda teria sido 99% da efetivamente verificada.

Ao contrário dessas duas formas de segmentação espacial, o grau de segmentação do mercado de trabalho segundo o porte do município diminuiu de forma significativa e sistemática. O diferencial de remuneração declinou, pois a remuneração nos municípios de pequeno e médio porte cresceu de mais acentuadamente que nas regiões metropolitanas. Este declínio no grau de segmentação do mercado de trabalho responde por 4% da queda na desigualdade em renda familiar *per capita* e por 6% da queda em renda do trabalho no período. Assim, sem o declínio dos diferenciais de remuneração segundo o porte do município, a redução na desigualdade teria sido 94 a 96% da que realmente ocorreu.

As contribuições conjuntas dessas reduções na segmentação espacial para a redução da desigualdade em remuneração do trabalho e em renda familiar *per capita* foram de 10% e 5%, respectivamente.

Segmentação setorial

Os diferenciais em remuneração entre setores de atividade do posto de trabalho decresceram acentuadamente no período analisado. Este declínio no grau de segmentação setorial foi responsável por 8% e 6% da queda no grau de desigualdade em renda do trabalho e renda familiar *per capita*, respectivamente, ocorridos no país entre 2001 e 2007 (tabelas 11 e 12). Logo, se este grau de segmentação não tivesse declinado, a queda na desigualdade de renda do país seria 92% a 94% do que a que efetivamente foi observada.

13. Isto é, o diferencial em remuneração entre trabalhadores de distintas Unidades da Federação que, entretanto, têm idênticas características e encontram-se ocupados em postos de trabalho no mesmo segmento.

Segmentação formal-informal

Ao contrário das demais formas de segmentação no mercado de trabalho, ao longo do período analisado os diferenciais em renda entre empregados com e sem carteira, e entre empregados com carteira e conta-própria, não diminuíram (tabelas 11 e 12). Por conseguinte, as transformações por que passou a segmentação entre os setores formal e informal em nada contribuíram para o declínio no grau de desigualdade de renda no país.

6 SUMÁRIO E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Neste capítulo verificou-se que o Brasil vem passando por profundas transformações nos últimos anos, com o declínio acentuado e contínuo na desigualdade da distribuição da renda. Entre 2001 e 2007 o coeficiente de Gini havia diminuído 7%, alcançando o menor valor dos últimos trinta anos. Apesar desta queda significativa, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente alta: cerca de 90% dos países ainda apresentam distribuições menos concentradas que as do Brasil. Portanto, o sucesso recente deve ser encarado apenas enquanto o primeiro passo de uma longa jornada.

Em função dessa extraordinária queda da desigualdade, porém, os níveis de pobreza e de extrema pobreza reduziram-se substancialmente. A taxa de crescimento anual da renda dos mais pobres foi quase três vezes superior à média nacional e, ao contrário do que historicamente ocorreu no país, esta redução na pobreza resultou fundamentalmente da redução no grau de desigualdade (mais de 60%).

Entretanto, entre 2001 e 2007 identificam-se dois momentos bastante distintos. Entre 2001-2003, a renda familiar *per capita* decresceu e, exceto pelos dois primeiros décimos da distribuição, a renda de todos os demais grupos também decresceu. Assim, apesar do crescimento praticamente nulo, a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa média de cerca de 3% a.a., enquanto a renda dos 10% mais ricos decresceu a uma taxa média anual de 4%. Entre 2003-2007 a renda familiar *per capita* cresceu a uma taxa de 5,4% a.a., e a renda de todos os décimos da distribuição também cresceu. Este crescimento da renda, contudo, foi maior para os mais pobres, e menor para os mais ricos: a taxa de crescimento da renda familiar *per capita* variou de 9% para os 10% mais pobres, a 4% para os 10% mais ricos.

Em suma, os acontecimentos ocorridos no país entre 2001-2007 oferecem uma oportunidade única para o estudo dos fatores mais relevantes na explicação das mudanças em favor dos mais pobres – redução na desigualdade, na pobreza e na extrema pobreza –, e em diferentes cenários – com e sem crescimento econômico. Com base em uma série de simulações contrafactuais, quantificou-se a contribuição destes fatores determinantes para a queda: *i*) na desigualdade; *ii*) na porcentagem de pobres; *iii*) no hiato médio de pobreza; e *iv*) na severidade da pobreza.

Com relação à queda na desigualdade, utilizando-se o coeficiente de Gini para a medida de desigualdade na distribuição da renda, inferiu-se que mais da metade da queda (60%) se deveu a melhorias na distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador, e 40% às transformações na distribuição de renda não derivada do trabalho.

Tais contribuições, todavia, são sensíveis à medida de desigualdade utilizada. Quando considerada uma medida mais sensível à renda dos mais pobres (razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres), a importância dos fatores determinantes se inverteu, aumentando a importância das transformações na renda não derivada do trabalho, a qual passou a ser responsável por metade da queda na desigualdade (51%). As mudanças em renda do trabalho por trabalhador passaram a explicar 41%.

A análise por subperíodos revelou que, para ambos, a importância dos fatores determinantes segue a tendência do período global. Quando a medida de desigualdade utilizada é o coeficiente de Gini, a renda do trabalho por trabalhador é sempre mais importante. Mas quando se utiliza a medida mais sensível à renda dos mais pobres, a renda não derivada do trabalho desponta sempre enquanto fator mais relevante.

No que diz respeito à queda na porcentagem de pobres, mais uma vez constatamos a relevância das transformações na renda não derivada do trabalho e da renda do trabalho; a contribuição de ambos os fatores para explicar a queda na pobreza e na extrema pobreza situa-se entre 30% e 40% – verifica-se uma inversão entre qual é a mais relevante, a depender de se estar explicando o que houve com a porcentagem de pobres ou com a de extremamente pobres. As mudanças demográficas, que foram mais favoráveis para os mais pobres, ganharam maior relevância, tendo contribuído com aproximadamente 20%.

Como entre 2001 e 2003 não houve redução na pobreza, foi investigada apenas a contribuição dos fatores determinantes para a queda na pobreza e na extrema pobreza para o subperíodo 2003-2007. A contribuição da renda do trabalho por trabalhador para explicar a queda na pobreza foi bem mais elevada (50%) que a da renda não derivada do trabalho (28%). No caso da extrema pobreza, aquela foi um pouco menor (43%), mas ainda mais elevada do que a contribuição da renda não derivada do trabalho (35%).

No que concerne à queda no hiato médio de pobreza entre 2001 e 2007, a renda não derivada do trabalho foi o fator preponderante para explicá-la (39%), embora a renda do trabalho por trabalhador não tenha ficado muito atrás (34%). Novamente, as mudanças demográficas figuram bastante importantes (19%).

Quanto mais sensível à renda dos mais pobres, maior a relevância da renda não derivada do trabalho. Assim, no caso do hiato médio em extrema pobreza, a contribuição da renda não derivada do trabalho foi duas vezes maior que a renda do trabalho por trabalhador (50% de contribuição contra 25%).

Entre 2003-2007, quando houve crescimento econômico, a renda do trabalho por trabalhador foi mais importante do que a renda não derivada do trabalho (47% de contribuição contra 33%) para explicação da queda no hiato médio de pobreza. Todavia, para explicar o hiato médio de extrema pobreza, mesmo com o crescimento econômico, a renda não derivada do trabalho manteve-se enquanto fator mais relevante (44% de contribuição contra 38%).

Por fim, com relação à queda na severidade da pobreza, dado que esta medida é ainda mais sensível à renda dos mais pobres do que as duas anteriores, a renda não derivada do trabalho foi indubitavelmente o fator determinante de maior peso para a redução da severidade da pobreza (44%) e da extrema pobreza (63%) no período 2001-2007. Contudo, considerado o subperíodo 2003-2007, constata-se que, para a severidade da pobreza, a renda do trabalho por trabalhador em época de crescimento econômico foi mais relevante (43%) do que a renda não derivada do trabalho (38%); para a severidade da extrema pobreza a renda não derivada do trabalho permaneceu bem mais importante (57%) do que a renda do trabalho por trabalhador (33%).

Embora grande parte da queda na desigualdade de renda tenha decorrido de mudanças na renda não derivada do trabalho, as variações na renda do trabalho por trabalhador também tiveram grande importância. Como a escolaridade é um dos principais fatores que afetam a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a renda do trabalhador, pode-se afirmar que uma parcela importante da queda recente na desigualdade está associada às melhorias no capital humano da força de trabalho e, em particular, às reduções nos diferenciais de remuneração por nível educacional. Dessa forma, foi isolado o impacto da significativa expansão educacional ocorrida ao longo da última década sobre a queda no grau de desigualdade, e os resultados obtidos mostram que tanto o declínio na desigualdade educacional da força de trabalho quanto na sensibilidade da remuneração do trabalho à escolaridade contribuíram para a queda das desigualdades em remuneração e em renda familiar *per capita* no país. Em conjunto, estes dois fatores contribuíram com 50% da queda na desigualdade em renda do trabalho e com 30% da queda na desigualdade em renda *per capita* entre 2001 e 2007.

Mas o que explicaria a outra parcela da queda na desigualdade? Para responder a esta pergunta passou-se a investigar em que medida os graus de discriminação e de segmentação no mercado de trabalho declinaram ao longo dos últimos anos, e foram quantificadas suas contribuições para a recente redução do grau de

desigualdade em renda do trabalho e em renda *per capita*. Os resultados revelaram que, em conjunto, a redução nas diversas formas de discriminação e segmentação investigadas explica 19% da queda na desigualdade em remuneração do trabalho e 9% da queda em renda *per capita* no país.

No que respeita à queda na desigualdade em remuneração do trabalho, quase metade desta contribuição decorre do declínio na discriminação, o qual apresenta o mesmo peso tanto na discriminação por cor como por gênero. A outra metade decorre de reduções no grau de segmentação, fundamentalmente devido a reduções nos diferenciais em rendimento do trabalho entre setores de atividade, assim como entre municípios de médio e pequeno porte e as regiões metropolitanas.

Com relação à queda na desigualdade em renda *per capita*, cerca de um terço desta contribuição advém do declínio na discriminação, essencialmente daquela observada quanto à remuneração do trabalho por cor. Os restantes dois terços decorrem de reduções no grau de segmentação, fundamentalmente devido a reduções nos diferenciais em rendimento do trabalho entre setores de atividade, e também entre municípios de médio e pequeno porte e as regiões metropolitanas.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil. *In*: IPEA, **Perspectivas da economia brasileira** - 1994. Rio de Janeiro: Ipea, 1993, p. 471-490.

_____. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. A economia brasileira em perspectiva - 1996. Rio de Janeiro: Ipea, v. 2, p. 421-474, 1996.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda Brasileira. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, Capítulo 12, v.1, 2006.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. *In*: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Capítulo 2, volume 1. Brasília, Ipea, 2006a.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. **Econômica**: revista do programa de Pós-Graduação em Economia da UFF, v.8, n.1, 2006b, p. 117-147.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; O papel das transferências públicas para a queda recente da desigualdade de renda brasileira. *In*: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Capítulo 16, volume II. Brasília, Ipea, 2007.

BARROS, R.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. *In*: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Capítulo 26, volume II. Brasília, Ipea, 2007a.

BARROS, R.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. *In*: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Capítulo 28, volume II. Brasília, Ipea, 2007b.

PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H.; PAGOTTO, C. **Mudança social e pobreza no Brasil**: 1970-1980. O que ocorreu com a família brasileira? São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

WAJNMAN, S.; TURRA, C.M.; AGOSTINHO, C.S. *Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil*. In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Capítulo 14, volume 1. Brasília, Ipea, 2006.

POBREZA E MUDANÇAS SOCIAIS RECENTES NO BRASIL

Marcio Pochmann*

Ricardo L. C. Amorim**

1 INTRODUÇÃO

Após duas décadas de baixo dinamismo econômico e constrangimentos sociais, a dinâmica brasileira passou a sofrer importante inflexão no que tange a determinados contingentes populacionais. De forma inegável, a parcela da população vivendo em condições de pobreza extrema e contaminada pela forte desigualdade de renda do trabalho terminou sendo favorecida pelo ambiente recente de expansão mais rápida da renda nacional, com melhora considerável do mercado de trabalho e ganhos reais do salário mínimo.

Adiciona-se a isso o papel ativo das políticas sociais sobre a base da pirâmide social, capaz de abrir uma nova e importante fase de mudanças no Brasil. Por conta disso, o presente capítulo busca, em primeiro lugar, identificar se houve mudança social no Brasil recente e, caso tenha havido, qual foi sua magnitude. A partir desta análise, discutem-se e descrevem-se os principais segmentos sociais que melhor protagonizaram as mudanças quantitativas e qualitativas no país.

Destarte, o texto está dividido em cinco partes, além desta introdução. A primeira e a segunda tratam do tema da pobreza e sua relação histórica com a evolução econômica e social brasileira. A terceira parte apresenta a metodologia adotada na identificação dos principais movimentos de mudança social recente no Brasil.¹ A quarta seção descreve brevemente os indivíduos tidos como mais dinâmicos entre 2001 e 2007. Por fim, considerações reforçam a análise apresentada ao longo do texto.

* Presidente do Ipea e professor-pesquisador licenciado do Instituto de Economia (IE) e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

** Professor-pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Qualidade de Vida (NPQV) da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

1. A parte referente ao levantamento e geração do conjunto de informações quantitativas deveu-se ao inestimável trabalho de Sergei Soares e equipe (Diretoria de Estudos Sociais – Disoc/Ipea).

2 POBREZA ENTRANHADA

O fenômeno da pobreza constitui um dos principais problemas brasileiros a serem superados. Ele não resulta de um mero acidente dos percursos econômicos e políticos escolhidos, mas da própria dinâmica da vida em sociedade e, por isso mesmo, vem se perpetuando, não obstante as profundas transformações pelas quais o Brasil passou.

Em outras palavras, a amplitude e a permanência da pobreza brasileira se encontram em consonância com o processo de constituição e evolução da nossa sociedade até seu formato atual. Ou seja, o enorme contingente de pobres apresenta-se orgânico à forma e às opções de políticas econômicas e sociais adotadas ao longo da história.

Nesse sentido, a questão se coloca, portanto, em patamar diferente do habitual: como em todo lugar do mundo, a pobreza que realmente importa não se refere ao indivíduo, suas opções ou fraquezas naturais, mas sim às diferentes formas históricas encontradas pelos povos para construir sua sociedade. Tais formas não foram, obviamente, consensuadas, uma vez que resultaram de processos tensos e, muitas vezes, conflituosos entre indivíduos, grupos e classes.

Sendo assim, parece ser pouco provável, como bem observou Rousseau em obra clássica,² que isso tudo fosse feito sem o estabelecimento de leis e costumes capazes de legitimar a posse privada da riqueza e dos meios de produção. Isto é, foi necessário que se instituísem Estados capazes de regular as relações entre homens, grupos e classes, não só do ponto de vista da manutenção da propriedade, mas também das relações de produção que se estabeleceram a partir dela.

A história do Brasil, o conteúdo dos seus conflitos e o resultado deles apenas reforçam essa hipótese. Aqui, a pobreza e as diversas formas de desigualdade sempre foram tão gritantes que o país só parecia inteligível por meio de dualidades. Ainda hoje, o desconcerto entre a pobreza contemporânea, numerosa e bárbara, e a imagem de um país que se quer cosmopolita e moderno, revela o quanto a sociedade brasileira ainda está distante de vencer a pobreza. Tanto é assim que, até poucos anos atrás, era marcante o esgarçamento do tecido social, a ponto de alguns desconfiarem de que já se havia ultrapassado as fronteiras da vida civilizada (TELLES, 2001).

Mas por que a pobreza é tão marcante no país? O fato de alguns países da região terem alcançado significativo grau de industrialização sem terem, contudo, resolvido os problemas da desigualdade e da pobreza destruiu o discurso do simples crescimento econômico como fórmula mágica para encerrar a matéria. Ficou claro, então, que:

2. Ver mais em Rousseau (1973).

(...) não se pode analisar a questão da pobreza simplesmente considerando-se a especificidade da estrutura econômica. Na verdade, os processos políticos, a maior ou menor presença dos interesses das camadas subalternas na atuação do Estado constituem momentos necessários na análise dos determinantes da pobreza (OLIVEIRA e HENRIQUE, 1990, p. 7).

Quais seriam, então, essas causas? O Brasil, como outros países da América Latina, viveu durante décadas um forte crescimento econômico, impulsionado principalmente pelo desenvolvimento da indústria nestes países. Durante esta fase de rápida expansão econômica, marcadamente entre as décadas de 1930 e 1970, a industrialização foi acompanhada por forte urbanização, associada a três aspectos fundamentais para se compreender a distribuição de renda e poder internos: *i*) a manutenção de uma estrutura agrária dominada pela grande propriedade; *ii*) a fraqueza dos trabalhadores e de suas organizações no interior do mercado de trabalho; e *iii*) a natureza *clientelista* e *não compensatória* das políticas sociais implementadas no país (OLIVEIRA e HENRIQUE, 1990).

Na agricultura, por exemplo, a ausência de reforma agrária implicou a recorrente postergação da democratização da posse da terra, com a concentração da propriedade em níveis sem paralelo com países civilizados. Além disso, o atraso na constituição de sindicatos de trabalhadores rurais, bem como na implantação de políticas sociais adequadas tornaram quase inevitável a manutenção de antigos e baixos padrões de vida na população rural (PINTO, 1976).³

O fluxo migratório tornou-se tanto uma constante de esvaziamento demográfico no campo como de depósito humano nas cidades. Estas, apesar da forte expansão industrial, nunca possuíram condições adequadas para absorver, no trabalho formal, um contingente populacional chegando tão rápido ao seu mercado. Por conta disso, houve certo transplante da pobreza rural para o meio urbano, no qual o trabalho informal e o modo de vida precário das periferias das grandes cidades tornavam-se, inclusive, funcionais para os setores modernos em expansão (OLIVEIRA, 2003).

Naturalmente, a presença de enorme excedente de mão de obra, geralmente de reduzida escolaridade e qualificação profissional, terminou exercendo significativa pressão sobre o valor real dos salários de base urbanos. Mesmo com o desenvolvimento de sindicatos nas cidades, os ganhos salariais dos trabalhadores brasileiros quase nunca acompanharam o crescimento da produtividade (POCHMANN, 1995).

Além disso, a constante repressão aos movimentos organizados dos trabalhadores também constrangeu a modernização das relações de trabalho, impedindo

3. O resultado, como se observou no Brasil, foi um êxodo em direção às grandes cidades sem paralelo na história, capaz de, em poucas décadas, inverter a participação do meio urbano na população brasileira. Segundo Oliveira e Henrique (1990), bastaram quatro décadas para isto acontecer.

o avanço das reivindicações da base dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a incorporação de tecnologia, os ganhos de produtividade e a carência de mão de obra qualificada concentraram partes dos ganhos em uma nova – mas não muito ampla – classe média, levando à intensificação da desigualdade entre os trabalhadores do chão da fábrica e a alta direção das empresas. Com tudo isso, as grandes cidades passaram, crescentemente, a concentrar a pobreza e a desigualdade do país.⁴

Por fim, em relação às políticas sociais que poderiam esmaecer a gritante desigualdade de renda no país, constata-se a sua inadequação, sobretudo até o advento da Constituição de 1988.⁵ De maneira geral, percebe-se que, antes de 1964, o Estado brasileiro encontrava-se mobilizado para a captura de recursos, para direcioná-los ao financiamento do ciclo de expansão industrial. Ou seja, mesmo os recursos absorvidos na forma das contribuições sociais pagas pelos próprios trabalhadores eram limitadamente utilizados em políticas compensatórias. Na verdade, parcela considerável encontrava-se comprometida com o estímulo ao crescimento econômico.

Mais ainda, durante o regime militar, quando a base econômica ampliava-se rapidamente – crescimento econômico e mobilidade social ascendente –, permitindo maior financiamento das políticas sociais, o Brasil seguiu a trajetória de postergação da reforma tributária. Assim, os pobres continuaram a pagar impostos, e os trabalhadores, as contribuições sociais que praticamente pouco retornavam na forma de políticas sociais similares às dos países com estrutura econômica comparável (BIASOTO JR. e PINTO, 2006).⁶ Isto é, o crescimento gerava ganhos que se concentravam na parte superior da pirâmide social, e mesmo a parcela da renda que poderia permanecer nas mãos dos trabalhadores lhes era tributada, voltando ao circuito para financiar mais crescimento que, em nova rodada, concentrava ganhos no topo da sociedade.

Em resumo, o Brasil carregou, durante o ciclo de expansão econômica de 1930-1980, uma situação social escandalosa, e isso pouco teve a ver com os culpados de sempre: baixo nível de escolaridade, analfabetismo, famílias numerosas, migração, entre outras razões. Estas características clássicas da pobreza brasileira são, na verdade, sintomas, consequências da ausência de reformas no campo, na ação do Estado e da fraqueza dos movimentos trabalhistas. Em verdade, o país simplesmente – e não por coincidência – evitou fazer as necessárias reformas do capitalismo contemporâneo (agrária, social e tributária).

4. É importante ter claro que esse período, apesar dos problemas discutidos, também foi marcado por significativa mobilidade social ascendente, tanto dos trabalhadores que se tornaram empregados nas grandes empresas do setor moderno, como das pequenas empresas que surgiram a partir da acelerada dinâmica econômica desses anos (Pastore, 1973).

5. Para uma crítica às políticas sociais implementadas no Brasil no passado, ver Pochmann (2002).

6. Para uma discussão sobre esse ponto, ver a Parte I de Biasoto Jr. e Pinto (2006).

O interessante é que, apesar do perverso ciclo de industrialização vivido, o país realizou a façanha de crescer tão vigorosamente que a participação relativa dos pobres decaiu, durante esses cinquenta anos, de mais de quatro quintos para pouco mais de dois quintos da população.

Os problemas, então, se agravaram no período posterior a 1980. A partir dali, o Brasil afastou-se da trajetória de crescimento econômico, piorando significativamente os tradicionais problemas sociais, sobretudo em relação à pobreza e desigualdade. As políticas de corte neoliberal implementadas nestes anos, ao impactarem fortemente a economia do país, agregaram um novo contingente demográfico aos antigos pobres do país, mas de perfil diferente do tradicional.

Se antes a população pobre era geralmente semianalfabeta, oriunda de famílias numerosas, migrante e com ocupação mal remunerada, a partir dos anos 1980 e, principalmente, dos 1990, o novo contingente passou a ser formado por pessoas não analfabetas, com alguma escolaridade, pertencentes a famílias pequenas e urbanas, e geralmente desempregadas. Nesse contexto de ausência de dinamismo econômico, surgiu uma nova leva de pessoas que, sem acesso a direitos sociais básicos, como ocupação digna e segurança, foi agregada ao contingente populacional prisioneiro dos antigos problemas.

Nesse ambiente difícil para os trabalhadores, marcadamente os não qualificados, a única fonte de poder de resistência a esta tendência foi, à época, a nova Constituição do Brasil, promulgada em 1988. A partir dela, uma série de direitos sociais foram reconhecidos, permitindo – e por vezes obrigando – a tomada de decisões e a instauração de políticas que vieram contemplar as camadas mais pobres da população. Ou seja, a Constituição Federal de 1988 permitiu a construção de um conjunto abrangente e sofisticado de políticas sociais que definiram ações positivas sobre o conjunto mais pobre dos brasileiros. Por exemplo, a descentralização dos gastos com saúde, educação, previdência e assistência social, cada uma a seu tempo, permitiu a chegada mais efetiva de recursos à população. Além disso, foi fundamental o avanço da política previdenciária, que contribuiu enormemente para a redução da pobreza, sobretudo a rural (IPEA, 2007).

Adiciona-se a isso a estruturação da Lei Orgânica da Assistência Social e do seguro-desemprego, para citar algumas inovações constitucionais, com importante repercussão afirmativa sobre a base da pirâmide social. Noutras palavras, o ambiente de baixo dinamismo econômico do período de predomínio neoliberal dos anos 1990 foi contraposto pelas políticas sociais que tiveram por base a Constituição Federal de 1988.

Fica claro, assim, que os pequenos avanços contra a pobreza nesses anos foram fruto de escolhas políticas que pouco ou nada tiveram a ver com as preocupações de eficiência econômica. Em outras palavras, foram respostas coletivas, e

não individuais, que permitiram, em cenário adverso, lograr alguns avanços sobre o que pode ser considerada a maior chaga da sociedade brasileira.

De tudo isso, pode-se concluir que a política perpassa, portanto, as possibilidades de enfrentamento da pobreza. Contudo, para que haja vontade de superar esta cruel realidade, é necessário que os trabalhadores e os mais carentes consigam representar seus interesses no debate e nos rumos do país. Quando isto ocorre, chega-se ao patamar de possibilidades necessárias para o decisivo avanço nas políticas públicas.

Isso é o que parece ter ocorrido no período mais recente – sinal de amadurecimento político do país após mais de duas décadas de regime democrático.

3 A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E SEUS IMPACTOS

Apesar da Constituição Federal de 1988, havia um elemento terrível que sufocou a maioria das tentativas de melhoria das condições sociais e distributivas do país: o baixo crescimento econômico. Na verdade, foram mais de duas décadas de baixo dinamismo econômico (1980 a 2003), somado ao desmonte, principalmente nos anos 1990, do Estado brasileiro. Este processo de “demonização” das esferas coletiva, pública e política cobraram seu preço na forma do enfraquecimento da indústria de capital nacional, do avanço sem precedentes do desemprego e da ausência evidente de qualquer projeto de desenvolvimento econômico para o país.

Os problemas no balanço de pagamentos e a queda da taxa de investimento apenas acompanharam, como sintomas, o processo mais profundo de redirecionamento da economia nacional (DATHEIN, 2006). Naqueles anos 1990, o governo de plantão esvaziou o poder legal e econômico do Estado no sentido de deixar cada vez mais o mercado e o capital internacional cuidarem da modernização e da expansão produtiva do país (GRAU, 2008).

Ali, se o pernicioso processo inflacionário foi vencido, o custo desta vitória foi bastante elevado. Como em todo o momento de estabilização de inflação descontrolada, dado ser este processo essencialmente um conflito distributivo, era preciso impor perdas a um ou mais grupos, estancando a disputa e forçando a estabilização do poder de compra da moeda. Assim, apesar da inteligente transição de uma moeda corroída para outra (o real), logo após o choque, a necessidade de impedir o retorno da inflação levou à imposição de perdas aos trabalhadores e aos pequenos e médios empresários de capital nacional.

Na verdade, a abertura muito rápida de fronteiras comerciais e financeiras em ambiente de juros elevados e tecnologia interna sabidamente defasada gerou a quebra de inúmeras empresas e o fechamento de milhões de postos de trabalho. Por esta via, a fraqueza destes grupos, marcadamente a dos trabalhadores, não

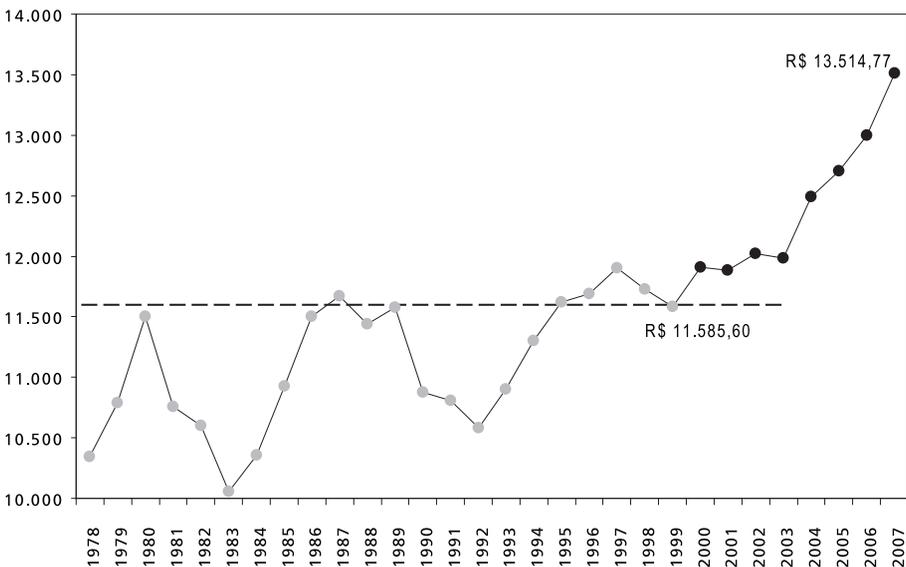
permitiu mais que eles lutassem por manter o preço relativo de suas horas de trabalho e produtos. O resultado foi o rebaixamento relativo de um preço-chave da economia, impondo perda aos seus donos, mas controlando a grave inflação que prejudicava toda a sociedade.⁷

A semiestagnação econômica brasileira só parece ter se encerrado no começo dos anos 2000. Já em 2000, por exemplo, é possível observar que o fim da paridade cambial elevou os preços das importações, desviando demanda para a produção interna, e facilitou as exportações, que adquiriram novo fôlego. Porém, a consolidação deste novo impulso econômico só fica clara em 2004.

A partir dali, o Brasil passou a registrar desempenho mais forte de sua estrutura produtiva.⁸ Entre 2001 e 2007, por exemplo, o produto interno bruto (PIB) brasileiro cresceu, em termos reais, 23,8%. Não obstante esta significativa expansão, o aumento da renda familiar *per capita* foi de 15,6%, tendo em vista a expansão populacional no período.

GRÁFICO 1
PIB *per capita* brasileiro (1978-2007)

(Em R\$ mil de 2007)



Fonte: Ipeadata (Acesso em: 06/10/2008).

7. Há uma séria desconfiança de que os grandes capitais nada ou quase nada perderam nesse processo. Primeiro porque eles se associaram ou venderam suas plantas ao capital internacional, afoito por bons negócios, e, segundo, porque puderam migrar rapidamente para o elevado ganho financeiro mantido pelos títulos públicos da esfera Federal de governo.

8. Os motivos dessa retomada estão amplamente discutidos por diversos autores na Revista de Economia Política, notadamente entre 2007 e 2008.

A partir de então, é possível observar sinais importantes de mudança social, que precisam ser considerados, principalmente após o longo período de semiestagnação. Na verdade, o crescimento econômico permitiu que o Estado exercesse seu papel constitucional de melhorar a distribuição de renda no país – por meio da previdência social, dos benefícios de prestação continuada e dos aumentos do salário mínimo – e criou oportunidades para que parte da população, por méritos próprios, alcançasse níveis mais altos de renda e trabalho.

Esse tipo de acontecimento pouco tem de novo na história e na teoria econômica. Keynes (1983) e outros já afirmavam, em meados do século passado, que ocupar-se, ter um emprego, não é um problema do indivíduo. Na verdade, o mercado de trabalho não é o princípio das decisões econômicas que levam a maior ou menor produção, mas sim o contrário. Na realidade, os agentes com papel de impulsionar a economia são os empresários ou capitalistas. É este grupo que, a partir de suas expectativas em relação ao futuro e do que imaginam ser a demanda para seus produtos, assim como de outros fatores, decidem o que, como e quando produzir. Somente a partir desta decisão é que se formam as oportunidades de emprego e renda para os trabalhadores (MIGLIOLI, 1982).

Nesse sentido, o crescimento econômico brasileiro recente teve exatamente o papel de elevar as expectativas e a *eficiência marginal do capital*, abrindo espaço para investimento, contratações, multiplicação da renda e, por este caminho, das oportunidades de emprego.

Mais ainda. Como já observou Kalecki (1987), o problema dos países pobres não é de demanda efetiva, mas de falta de capital. Assim, qualquer investimento significativo tem enormes efeitos multiplicadores, quase nunca disponíveis nas economias ricas. Desse modo, dada a conjunção de melhoria do cenário econômico, políticas estimuladoras do governo federal (crédito e distribuição secundária da renda) e elevação das exportações, os investimentos voltaram a crescer no país depois de décadas, com efeitos bastante positivos sobre o PIB e a problemática social.

Por tudo isso, as questões passam a ser, então: qual foi o impacto da mudança recente na trajetória econômica brasileira? Alguma mudança social foi possível por causa dela? E se foi possível, qual foi a sua dimensão?

Essas preocupações serão o centro da análise de agora em diante.

4 EVIDÊNCIAS DA MUDANÇA SOCIAL RECENTE

Observar mudanças sociais nunca foi tarefa fácil. Por isso mesmo, neste estudo procurou-se observar a mobilidade social como forma de magnificar a importância das mudanças sociais recentes no espaço socioeconômico brasileiro.

Para tanto, adotou-se, como referência metodológica, a simples divisão da população total em três grandes grupos com número igual de pessoas (tercis), em conformidade com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001

(PNAD 2001) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse modo, uma vez ordenados os microdados da amostra em ordem crescente de renda, tornou-se fácil segmentar o conjunto em três subconjuntos, com um terço de elementos cada.

A partir disso, o próximo passo foi identificar o rendimento máximo entre as pessoas que compunham cada um dos três grupos de um terço da amostra. Por meio da PNAD 2001, os limites monetários de rendimento para cada um dos três grupos foram definidos. Porém, era necessário realizar a comparação com a última PNAD disponível após a retomada do crescimento econômico. Para permitir esta comparação, os valores-limites dos tercís foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) entre 2001 e 2007, gerando novos valores, atualizados em reais de 2007.

Contudo, ainda assim a atualização monetária seria insuficiente para apreender estatisticamente a mobilidade social vivida no país no período em análise. O motivo é simples: houve crescimento real do PIB e, o mais importante, da renda *per capita*. Assim, para apreender a mudança social, tornou-se necessário incorporar este crescimento da renda média dos brasileiros aos limites dos grupos calculados anteriormente. Por quê?

Caso não se fizesse essa incorporação, seria observado um grande número de pessoas que tiveram sua renda aumentada, mas sem migrar de uma faixa de renda para outra, seguindo passivamente o aumento médio da renda *per capita*. Em outras palavras, se a renda média cresceu e se todos obtivessem o mesmo percentual de aumento, a distribuição brasileira continuaria a mesma, porém com cada pessoa recebendo um pouco mais. Todavia, em uma sociedade capitalista é natural que a distribuição do crescimento não seja igual e alguns, ao perceberem aumentos maiores que os outros, mudem de faixa de renda, indicando mobilidade social ascendente.

Desse modo, aos limites monetariamente atualizados da PNAD 2001, aplicou-se o valor do aumento da renda *per capita* do país entre 2001 e 2007, ou seja, 15,6%. Com isso, foram estabelecidos os valores ou linhas indicando os limites que, ao serem ultrapassados, informam sobre a mobilidade social ascendente dos indivíduos.

Os valores definidos foram:

- *grupo 1* (de menor renda): entre R\$ 0,00 e R\$ 545,66 de renda familiar por mês;
- *grupo 2* (de renda intermediária): entre R\$ 545,66 e R\$ 1.350,82 de renda familiar por mês;⁹ e
- *grupo 3* (de maior renda): R\$ 1.350,82 e mais de renda familiar por mês.

9. É muito importante salientar que não se trata de tentar definir classe média ou outro conceito equivalente. O exercício estatístico, aqui, aponta apenas para um estrato intermediário de renda, dada a má distribuição do país.

Com esse exercício, ficou claro quais pessoas apenas acompanharam de maneira passiva os ganhos de toda a economia e quais atravessaram as fronteiras entre os diferentes estratos sociais. Naturalmente, neste estudo, o interesse recai exatamente sobre aqueles que superaram os limites superiores de renda já deflacionados e acrescidos do aumento de renda médio dos brasileiros. Foi daí que surgiram os *elementos mais dinâmicos* da nossa sociedade, aqueles que realmente foram além do ganho médio, movimentando-se ascendentemente nos grupos sociais estabelecidos.

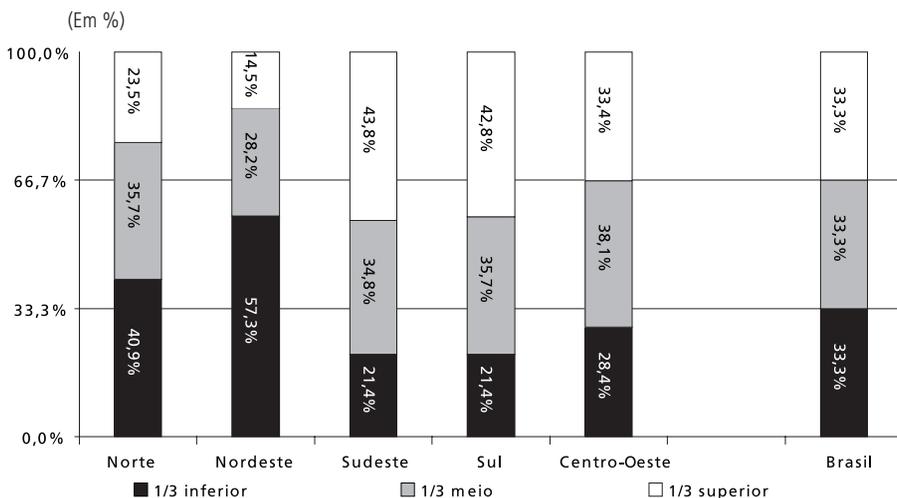
4.1 Mudanças na estrutura social

Autores importantes¹⁰ já apontaram que mudanças econômicas implicam, normalmente, transformações sociais de maior ou menor vulto. Também a geografia de um país ou região costuma sentir os impactos da produção/reprodução humana, alterando-se e remodelando-se de acordo com as novas demandas da atividade econômica. Assim, quando este estudo debruçou-se sobre as mudanças sociais de origem econômica, a análise procurou abranger os impactos do crescimento produtivo brasileiro recente, tanto nas transformações verticais da sociedade como nas suas diferenças no espaço regional.

Por isso, a metodologia descrita anteriormente, e aplicada à PNAD 2001, criou o retrato brasileiro exposto no gráfico 2.

GRÁFICO 2

População brasileira dividida em três estratos (2001)



Fonte: PNAD/IBGE de 2001.

Elaboração: Ipea.

10. Para essa discussão, ver Fernandes (1979) e Brêmond (1988).

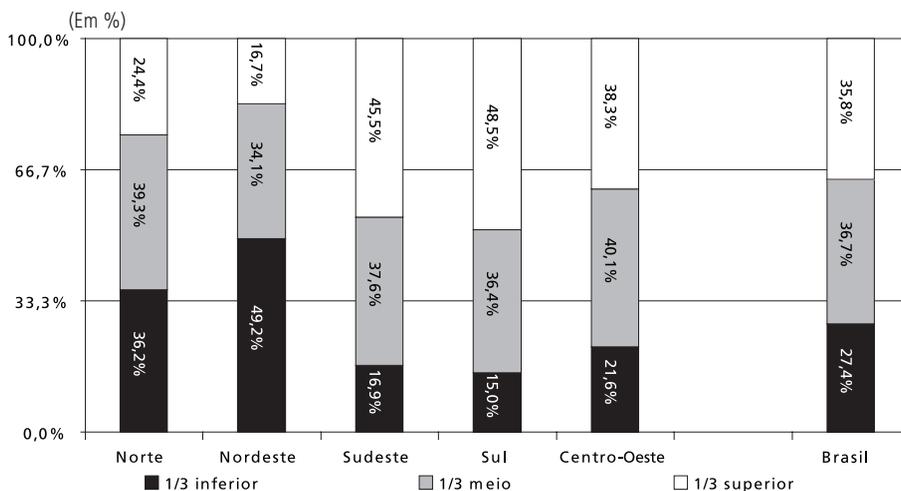
Ali, é fácil observar que a representação do país como um todo não reflete a composição social dentro das cinco grandes regiões. Em cada uma delas, aplicados os limites de renda por grupo, observa-se que, por exemplo, o Nordeste possuía quase 60% dos seus habitantes (27,3 milhões de pessoas) no terço inferior da renda, representando 49,2% de toda a população do país nesta situação. A região Norte, embora também possuísse um percentual elevado da sua gente no grupo 1 (40,9%, ou 4 milhões de pessoas), representa apenas 7,2% da população do país neste grupo.

O Sudeste e o Sul, por sua vez, apresentavam as melhores situações: ambos com 21,4% da sua população (Sudeste: 15,4 milhões de pessoas; e Sul: 5,4 milhões) vivendo no grupo 1 de renda. Em termos proporcionais e absolutos, ambos eram donos dos maiores contingentes de pessoas vivendo no nível superior de renda (grupo 3).

Porém, é o olhar sobre 2007 que surpreende.

GRÁFICO 3

População brasileira dividida em três estratos (2007)



Fonte: PNAD/IBGE de 2007.

Elaboração: Ipea.

Em primeiro lugar, dados os limites atualizados monetariamente e acrescidos do aumento médio da renda familiar *per capita*, fica evidente que houve mudança social no Brasil (gráfico 3). Por exemplo, houve uma queda significativa da população vivendo no grupo 1 de renda, que passa a representar apenas 27,4% da população.

Se apenas o crescimento populacional do país fosse aplicado aos grupos, cada um deles deveria passar de 55,5 milhões de pessoas para 60,4 milhões. No entanto, os grupos 1, 2 e 3 chegam a 2007 com, respectivamente, 49,7 milhões, 66,5 milhões e 64,9 milhões, mostrando claramente como a ascensão se deu nos três níveis estudados. Ou seja, fica claro que a queda, inclusive absoluta, do grupo 1 implicou o crescimento do grupo 2, do qual pessoas também ascenderam ao grupo mais rico. Em números: 13,8 milhões de pessoas subiram de faixa social, sendo 10,2 milhões do grupo 1 para o grupo 2, e 3,6 milhões do grupo 2 para o grupo 3.

A maior mudança está concentrada na passagem do grupo 1 para o grupo 2, representando 74,0% do conjunto dos indivíduos que lograram ascender socialmente. Contudo, estes movimentos não foram homogêneos por todo o país, revelando que, apesar dos avanços, as desigualdades regionais continuam muito significativas.

Nesse sentido, é importante alertar que, embora o Nordeste tenha melhorado sua distribuição social da renda – é a única área com queda absoluta de pessoas no grupo 1 –, ele ainda é, de longe, a região com maior concentração de pessoas no estrato inferior: quase metade, ou 25,3 milhões de habitantes. O caso se torna preocupante se for levado em conta que, apesar de o Nordeste ter 28,4% da população brasileira, ele tem em seu território 49,2% das pessoas presas ao grupo 1. O Norte segue na mesma direção, porém em ritmo mais lento, e apresentou, como as demais regiões, crescimento absoluto no número de habitantes ligados ao grupo 1.

Novamente, no lado oposto, aparecem o Sudeste e o Sul, com quedas importantes na proporção de pessoas incluídas no estrato de menor renda. Estas duas regiões, por sua vez, possuem uma participação na população nacional que é muito inferior à proporção de seus habitantes que estão vinculados ao estrato de menor renda. O Sudeste detém 42,6% da população brasileira, com apenas 26,3% entre os mais pobres, e o Sul tem 15,1% dos nacionais, com 8,3% dos seus habitantes presos ao grupo 1.

Mas as diferenças regionais ainda escondem quem são e qual é o perfil das pessoas que lograram ascender entre as faixas de renda no país. Este perfil é traçado na próxima seção.

5 QUEM SÃO OS INDIVÍDUOS MAIS DINÂMICOS?

Em primeiro lugar, é fundamental deixar claro o que se entende por *indivíduos mais dinâmicos*. Neste estudo, eles são identificados como as pessoas que obtiveram ganhos superiores ao crescimento médio da economia, ascendendo na estrutura social e atravessando estratos. No entanto, como já discutido na seção 2, segundo Keynes (1983), é incorreto e mistificador colocar sobre o indivíduo a responsabilidade por sua ascensão ou queda dentro de uma sociedade capitalista.

Essas pessoas pouco avançariam aproveitando o próprio talento ou características individuais caso a sociedade não apresentasse um dinamismo econômico significativo. De outra maneira, se não há qualquer perspectiva de movimento ascensional da demanda, da renda ou da produção, não há motivo que justifique a realização de investimentos e, desse modo, não há lançamento de novas vagas no mercado de trabalho, seja qual for a ocupação. Em termos keynesianos, não é o comportamento do mercado de trabalho que define a produção e a produtividade de um país, mas exatamente o contrário: é a demanda efetiva (MIGLIOLI, 1982). Desta maneira, são as expectativas dos capitalistas que determinam onde e quanto será investido, e, assim, qual será a pressão de demanda sobre a oferta de mão de obra. É isto que define a empregabilidade dos indivíduos.

Isso não quer dizer que o talento ou as características dos *indivíduos mais dinâmicos* não tenham valor. Apenas ressalte-se que o uso de seu talento só encontra vazão se há espaço na economia e na sociedade para tal.

De qualquer modo, o Brasil, em anos recentes, tem aberto oportunidades muito significativas para seus elementos mais arrojados. Isto fica claro pelo que foi discutido na subseção anterior e nos dados que passarão a ser analisados agora. Por exemplo, o perfil resumido destes indivíduos pode ser descrito brevemente, sendo bastante diferenciado por nível de mudança social. Isto é, são perfis díspares os que se estabelecem para as pessoas que alcançaram o grupo 2 a partir do grupo 1, e para os que fizeram o mesmo movimento entre os grupos 2 e 3. Uma descrição sumária revelaria que o perfil de quem subiu do grupo 1 para o 2 é, em média:

- não branco (62,5%);
- tem escolaridade até a quarta série do ensino fundamental (57,1%);
- o chefe de família trabalha com carteira assinada (27%) ou é inativo (28%);
- é urbano (82%) e mora ou na região Sudeste (36%) ou Nordeste (37%);

e que o perfil de quem subiu do grupo 2 para o 3 é, em média:

- branco (56%);
- tem escolaridade melhor, mas ainda baixa (só 1,8% tinha ensino médio ou havia alcançado o superior em 2001 – em 2007 esta proporção foi de apenas 5,6%);
- o chefe de família trabalha e com carteira assinada (39%);
- é urbano (90%) e mora na região Sudeste do país (49%).

No caso dos que lograram alcançar o grupo 2 (saíndo do grupo 1), contam-se 10 milhões de pessoas, com idade média de 29,8 anos, que conseguiram uma renda familiar *per capita*, em média, igual a R\$ 185,83 por mês.

Aprofundando a análise, alguns recortes são apresentados a seguir.

5.1 Recorte por região

É muito significativo que 72,3% das pessoas que migraram entre faixas de renda venham das regiões Nordeste (3,7 milhões de pessoas) e Sudeste (3,6 milhões) do Brasil – exatamente as duas que têm apresentado o maior dinamismo não agrícola do país.

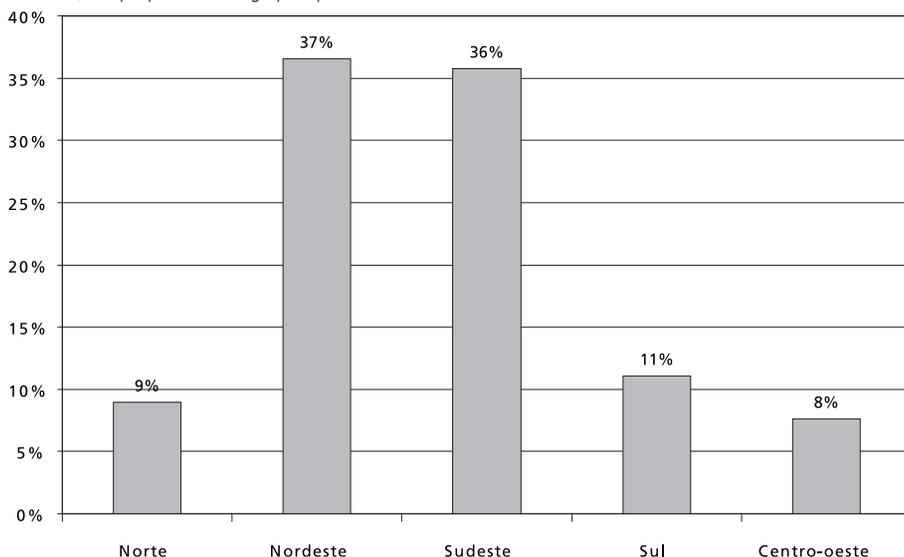
Porém, quando se trata da ascensão do grupo 2 para o grupo 3, há diferenças significativas. Observa-se que quase metade (1,9 milhão de pessoas) são indivíduos oriundos da região Sudeste. A causa disto parece assentar-se na retomada da atividade industrial da região nos últimos anos, exigindo mão de obra mais qualificada e treinada e, portanto, mais cara. O Nordeste aparece agora com apenas 17,7% (674 mil pessoas) do conjunto dos que ascenderam socialmente entre estas duas faixas.

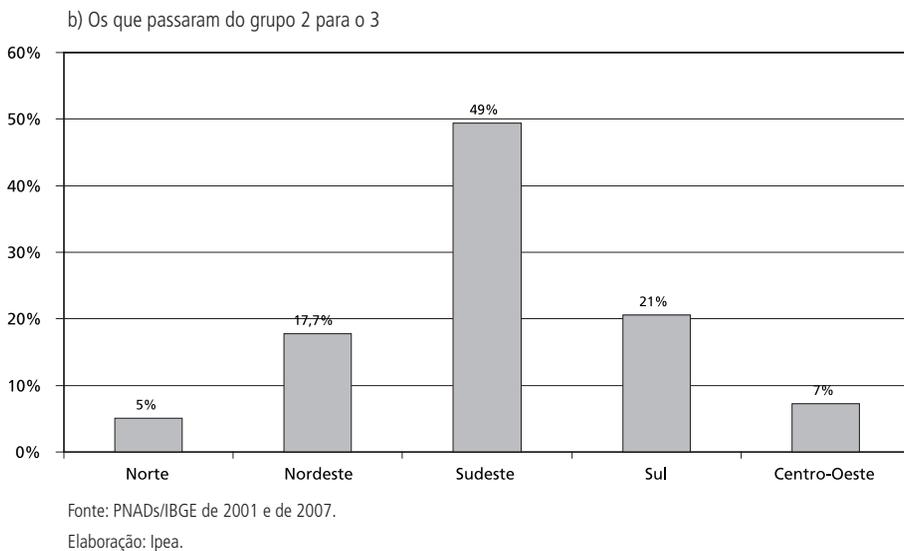
Em síntese, na passagem do grupo 1 para o 2, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste somadas tiveram maioria nos que lograram ascender. Foram 5,3 milhões de pessoas, ou 53,2% dos que alcançaram um novo estrato. Já entre o segundo e o terceiro grupo, a concentração acontece claramente no Sudeste e Sul do país. Estas duas regiões concentraram 69,9% destas pessoas, ou seja, 2,7 milhões de indivíduos.

GRÁFICO 4

Distribuição dos mais dinâmicos por região (2001-2007)

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



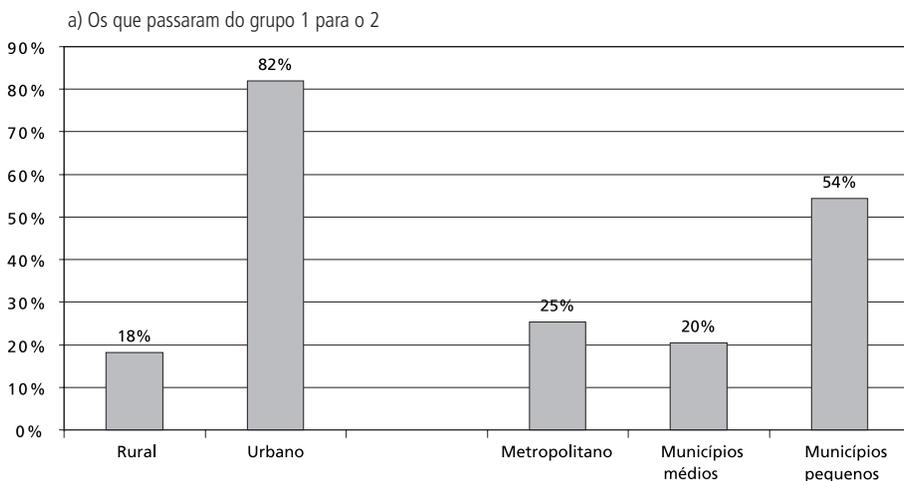


5.2 Recorte urbano, rural e porte do município

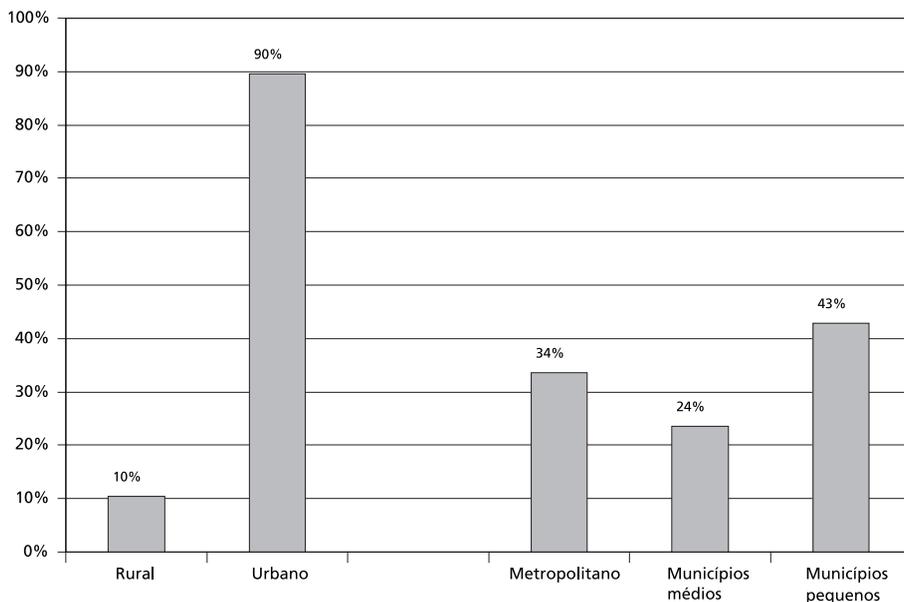
Nos dois casos, a ascensão entre grupos está concentrada nas cidades. São quatro para cada cinco na travessia do grupo 1 para o grupo 2, e nove para cada dez do 2 para o 3. Porém, algo chama ainda mais atenção: mesmo com as regiões metropolitanas permanecendo importantes, surpreende a *performance* dos pequenos municípios nesta mudança social, principalmente quando o olhar recai sobre os que pularam da faixa de renda mais baixa para a intermediária.

GRÁFICO 5

Distribuição dos mais dinâmicos por local de moradia (2001-2007)



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



Fonte: PNADs/IBGE de 2001 e de 2007.

Elaboração: Ipea.

5.3 Recorte pela ocupação do chefe da família

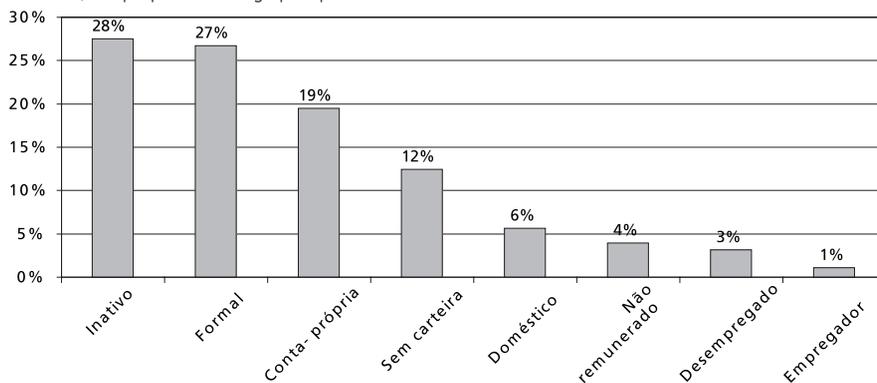
Também é diferente o perfil das pessoas que atravessaram as barreiras entre os grupos quando o quesito é o tipo de ocupação do chefe de família. Na ascensão do grupo 1 para o grupo 2, ou seja, nas faixas mais baixas de renda, a formalização recente da mão de obra menos qualificada teve um elevado impacto, alcançando 26,7% (2,4 milhões) das pessoas que alcançaram a faixa mais alta. Além disso, se destaca o crescimento na faixa dos indivíduos com chefe de família inativo, tanto por causa da provável melhoria de renda dos demais membros da família como pela importância dos programas sociais de transferência de renda e previdência, que lograram impactar o padrão de vida dos mais pobres. Nesta condição estão 2,7 milhões de pessoas.

Já para os que pularam do grupo 2 para o 3, há uma clara inversão das posições entre formais e inativos. Agora, a geração de empregos qualificados, que passaram a ser ocupados pelos chefes de família, aparece como causa importante da ascensão social. São 1,2 milhão (39,2%) de pessoas nesta condição, contra uma queda na participação dos inativos. Eles agora representam 21,8% (831 mil pessoas) que ascenderam.

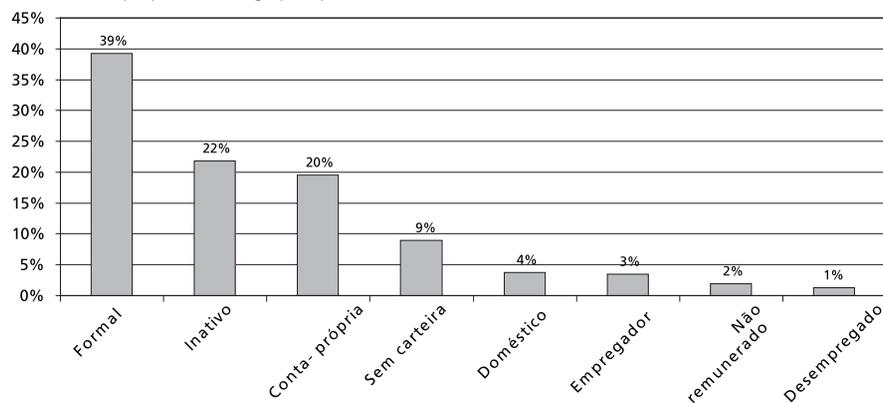
GRÁFICO 6

Distribuição dos mais dinâmicos por ocupação (2001-2007)

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



Fonte: PNADs/IBGE de 2001 e de 2007.

Elaboração: Ipea.

5.4 Recorte por escolaridade

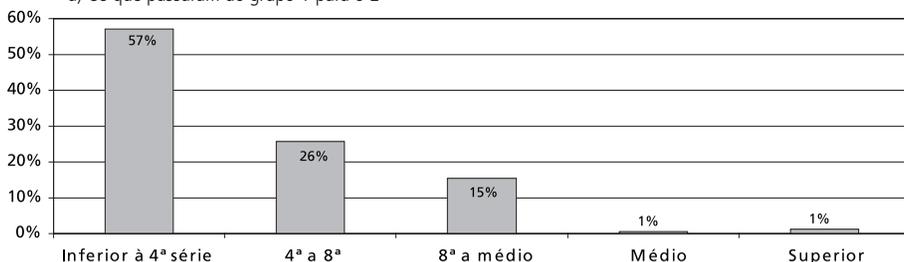
Quando se observa a escolaridade, também se percebe que os impactos do crescimento recente da economia têm criado mais oportunidades para aqueles geralmente identificados como mais carentes. Por exemplo, entre os que passaram do grupo 1 para o grupo 2, quase 60% (5,7 milhões de pessoas) têm no máximo a quarta série do nível fundamental. Claramente, está-se falando de pessoas que, mesmo com baixa escolarização, conseguiram melhores oportunidades de renda, ou via formalização, ou pela melhoria dos rendimentos dos familiares.

Há diferenças importantes em relação às pessoas que transpuseram a barreira entre o grupo 2 e o grupo 3. Aqui, mesmo com distribuição aparentemente similar, fica evidente que a escolaridade mais alta começa a pesar na ascensão. Aqueles com poucos anos na escola perderam espaço para os que cursaram em parte ou concluíram o ensino médio, e para os que alcançaram a universidade. Para a passagem do grupo 1 para o 2, ter chegado ao menos à oitava série pesava apenas para 17,2% (1,7 milhão de pessoas). Já para as que chegaram ao terço de maior renda, ter da oitava série ao ensino superior pesou para 32,9% (1,2 milhão), ou seja, para praticamente uma a cada três pessoas que ascenderam.

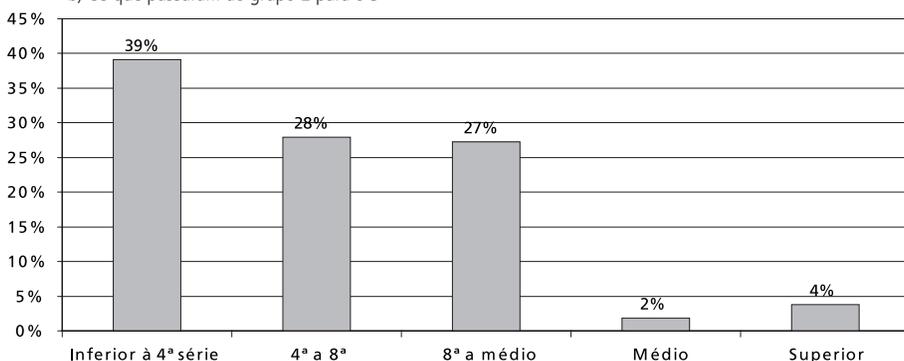
GRÁFICO 7

Distribuição dos mais dinâmicos por escolaridade do chefe de família (2001-2007)

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



Fonte: PNADs/IBGE de 2001 e de 2007.

Elaboração: Ipea.

5.5 Recorte por raça

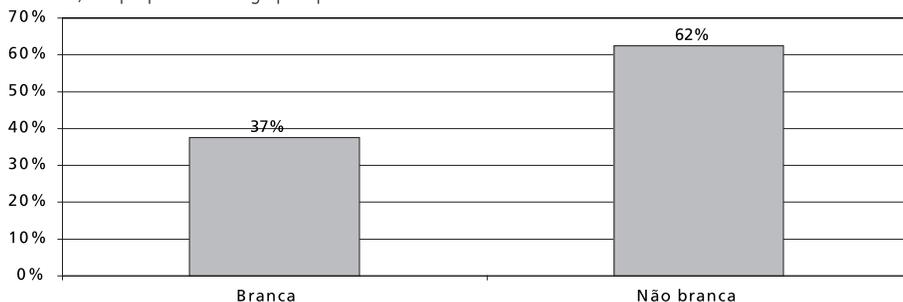
Contudo, talvez o mais interessante seja observar a problemática da raça nos diferentes perfis de pessoas que ascenderam entre os grupos de renda. Há uma clara inversão do peso entre brancos e não brancos nesta descrição.

Dos que ascenderam do grupo 1 para o grupo 2, 62,5% (6,3 milhões de pessoas) se declararam não brancas à PNAD. Ou seja, quase duas de cada três pessoas que ascenderam entre os grupos de menor renda não eram brancos. Os brancos aqui representaram apenas 37,5% (3,7 milhões de pessoas).

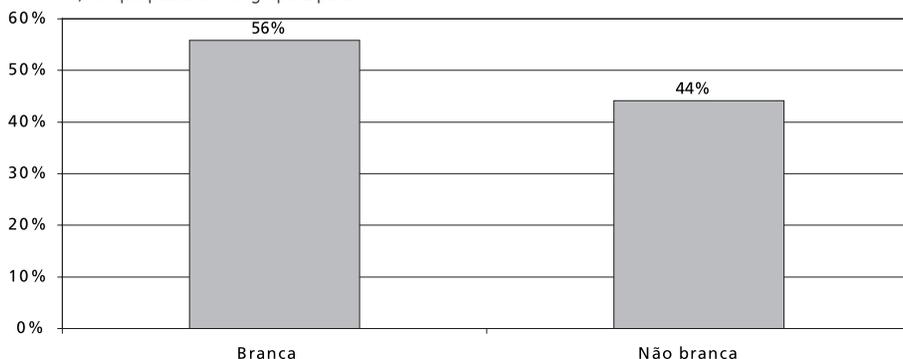
GRÁFICO 8

Distribuição dos mais dinâmicos por raça (2001-2007)

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



Fonte: PNADs/IBGE de 2001 e de 2007.

Elaboração: Ipea.

Os números da PNAD mostram que, em 2001, 64,9% das pessoas do grupo 1 declaravam-se não brancas, ou seja, 36,0 milhões de pessoas. Esta proporção já caía no grupo 2, onde 48,0%, ou 26,7 milhões de pessoas, se diziam não brancas. Quando se alcançava o grupo 3, apenas 27,0% das pessoas se diziam não brancas. Nesta faixa de renda, os brancos representavam 73% do grupo.

Em 2007, com a ascensão dos mais pobres aos grupos de maior renda, observa-se uma mudança interessante nessas proporções e no crescimento da proporção de não brancos no total da população. Agora, este conjunto racial cresceu significativamente em todos os grupos de renda, inclusive no grupo 3. Ali, os não brancos são hoje 32,5% do total, ou 21,1 milhões de pessoas.

Assim, devido ao fato de, historicamente, a baixa renda afetar mais significativamente as pessoas não brancas, explica-se por que, quando as condições econômicas criam oportunidade para a ascensão social do grupo mais pobre, é esperado que os *indivíduos mais dinâmicos* sejam, em sua maioria, não brancos.

Diferente é o caso da ascensão do grupo 2 para o grupo 3. Ali, dadas a proporção menor de não brancos e a condição social normalmente melhor dos brancos, a subida mostra-se invertida em favor dos brancos, que compõem 56% dos que ascenderam. Este movimento revela um traço preocupante do problema racial no Brasil: ele é real e continua a se reforçar.

A ascensão significativamente superior dos brancos à faixa de maior renda em relação à dos não brancos implica a manutenção de uma tensão que persegue o Brasil desde os tempos coloniais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, em resumo, observa-se que o Brasil viveu e está passando por uma importante mudança social no período recente. Os motivos, que merecem estudo mais aprofundado, parecem assentar-se no crescimento econômico recente somado às políticas sociais e de previdência social realizadas pelos governos federal, estadual e municipal.

Se assim for, torna-se mais uma vez relevante atentar para o crescimento econômico do país, suas bases, sua qualidade e, fundamentalmente, sua continuidade. Talvez o país esteja vivendo uma importante fase em sua história, em que começa a superar quase 25 anos de baixo dinamismo e pouca perspectiva econômica e social.

REFERÊNCIAS

- BIASOTO JR., G.; PINTO, M. (Orgs). **Política fiscal e desenvolvimento no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- BRÊMOND, J. *et al.* **Sciences économiques et sociales**. Paris: Hatier, 1988.
- DATHEIN, R. **Brasil: vinte e cinco anos de estagnação econômica**. XI Encontro Nacional de Economia Política, SEP, Vitória, 2006.
- FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979. 3ª ed.
- GRAU, E. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros Editores, 2008. 13ª ed.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2001**. Brasília: IBGE, 2002.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2007**. Brasília: IBGE, 2008.
- IPEA. **Boletim de políticas sociais n. 13**. Brasília: Ipea, 2007.
- KALECKI, M. **Economias em desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1987. 1ª ed.
- _____. **Teoria da Dinâmica Econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Os Economistas, Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- OLIVEIRA, C. ; HENRIQUE, W. **Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo**. São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, v. 4, n. 2, abril-junho, 1990.
- OLIVEIRA, F. **Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PASTORE, J. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: FIPE, 1973.
- PINTO, A. **Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- POCHMANN, M. **Políticas de garantia de renda no capitalismo em mudança**. São Paulo: LTr, 1995.
- _____. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002.
- ROUSSEAU, J. **Discurso sobre a desigualdade entre os homens**. Coleção *Os Pensadores*, Editora Abril, São Paulo, 1973.
- TELLES, V. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2007

Lauro Ramos *
Rosângela Cavaleri **

Este capítulo objetiva avaliar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2007, com base nos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), fazendo referência ao seu desempenho ao longo da década. Cabe esclarecer de início que as definições utilizadas neste trabalho sobre a população economicamente ativa (PEA) – e portanto acerca do contingente de ocupados e desocupados – são ligeiramente diferentes das adotadas pelo IBGE, na medida em que se procura privilegiar as formas de inserção mais concretas no mercado. Estas definições são apresentadas no quadro 1.

A população em idade ativa (PIA), em 2007, foi de 156,9 milhões de pessoas.¹ Deste total, cerca de 59% (92,7 milhões) eram economicamente ativas (PEA) e, conseqüentemente, estavam inseridas no mercado de trabalho: 84,4 milhões de trabalhadores ocupados e 8,2 milhões de desempregados. Ao comparar os dados de 2007 com os de 2001, pode-se observar que a PIA teve uma variação de 13,0% (18 milhões de pessoas acima de 10 anos de idade), enquanto a PEA variou 15,3% (12,3 milhões).

Um ponto a destacar é que a população ocupada em 2007 manteve o crescimento observado ao longo do período em análise, mas apresentou uma desaceleração em comparação aos anos imediatamente anteriores. De fato, o gráfico 1 – o qual apresenta uma comparação entre as taxas de crescimento do nível de ocupação e da população em idade ativa – deixa claro que em geral a

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

** Mestre em economia e pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

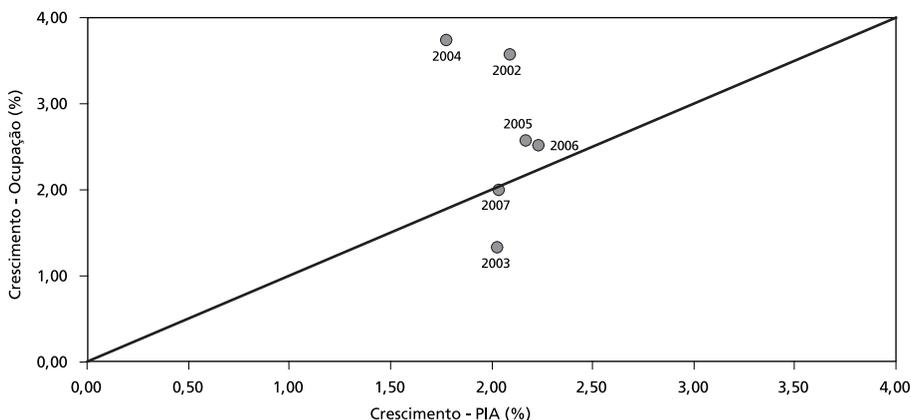
1. Um panorama geral a respeito das grandezas e indicadores pertinentes ao mercado de trabalho em 2006 e 2007 é fornecido na figura A.1 (fluxograma), anexa a este capítulo.

expansão dos postos de trabalho tem sido superior ao crescimento da PIA.² Os anos de 2003 e 2007 são exceções, com taxas virtualmente idênticas, na marca dos 2%. Embora ainda se trate de uma expansão satisfatória da ocupação, o declínio do ritmo suscita alguma preocupação quanto ao futuro, principalmente se levadas em conta as dificuldades ora presentes no cenário econômico doméstico e externo.

GRÁFICO 1

Crescimento ocupacional em relação ao crescimento da PIA

(Em %)



Fonte: PNAD (2001 a 2007).

Elaboração dos autores.

A dimensão áreas metropolitanas *versus* não metropolitanas em conjunção com formas de inserção formais e informais é analisada no box 1. É interessante também apresentar alguns resultados sobre a composição do emprego por gênero, por setor de atividade, contribuição para a previdência, escolaridade e faixa etária na década.

Ao confrontar os dados do ano de 2007 e os de 2001, constata-se que o nível de ocupação total apresentou uma variação de 16,8%. A desagregação da população ocupada por gênero permite revelar que tanto homens quanto mulheres apresentaram variações positivas, mas com um vigor bem mais apreciável para elas – 12,9% e 22,8%, respectivamente. Ao verificar a participação das mulheres no mercado de trabalho ao longo do período, nota-se que houve acréscimo de 2,0 pontos percentuais (p.p.), passando de 39,4% em 2001 para 41,4% em 2007, o que confirma a evolução da participação feminina no mercado de trabalho – a variação absoluta da população ocupada feminina durante o período foi de 6,5 milhões.

2. Esse crescimento é ditado pelo padrão demográfico. As pequenas variações observadas se devem ao caráter amostral da pesquisa.

QUADRO 1

Definições utilizadas

População em idade ativa (PIA): como variável de maior grandeza do mercado de trabalho, representa a população residente com 10 anos ou mais de idade. A PIA pode ser calculada pela soma da população economicamente ativa (PEA) com a população não economicamente ativa (PNEA).

Taxa de atividade: É a razão entre a PEA e a PIA.

População economicamente ativa (PEA): também caracterizada como força de trabalho, é a simples soma de todos os indivíduos definidos como ocupados com os desocupados. Este é o segundo maior contingente do mercado de trabalho. Diferentemente do IBGE, a PEA foi desagregada aqui em dois subgrupos, com o objetivo de separar a força de trabalho no que se pode chamar de efetiva e marginal, dadas as diferentes características destes dois contingentes. Logo, a soma da PEA efetiva com a PEA marginal levaria, obviamente, à PEA.

População economicamente ativa (PEA) efetiva: conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período, exceto as pessoas que exerceram trabalho do tipo não remunerado com menos de quinze horas de trabalho na semana de referência, trabalho para o próprio consumo (autoconsumo) e construção para eles próprios (autoconstrução).

População economicamente ativa (PEA) marginal: são as pessoas que exerceram, na semana de referência, trabalho não remunerado com menos de quinze horas na semana de referência, autoconsumo e autoconstrução.

População ocupada (PO): são classificados como ocupados na semana de referência os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, ou os que exercem trabalho não remunerado na semana de referência durante pelo menos quinze horas, ou que possuem trabalho remunerado do qual estão temporariamente afastados. Não são considerados aqui como ocupados os indivíduos que exerceram atividades para autoconsumo e autoconstrução na semana de referência.

População desocupada (PD): pessoas sem trabalho que, na semana de referência, tomaram qualquer iniciativa efetiva na procura por trabalho.

Taxa de desocupação ou desemprego: é a razão entre a PD e PEA. Este indicador, apesar de ser extremamente relevante e considerado termômetro do mercado de trabalho, deve ser analisado juntamente com outras variáveis (ocupação e PEA, por exemplo), pois não fornece todas as informações necessárias para uma avaliação mais acurada sobre o mercado de trabalho.

Grau de informalidade: é a razão dos trabalhadores informais em relação ao total dos trabalhadores informais, trabalhadores protegidos e empregadores. Trabalhador informal é aquele com 10 anos ou mais de idade, ocupado na semana de referência – “empregado sem carteira de trabalho assinada”, “trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada” ou “trabalhador por conta própria”.

Rendimento real habitualmente recebido: são os rendimentos médios reais mensais – a preços de setembro de cada ano de referência da pesquisa – em dinheiro, produtos ou mercadorias que o indivíduo recebe normalmente trabalhando um mês completo no trabalho principal na semana de referência. O deflator usado é a média ponderada do índice nacional de preços ao consumidor (INPC), também produzido pelo IBGE.

BOX 1

A expansão da ocupação em 2007¹

Constata-se que o nível ocupacional cresceu de forma apreciável no ano de 2007, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), e com fundamento nas definições de ocupação apresentadas neste capítulo. Objetiva-se aqui examinar mais de perto a desaceleração do nível de ocupação durante o ano de 2007, através da desagregação da ocupação total segundo a forma de inserção dos trabalhadores – postos de trabalho formais² e informais,³ bem como em termos de áreas metropolitanas e não metropolitanas, a fim de possibilitar uma noção mais precisa do comportamento de cada contingente e de seu efeito na ocupação total.

Ao avaliar os dados no plano nacional, um dos principais, se não o principal fato que chama atenção é o movimento de expansão que abrange a categoria de trabalhadores considerados formais. Em 2007 o emprego formal foi o carro-chefe do crescimento da ocupação, sendo a variação absoluta dos postos de trabalho formais superior à da ocupação total – variação positiva de 2,11 milhões de trabalhadores contra 1,65 milhão, respectivamente. A razão de ser desta dissimilaridade reside na quase estagnação do emprego informal – variação positiva de apenas 0,2% – e na forte queda do número de empregadores.⁴

As taxas de crescimento apresentadas na tabela 1 mostram que o ritmo de expansão do nível de ocupação total para as regiões metropolitanas (RMs) foi mais acentuado do que nas regiões não-metropolitanas (RNMs) – 3,5% e 1,2%, respectivamente. Isto significa, em termos absolutos, um crescimento líquido equivalente a 0,93 milhão de trabalhadores nas metrópoles, superando as RNMs em 0,21 milhão, na criação de novos postos de trabalho.

TABELA 1

Taxa de crescimento da ocupação em 2007

(Em %)

2006-2007	Total	Metropolitano	Não metropolitano
Ocupação total	2,0	3,5	1,3
Emprego formal	5,9	5,7	6,0
Emprego informal	0,2	2,9	-0,8

Fonte: PNAD.

Elaboração dos autores.

A tabela 1 também mostra movimentos de natureza distinta para as variações do número de postos de trabalho formais e informais quando se coteja o Brasil metropolitano com o não metropolitano. As metrópoles experimentaram grande expansão tanto do emprego formal quanto do informal em 2007 – 5,7% e 2,9%, respectivamente –, o que se traduz em 0,79 e 0,33 milhão de trabalhadores a mais. Nas RNMs, por sua vez, a vigorosa expansão do emprego formal (6,0%) é acompanhada de uma contração de 0,8% do informal. Isto corresponde a um incremento de 1,31 milhão e a um decréscimo de 0,25 milhão de trabalhadores, respectivamente.

Pode-se afirmar, assim, que o emprego informal ficou praticamente estável em decorrência da sua queda nas regiões não metropolitanas, enquanto o dinamismo do emprego formal foi resultado de um desempenho bom e equilibrado dentro e fora das metrópoles.

1. Texto baseado em Nota Técnica de Rosângela Cavaleri publicada no *Boletim Mercado de Trabalho*: conjuntura e análise nº 37, editado pelo Ipea.

2. Emprego formal: soma dos empregados com carteira assinada, militares e estatutários.

3. Emprego informal: soma dos empregados sem carteira assinada, os denominados conta-própria e os não remunerados.

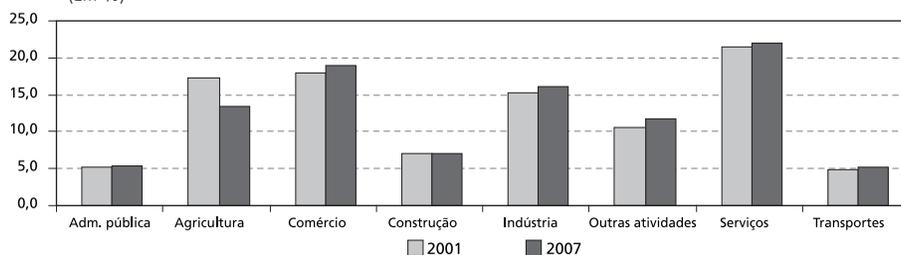
4. Cabe ressaltar neste caso que a diferença é explicada pela queda acentuada dos trabalhadores denominados “empregadores” – recuo de 0,55 milhão na comparação anual.

Com respeito à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre valores de 2007 e 2001 revela que todos os setores de atividade considerados aumentaram o seu nível de ocupação, exceto o setor agrícola, que apresentou desempenho negativo (-8,9%). Entre os setores que apresentaram crescimento no período, apenas a construção civil mostrou variação inferior à média nacional (14,7%). Para os demais setores a variação se deu da seguinte forma: administração pública, 19,3%; serviços, 20,0%; transportes, 21,7%; indústria, 22,7%; comércio 23,6%; e outras atividades, 30,7%. A participação dos trabalhadores de cada setor no total de ocupados em 2001 e em 2007 pode ser visualizada no gráfico 2, no qual se evidencia a queda no nível do emprego agrícola – a sua participação na ocupação total diminuiu quase 4 p.p., passando de 17,25% em 2001 para 13,45% em 2007. A tabela 1 traz a movimentação dos trabalhadores formais e informais, por setores de atividade, nas regiões metropolitanas e não metropolitanas.

GRÁFICO 2

Participação da população ocupada por setor de atividade (2001 e 2007)

(Em %)



Fonte: PNAD (2001 a 2007).

Elaboração dos autores.

Ao se examinar a evolução da ocupação entre 2006 e 2007, chama atenção o fato de que a variação nos postos de trabalho ditos protegidos (assalariamento com carteira, estatutários e militares) foi maior do que a variação do total de ocupados (2,1 milhões e 1,6 milhão, respectivamente). Uma consequência disto foi a queda do grau de informalidade,³ que em 2007 ficou em 50,9% – o menor nível da década. Na verdade, conforme o gráfico 3, o grau de informalidade vem declinando desde 2002. Embora a informalidade seja menor para as regiões metropolitanas, em boa medida a queda no agregado se deve à evolução observada nas áreas não metropolitanas. Estas apresentaram reduções apreciáveis na informalidade nos últimos anos da série, o que permitiu uma pequena aceleração no ritmo de redução do grau de informalidade no plano nacional.

3. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados => trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados / trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + protegidos + empregadores.

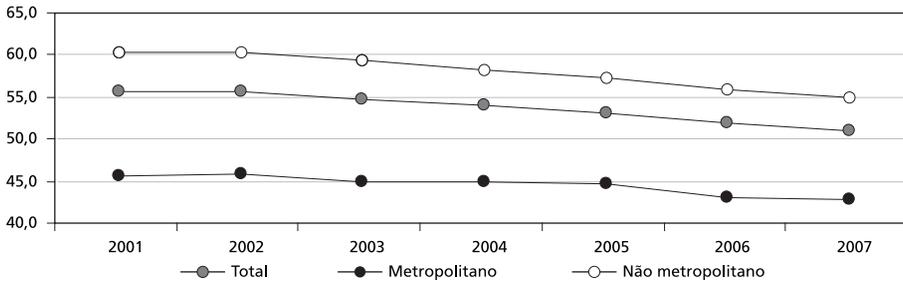
TABELA 1
População ocupada

	Total		Adm. pública		Agricultura		Comércio		Construção		Indústria		Outras atividades		Serviços		Transportes	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
Brasil	2,0	1.649.337	1,2	51.037	-5,1	-608.119	3,8	589.510	4,5	251.272	5,3	678.643	1,6	160.171	1,2	228.984	7,5	301.553
Formal	5,9	2.110.896	2,0	70.220	5,4	84.440	7,3	444.549	9,9	138.296	7,4	581.335	6,0	297.792	2,8	240.712	10,5	215.713
Informal	0,2	88.170	-1,9	-18.546	-5,9	-588.098	3,9	313.014	3,8	153.211	3,8	170.279	0,2	6.592	0,1	5.148	4,8	88.872
Metropolitano	3,5	932.016	-1,3	-17.659	-5,2	-15.171	5,1	276.696	3,7	69.706	3,4	149.128	2,7	130.158	2,6	172.900	9,8	164.259
Formal	5,7	792.683	-1,3	-14.889	-13,1	-5.500	8,3	195.233	7,3	39.037	5,9	161.963	5,8	159.137	4,1	134.971	10,1	103.544
Informal	2,9	334.560	-1,0	-2.133	-4,2	-9.633	6,6	173.908	3,9	49.191	1,1	15.175	1,7	29.347	1,2	39.787	9,2	56.106
Não metropolitano	1,3	717.321	2,3	68.696	-5,1	-592.948	3,1	312.814	4,8	181.566	6,2	529.515	0,6	30.013	0,5	56.084	5,8	137.294
Formal	6,0	1.318.213	3,7	85.109	5,9	89.940	6,6	249.316	11,6	99.259	8,2	419.372	6,2	138.655	2,0	105.741	11,0	112.169
Informal	-0,8	-246.390	-2,2	-16.413	-6,0	-578.465	2,6	139.106	3,8	104.020	5,2	155.104	-1,0	-22.755	-0,6	-34.639	2,6	32.766

Fonte: PNAD 2006-2007.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 3
Evolução do grau de informalidade (2001-2007)

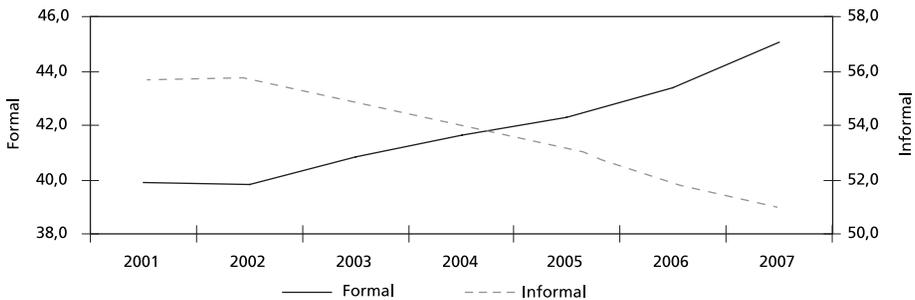
(Em %)



Fonte: PNAD (2001 a 2007).
Elaboração dos autores.

Os dados sobre o comportamento ao longo da década evidenciam um crescimento acentuado da população ocupada protegida, que apresentou um incremento de 9,2 milhões de postos de trabalho (31,8%) entre 2001 e 2007, aumentando sua participação no total de ocupados em pouco mais de 5 p.p., e ampliando a diferença em relação aos informais (gráfico 4).

GRÁFICO 4
Percentual dos empregos formais e das ocupações informais



Fonte: PNAD (2001 a 2007).
Elaboração dos autores.

A queda na informalidade no decorrer dos anos se refletiu no aumento do percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência, o qual passou de 48,1% em 2001 para 54,1% em 2007 – em termos absolutos, um acréscimo de 10,9 milhões de trabalhadores. Vale dizer que uma parte significativa desta variação vem do crescimento verificado no número de empregados com carteira de trabalho assinada.

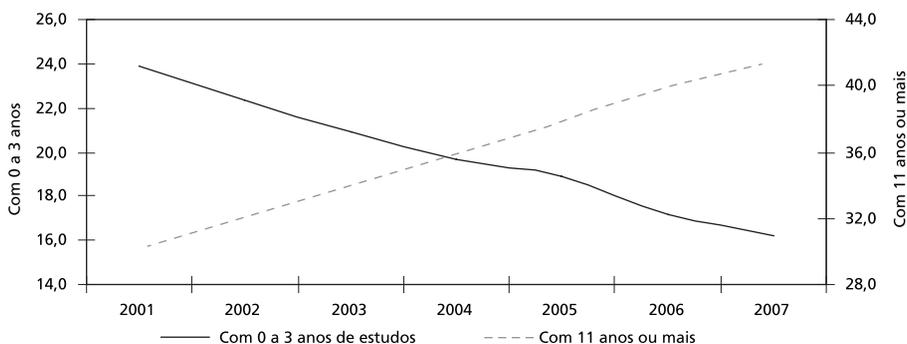
Ao se desagregar a população ocupada entre as regiões brasileiras, nota-se que o ritmo de crescimento dos contribuintes durante a década nas áreas não metropolitanas foi de 39,1%, e os das regiões metropolitanas, de 26,0%. Acredita-se que este fator se deva ao crescimento dos contribuintes sem carteira assinada nas regiões não metropolitanas ao longo dos anos.

No que tange à composição da força de trabalho por escolaridade, há indícios de que houve algum viés favorável à demanda por mão de obra qualificada nos últimos anos: o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completos foi o que mais cresceu no contingente de ocupados, com uma variação um pouco acima de 60% na comparação entre valores de 2001 e 2007. Em contrapartida, os trabalhadores menos escolarizados vêm perdendo espaço no total de ocupados – a queda para aqueles com escolaridade inferior a quatro anos completos de estudo foi superior a 20%. O gráfico 5 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes dois grupos na ocupação total. Na tabela 2 encontram-se mais informações sobre a movimentação dos trabalhadores formais e informais por escolaridade para as regiões metropolitanas e não metropolitanas.

GRÁFICO 5

Pessoas ocupadas por anos de estudos

(Em %)



Fonte: PNAD (2001 a 2007).
Elaboração dos autores.

TABELA 2

População ocupada por escolaridade

	Total		0-3		4-7		8-10		11 e +	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
Brasil	2,0	1.649.337	-2,1	-301.530	-3,7	-780.243	7,2	1.003.742	5,9	1.961.752
Formal	5,9	2.110.896	2,5	77.313	-0,5	-30.771	7,2	430.445	8,2	1.634.548
Informal	0,2	88.170	-2,7	-300.455	-4,4	-622.751	5,3	410.788	5,8	632.974
Metropolitano	3,5	932.016	2,4	58.549	-2,8	-156.850	9,0	423.235	5,0	684.604
Formal	5,7	792.683	-1,2	-9.623	-2,1	-46.095	9,2	203.131	7,4	647.232
Informal	2,9	334.560	5,5	86.877	-2,7	-88.573	7,5	179.216	4,2	181.664

(Continua)

(Continuação)

	Total		0-3		4-7		8-10		11 e +	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
Não metropolitano	1,3	717.321	-3,1	-360.079	-4,0	-623.393	6,3	580.507	6,6	1.277.148
Formal	6,0	1.318.213	3,8	86.936	0,3	15.324	6,1	227.314	8,7	987.316
Informal	-0,8	-246.390	-4,1	-387.332	-5,0	-534.178	4,3	231.572	6,9	451.310

Fonte: PNAD 2006-2007.
Elaboração dos autores.

Na pesquisa por faixa etária nota-se que a população do grupo mais jovem, de 15 a 24 anos de idade, experimentou no decorrer da década um acréscimo de 3,4% no seu contingente ocupado, mas na comparação do ano de 2007 com o ano anterior sofreu uma redução de quase 1,0%. Por seu turno, as faixas de 25 a 49 anos e 50 anos ou mais de idade apresentaram crescimentos de, respectivamente, 19,1% e 33,4%. Dentro desta desagregação vale destacar o acréscimo de 44,8 % de trabalhadores com 50 anos ou mais nas regiões não metropolitanas. Tendo em vista que os ocupados na faixa etária de 10 a 13 anos completos são considerados em situação de trabalho infantil, sobre eles se discorre com maior detalhe no box 2.

BOX 2

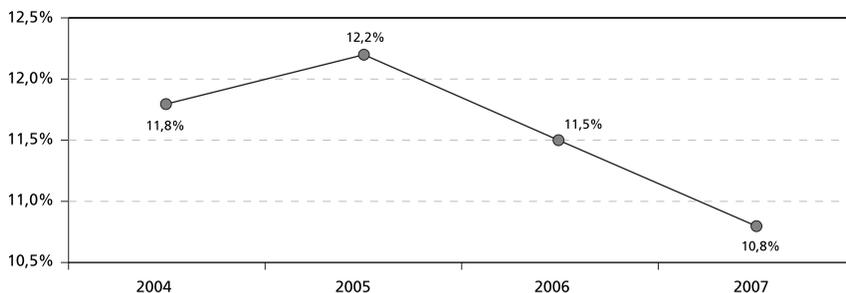
O trabalho infantil na PNAD 2007¹

A legislação brasileira considera ilegal qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos de idade, e permitido, segundo determinadas normas, para adolescentes dos 14 aos 17. A partir daí pode-se constatar, pelos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 2007, que 10,8% da população entre 5 e 17 anos estavam trabalhando de forma ilegal – em termos absolutos, cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes. Isto significa uma redução de 0,7 pontos percentuais em relação a 2006, segundo ano de queda após a elevação constatada para 2005.

GRÁFICO 1

Evolução do trabalho infantil no Brasil

(Em % de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos)



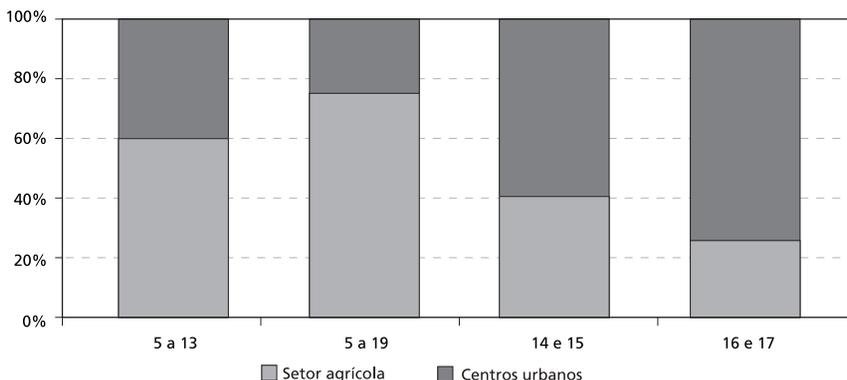
Fonte: PNAD (2004 a 2007).

(Continua)

(Continuação)

Daquele total de 4,8 milhões, cerca 25% tinham entre 5 e 13 anos de idade, 27,1% de 14 e 15 anos de idade, e 47,9% entre 16 e 17 anos de idade. A grande maioria de adolescentes entre 16 e 17 anos de idade encontrava-se em situação de trabalho infantil ilegal, 90% dos quais trabalhando sem carteira assinada. Conforme o gráfico, em 2007 a maioria dos trabalhadores na faixa etária dos 5 aos 13 anos – 60,7% – estava ocupada no setor agrícola. Já os adolescentes entre 14 e 17 anos, por sua vez, encontravam-se trabalhando em outros setores, em centros urbanos.

GRÁFICO 2

Proporção de crianças e adolescentes ocupadas em 2007, por setor

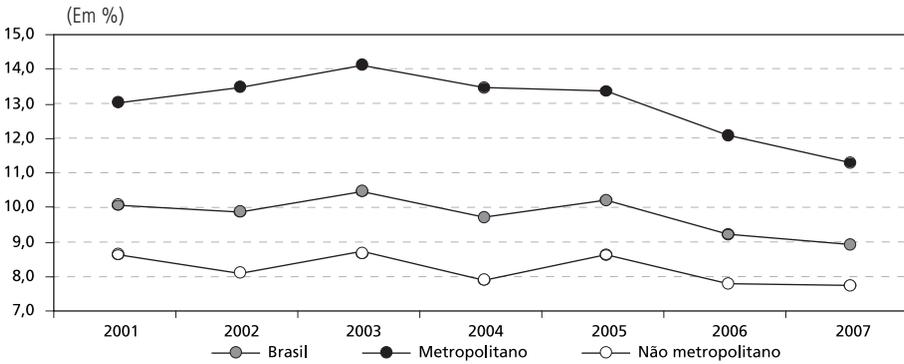
Fonte: PNAD (2004 a 2007).

Nesse contexto, chama atenção a relação entre trabalho infantil e frequência escolar. A porcentagem de crianças que só estudam vem aumentando ao longo dos anos, e a das crianças que estudam e trabalham vem se reduzindo, mas o percentual das que apenas trabalham continua constante. Também se pode notar que entre estas crianças e adolescentes a maioria exerce o trabalho no contraturno da escola, é negra ou parda, de famílias de baixa renda, e habita áreas rurais do Norte e Nordeste.

1. Texto baseado em Nota Técnica de Francisco Sadeck publicada no *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* nº 37, editado pelo Ipea.

A taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, por sua vez, atingiu em 2007 o menor valor da década: 8,9%. Além de mostrar sua oscilação em torno de 10% durante a maior parte do período, o gráfico 6 indica ainda que o mínimo observado também é registrado neste ano quando se procede à desagregação por áreas (metropolitana *vis-à-vis* não metropolitana). Além disso, houve um estreitamento do hiato entre elas – de 4,4 p.p. em 2001 para 3,6 p.p. no último ano.

GRÁFICO 6
Taxa de desocupação

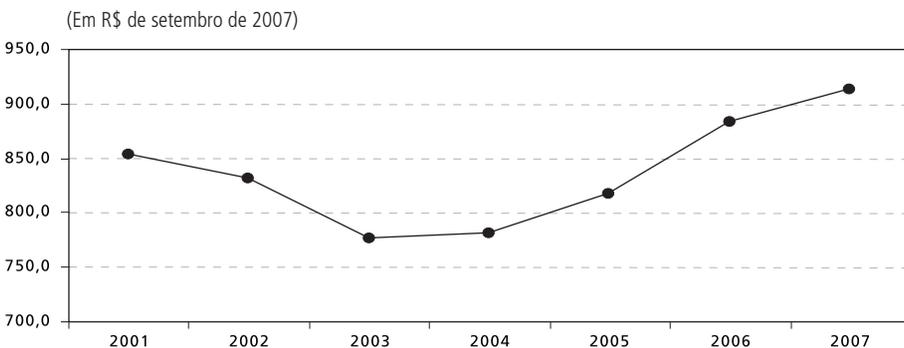


Fonte: PNAD (2004 a 2007).
Elaboração dos autores.

Quanto às regiões geográficas, a região Sul não só apresentou o menor índice em 2007 (6,5%), mas também foi aí que se verificou a segunda maior queda no período, que chegou a 0,8 p.p. A maior redução se deu na região Sudeste (1,9 p.p.), que atingiu 9,4% em 2007. O Norte e o Nordeste não só apresentaram as maiores taxas em 2007, mas também as menores reduções em relação a 2001. Tais constatações indicam que as disparidades na dinâmica dos mercados de trabalho regionais podem ter aumentado.

O rendimento real médio de todos os trabalhos em 2007 correspondeu ao maior valor desde 2001 e, vale destacar, todas as categorias de posição na ocupação obtiveram ganhos reais tanto em relação a 2006 quanto a 2001. O gráfico 7 mostra que nos últimos anos os rendimentos reais vêm apresentando uma trajetória de recuperação, após reduções expressivas no início da década.

GRÁFICO 7
Rendimento médio de todos os trabalhos



Fonte: PNAD (2004 a 2007).
Elaboração dos autores.

O conjunto de informações apresentadas deixa claro que o desempenho do mercado em 2007 foi bastante satisfatório, dando prosseguimento à trajetória de recuperação iniciada em 2004, e atingiu seu melhor momento na década: menor taxa de desemprego, maior nível de ocupação, menor grau de informalidade e maior patamar de rendimentos reais, entre outros indicadores. Todavia, a redução no ritmo de expansão do emprego, bem como as indicações de manutenção e até de ampliação de disparidades regionais, a par do viés na estrutura da demanda em favor da mão de obra mais qualificada, são dados que preocupam e que deverão se destacar na agenda de pesquisa sobre mercado de trabalho no Brasil no futuro próximo.

ANEXOS

TABELA A.1

Panorama geral 2001-2007

(Série harmonizada)¹

	2001	2002	2003	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	Cresc. méd. 2001-2006	Cresc. (%) 2001-2007	Cresc. (%) 2006-2007	Var. média 2006-2007
PIA	138.859.293	141.760.950	144.640.650	147.204.066	150.401.361	153.761.471	156.889.503	146.104.632	13,0	2,0	7,4
PEA	80.346.975	83.050.253	84.730.086	87.165.384	89.895.897	91.159.179	92.671.390	86.057.962	15,3	1,7	7,7
PNEA	58.512.318	58.710.697	59.910.564	60.038.682	60.505.464	62.602.292	64.218.113	60.046.670	9,8	2,6	6,9
Taxa de participação	57,9	58,6	58,6	59,2	59,8	59,3	59,1	58,9	-	-	-
Taxa de desemprego	10,05	9,87	10,48	9,72	10,20	9,22	8,92	9,9	-	-	-
Ocupação total	72.270.922	74.854.800	75.851.160	78.693.978	80.723.607	82.751.934	84.401.271	77.524.400	16,8	2,0	8,9
Empregado e trabalhador domésticos											
Protegidos	28.838.590	29.790.872	30.949.968	32.754.239	34.155.780	38.017.638	35.906.742	32.417.848	24,5	-5,6	10,8
Sem carteira de trabalho assinada	18.385.558	19.158.070	18.802.771	19.928.674	20.078.988	20.416.788	20.287.474	19.461.808	10,3	-0,6	4,2
Conta-própria	16.972.424	17.570.905	17.909.563	18.015.385	18.349.585	18.423.047	18.734.977	17.873.485	10,4	1,7	4,8
Empregador	3.211.421	3.351.629	3.363.202	3.430.993	3.629.695	3.936.307	3.389.179	3.487.208	5,5	-13,9	-2,8
Não remunerado	4.850.104	4.974.701	4.822.481	4.562.824	4.508.931	4.066.449	3.972.003	4.630.915	-18,1	-2,3	-14,2
Índice de Gini											
Rendimento ²	854,0	831,5	777,1	782,0	817,9	883,3	913,4	824,3	7,0	3,4	10,8
População ocupada por grupo de idade											
10 e 14 anos de idade	1.471.791	1.370.481	1.196.860	1.092.844	1.147.527	1.007.356	989.308	1.214.477	-32,8	-1,8	-18,5
15 e 24 anos de idade	16.343.935	16.775.145	16.642.581	17.059.582	17.282.225	17.063.343	16.896.203	16.861.135	3,4	-1,0	0,2
25 e 49 anos de idade	42.892.645	44.530.102	45.282.423	47.305.615	48.313.810	49.709.234	51.100.572	46.338.972	19,1	2,8	10,3
50 anos ou mais de idade	11.554.996	12.168.100	12.713.581	13.232.058	13.939.929	14.972.001	15.415.188	13.096.778	33,4	3,0	17,7
População ocupada por escolaridade											
0 a 3 anos	17.235.421	16.707.815	15.854.167	15.482.466	15.232.725	14.219.230	13.659.452	15.788.637	-20,7	-3,9	-13,5
4 a 7 anos	21.010.630	21.463.084	21.033.247	21.132.616	21.107.251	21.123.503	20.360.330	21.145.055	-3,1	-3,6	-3,7
8 a 10 anos	11.972.495	12.307.837	12.829.764	13.645.758	13.438.820	13.936.565	14.843.268	13.013.540	24,5	6,5	14,1
11 anos ou mais	21.803.766	24.059.135	25.880.484	28.199.092	30.448.124	33.061.391	35.023.143	27.241.999	60,6	5,9	28,6

(Continua)

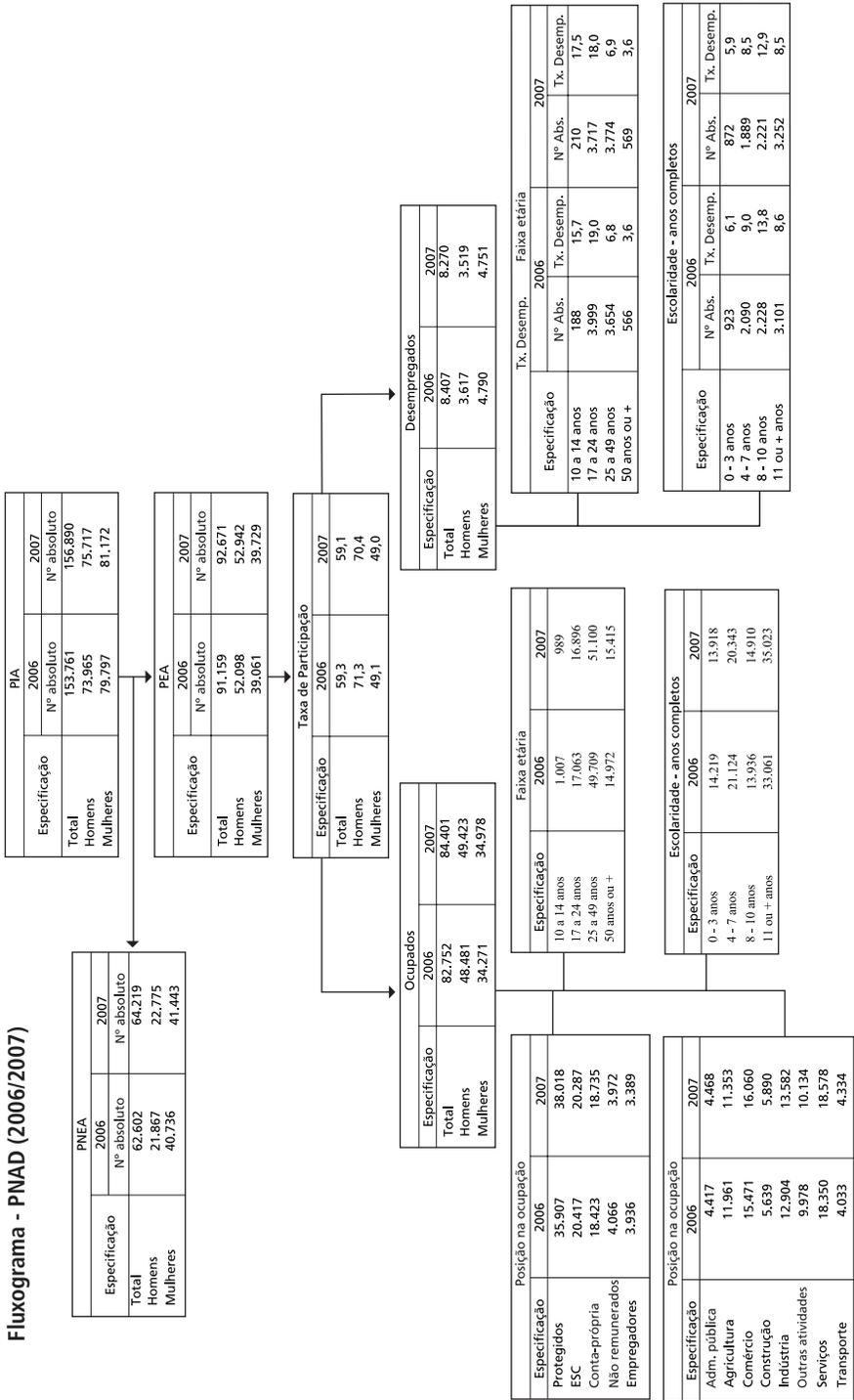
(Continuação)	2001	2002	2003	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	Cresc. méd. 2001-2006	Cresc. (%) 2001-2007	Cresc. (%) 2006-2007	Var. Média 2006-2007
População ocupada por setor de atividade											
Agricultura	12.468.614	12.701.417	12.757.878	12.791.789	12.600.132	11.961.322	11.353.203	12.546.859	-10,6	-5,1	-9,5
Indústria	11.070.593	11.175.449	11.454.699	12.228.908	12.619.869	12.903.851	13.582.494	11.908.895	21,5	5,3	14,1
Construção	5.136.792	5.459.833	5.097.704	5.193.801	5.463.591	5.639.154	5.890.426	5.331.813	7,9	4,5	10,5
Comércio	12.992.621	13.416.719	14.038.394	14.403.410	15.250.989	15.470.752	16.060.262	14.262.148	19,7	3,8	12,6
Transporte	3.562.657	3.689.985	3.718.555	3.861.069	3.931.974	4.032.702	4.334.255	3.799.490	17,5	7,5	14,1
Administração pública	3.745.534	3.869.051	3.988.938	4.172.773	4.239.024	4.416.988	4.468.025	4.072.051	15,5	1,2	9,7
Serviços	15.479.742	16.226.467	16.242.567	17.164.108	17.399.659	18.349.553	18.578.537	16.810.349	14,5	1,2	10,5
Outras atividades	7.601.499	8.115.535	8.355.442	8.657.782	9.029.228	9.778.047	9.938.218	8.589.589	22,5	1,6	15,7
Atividades maldefinidas ou não declaradas	212.870	200.344	196.983	220.338	189.141	199.565	195.851	203.207	-2,2	-1,9	-3,6

Fonte: PNAD (2001 a 2007).

Notas: ¹ Excluindo a área rural da região Norte.

² Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos.

FIGURA A.1
Fluxograma - PNAD (2006/2007)



REFERÊNCIAS

SADECK, F. O trabalho infantil na PNAD 2007. *In: Mercado de trabalho – conjuntura e análise*, nº 37. Ipea, 2008.

CAVALERI, R. A expansão da ocupação em 2007. *In: Mercado de trabalho – conjuntura e análise*, nº 37. Ipea, 2008.

O UNIVERSO DA PREVIDÊNCIA: EVOLUÇÃO DAS PNADS ATÉ 2007*

Leonardo Rangel**
Fernando Gaiger da Silveira***
Carolina Veríssimo Barbieri****
Milko Matijascic*****
Marília Patelli Lima*****
João Luís de Oliveira Mendonça*****

1 INTRODUÇÃO

Comparar dados do universo previdenciário num prazo amplo¹ e aferir os efeitos das transferências de renda da previdência social na redução das desigualdades e da pobreza constituem elementos fundamentais para revelar o alcance e a importância das políticas no setor. Assim, neste capítulo objetiva-se apresentar sucintamente algumas das variações mais significativas dos indicadores do universo previdenciário brasileiro entre 1987 e 2007. Tenciona-se, desse modo, contribuir com o debate público acerca do papel da previdência social, seu alcance, suas limitações e eventuais distorções no desenho de benefícios.

Para consecução dos objetivos propostos, são examinados:

- dados básicos referentes à cobertura de contribuintes e beneficiários;
- dados relativos à cobertura de aposentadorias e pensões; e

* Os autores agradecem o auxílio de Bernardo Campolina, Fábio Vaz e Jhonatan Ferreira em algumas das programações utilizadas. Também agradecem a atenta leitura feita por Sergei Soares, Ernani Cabral, Maria Tereza Pasinato, Felix Garcia Junior e do professor Rodolfo Hoffmann. Os erros remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores, reitere-se.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea/Disoc.

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea cedido ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

**** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

***** Assessor da Presidência do Ipea.

***** Pesquisadora do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-CI).

***** Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

1. O período de alcance dos dados utilizados pode variar de acordo com suas disponibilidades e qualidade.

- efeitos das transferências de renda da seguridade.

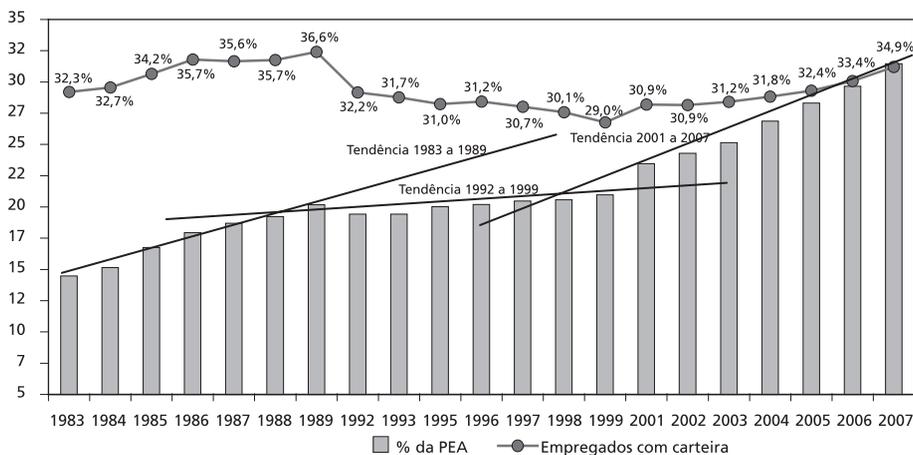
Ao final são relatados os resultados essenciais para fins de delineamento de uma agenda futura de pesquisas e debates.

2 PERFIL DE CONTRIBUINTE E BENEFICIÁRIOS: INFLEXÕES E CONTINUIDADE

Ao se observar a evolução dos dados do início da década de 1980 até 2007, é possível compreender com bastante precisão o que ocorreu no país ao longo do período. Considerando o universo de contribuintes, o de não contribuintes e o de desocupados, pode-se afirmar que o período foi marcado por uma deterioração dos indicadores, com forte redução do número de contribuintes entre 1991 e 1997. Em 2001 começa a haver uma recuperação discreta, a qual se acentua consideravelmente no período mais recente, comparável ao movimento dos anos 1980. O gráfico 1 apresenta o movimento dos empregados com carteira, o que é uma boa aproximação do que aconteceu entre os contribuintes.

GRÁFICO 1

Empregados com carteira e seu percentual em relação à população economicamente ativa (PEA)



Fonte: Capítulo de Previdência Social de *Políticas sociais – acompanhamento e análise*, nº 17 (no prelo), baseado nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

Conforme ressaltado, os dados constantes do gráfico 1 mostram que a tendência para aumento do emprego com carteira entre os anos de 2001 e 2007 é bastante similar à observada entre 1983 e 1989. Destaca-se, pelo lado negativo, a década de 1990. Esta pode ser considerada uma “década perdida” para o emprego formal, pois sua importância relativa teve tendência declinante no período.

Ampliando a análise para toda a população economicamente ativa (PEA), a tabela 1 apresenta os dados sobre ocupação e contribuição para a previdência atinentes aos universos urbanos metropolitanos e não metropolitanos, e para quem reside em áreas rurais.

TABELA 1

Distribuição percentual da PEA¹ segundo o domicílio e *status* de ocupação, em anos selecionados

Domicílio	Status	1987	1997	2001	2007
Urbano metropolitano	Contribuinte	69,7	56,7	54,0	57,6
	Não contribuinte	25,4	32,1	33,0	31,1
	Desocupado	5,0	11,2	13,0	11,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	18.057.433	20.669.300	24.208.110	28.375.996
Urbano não metropolitano	Contribuinte	57,0	47,8	47,9	53,7
	Não contribuinte	39,0	44,0	42,1	37,8
	Desocupado	4,0	8,2	9,9	8,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	22.036.847	32.002.539	38.959.693	46.472.989
Rural	Contribuinte	18,6	19,2	19,1	26,2
	Não contribuinte	80,2	78,3	77,8	70,4
	Desocupado	1,2	2,5	3,0	3,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total	13.138.668	12.638.783	11.290.886	12.033.197
Brasil	Contribuinte	51,8	45,1	45,5	51,2
	Não contribuinte	44,6	46,9	44,6	40,1
	Desocupado	3,6	8,0	9,9	8,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total da PEA	53.232.948	65.310.622	74.458.689	86.882.182

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE (1987, 1997, 2001 e 2007).

Nota: ¹ As PNADs dos anos 1980 apresentaram uma definição diferente das posteriores. Para contornar o problema, a solução foi definir a população economicamente ativa (PEA) como aquela que trabalhou quinze horas ou mais ao longo da semana, e a faixa etária, estabelecida entre 16 e 64 anos de idade. O patamar de 16 anos decorre do que foi estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20/98, a qual determina que apenas após os 16 anos é possível possuir contratos de trabalho formais e legais, enquanto o patamar de 64 anos corresponde à passagem para a terceira idade, seguindo-se o padrão internacional.

Consoante a tabela 1, as pessoas com ocupações que tinham direitos sociais respeitados apresentaram proporção decrescente entre 1987 e 2001. E mesmo em 2007 não houve total recuperação da parcela dos contribuintes em relação a 1987, embora os patamares fossem quase idênticos. Sobressai, também, o acréscimo do contingente de desocupados – que era reduzido em 1987, cresceu rapidamente até 1997 e 2001, mas já era menor em 2007. O patamar de não contribuintes pouco oscilou até 2001, porém houve um declínio perceptível em 2007.

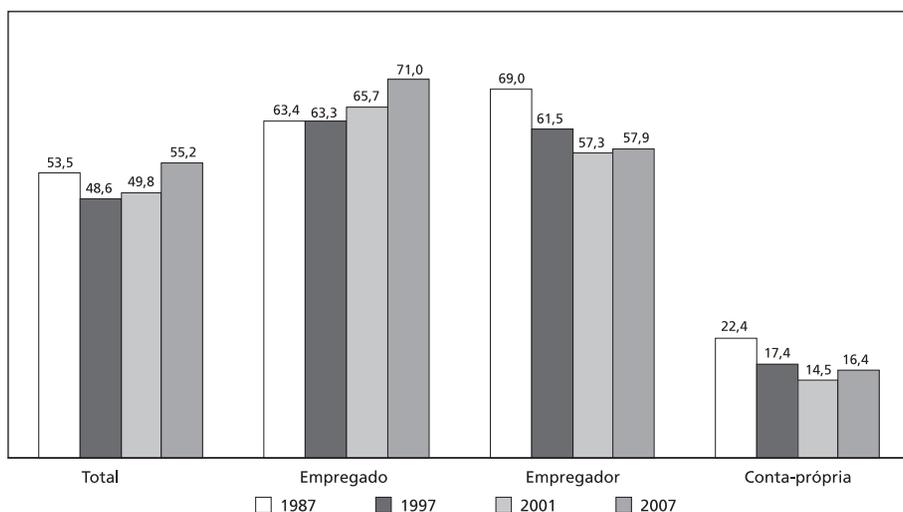
No concernente à situação de domicílio, é possível perceber que as perdas até 2001 se concentraram, sobretudo, na clientela preferencial – ou seja, a população residente em áreas urbanas metropolitanas –, tendo menor impacto em áreas não metropolitanas e rurais. O corolário disto é que a recuperação nos anos mais recentes se concentra nas áreas metropolitanas e, de modo positivo, porém atenuado, em populações urbanas não metropolitanas. Nesse sentido, como os

patamares de 1987 ainda não foram recuperados em 2007, parece existir ainda muita perspectiva para incorporar novos trabalhadores ao universo de contribuintes, mesmo com o rápido crescimento da população economicamente ativa, ao contrário do que vinha ocorrendo até o início da presente década. Vale registrar, também, que grande parte da população rural declara não ser contribuinte, mas, por trabalhar em regime de economia familiar, está devidamente coberta pela previdência social. Estes dados, apresentados na tabela 1, confirmam a natureza do movimento recente da economia, de recuperação do emprego formal desde 2001.

Quanto ao movimento da população ocupada – excluindo-se, portanto, a PEA desocupada constante na tabela 1 –, em termos de contribuição e não contribuição, segundo a posição na ocupação, existem resultados dignos de nota, entre 1987 e 2007, conforme atesta o gráfico 2.

GRÁFICO 2

Proporção percentual de contribuintes da previdência, segundo a posição de ocupação, em anos selecionados

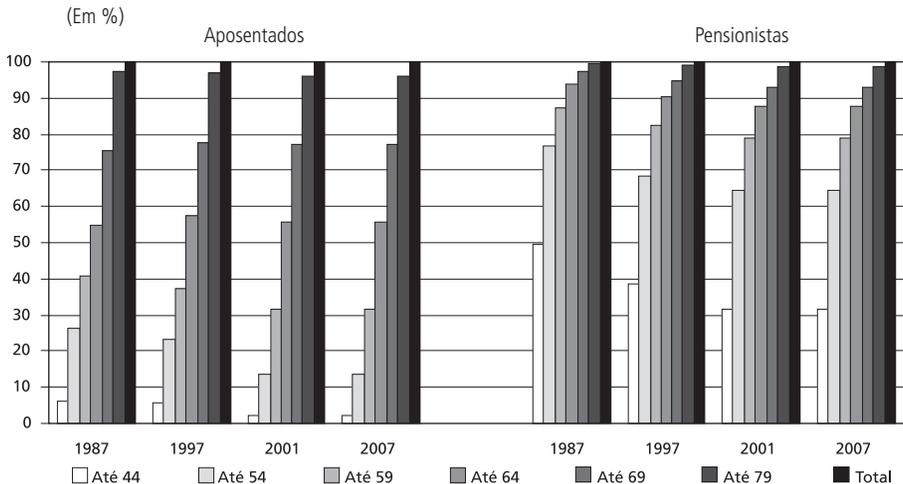


Fonte: Microdados da PNAD/IBGE (1987; 1997; 2001; 2007).

Com referência ao gráfico 2, é preciso dizer antes de tudo que a população ocupada em 2007 já apresenta uma taxa de contribuição para a previdência superior à de 1987. A recuperação após 2001 atinge a todos, ou seja, empregados, empregadores e conta-própria, mas é menos acentuada para os conta-própria e empregadores. A melhoria se deve basicamente a um volume maior de contribuintes entre os assalariados, que aliás representam o núcleo da força de trabalho – cerca de dois terços ou mais ao longo de todo o período.

Como observado, no que respeita ao perfil de domicílio e ocupação dos contribuintes houve mudanças perceptíveis entre 1987 e 2007, com um início de recuperação para 2001. Todavia, quanto aos aposentados e pensionistas, existe continuidade em termos de perfil demográfico, conforme o gráfico 3.

GRÁFICO 3

Frequência acumulada de aposentados e pensionistas, por faixa etária

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE (1987; 1997; 2001; 2007).

Os dados do gráfico 3 são significativos ao apontar que, em 2007:

- cerca de 55% dos aposentados tinham menos de 65 anos de idade, com menos de 60 anos, eram pouco mais de 30%;
- aproximadamente 90% dos pensionistas possuíam menos de 65 anos de idade; 80% tinham idade inferior a 60 anos.²

Embora tenha havido oscilação ao longo dos anos, sobretudo para quem possui menos de 45 anos de idade, a relativa estabilidade observada entre 1987 e 2007 revela que o perfil de beneficiários da previdência não é necessariamente o de pessoas idosas – segundo a definição internacional, aos 65 anos de idade, ou, segundo o Estatuto do Idoso brasileiro, aos 60 anos de idade.

A relativa estabilidade de dados demonstra que o problema deve ser tratado não apenas sob o prisma do envelhecimento, mas que também diz respeito às

2. Sobre os dados referentes aos pensionistas, vale uma observação. A relação de dependência previdenciária para com filhos ou semelhantes vai até o momento em que os mesmos completam 21 anos de idade. Isto significa que já seria esperado encontrar pessoas menores de 21 anos entre os pensionistas. Entretanto, como observam Tafner (2007) e Caetano (2006), estes são minoria.

condições de saúde e segurança do trabalho – que afetam a concessão de aposentadorias por invalidez –, e de legislação. De fato, em torno de 60% dos pensionistas possuem menos de 54 anos de idade, e, deste total, aproximadamente 30% têm menos de 44 anos.

Dessa forma, os dados mostram que apesar de duas reformas constitucionais (Emendas Constitucionais N^{os} 20/98 e 41/98) e de um sem-número de leis – como a Lei 9.876/1999, que instituiu o fator previdenciário –, houve certa estabilidade no perfil de aposentados e pensionistas ao longo do período analisado. A princípio isto permite depreender que, por mais que haja alterações em regras de acesso a benefícios, a combinação dos efeitos estoque de aposentados/pensionistas e demografia faz com que estas mudanças sejam sentidas apenas no longo prazo. Outra análise possível é que as mudanças não foram tão significativas, ou pelo menos não conseguiram focalizar corretamente nos desenhos dos benefícios, notadamente, a pensão por morte.^{3, 4}

Assim, considerando dados da PNAD para trabalhadores e aposentados, é possível dizer que houve deterioração, em geral, do perfil dos contribuintes ao longo dos anos da década de 1990 até 2001 e, desde então, é perceptível a recuperação. Em termos do universo de beneficiários, embora existam efetivamente envelhecimento e efeito das reformas da previdência sobre a idade de acesso aos benefícios, o perfil etário apresentou relativa homogeneidade, e faz supor que questões relativas a este universo não estejam exclusivamente ligadas a problemas de envelhecimento. É necessário pensar num contexto mais amplo, sobretudo referente a questões sanitárias, para tratar do assunto.

3 IMPACTOS DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por ter o maior orçamento individual entre as políticas públicas do Estado brasileiro e por atingir um grande contingente de famílias e domicílios, a previdência, como em qualquer sociedade moderna dotada de sistemas nacionais de proteção social, produz impactos na distribuição de renda.

Um dos impactos mais relevantes diz respeito às desigualdades. A concentração de renda do Brasil, medida por meio do clássico índice de Gini, seria maior, em hipótese, caso as transferências de renda da previdência social fossem eliminadas, conforme aponta o gráfico 4. Ressalte-se que, apesar de este tipo de análise ser muito limitada e passível de várias críticas (como pode ser visto adiante), o

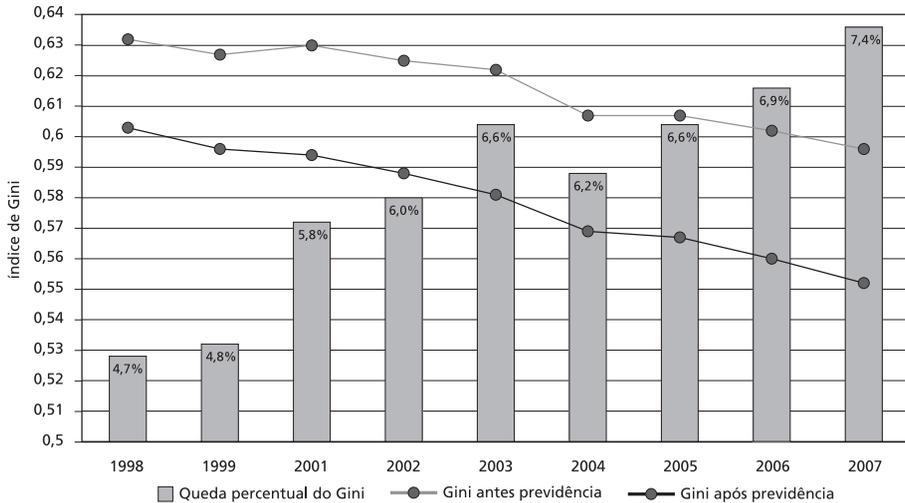
3. Para uma análise comparativa dos critérios de concessão da pensão por morte, ver Caetano (2006) e Tafner (2007).

4. Em consequência dessa razoável estabilidade no perfil etário de aposentados e pensionistas, houve pouca mudança na trajetória de despesa do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a despeito das reformas realizadas e das alterações pontuais na legislação. Como o estudo do aspecto fiscal não está no escopo deste trabalho, decidiu-se por não se aprofundar nas consequências das reformas sobre a despesa do sistema de previdência, notadamente no RGPS.

resultado do coeficiente de Gini, ao se fazer este contrafactual – de não existirem as rendas oriundas da previdência –, é útil para reforçar a tese de que a existência de um sistema previdenciário é melhor que sua inexistência.

GRÁFICO 4

Índice de Gini e redução percentual da desigualdade antes e depois do pagamento de aposentadorias e pensões – dados para anos selecionados



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

A comparação entre as desigualdades de renda com a retirada da renda oriunda dos benefícios de aposentadorias e pensões e com a inserção de todas as rendas tem sido criticada. Hoffmann (2009), por exemplo, decompõe a renda domiciliar *per capita* em várias fontes, e observa que a renda oriunda de aposentadorias e pensões contribui para a elevação do coeficiente de Gini, sendo claramente regressiva.

Entretanto, ao utilizar as variáveis de renda oriunda de aposentadorias e pensões, o autor acaba por colocar sob a mesma parcela de rendimentos as aposentadorias oriundas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a dos diversos regimes próprios de previdência social (RPPS). Esta última parcela, como bem observa o autor, contribui para piora da distribuição da renda. Trata-se de resultado esperado, pois, de acordo com as regras de cálculo do valor das aposentadorias e pensões dos servidores públicos, a regressividade observada nos salários refletirá nos seus benefícios previdenciários.

O sistema de previdência social no Brasil é formado por diferentes regimes obrigatórios. Há os benefícios do regime geral – dos trabalhadores do setor privado – e os dos regimes próprios – dos servidores públicos municipais, estaduais e federal. Os dois sistemas têm implicações distintas no que diz respeito à distribuição de

renda. Em estudo de Soares *et al.* (2007), os autores, trabalhando com benefícios previdenciários de até um salário mínimo (SM), chegam à conclusão de que os mesmos são progressivos. Ou seja, contribuem para reduzir a desigualdade de renda.

Por sua vez, o RGPS tem dois diferentes sistemas de pagamentos de benefícios: os destinados aos segurados de fraca capacidade contributiva e os destinados aos de relativa capacidade contributiva. No primeiro caso, incluem-se os benefícios da previdência rural (para os segurados especiais), e aqueles para os segurados do meio urbano de trajetória laboral notadamente errática e em posições de baixa remuneração. No segundo caso, têm-se os segurados das camadas urbanas com rendimentos superiores ao salário mínimo, cujo valor de aposentadoria guarda certa relação atuarial com suas contribuições ao longo da vida laborativa. Em termos de distribuição de renda, espera-se que no primeiro caso os benefícios sejam distributivos; para o segundo caso, neutros. Em relação às aposentadorias dos servidores públicos, dado que são um reflexo direto de suas remunerações enquanto ativos, espera-se regressividade. Em suma, não se pode medir a capacidade distributiva dos benefícios previdenciários sem se atinar para esta diferença de sistemas, e para diferenças dentro de cada sistema.

No entanto, aceitando a crítica de Hoffmann (2009), procurou-se calcular também o coeficiente de concentração dos benefícios de aposentadorias e pensões oficiais: os de valor até um SM e os demais. A partir destes coeficientes de concentração, foram calculadas as medidas de progressividade de Lerman-Yitzhaki.⁵ Convém ressaltar que, quando analisados os benefícios de até 1 SM nas PNADs, chega-se, majoritariamente, aos benefícios da previdência rural e aos benefícios de prestação continuada (BPC-LOAS).⁶ Para estes, conforme colocado anteriormente, espera-se progressividade. Os resultados encontram-se na tabela 2.⁷

TABELA 2

Impactos distributivos da previdência social no Brasil (1997 a 2007)

(menos áreas rurais da região norte)

Parcela do rendimento	Medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki (G-Ch)									
	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Aposentadorias oficiais										
1 SM	-0,6313	-0,5956	-0,5791	-0,5197	-0,5220	-0,4769	-0,4566	-0,4331	-0,4078	-0,4213
> 1 SM	0,1446	0,1640	0,1751	0,1612	0,1765	0,1872	0,1969	0,1957	0,1953	0,2000

(Continua)

5. Para descrição da metodologia de coeficiente de concentração e coeficiente de Gini, ver Soares *et al.* (2007).

6. Apesar de o foco deste trabalho ser previdência social, pela PNAD não é possível separar os benefícios de aposentadoria dos benefícios assistenciais.

7. As análises dos coeficientes de concentração e da medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki são úteis para avaliação do que acontecerá, na margem, no caso de uma elevação ou redução do sistema previdenciário. Em tempo, a separação de renda de aposentadoria e renda de pensão é útil para apontar em qual tipo de benefício se ganhará (ou perderá) em progressividade, ao se expandir o sistema.

(Continuação)

Parcela do rendimento	Medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki (G-Ch)									
	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pensões oficiais										
Até 1 SM	-0,5221	-0,5034	-0,5164	-0,4402	-0,4518	-0,4238	-0,4116	-0,3844	-0,3644	-0,3744
> 1 SM	0,1071	0,1081	0,1156	0,1163	0,1374	0,1410	0,1604	0,1447	0,1496	0,1564

Fonte: microdados das PNADs.

Elaboração do autores.

Obs: Não são considerados agregados, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos, bem como os domicílios em que algum membro cuja renda é ignorada.

A partir das medidas de Lerman-Yitzhaki apresentadas na tabela 2, pode-se analisar a progressividade ou regressividade de cada parcela do rendimento domiciliar *per capita*: sinal positivo indica regressividade, sinal negativo, progressividade. Como observado, as aposentadorias e pensões no valor de até 1 SM são progressivas, enquanto os benefícios de demais valores são regressivos. Tal resultado está de acordo com o apresentado por Soares *et al.* (2007), e serve para reforçar o caráter distributivo do RGPS, principalmente nos benefícios de menor valor.

Percebe-se também que o valor da medida de Lerman-Yitzhaki para os benefícios de até 1 SM vem se elevando ao longo do período analisado – o que já era de se esperar, dados os constantes ganhos reais nos valores do salário mínimo.

Obviamente utilizar os benefícios de até 1 SM na análise da progressividade dos benefícios do RGPS apresenta limitações. Mas mesmo outros trabalhos que buscam separar os aposentados e pensionistas do RGPS daqueles oriundos dos diversos RPPS fazem hipóteses também passíveis de críticas. Silveira (2008) procura separar os inativos do serviço público federal, estadual e municipal dos inativos do RGPS. O resultado encontrado é que, como um todo, as aposentadorias e pensões são neutras em termos distributivos. Segundo o autor, isto apenas reflete o caráter contributivo do sistema de previdência, assim como é também um reflexo da segmentação no mercado de trabalho, no que diz respeito às remunerações do setor privado *vis-à-vis* o setor público.

Outrossim, saliente-se que resta um rol de políticas públicas capazes de impactar ainda mais positivamente nas transferências de renda da previdência social, tais como:

- recuperação do valor do salário mínimo, que é o piso previdenciário estabelecido no país e remunera um em cada três benefícios pagos pelo INSS;
- melhoria no atendimento com ampliação do grau de cobertura; e
- combate a irregularidades que desviam recursos e prejudicam os mais necessitados.

Isso induz a dizer que novas medidas – como a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a eliminação de iniquidades na legislação beneficiária, que multiplique as fontes de renda de alguns indivíduos via pagamento de benefícios e acumulação com salários – podem melhorar o quadro atual.

A criação de programas de previdência social tem como um de seus objetivos reduzir a pobreza entre idosos.⁸ Isto é fundamental no caso brasileiro, e mais notadamente após a Carta de 1988. Nesse sentido, os dados apresentados pela tabela 3, os quais apresentam a redução em percentuais e no contingente do número de indigentes e pobres, revelam que a previdência está sendo bem-sucedida.

TABELA 3

Redução da indigência e da pobreza¹ após a transferência de benefícios da previdência social (Brasil, 1997 a 2007)

	Indigentes		Pobres	
	%	População	%	População
1997	8,3	12.737.515	7,5	11.490.637
1998	9,2	14.142.637	8,5	13.040.002
1999	9,6	15.010.619	8,9	13.965.709
2001	9,7	16.117.070	9,1	15.248.157
2002	10	17.044.367	9,5	16.100.440
2003	10,8	18.571.494	10,4	17.831.867
2004	10,1	17.903.425	10,2	18.177.122
2005	9,9	17.851.455	10,8	19.500.451
2006	9,6	17.559.488	11,0	20.192.252
2007	9,6	17.672.085	11,2	20.636.909

Fonte: Microdados da PNAD.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Foi considerado indigente o indivíduo que vivia com menos de um quarto do salário mínimo domiciliar *per capita* e pobre quem vivia com menos de meio salário mínimo domiciliar *per capita*. Foi considerado o salário mínimo de 2007; para os outros anos, este foi corrigido pelo INPC.

Partindo dos dados da tabela 3, constata-se que a redução proporcional de pobres e indigentes também tem apresentado uma tendência crescente ao longo dos anos, conforme ocorreu para a desigualdade. Nesse sentido, os mesmos elementos que explicaram os impactos sobre a desigualdade – os quais tiveram resultados positivos – explicam a redução da pobreza.

Dadas as grandes diferenciações regionais no Brasil, também cabe observar o impacto dos benefícios da previdência na redução da pobreza/indigência em uma perspectiva regional.

8. O objetivo central de um sistema de previdência social é manter a renda na ausência de possibilidades de obtê-la via trabalho, por exemplo por acidente, doença ou velhice. No entanto, também tem como objetivos a redução da incidência de pobreza na velhice.

TABELA 4

Redução da indigência e da pobreza após a transferência de benefícios da previdência social nas grandes regiões (2007)

Regiões	Indigentes		Pobres	
	Com previdência	Sem previdência	Com previdência	Sem previdência
Norte	17,4%	23,4%	45,1%	52,3%
Nordeste	24,4%	38,0%	52,6%	65,3%
Sudeste	5,6%	14,2%	19,3%	30,6%
Sul	5,0%	13,7%	17,2%	29,0%
Centro-Oeste	6,5%	12,1%	24,5%	32,1%

Fonte: Microdados da PNAD.
Elaboração dos autores.

Os dados da tabela 4 mostram que a queda na indigência em razão da concessão de benefícios previdenciários é muito mais expressiva no Nordeste do que nas outras regiões. O destaque negativo é a pouca efetividade na região Norte, e o positivo a expressiva queda nas outras três, onde a indigência se reduz a cerca de 5% da população.

Em relação aos efeitos da previdência sobre a pobreza, observam-se quedas similares, em pontos percentuais, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o que, devido ao elevado percentual de pobres no Nordeste, significa maior efetividade dos benefícios previdenciários para a pobreza do Sul e Sudeste do país. Nestas duas regiões, a população com rendimento inferior a meio salário mínimo *per capita* – de setembro de 2007 – é da ordem de 20%, nível relativamente baixo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PREVIDÊNCIA EM PERSPECTIVA

Os dados relativos à situação de contribuição, aposentados e pensionistas da PNAD 2007 revelam que o movimento de recuperação da economia brasileira tem apresentado resultados positivos em termos do perfil contributivo e dos impactos financeiros das transferências de renda via previdência social.

Por sua vez, foi evidenciada a relevância do sistema de previdência social no combate à pobreza/indigência e na redução da desigualdade de renda. Na hipótese de retirada da renda oriunda da previdência, os números de indigentes e pobres, em 2007, seriam maiores em 17,6 milhões e 20,6 milhões, respectivamente. Também na análise das grandes regiões, mostrou-se que, mesmo em diferentes proporções, os benefícios previdenciários são importantes no combate à pobreza/indigência. Além disso, há os impactos na dinâmica da economia das localidades receptoras desta injeção de renda. Esta é uma das hipóteses colocadas por Delgado (2007), por exemplo, para o crescimento do emprego formal observado na região Nordeste nos últimos anos.

Por fim, a partir de 2001 os impactos econômicos afetaram de forma positiva os mercados de trabalho que, conseqüentemente, apresentaram impactos positivos para a previdência.

Essa ordem de fenômenos, porém, não significa ausência de obstáculos a enfrentar. O perfil etário de aposentados e pensionistas é mais jovem do que seria esperado, o que deixa entrever a existência de problemas relativos a saúde, condições de trabalho e de vida – sobretudo em aglomerações urbanas de maior porte – que geram, por exemplo, doenças e morte prematura, o que naturalmente pressiona os gastos previdenciários. Saliente-se que alguns dispositivos jurídicos, no tocante a regras de acesso a benefícios, também poderiam ser atualizados para gerar mais eficiência e equidade no sistema.

Apesar de algumas limitações, necessidades de ajustes (para o longo prazo) e de sua cobertura insatisfatória para a PEA, é inegável que o sistema de seguridade social – especialmente o RGPS – exerce o papel de principal pilar da política social do país – pela quantidade de recursos despendidos e de beneficiários, ou pela redução da pobreza e da desigualdade de renda.

REFERÊNCIAS

CAETANO, M. A.-R. **Determinantes da sustentabilidade e do custo previdenciário**: aspectos conceituais e comparações internacionais. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para discussão nº 1.226).

DELGADO, G. **Diagnóstico do mercado de trabalho para a previdência social** – 1980 a 2006. Brasília: Ipea, 2007 (Nota Técnica).

HOFFMANN, R. **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil**: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. Mimeo.

IPEA. Políticas sociais – acompanhamento e análise, nº 17. Brasília: Ipea, 2009. Capítulo de previdência social.

SOARES, F. V.; SOARES, S. S. D.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G.. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *In*: BARROS, R.P.; FOGUEI, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007, vol. 2, p. 87-129.

TAFNER, P. Simulando o desempenho do sistema previdenciário: seus efeitos sobre a pobreza sob mudanças nas regras de pensão e aposentadoria. *In*: TAFNER, P.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Previdência no Brasil**: debates, dilemas e escolhas. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.

ACESSO A SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO NO BRASIL: PRINCIPAIS RESULTADOS DA PNAD 2007

Maria da Piedade Morais*

Paulo Augusto Rego**

1 INTRODUÇÃO

O acesso a condições adequadas de saneamento básico e habitação configuram direitos humanos fundamentais,¹ cuja garantia a todos os cidadãos pode contribuir positivamente para a inclusão da população em estado de vulnerabilidade social, que frequentemente tem estes direitos violados.

Todas as pessoas necessitam de uma habitação que as proteja de fenômenos naturais como o frio, o vento, a chuva, o calor, bem como lhes ofereça privacidade e comodidade. Condições habitacionais precárias podem impactar negativamente a qualidade de vida humana, comprometendo a saúde física e mental e ampliando as tensões sociais devido ao adensamento excessivo, entre outros problemas relacionados.

Os serviços de saneamento básico são importantes determinantes das condições de moradia. Todos deveriam morar em domicílios servidos por água canalizada proveniente de rede com qualidade, regularidade e quantidade apropriadas ao consumo humano e à higiene pessoal; que também disponham de serviços de coleta e disposição final de esgotos e resíduos sólidos domésticos; e que garantam a salubridade dos moradores e a qualidade do meio ambiente. O acesso a saneamento básico adequado torna a população menos vulnerável a doenças de veiculação hídrica, sendo elevada a correlação entre os níveis de mortalidade infantil e a ausência de saneamento básico. O saneamento básico contribuiu ainda para a redução dos

* Técnica de Planejamento e Pesquisa e coordenadora de estudos setoriais urbanos da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Ipea.

** Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) e mestrando em economia pela Universidade de Brasília (UnB).

1. O direito à moradia adequada e ao saneamento ambiental estão contemplados entre os direitos estabelecidos pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ratificado pelo Brasil e por mais 138 países.

índices de poluição e degradação ambiental, notadamente em áreas urbanas informais sujeitas a crescimento desordenado e a elevada concentração populacional. O Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS e BRASIL, 2004) também destacam a importância positiva dos serviços de saneamento básico para o alcance da salubridade ambiental e da qualidade de vida da população. Reiteram que tais serviços produzem uma série de impactos positivos sobre o bem-estar e a saúde da população, correspondendo a direitos humanos fundamentais dos cidadãos contemporâneos, inerentes ao próprio estilo moderno de morar.

O direito à moradia foi explicitamente incorporado ao texto da Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 10 de fevereiro de 2000, que alterou a redação do artigo 6º do capítulo III para incluir o direito à moradia entre os direitos sociais da população brasileira: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Apesar de a Constituição de 1988 não ter incluído explicitamente o direito à água e ao saneamento básico entre os direitos sociais mínimos garantidos constitucionalmente, pode-se afirmar que eles estão incluídos indiretamente, como um dos principais componentes do direito à moradia adequada. Ademais, a constituição reconhece ainda explicitamente o dever do Estado de promover políticas públicas para o alcance do direito à moradia e ao saneamento básico adequados ao estabelecer que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (art. 23, parágrafo IX).

Embora o conceito de moradia adequada varie de acordo com especificidades locais e culturais, é possível estabelecer alguns parâmetros mínimos para o que venha a constituir uma moradia adequada. O Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, no *General Comment n. 4 - The Right to Adequate Housing*, destaca atributos como: segurança da posse do imóvel, preços compatíveis com o nível de renda da população, condições de habitabilidade (espaço adequado, estabilidade e durabilidade estrutural), disponibilidade de serviços de saneamento básico como água, esgoto e lixo, bem como localização apropriada (acessibilidade física ao local de trabalho, aos serviços e equipamentos urbanos etc.).²

O objetivo do presente capítulo é analisar as condições habitacionais e de acesso aos serviços de saneamento básico (água, esgoto e lixo) a partir de indicadores construídos com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de

2. Para uma descrição detalhada dos instrumentos internacionais sobre os direitos à moradia adequada, ver Cohre e UN-Habitat (2000).

Domicílios (PNAD), destacando os principais resultados de 2007. Os indicadores são apresentados para os anos de 1992 e 2007, privilegiando os recortes urbano, rural, metropolitano, grandes regiões, renda domiciliar *per capita* e cor/raça. A elaboração dos indicadores tentou compatibilizar, sempre que possível, as recomendações metodológicas contidas nas diretrizes das Nações Unidas para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), do Direito à Moradia Adequada, e da Agenda Habitat, com a disponibilidade de informações sobre habitação e saneamento existentes na PNAD, adaptando os indicadores recomendados à realidade socioeconômica do Brasil.

2 SANEAMENTO BÁSICO

2.1 Água

No que diz respeito ao saneamento básico, um dos principais destaques da última PNAD foi o Brasil já ter conseguido alcançar, em 2007, a meta do milênio relativa ao acesso à água potável nas áreas urbanas,³ prevista para 2015, pois já existe água canalizada de rede geral no interior do domicílio de 91,3% dos moradores em cidades. Só no último ano, foi possível levar água de rede geral para quase 2,2 milhões de brasileiros: 2 milhões residentes em áreas urbanas e 198 mil moradores de zonas rurais.

Contudo, temos que ter em conta que às vezes as médias nacionais podem mascarar a existência de importantes desigualdades regionais e sociais. Considerando-se os indicadores desagregados de acesso a água para cada uma das grandes regiões, é possível verificar que a meta da água para as áreas urbanas foi alcançada para 4 das 5 macrorregiões do país, à exceção da região Norte. Os números da PNAD 2007 mostram que ainda persistem elevadas desigualdades regionais no quesito acesso a água. O Sudeste e o Sul apresentam níveis de cobertura de água acima dos 95% da população urbana, superando em mais de 30 pontos percentuais a cobertura na região Norte. Na questão da água, observa-se que, entre 2006 e 2007, o maior incremento absoluto (cerca de 877 mil pessoas) aconteceu no Nordeste, região eleita como prioritária para receber os investimentos governamentais provenientes de recursos orçamentários. Em termos relativos, o acesso adequado a água na região Nordeste também teve relevante ampliação (2,3%) frente à média nacional (1,5%).⁴

As desigualdades no acesso aos serviços de água também são gritantes entre os habitantes das áreas urbanas e das zonas rurais, pois a água de rede geral está disponível para menos de 28% dos moradores do campo. No meio rural, 58% da

3. ODM 7: garantir a sustentabilidade ambiental. Meta 10: reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a água potável e esgotamento sanitário.

4. De acordo com dados do Ministério das Cidades (2008), dos investimentos realizados em 2007 com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), 47% destinaram-se à região Nordeste.

população ainda usa água proveniente de poço ou nascente, e cerca de 39,3% não possuem água canalizada dentro de casa.

Além das desigualdades regionais, ainda se observam níveis elevados de desigualdade racial e socioeconômica. Os níveis de cobertura de água canalizada de rede geral entre a população preta e parda e os estratos da população de menor renda são bem menores do que o acesso encontrado entre os brancos e os grupos de renda mais elevada, embora tenha havido uma diminuição contínua nas desigualdades sociais no quesito água. Como era de se esperar, o acesso à água potável torna-se mais difundido à medida que aumenta a faixa de renda observada. Entre os 20% mais pobres residentes em áreas urbanas, o nível de cobertura de água canalizada por rede geral em 2007 é de pouco mais de 83%, enquanto os 20% mais ricos possuem índices de cobertura destes serviços superiores a 95,7%, uma diferença de quase 13 pontos percentuais. Contudo, o diferencial entre estes dois grupos de renda em 1992 era aproximadamente 35 pontos percentuais, o que mostra que o país tem conseguido reduzir as desigualdades socioeconômicas ao ampliar mais do que proporcionalmente as ligações à rede pública de água nas faixas de renda mais baixas.

O déficit de cobertura de água canalizada por rede geral nas áreas urbanas em termos absolutos ainda é de 13,8 milhões de pessoas, cerca de 375 mil pessoas a menos do que em 2006.

TABELA 1

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário e situação do domicílio – Brasil e grandes regiões (1992 e 2007)

Área urbana		Com esgotamento sanitário							
Ano	Região	Rede coletora	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Direto para rio, lago ou mar	Outro tipo	Não tinham	Total
1992	Norte	6,31	32,09	43,88	2,49	3,43	0,19	11,62	100,00
	Nordeste	18,55	25,35	35,77	2,27	1,68	0,28	16,11	100,00
	Sudeste	72,26	10,52	9,47	2,28	3,27	0,42	1,78	100,00
	Sul	18,13	49,32	25,11	1,25	1,93	0,14	4,12	100,00
	Centro-Oeste	34,70	5,13	54,01	0,84	0,32	0,16	4,83	100,00
	Brasil	45,55	20,51	22,86	2,04	2,51	0,32	6,21	100,00
2007	Norte	11,71	52,11	27,75	2,40	2,29	0,20	3,54	100,00
	Nordeste	37,81	30,55	23,44	1,85	1,55	0,14	4,66	100,00
	Sudeste	83,46	9,86	2,91	0,96	2,50	0,07	0,25	100,00
	Sul	37,98	47,03	11,62	1,49	1,22	0,10	0,57	100,00
	Centro-Oeste	38,61	13,68	46,36	0,12	0,39	0,04	0,80	100,00
	Brasil	57,39	23,57	14,11	1,29	1,92	0,10	1,62	100,00

(Continua)

(Continuação)

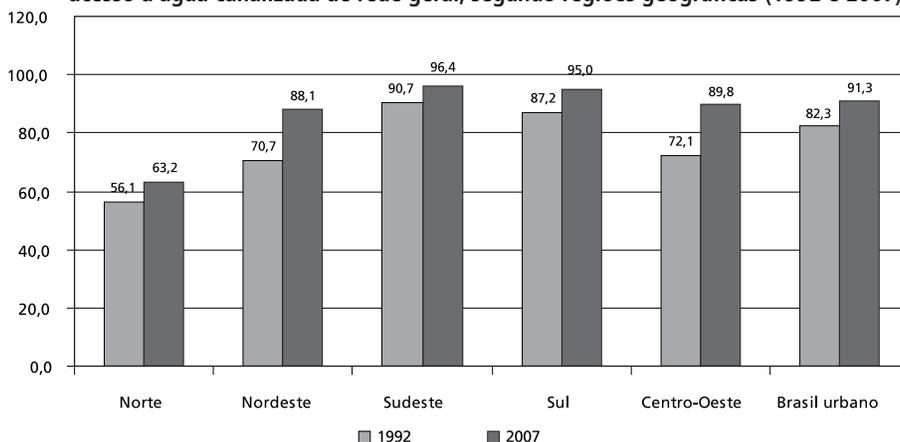
Área rural		Com esgotamento sanitário							
Ano	Região	Rede coletora	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Direto para rio, lago ou mar	Outro tipo	Não tinham	Total
1992	Norte	-	0,52	21,49	0,35	-	-	77,65	100,00
	Nordeste	2,31	2,95	19,74	2,60	0,50	0,21	71,69	100,00
	Sudeste	7,45	6,69	43,38	3,94	14,24	1,28	23,02	100,00
	Sul	0,26	23,07	49,58	3,05	3,95	0,92	19,17	100,00
	Centro-Oeste	0,04	2,23	57,89	3,68	1,56	1,13	33,47	100,00
	Brasil		2,99	7,28	32,69	3,03	4,36	0,64	49,01
2007	Norte	1,79	19,21	51,91	3,93	0,91	0,00	22,26	100,00
	Nordeste	2,23	12,26	40,96	6,78	0,85	0,42	36,50	100,00
	Sudeste	17,89	15,84	43,97	3,89	11,72	0,85	5,84	100,00
	Sul	1,86	44,94	42,53	4,78	2,28	0,21	3,40	100,00
	Centro-Oeste	1,49	6,37	80,60	1,62	0,37	1,04	8,53	100,00
	Brasil		5,30	18,40	45,32	5,26	3,28	0,46	21,99

Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

GRÁFICO 1

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a água canalizada de rede geral, segundo regiões geográficas (1992 e 2007)

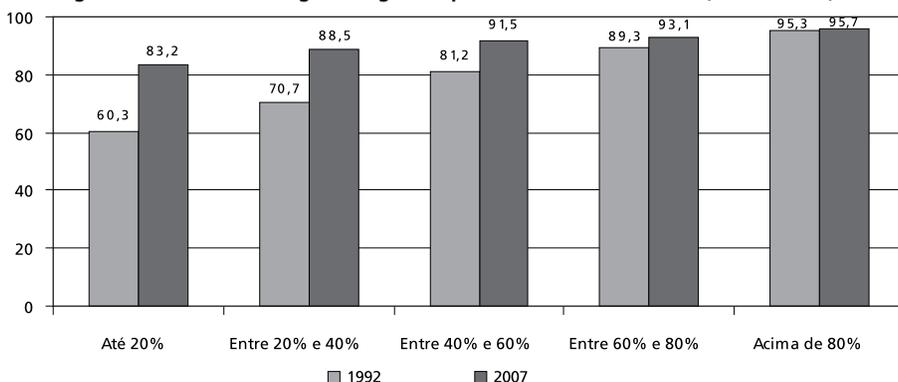


Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

GRÁFICO 2

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a água canalizada de rede geral, segundo quintis da renda domiciliar (1992 e 2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

2.2 Esgotamento sanitário

Outra boa notícia trazida pela PNAD 2007 foi o aumento de três pontos percentuais na proporção da população urbana com acesso à rede coletora de esgoto em relação ao ano anterior, que passou de 54,4% em 2006 para 57,4% em 2007, o maior aumento ocorrido nos últimos 15 anos. Contabilizando-se também a população urbana que possui coleta de esgoto por fossa séptica, o percentual de cobertura por soluções minimamente adequadas de esgoto sobe para quase 81%.

Essa melhora nos indicadores reflete a maturação e a ampliação dos investimentos em esgotamento sanitário ocorridos nos últimos cinco anos, o que permitiu ampliar os serviços de rede de esgoto para 5,9 milhões de pessoas na área urbana e 337 mil pessoas na zona rural apenas no último ano. Com o aumento substancial no montante de recursos destinados a saneamento básico previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),⁵ é de se esperar que os indicadores de esgoto venham a apresentar melhorias ainda mais significativas nos próximos anos.

A exemplo do que acontece no caso da água, também se verificam grandes diferenciais entre as zonas urbana e rural, havendo ainda muito espaço para

5. Lançado em janeiro de 2007, o PAC prevê investimentos de R\$ 40 bilhões na área de saneamento básico entre 2007 e 2010. Deste total, R\$ 12 bilhões são recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União (OGU). O PAC contempla ainda investimentos de R\$ 20 bilhões oriundos de recursos onerosos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), bem como R\$ 8 bilhões oriundos de contrapartida de estados, municípios e prestadores de serviços. Com estes investimentos, o governo estima que conseguirá beneficiar, em quatro anos, mais de 24,5 milhões de pessoas com abastecimento de água, mais de 25,4 milhões com a coleta de esgoto, e mais de 31,1 milhões com a destinação final de resíduos sólidos.

investimento em saneamento em áreas rurais e em municípios de menor porte, onde são mais baixos os níveis de cobertura. Os dados da PNAD mostram que 22% da população rural reside em domicílios que ainda não têm nenhum tipo de sistema de coleta de esgoto, e 54,3% recorrem a soluções não adequadas para o esgoto doméstico, como fossas rudimentares, valas e despejo do esgoto diretamente nos rios, lagos e mares, o que representa uma ameaça tanto à saúde da população – principalmente das crianças, mais sujeitas a doenças de veiculação hídrica – quanto à qualidade do meio ambiente.

A gravidade da situação do esgotamento sanitário no país fica ainda mais evidente quando se tem em conta que apenas um terço do esgoto coletado recebe algum tipo de tratamento, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) de 2000.

No quesito esgoto, as desigualdades urbanas entre as regiões também permanecem em patamares elevados. No acesso ao esgotamento sanitário do tipo rede geral de esgoto ou fossa séptica, a região que apresenta o pior desempenho é o Centro-Oeste, onde pouco mais de 52% da população urbana possui esgoto adequado, enquanto a cobertura no Nordeste é de 68,4%, e no Norte, cerca de 64%. Os níveis de qualidade dos serviços de esgoto nas regiões Sudeste e Sul, superiores a 85%, superam largamente os níveis de cobertura nas outras três regiões brasileiras. Nas regiões Norte, Sul e Nordeste ainda é grande o percentual de domicílios urbanos com esgoto do tipo fossa séptica, solução mais adequada para áreas urbanas com baixa densidade demográfica. Em termos percentuais, a região brasileira que obteve o maior aumento nas ligações à rede geral de esgoto em 2007 foi a região Norte. Em 2007, todas as regiões apresentaram um crescimento percentual maior que a média anual entre 2001 e 2006, apesar de apenas a região Sudeste ter conseguido o feito de ultrapassar os 83% da população com rede geral de esgoto. E parece que isso não irá mudar tão cedo, já que, das pessoas que obtiveram melhores condições de esgotamento sanitário entre 2006 e 2007, quase 2,5 milhões são moradores da região Sudeste, na qual se têm concentrado os investimentos onerosos com recursos do FGTS e para onde se destinam 38,7% dos recursos do PAC destinados ao saneamento, segundo informações da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

As desigualdades socioeconômicas no acesso ao esgotamento sanitário adequado são ainda mais gritantes do que no acesso à água potável, apesar de também ter-se verificado uma redução substancial nos diferenciais entre os estratos sociais. Para os 20% mais pobres, a cobertura de rede geral ou fossa séptica é de 64,6%. Já para o último quinto de renda, a cobertura ronda os 92,8%, uma diferença de mais de 28 pontos percentuais, mas que já chegou a ser de quase 48 pontos percentuais no começo da década de 1990.

O aumento da população coberta por esgotamento sanitário adequado continua sendo o maior desafio para a política de saneamento básico, pois o déficit absoluto deste serviço nas áreas urbanas ainda supera os 30 milhões de pessoas, apesar de ser quase 4,5 milhões mais baixo do que o déficit absoluto de esgoto que havia em 2006.

TABELA 2

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário e situação do domicílio – Brasil e grandes regiões (1992 e 2007)

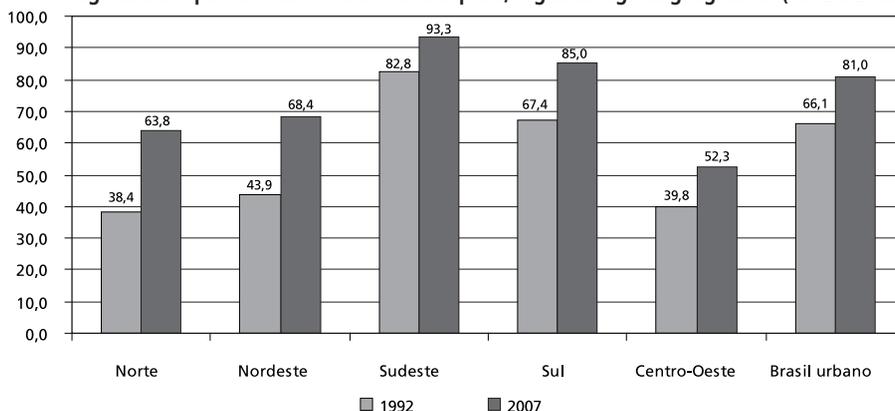
Área urbana									
Ano	Região	Com esgotamento sanitário						Não tinham	Total
		Rede coletora	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Direto para rio, lago ou mar	Outro tipo		
1992	Norte	6,31	32,09	43,88	2,49	3,43	0,19	11,62	100,00
	Nordeste	18,55	25,35	35,77	2,27	1,68	0,28	16,11	100,00
	Sudeste	72,26	10,52	9,47	2,28	3,27	0,42	1,78	100,00
	Sul	18,13	49,32	25,11	1,25	1,93	0,14	4,12	100,00
	Centro-Oeste	34,70	5,13	54,01	0,84	0,32	0,16	4,83	100,00
	Brasil	45,55	20,51	22,86	2,04	2,51	0,32	6,21	100,00
2007	Norte	11,71	52,11	27,75	2,40	2,29	0,20	3,54	100,00
	Nordeste	37,81	30,55	23,44	1,85	1,55	0,14	4,66	100,00
	Sudeste	83,46	9,86	2,91	0,96	2,50	0,07	0,25	100,00
	Sul	37,98	47,03	11,62	1,49	1,22	0,10	0,57	100,00
	Centro-Oeste	38,61	13,68	46,36	0,12	0,39	0,04	0,80	100,00
	Brasil	57,39	23,57	14,11	1,29	1,92	0,10	1,62	100,00
Área rural									
Ano	Região	Com esgotamento sanitário						Não tinham	Total
		Rede coletora	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Direto para rio, lago ou mar	Outro tipo		
1992	Norte	-	0,52	21,49	0,35	-	-	77,65	100,00
	Nordeste	2,31	2,95	19,74	2,60	0,50	0,21	71,69	100,00
	Sudeste	7,45	6,69	43,38	3,94	14,24	1,28	23,02	100,00
	Sul	0,26	23,07	49,58	3,05	3,95	0,92	19,17	100,00
	Centro-Oeste	0,04	2,23	57,89	3,68	1,56	1,13	33,47	100,00
	Brasil	2,99	7,28	32,69	3,03	4,36	0,64	49,01	100,00
2007	Norte	1,79	19,21	51,91	3,93	0,91	0,00	22,26	100,00
	Nordeste	2,23	12,26	40,96	6,78	0,85	0,42	36,50	100,00
	Sudeste	17,89	15,84	43,97	3,89	11,72	0,85	5,84	100,00
	Sul	1,86	44,94	42,53	4,78	2,28	0,21	3,40	100,00
	Centro-Oeste	1,49	6,37	80,60	1,62	0,37	1,04	8,53	100,00
	Brasil	5,30	18,40	45,32	5,26	3,28	0,46	21,99	100,00

Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

GRÁFICO 3

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com esgotamento por rede coletora ou fossa séptica, segundo regiões geográficas (1992 e 2007)

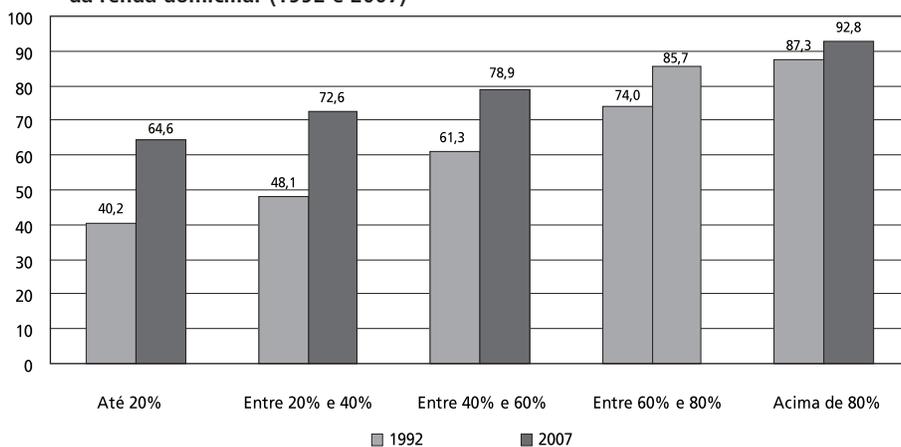


Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

GRÁFICO 4

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, segundo quintis da renda domiciliar (1992 e 2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

2.3 Resíduos sólidos

No Brasil, os serviços de coleta direta e indireta dos resíduos sólidos domiciliares apresentam uma cobertura relativamente ampla. Estes serviços estavam disponíveis para quase 97,6% da população urbana em 2007 (90% de forma direta e 7,6% coletados indiretamente), o que representou um aumento de 0,5 ponto percentual em relação a 2006. Na zona rural, os serviços de coleta de lixo atingem menos de 27% da população. Nestas regiões, a maior parte dos resíduos sólidos continua sendo queimada ou enterrada (60%), ou é jogada em terrenos baldios ou logradouros (11,7%).

No caso do lixo, as desigualdades regionais e sociais são bem menos pronunciadas do que no acesso a água e esgoto, embora os níveis de coleta direta de resíduos sólidos continuem sendo maiores no Sul e no Sudeste, como se pode ver na tabela 3.

Embora os níveis de coleta de lixo sejam relativamente elevados, a falta de disposição adequada para estes resíduos sólidos domésticos é bastante preocupante e responde por grande parte dos problemas ambientais das cidades brasileiras.

O déficit absoluto na coleta de lixo era de 3,7 milhões em 2007 – 685 mil pessoas a menos do que em 2006.

TABELA 3

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por destino do lixo domiciliar e situação do domicílio – Brasil e grandes regiões (1992 e 2007)

Área urbana		Destino do lixo						Total
Ano	Região	Coleta direta	Coleta indireta	Queimado ou enterrado	Terreno baldio ou logradouro	Rio, lago, ou mar	Outro destino	
1992	Norte	43,20	10,32	27,85	15,48	3,00	0,14	100,00
	Nordeste	55,18	9,70	9,72	23,73	1,21	0,46	100,00
	Sudeste	82,54	4,78	6,80	4,96	0,72	0,20	100,00
	Sul	86,35	3,11	7,62	2,06	0,46	0,39	100,00
	Centro-Oeste	75,00	1,96	13,95	8,52	0,07	0,49	100,00
	Brasil	74,05	5,79	9,24	9,73	0,88	0,31	100,00
2007	Norte	88,16	6,66	4,25	0,81	0,09	0,03	100,00
	Nordeste	81,61	12,26	3,38	2,53	0,14	0,07	100,00
	Sudeste	93,11	6,15	0,49	0,20	0,05	0,01	100,00
	Sul	94,55	4,91	0,44	0,07	0,02	0,01	100,00
	Centro-Oeste	89,75	8,76	1,20	0,21	0,03	0,05	100,00
	Brasil	89,97	7,65	1,50	0,78	0,07	0,03	100,00

(Continua)

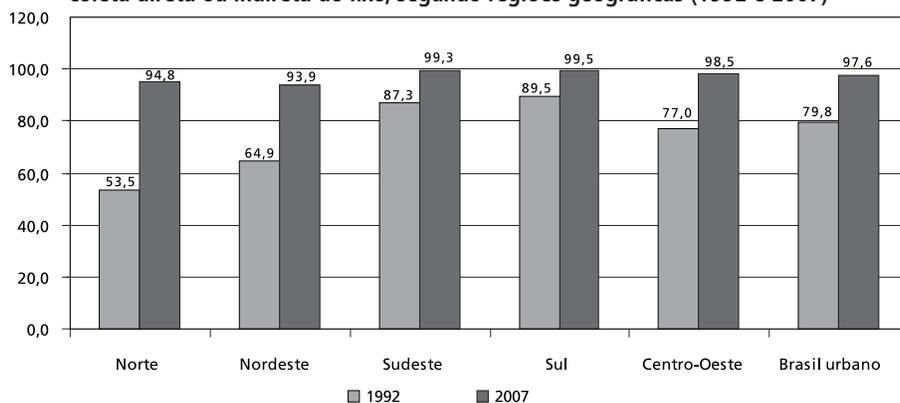
(Continuação)

Área rural		Destino do lixo						Total
Ano	Região	Coleta direta	Coleta indireta	Queimado ou enterrado	Terreno baldio ou logradouro	Rio, lago, ou mar	Outro destino	
1992	Norte	1,47	-	77,47	9,96	0,43	10,66	100,00
	Nordeste	5,41	0,40	22,24	64,44	0,42	7,09	100,00
	Sudeste	9,45	1,05	60,49	18,43	1,97	8,62	100,00
	Sul	5,93	0,31	69,48	14,22	1,60	8,46	100,00
	Centro-Oeste	1,98	0,28	66,94	15,02	0,38	15,40	100,00
	Brasil		6,20	0,52	42,64	41,44	0,99	8,20
2007	Norte	19,15	3,30	70,92	5,86	0,45	0,32	100,00
	Nordeste	12,88	2,47	61,83	21,23	0,17	1,41	100,00
	Sudeste	33,85	10,94	51,76	2,70	0,06	0,69	100,00
	Sul	31,12	12,67	52,24	2,01	0,00	1,96	100,00
	Centro-Oeste	16,37	6,43	73,57	3,39	0,06	0,18	100,00
	Brasil		20,86	6,07	60,03	11,74	0,15	1,15

Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

GRÁFICO 5

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com coleta direta ou indireta do lixo, segundo regiões geográficas (1992 e 2007)

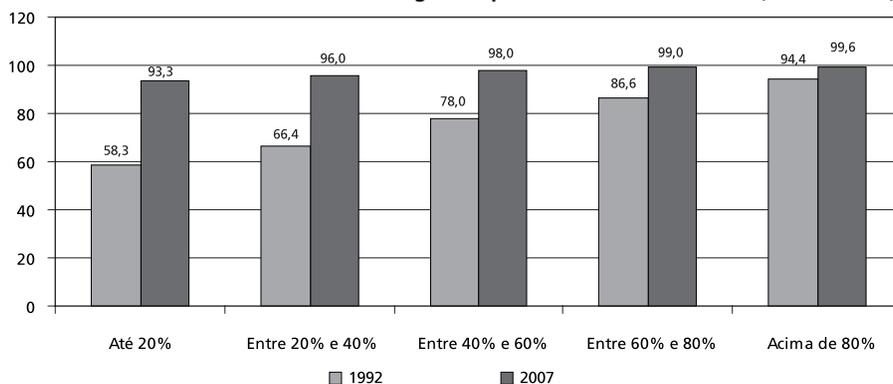


Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

GRÁFICO 6

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com coleta direta ou indireta do lixo, segundo quintis de renda domiciliar (1992 e 2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

2.4 Acesso simultâneo a serviços de água, esgoto e lixo adequados

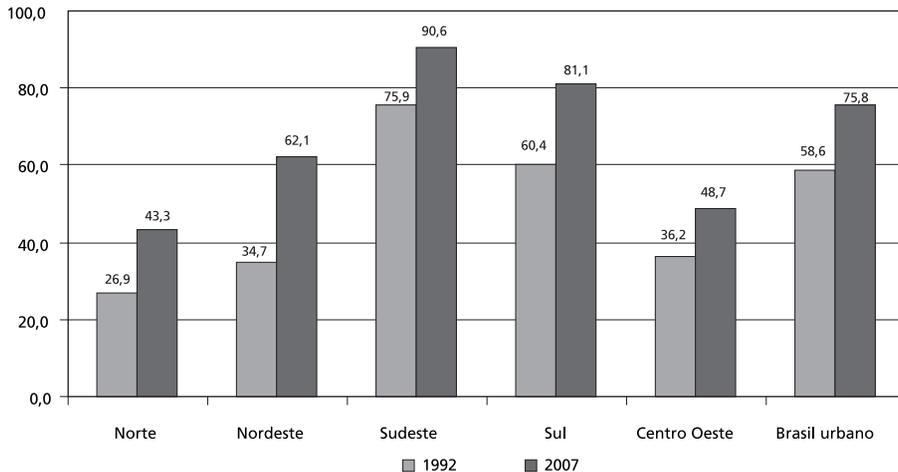
O acesso simultâneo aos serviços de água canalizada de rede geral, esgoto por rede geral ou fossa séptica e coleta direta ou indireta de lixo está disponível para cerca de 76% da população urbana, mas varia bastante entre as diferentes regiões e estratos de renda. Na região Norte, apenas 43,3% têm acesso a saneamento básico adequado, ao passo que no Sudeste, região mais densamente povoada e de maior grau de desenvolvimento, os níveis de adequação chegam a quase 90,6%. Além disso, as diferenças de cobertura entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos superam os 32 pontos percentuais. As diferenças na cobertura de brancos e negros em saneamento básico adequado também são elevadas, superando os 15 pontos percentuais.

Mesmo com os aumentos nos percentuais de cobertura dos serviços de água, esgoto e coleta de lixo, e a redução dos níveis de desigualdade, observa-se que as desigualdades regionais, sociais e raciais ainda continuam sendo bastante significativas, exigindo do poder público atenção especial para as regiões e os grupos sociais com menores índices de cobertura. Os níveis absolutos para os déficits destes serviços também são consideráveis, e o maior desafio, em termos de política de saneamento básico, continua sendo a ampliação da coleta e do tratamento do esgotamento sanitário e o combate à poluição hídrica, pois somente 30% do esgoto coletado recebe algum tipo de tratamento.

GRÁFICO 7

População urbana com saneamento básico adequado, Brasil urbano e grandes regiões (1992 e 2007)

(Em %)

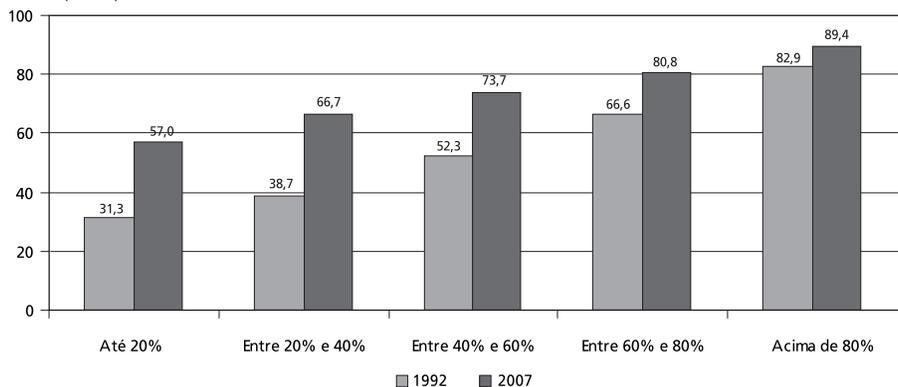


Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

GRÁFICO 8

População urbana com saneamento básico adequado, segundo quintis de renda domiciliar (1992 e 2007)

(Em %)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000.

3 HABITAÇÃO

Os dados da PNAD exibem uma evolução positiva nos indicadores habitacionais nas áreas urbanas, embora os avanços relativos tenham sido menos pronunciados do que no caso dos indicadores de acesso a saneamento básico.

Alguns indicadores habitacionais apresentam percentuais de cobertura bastante elevados, como é o caso dos domicílios urbanos com paredes e teto construídos com materiais duráveis, com índices de adequação superiores a 98,6%. Também existe banheiro de uso exclusivo do domicílio para 97,5% dos moradores urbanos. A iluminação elétrica, por sua vez, está presente nos domicílios de 99,8% dos moradores das cidades. Já a conexão à rede de telefonia fixa atende 51,5% dos residentes em áreas urbanas.

Os principais problemas habitacionais da população brasileira dizem respeito ao adensamento excessivo, à coabitação familiar, ao ônus excessivo com o pagamento de aluguel e à proliferação de assentamentos precários.

3.1 Adensamento excessivo

O grau de adensamento domiciliar é um indicador que reflete a escassez relativa de moradias e um descompasso entre o tamanho das famílias e o tamanho do domicílio onde elas residem.

Devido às dificuldades de obtenção de informações relativas à metragem dos imóveis, o grau de adensamento domiciliar geralmente é calculado comparando-se o número de pessoas residentes com o número total de cômodos ou de dormitórios existentes no domicílio. Neste trabalho, utilizou-se como indicador de adensamento excessivo/superlotação domiciliar uma densidade superior a três pessoas por cômodo servindo como dormitório.⁶

A proporção de pessoas que moram em domicílios urbanos com superlotação domiciliar, i.é, com uma densidade superior a três pessoas por cômodo servindo como dormitório, é de 7,8% da população urbana, ou 12,3 milhões de pessoas – 870 mil pessoas a menos, ou uma queda de 0,7 pontos percentual, em relação a 2006 – mas bem inferior ao percentual observado em 2001, que era de 11,1% da população urbana. Em 1992, a proporção de pessoas adensadas era ainda maior, englobando 15,1% da população urbana.

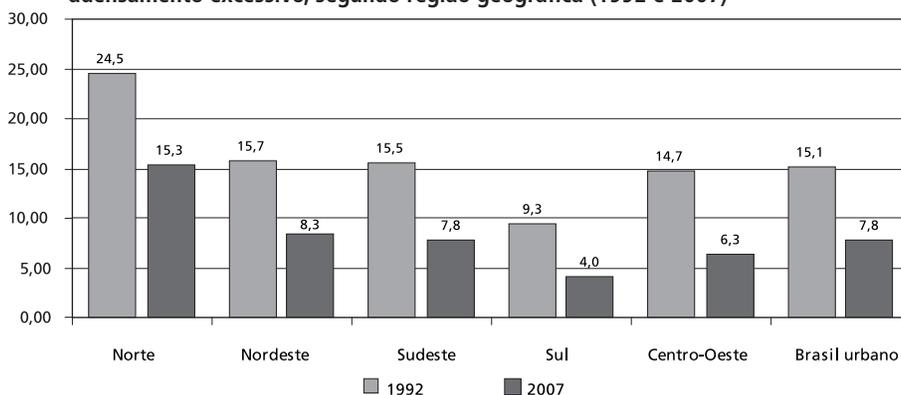
Os problemas relativos ao adensamento excessivo se fazem sentir de forma mais aguda nas áreas metropolitanas, onde a proporção da população morando adensada era de 9,3%. Em termos absolutos, as pessoas que sofrem com

6. Esse parâmetro é utilizado pelo Ministério das Cidades e pela Fundação João Pinheiro (FJP) nos estudos sobre o déficit habitacional brasileiro. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) também costuma adotar parâmetros semelhantes em estudos sobre o déficit habitacional latino-americano.

adensamento excessivo estão concentradas nas regiões metropolitanas (RMs) de São Paulo (2,2 milhões) e Rio de Janeiro (1 milhão de pessoas). Em termos relativos, este problema é mais grave nas RMs de Belém, São Paulo e Salvador, onde os percentuais de residentes urbanos que moram em domicílios com níveis elevados de adensamento são 16,6%, 11,7% e 10,6%, respectivamente.

GRÁFICO 9

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com problemas de adensamento excessivo, segundo região geográfica (1992 e 2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

TABELA 4

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com problemas de ônus excessivo com aluguel ou adensamento excessivo, segundo região geográfica e área censitária (2007)

Variáveis	Ônus excessivo ¹		Adensamento excessivo ²		
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	
Região geográfica	Norte	220.135	1,88	1.789.948	15,30
	Nordeste	1.049.967	2,80	3.112.966	8,30
	Sudeste	3.075.237	4,14	5.755.553	7,76
	Sul	630.877	2,75	915.694	3,99
	Centro-Oeste	451.843	3,84	742.215	6,32
Área censitária	Metropolitana	2.355.283	4,09	5.376.387	9,34
	Autorrepres.	1.386.692	3,61	2.757.746	7,18
	Não-autorrepres.	1.686.084	2,71	4.182.243	6,73
Brasil urbano	5.428.059	3,43	12.316.376	7,79	

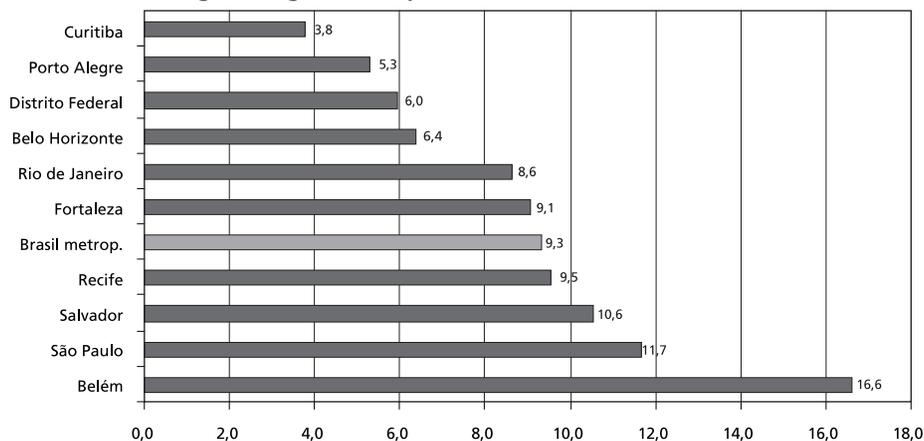
Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Notas: ¹ Mais de 30% da renda com aluguel.

² Mais de três pessoas por cômodo enquanto dormitório.

GRÁFICO 10

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com adensamento excessivo, segundo regiões metropolitanas (2007)



Fonte: Tabelação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

3.2 Ônus excessivo com aluguel

Outro grave problema habitacional brasileiro diz respeito ao ônus imposto pelo pagamento de um aluguel excessivo, que desvia importantes recursos do orçamento familiar para custear o pagamento pelos serviços da moradia e compromete a capacidade das famílias brasileiras de satisfazerem outras necessidades básicas como alimentação, saúde, educação e lazer. A participação do aluguel na renda é um dos indicadores-chave para avaliar o funcionamento do mercado habitacional e o grau de acessibilidade econômica (*affordability*) à habitação. Uma elevada participação do aluguel na renda pode indicar a escassez relativa da oferta e o descompasso entre os preços do bem para habitação face ao nível de renda da maior parte da população. Neste trabalho, considerou-se como ônus excessivo com o pagamento do aluguel um valor superior a 30% da renda domiciliar.⁷

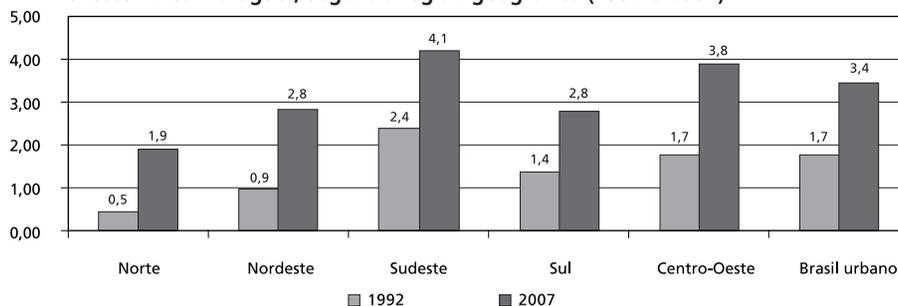
Os problemas relativos ao gasto excessivo com o pagamento do aluguel afligiam cerca de 3,4% dos moradores em áreas urbanas, ou 5,4 milhões de pessoas, que despendiam mais de 30% da sua renda apenas com o pagamento pelo aluguel da moradia. O percentual da população urbana que sofre com o ônus com aluguel sofreu um ligeiro aumento em relação ao nível observado em 2006, que era de 3,2%, indicando que a moradia ficou relativamente menos acessível financeiramente para a população no último ano, acompanhando uma tendência crescente desde 1992. A exemplo do que ocorre com o adensamento excessivo, os

7. Esse parâmetro é utilizado internacionalmente para determinar a capacidade de pagamento por serviços de moradia e tem sido tradicionalmente utilizado nos contratos de financiamento habitacional pela Caixa Econômica Federal (Caixa), assim como o foi pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

problemas relativos ao ônus com aluguel também se fazem sentir de forma mais aguda nas principais metrópoles do país e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, evidenciando uma escassez relativa de moradia para aluguel e uma pressão sobre a terra e a moradia nestas áreas, o que se reflete em valores mais altos para os aluguéis e os preços dos imóveis. Entre as dez principais regiões metropolitanas brasileiras, em Brasília o problema do ônus com aluguel se faz sentir de maneira mais intensa (6,9%), superando os níveis encontrados em São Paulo (4,9%) e no Rio de Janeiro (4,5%). Em termos regionais, a população que sofre com o ônus excessivo com o aluguel está concentrada na região Sudeste (3,1 milhões), a mais densamente povoada do país.

GRÁFICO 11

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com problemas de ônus excessivo com aluguel, segundo região geográfica (1992 e 2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

TABELA 5

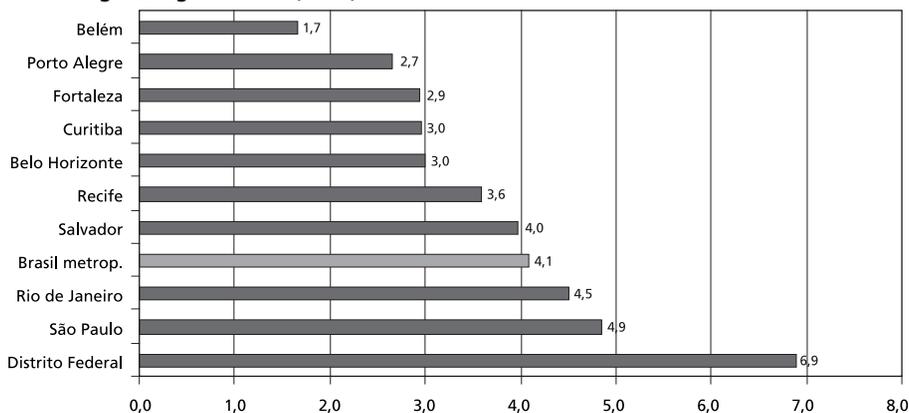
Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com problemas de ônus excessivo com aluguel ou adensamento excessivo, segundo região metropolitana (2007)

Região Metropolitana	Ônus excessivo (1)		Adensamento excessivo (2)	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Belém	34.812	1,67	346.754	16,62
Fortaleza	99.507	2,94	307.439	9,09
Recife	129.667	3,60	343.410	9,52
Salvador	135.373	3,96	360.651	10,56
Belo Horizonte	148.752	2,99	317.613	6,38
Rio de Janeiro	528.647	4,50	1.014.911	8,64
São Paulo	927.507	4,85	2.229.091	11,66
Curitiba	88.195	2,96	112.208	3,76
Porto Alegre	104.428	2,66	207.233	5,27
Distrito Federal	158.395	6,88	137.077	5,96
Brasil metropolitano	2.355.283	4,09	5.376.387	9,34

Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

GRÁFICO 12

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com ônus excessivo com aluguel, segundo RMs (2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

3.3 Assentamentos precários e informalidade habitacional

No que diz respeito à população residente em assentamentos precários, que apresentam algum tipo de informalidade habitacional, verificou-se uma redução substancial no número de pessoas moradoras em cortiços,⁸ que passaram de 870 mil em 1992 para 408 mil pessoas em 2007. O número de pessoas que sofriam de irregularidade fundiária em áreas urbanas⁹ era 7,3 milhões em 2007, o que representou uma redução de 920 mil pessoas nos últimos 15 anos. Contudo, não foi possível deter o crescimento da população sem-teto,¹⁰ nem o número de pessoas residentes em favelas e assemelhados.¹¹ No caso das favelas, o crescimento absoluto foi de mais de 2 milhões de pessoas, alcançando a cifra de quase 7 milhões de pessoas em 2007, das quais 4 milhões são moradores da região Sudeste, concentrados, em termos numéricos, nas RMs de São Paulo e Rio de Janeiro.

8. Neste trabalho, utilizou-se como *proxy* de cortiços os domicílios particulares permanentes que ocupam um ou mais cômodos de uma casa de cômodos, cortiço, cabeça de porco etc.

9. Utilizamos como *proxy* para irregularidade fundiária as pessoas que se declararam proprietárias dos imóveis, mas cujas residências estão construídas em terrenos de propriedade de terceiros, ou que se encontram em outras condições de moradia, como no caso de invasão.

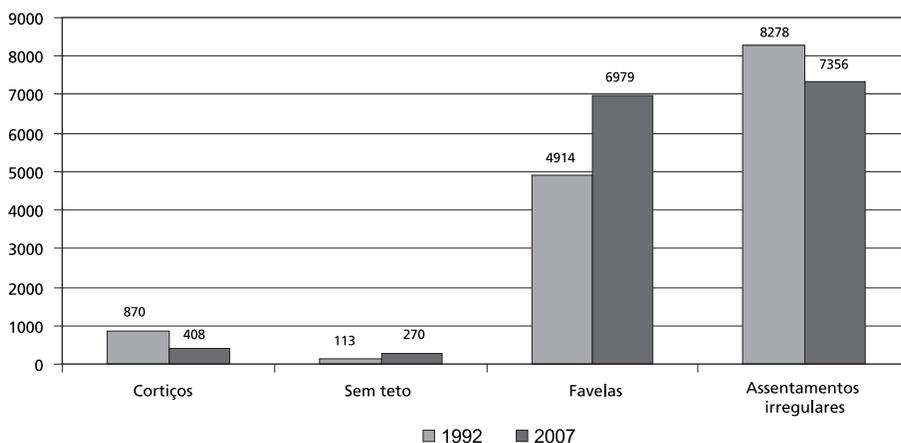
10. Utilizou-se como *proxy* para os sem-teto a população residente em domicílios improvisados, i.é, os domicílios localizados em unidades sem dependência destinada exclusivamente à moradia, tais como loja, sala comercial, prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que estivessem servindo de moradia na época da coleta de dados.

11. Foi utilizado como *proxy* de favelas os setores especiais de aglomerados subnormais, definidos pelo IBGE como um conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais – também designadas assentamento informal, favelas, mocambos, alagados etc.

GRÁFICO 13

Pessoas em assentamentos informais por tipo de informalidade (1992 e 2007)

(Em milhares)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Obs.: Cortiços = cômodos; sem-teto = domicílios improvisados; favelas = aglomerados subnormais; assentamentos irregulares = terrenos de propriedade de terceiros e outras condições de moradia, como invasões.

Embora esteja havendo uma queda contínua nas desigualdades raciais, os dados da PNAD mostram claramente que os problemas habitacionais recaem sobretudo sobre a população preta e parda moradora de assentamentos precários, que representa 66,3% dos moradores em cortiços, 52% da população sem-teto, 65,6% dos residentes em favelas, 52,7% dos moradores com irregularidade fundiária, e 65,8% das pessoas que moram adensadas, que superam em muito a proporção dos pretos e pardos na população urbana total, que não ultrapassa os 47,6%.

3.4 Condições de moradia adequadas

Para medir a proporção de pessoas residentes em domicílios urbanos com condições de moradia adequadas, adaptou-se o indicador recomendado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para o monitoramento da Meta 11 dos Objetivos do Milênio,¹² retirando-se da população total os residentes em domicílios classificados como precários pelos critérios do UN-Habitat (2003, 2003a e 2004).¹³

12. ODM 7, Meta 11: até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelos menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

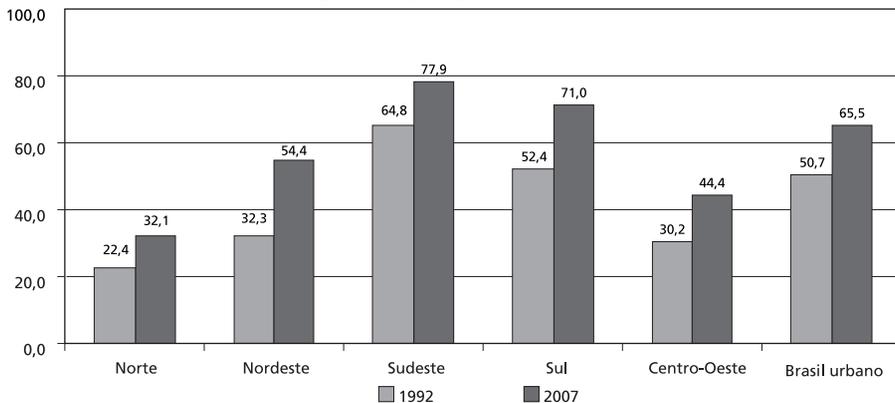
13. Domicílios urbanos particulares permanentes que apresentam pelo menos uma das seguintes inadequações: ausência de água por rede geral canalizada para o domicílio; ausência de esgoto por rede geral ou fossa séptica; ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio; teto e paredes não duráveis; adensamento excessivo; não conformidade com os padrões construtivos (aglomerado subnormal); e irregularidade fundiária. Metodologia semelhante também tem sido adotada para o monitoramento da Meta 11 nos Relatórios Nacionais dos Objetivos do Milênio (IPEA, 2007).

Analisando-se simultaneamente o acesso a serviços de saneamento e as condições de habitabilidade dos domicílios, verifica-se que, mesmo com as melhorias nas condições habitacionais ocorridas nos últimos 15 anos, ainda existem no país cerca de 54,6 milhões de pessoas em condições de moradia inadequadas, o que correspondia a 34,5% da população urbana em 2007, i.é, um a cada três brasileiros das cidades ainda não possui condições dignas de moradia.

Em 1992, o percentual da população urbana com condições inadequadas de moradia era de 49,3%, ou seja, houve uma queda de cerca de 15 pontos percentuais nos últimos 16 anos. As desigualdades regionais no acesso a moradia adequada ainda são bastante evidentes, com os indicadores de adequação da moradia do Sudeste e do Sul superando largamente os indicadores das outras três regiões. As piores condições de moradia em termos relativos encontram-se entre os moradores da região Norte.

GRÁFICO 14

Percentual de pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com condições adequadas de moradia, segundo região geográfica (1992 e 2007)



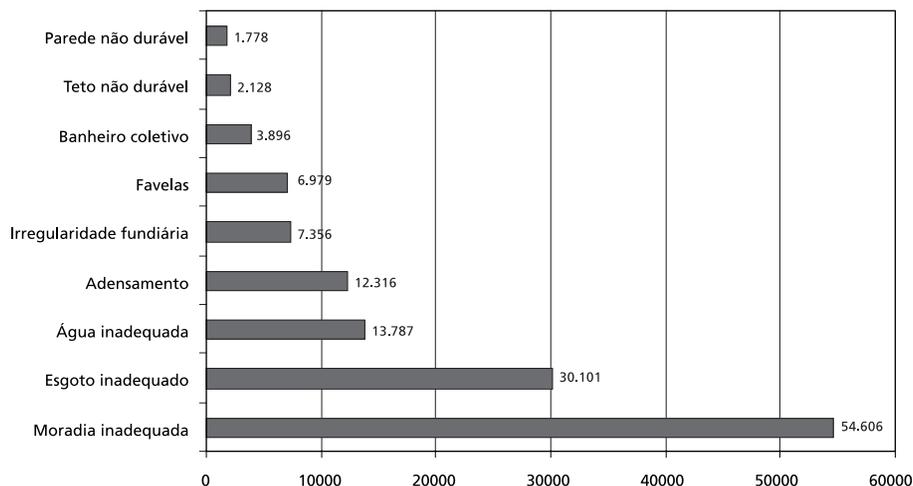
Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Em termos absolutos, o principal fator de inadequação diz respeito à ausência de soluções apropriadas para o esgotamento sanitário, seguido pela falta de serviços adequados de água e pelo adensamento excessivo, como se pode ver no gráfico 15.

GRÁFICO 15

População em domicílios particulares permanentes urbanos com condições inadequadas de moradia, por tipo de inadequação (2007)

(Em milhares)

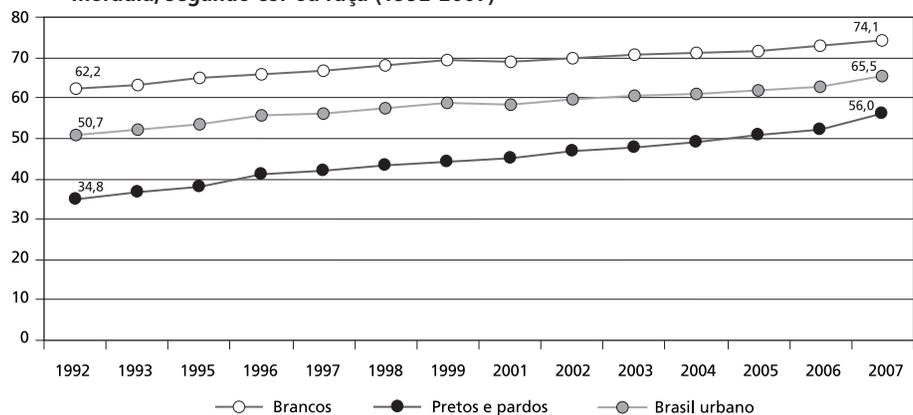


Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

As desigualdades raciais no acesso a moradia adequada diminuíram, mas o *gap* entre brancos e negros supera os 18 pontos percentuais. As desigualdades socioeconômicas também caíram, principalmente no último ano, embora ainda permaneçam em patamar bastante elevado.

GRÁFICO 16

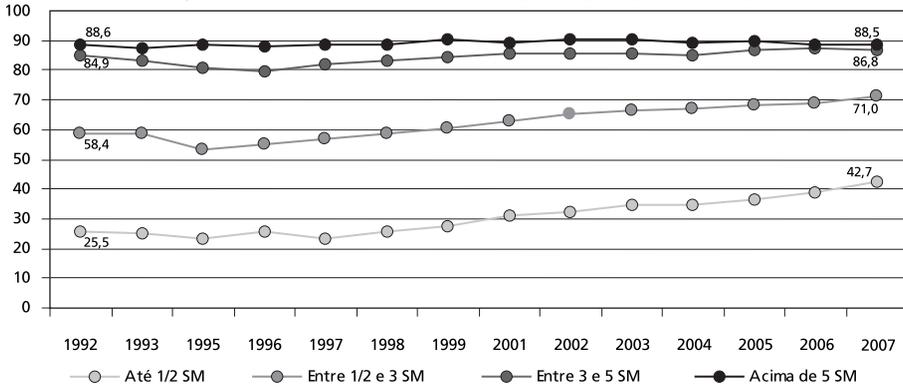
Proporção de moradores em domicílios urbanos com condições adequadas de moradia, segundo cor ou raça (1992-2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

GRÁFICO 17

Proporção de moradores em domicílios urbanos com condições adequadas de moradia, segundo faixa de renda domiciliar e *per capita* (1992-2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

3.5 Famílias conviventes secundárias

Uma das novidades trazidas pela PNAD 2007 na área habitacional é a informação sobre os motivos da coabitação familiar no Brasil, coletada por meio da introdução de duas novas perguntas no questionário de 2007 para as famílias conviventes secundárias.¹⁴ Isto permite qualificar o déficit habitacional no Brasil, uma vez que a coabitação familiar é o principal componente do déficit habitacional quantitativo básico.¹⁵

TABELA 6

Famílias secundárias segundo motivos e intenções de convivência, por situação censitária (2007)

Motivo da coabitação	Intenção de se mudar	Situação censitária			Situação censitária		
		Rural	Urbano	Brasil	Rural	Urbano	Brasil
Financeiro	Sim	198.112	1.386.804	1.584.916	38,1	44,3	43,4
	Não	64.797	405.952	470.749	12,5	13,0	12,9
	Total	262.909	1.792.756	2.055.665	50,5	57,3	56,3
Saúde	Sim	3.736	22.842	26.578	0,7	0,7	0,7
	Não	15.580	54.328	69.908	3,0	1,7	1,9
	Total	19.316	77.170	96.486	3,7	2,5	2,6
Vontade própria	Sim	80.989	411.051	492.040	15,6	13,1	13,5
	Não	126.062	603.320	729.382	24,2	19,3	20,0
	Total	207.051	1.014.371	1.221.422	39,8	32,4	33,5

(Continua)

14. V0409 – Principal motivo de morar neste domicílio com outra(s) família(s); e V0410 – Intenção de se mudar e constituir outro domicílio.

15. O conceito de déficit habitacional básico diz respeito às deficiências do estoque de moradias, englobando tanto a necessidade de reposição do estoque de moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade da construção ou desgaste/depreciação da estrutura física dos imóveis, quanto a necessidade de incremento do estoque habitacional devido à coabitação familiar e à moradia em locais improvisados, construídas sem fins residenciais. De acordo com estimativas da Fundação João Pinheiro, em 2005 a coabitação familiar correspondia a 78,3% do déficit habitacional básico, sendo este fenômeno mais grave nas metrópoles e cidades de grande porte.

(Continuação)

Motivo da coabitação	Intenção de se mudar	Situação censitária		Brasil	Situação censitária		Brasil
		Rural	Urbano		Rural	Urbano	
Outro motivo	Sim	16.463	156.045	172.508	3,2	5,0	4,7
	Não	14.419	87.850	102.269	2,8	2,8	2,8
	Total	30.882	243.895	274.777	5,9	7,8	7,5
Total	Sim	299.300	1.976.742	2.276.042	57,5	63,2	62,4
	Não	220.858	1.151.450	1.372.308	42,5	36,8	37,6
	Total	520.158	3.128.192	3.648.350	100,0	100,0	100,0

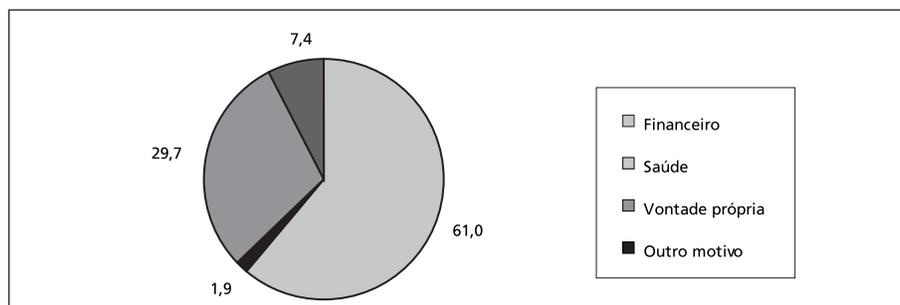
Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

De acordo com a PNAD, o principal motivo para a coabitação familiar é a falta de recursos financeiros, situação em que se enquadram 56,3% das famílias secundárias entrevistadas (2 milhões). Os principais motivos para a coabitação familiar são distribuídos de forma diferente entre as áreas rural e urbana. Enquanto o motivo *financeiro* é maior nas áreas urbanas (57,3%), o motivo *vontade própria* é bastante expressivo nas áreas rurais (39,8%). Além disso, a intenção de mudar é sempre maior quando a coabitação é por motivos financeiros, sendo esta intenção um pouco maior nas áreas urbanas. Quando o motivo é a vontade própria ou problemas de saúde, não se tem intenção de mudar, especialmente nas áreas rurais. O número de famílias conviventes que expressou vontade de mudar e constituir um novo domicílio é de 2,3 milhões (62,4% das famílias secundárias entrevistadas). Em face dos resultados da PNAD, deduz-se que apenas a parcela referente a estes 2,3 milhões de famílias deveria ser contabilizada nos números do déficit habitacional como coabitação involuntária, o que diminuiria o déficit habitacional em cerca de 1,4 milhões de domicílios.

Assim como acontece com os indicadores de adensamento domiciliar e ônus excessivo com o pagamento do aluguel, os fenômenos da coabitação involuntária são mais expressivos nas regiões metropolitanas, onde 61% das famílias conviventes alegam ser a falta de recursos financeiros o principal fator da convivência de mais de uma família num mesmo domicílio.

GRÁFICO 18

Distribuição das famílias secundárias urbanas metropolitanas segundo principal motivo de convivência (2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Analisando-se os dados referentes ao ciclo de vida dos chefes das famílias secundárias, observa-se que a falta de recursos financeiros predomina entre os motivos apontados pelos chefes das famílias secundárias com idades até 45 anos, impedindo-os de formar novos domicílios e retardando a saída dos jovens da casa dos pais. Já as coabitações por vontade própria ou por motivos de saúde são mais frequentes nas famílias secundárias com idade mais avançada ou muito jovens (chefes com menos de 15 anos de idade). A coabitação familiar por motivos de saúde predomina entre os chefes de famílias conviventes secundárias com mais de 60 anos.

TABELA 7

Idade do chefe de família

Motivo da coabitação	Intenção de se mudar	Até 15 anos	Entre 16 e 20 anos	Entre 21 e 25 anos	Entre 26 e 30 anos	Entre 31 e 35 anos	Entre 36 e 40 anos	Entre 41 e 45 anos	Entre 46 e 50 anos	Entre 51 e 60 anos	Acima de 60 anos
Financeiro	Sim	25,28	46,18	50,40	45,64	41,43	39,99	35,47	26,81	23,51	10,99
	Não	30,39	15,45	11,44	11,60	13,00	14,07	11,96	15,13	15,19	12,68
	Total	55,66	61,63	61,84	57,24	54,43	54,06	47,43	41,94	38,70	23,67
Saúde	Sim	0,00	0,50	0,62	0,40	0,93	1,33	1,16	1,62	1,35	0,88
	Não	0,00	0,24	0,68	0,83	2,01	2,17	3,01	6,74	9,71	20,48
	Total	0,00	0,74	1,30	1,23	2,94	3,50	4,17	8,36	11,06	21,36
Vontade própria	Sim	10,48	14,64	13,95	15,82	13,14	11,11	10,60	9,40	8,03	7,02
	Não	29,88	17,22	15,56	18,57	20,35	22,48	29,76	31,77	34,48	38,65
	Total	40,35	31,86	29,51	34,39	33,49	33,58	40,36	41,18	42,51	45,67
Outro motivo	Sim	3,98	3,86	5,27	4,67	5,28	6,45	3,73	2,01	3,18	2,04
	Não	0,00	1,90	2,08	2,47	3,86	2,41	4,31	6,52	4,55	7,26
	Total	3,98	5,77	7,35	7,14	9,14	8,86	8,04	8,53	7,73	9,30
Total	Sim	39,73	65,19	70,24	66,53	60,78	58,88	50,97	39,84	36,07	20,93
	Não	60,27	34,81	29,76	33,47	39,22	41,12	49,03	60,16	63,93	79,07
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

Quanto ao tipo de arranjo familiar, predominam, entre as famílias conviventes secundárias, as mães com filhos pequenos (1,4 milhão de famílias), o casal com filhos menores de 14 anos (683 mil) e os casais sem filhos (444 mil). No caso de mães solteiras com filhos pequenos e de idosos com problemas de saúde, a coabitação familiar pode contribuir para reduzir a vulnerabilidade social destes dois grupos.

TABELA 8

Tipo de família

(Relativo)

Motivo da coabitação	Intenção de se mudar	Casal sem filhos	Casal apenas com filhos menores de 14 anos	Casal apenas com filhos de 14 anos ou mais	Casal com filhos de idades diversas	Mãe apenas com filhos menores de 14 anos	Mãe apenas com filhos de 14 anos ou mais	Mãe com filhos de idades diversas	Outros tipos de família
Financeiro	Sim	50,19	56,46	30,66	44,23	41,61	28,56	37,63	31,55
	Não	8,54	9,09	7,47	12,31	15,09	17,40	17,65	15,24
	Total	58,72	65,55	38,13	56,54	56,70	45,96	55,28	46,78
Saúde	Sim	1,08	1,09	0,76	2,71	0,46	0,35	1,22	0,46
	Não	2,59	0,47	7,21	2,42	1,12	5,34	3,95	2,87
	Total	3,66	1,56	7,97	5,14	1,59	5,68	5,17	3,33

(Continua)

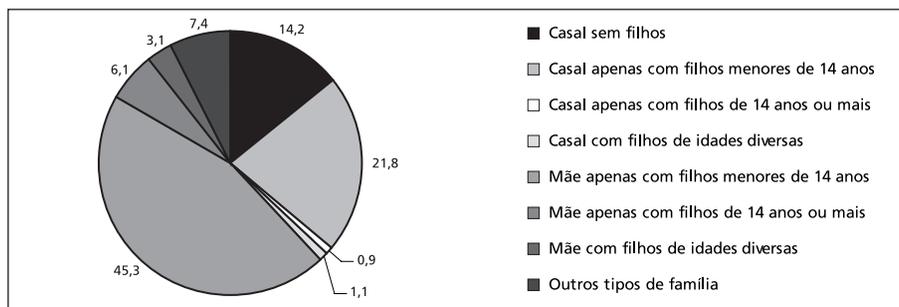
(Continuação)

Motivo da coabitação	Intenção de se mudar	Casal sem filhos	Casal apenas com filhos menores de 14 anos	Casal apenas com filhos de 14 anos ou mais	Casal com filhos de idades diversas	Mãe apenas com filhos menores de 14anos	Mãe apenas com filhos de 14 anos ou mais	Mãe com filhos de idades diversas	Outros tipos de família
Vontade própria	Sim	17,00	12,37	11,92	7,66	13,36	8,61	9,12	13,10
	Não	13,38	12,61	31,57	25,49	20,36	29,65	26,57	29,66
	Total	30,37	24,97	43,49	33,15	33,72	38,26	35,69	42,77
Outro motivo	Sim	5,02	6,48	3,08	2,12	4,82	3,50	2,80	4,37
	Não	2,21	1,44	7,33	3,06	3,17	6,59	1,05	2,75
	Total	7,24	7,92	10,41	5,18	7,99	10,09	3,86	7,12
Total	Sim	73,28	76,40	46,42	56,72	60,25	41,02	50,77	49,48
	Não	26,72	23,60	53,58	43,28	39,75	58,98	49,23	50,52
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

GRÁFICO 19

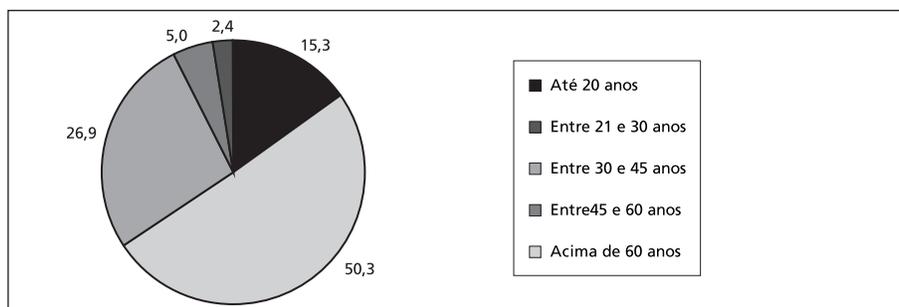
Distribuição percentual dos tipos de composição familiar das pessoas pertencentes a famílias secundárias (2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

GRÁFICO 20

Distribuição etária percentual das pessoas pertencentes a famílias secundárias (2007)



Fonte: Tabulação dos autores com base nos microdados da PNAD/IBGE (1992 e 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir o acesso a condições adequadas de saneamento básico e habitação para todos os brasileiros é um importante desafio a ser enfrentado pelo Estado nos próximos anos.

Embora os indicadores de acesso a habitação e saneamento básico tenham apresentado, de modo geral, desempenho positivo em termos relativos entre 1992 e 2007—¹⁶ à exceção do ônus excessivo com o pagamento do aluguel —, com queda inclusive nas desigualdades regionais e sociais, os níveis absolutos dos déficits destes serviços ainda preocupam. Nas zonas urbanas brasileiras, ainda há 54,6 milhões de pessoas com condições de moradia inadequadas. Os principais componentes desta inadequação habitacional referem-se ao déficit de esgotamento sanitário, que ainda atinge 30 milhões de moradores das cidades, seguido do déficit de água canalizada por rede geral, com 13,8 milhões de pessoas.

A melhoria das condições habitacionais da população pobre, dos negros e dos residentes nas regiões Norte, Nordeste e zonas rurais, que possuem os piores níveis de acesso, requer a formulação de políticas e programas habitacionais de interesse social que permitam a criação de novas formas de acesso a moradia, mais adequadas aos níveis de renda, ciclo de vida e reais necessidades habitacionais dos brasileiros, tais como: regularização e urbanização de favelas, recuperação de moradias em áreas centrais, lotes servidos, empréstimos para ampliação e reforma, microfinanças para a habitação, subsídios diretos à população, entre outras.

A população jovem também necessita de políticas habitacionais específicas para este grupo etário. A baixa inserção dos jovens no mercado de trabalho e os menores níveis de rendimento desta faixa etária contribuem para o aumento da coabitação familiar e atrasam o processo de saída dos jovens da casa dos pais. Entre as alternativas habitacionais que levem em consideração a posição dos jovens no ciclo de vida, as suas necessidades específicas e a maior mobilidade da juventude poderiam figurar o subsídio ao aluguel e a aquisição da primeira moradia.

Morais e Cruz (2007) destacam a grande influência exercida pelas variáveis relacionadas com o ciclo de vida das famílias sobre a decisão de comprar ou alugar uma moradia (*tenure choice*). Os autores advogam ainda que uma política habitacional bem-sucedida deve ser diversificada, com a oferta de diferentes soluções e tipologias habitacionais, capazes de satisfazer as diferentes necessidades habitacionais das famílias brasileiras. Nesse sentido, a moradia de aluguel assume importância principalmente para as famílias mais jovens, em busca do primeiro emprego num mercado de trabalho cada vez mais volátil e com elevado grau de informalidade.

16. Dos indicadores utilizados, apenas o ônus excessivo com aluguel apresentou piora entre 1992 e 2007, mostrando um aumento relativo nos preços dos imóveis em relação à renda dos brasileiros.

Na área do saneamento básico, o maior desafio diz respeito à universalização da cobertura dos serviços para as regiões e pessoas mais carentes, sobretudo no que se refere ao esgotamento sanitário. Para isso, além da dinamização dos investimentos no setor de saneamento, como vem ocorrendo desde 2007 com o PAC, maior atenção deveria ser dada à oferta de saneamento em áreas rurais, pequenos municípios e periferias metropolitanas, além da melhoria do planejamento e gestão do setor como um todo e do aumento da eficiência e eficácia dos prestadores de serviços de saneamento básico.

REFERÊNCIAS

- OPAS; BRASIL. **Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento:** marco conceitual e estratégia metodológica. Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, 2004.
- COHRE; UN-HABITAT. *Sources n. 4: legal resources for housing rights - international and national standards.* Centre on Housing Rights and Evictions, UN-Habitat, Genebra, 2000.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB 2000.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD 2007.** Notas Metodológicas e Microdados. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:** relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Gasto público em saneamento básico.** Governo federal e fundos financiadores. Relatório de aplicações de 2007. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), 2008.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES; FJP. **Déficit habitacional no Brasil:** municípios selecionados e microrregiões geográficas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2005.
- MORAIS, M. P.; CRUZ, B. O. *Housing demand, tenure choice and housing policy in Brazil.* Brasília: Ipea, 2007. Mimeo. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/urban/symposium2007/papers/piedade.pdf>>.
- UN-HABITAT. *Guide to monitor Target 11: improving the lives of 100 million slum dwellers. Progress towards the Millennium Development Goals.* Nairobi: UN-Habitat, 2003.
- _____. *Slums of the world: the face of urban poverty in the new millenium.* Nairobi: UN-Habitat, 2003a.
- _____. *Urban indicators guidelines: monitoring the Habitat Agenda and the Millennium Development Goals.* Nairobi: UN-Habitat, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001.
- IPEA. **Radar social.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005.
- MORAIS, M. P.; GUIA, G. A.; PAULA, R. **Monitorando o direito a moradia no Brasil.** Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, n. 12, Brasília, fevereiro, 2006.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Alinne de Lima Bonetti

Antropóloga, doutora em ciências sociais – com concentração na área de estudos de gênero – pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é pesquisadora-bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) junto à Coordenação de Igualdade de Gênero da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea. Tem desenvolvido pesquisas sobre as desigualdades de gênero e as interseccionalidades de gênero e raça.

Endereço eletrônico: alinne.bonetti@ipea.gov.br

Ana Amélia Camarano

Demógrafa, doutora pela London School of Economics, é Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea e coordena a área de População e Cidadania da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc). Tem desenvolvido estudos nas áreas de políticas públicas e demografia, com ênfase em envelhecimento populacional, juventude e arranjos familiares.

Endereço eletrônico: ana.camarano@ipea.gov.br

Carla Coelho de Andrade

Doutora em antropologia social pela Universidade de Brasília (UnB), é pesquisadora-bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea. Tem trabalhos desenvolvidos na área de políticas públicas e gestão governamental, com ênfase em avaliação de políticas públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, direitos humanos, cidadania, pobreza, exclusão social, violência e segurança pública.

Endereço eletrônico: carla.andrade@ipea.gov.br

Carolina Veríssimo Barbieri

Economista e mestre em desenvolvimento econômico – com concentração em economia social e do trabalho – pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em exercício no Ministério da Previdência Social.

Endereço eletrônico: carolina.barbieri@mps.gov.br

Fernando Gaiger Silveira

Engenheiro agrônomo (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo – ESALQ/USP) e doutor em economia (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP), é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, atualmente cedido para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Publicou diversos trabalhos nas áreas de desenvolvimento agrário, previdência social, pobreza e desigualdade, e finanças públicas. Foi pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul.

Endereço eletrônico: fernando.gaiger@ipea.gov.br

João Luís de Oliveira Mendonça

Engenheiro eletrônico e mestre em engenharia de sistemas pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), é pesquisador-bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea e tem trabalhos desenvolvidos nas áreas de políticas públicas, previdência social privada e do setor público, e educação.

Endereço eletrônico: joao.mendonca@ipea.gov.br

Jorge Abrahão de Castro

Estatístico e doutor em economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), é Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea.

Endereço eletrônico: jorge.abrahaõ@ipea.gov.br

Juliana Leitão e Mello

Cientista social, mestre em demografia, é doutoranda em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e pesquisadora-bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Dedicou-se a estudos nas áreas de políticas públicas e sociologia, com ênfase nas temáticas de juventude e envelhecimento populacional.

Endereço eletrônico: juliana.leitao@ipea.gov.br

Lauro Ramos

Graduado em engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), é doutor em economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea. Desenvolve trabalhos na área de mercado de trabalho. Endereço eletrônico: lauro.ramos@ipea.gov.br

Leonardo Alves Rangel

Economista e doutorando em economia pela Universidade de Brasília (UnB), é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea e professor do Centro Universitário Euro-Americano (Unieuro). Tem trabalhos desenvolvidos nas áreas de políticas públicas e previdência social. Endereço eletrônico: leonardo.rangel@ipea.gov.br

Marcio Pochmann

Economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com especialização em ciências políticas e relações do trabalho, é mestre e doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente da Unicamp desde 1995, é professor livre-docente de economia social e do trabalho e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp desde 1989, no qual foi diretor executivo entre 1997 e 1998. Foi também consultor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e de organismos multilaterais das Nações Unidas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Licenciado da universidade desde agosto de 2007, preside o Ipea, que é ligado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República. Foi secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo entre 2001 e 2004. Escreveu e organizou mais de 20 livros, entre eles *A Década dos Mitos* – vencedor do Prêmio Jabuti na área de economia em 2002 – e a série *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. Endereço eletrônico: marcio.pochmann@ipea.gov.br

Maria da Piedade Morais

Economista e mestre em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é Técnica de Planejamento e Pesquisa e coordenadora de estudos setoriais urbanos da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Ipea. Suas áreas de atuação incluem: economia urbana, política habitacional, direito à moradia, indicadores urbanos, assentamentos informais, pobreza urbana, segregação espacial e relatoria dos Objetivos do Milênio (ODM). Endereço eletrônico: piedade@ipea.gov.br

Marília Patelli J. de S. Lima

Economista e mestre em desenvolvimento econômico – com concentração em economia social e do trabalho – pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp).

Endereço eletrônico: mpatelli@hotmail.com

Milko Matijascic

Doutor e mestre em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atua na Assessoria Técnica da Presidência do Ipea e é coordenador do Grupo de Trabalho da Crise Internacional. Foi coordenador dos pesquisadores do Ipea no Centro Internacional da Pobreza, consultor do Banco Central dos EUA, de organizações multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Associação Internacional de Seguridade Social (AISS) e o Banco Mundial, além de assessor especial do ministro da Previdência Social, e pesquisador da Unicamp. É professor licenciado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal).

Endereço eletrônico: milko@ipea.gov.br

Mirela de Carvalho

Graduada em economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) em 1996, concluiu o mestrado em sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) no ano de 1998 e, em 2006, obteve o título de doutora em sociologia também pelo IUPERJ. É pesquisadora-bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Participou de diversas pesquisas sobre desigualdade social, educação, pobreza e mercado de trabalho no Brasil e na América Latina.

Endereço eletrônico: mireladecarvalho@gmail.com

Natália de Oliveira Fontoura

Mestre em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e coordenadora da área de igualdade de gênero da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea. Nos últimos anos, tem trabalhado com questões relacionadas a políticas para as mulheres e igualdade de gênero, e com o tema da segurança pública.

Endereço eletrônico: natalia.fontoura@ipea.gov.br

Paulo Augusto Rêgo

Economista e mestrando em economia pela Universidade de Brasília (UnB), é pesquisador-bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea, no qual desenvolve trabalhos na área de economia urbana com ênfase em políticas habitacionais.

Endereço eletrônico: paulo.rego@ipea.gov.br

Ricardo L. C. Amorim

Economista e doutorando em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), é professor-pesquisador licenciado da Universidade Presbiteriana Mackenzie e membro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Suas publicações concentram-se em economia brasileira recente e desenvolvimento social.

Endereço eletrônico: ricardo.amorim@ipea.gov.br

Ricardo Paes de Barros

Graduado em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1977, concluiu mestrado em estatística pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) em 1982. Concluiu doutorado em economia pela Universidade de Chicago em 1987. Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, desde 1979 tem conduzido pesquisas em desigualdade social, educação, pobreza e mercado de trabalho no Brasil e na América Latina.

Endereço eletrônico: ricardo.barros@ipea.gov.br

Rosane Silva Pinto de Mendonça

Graduada em economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1989, concluiu mestrado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em 1993 e doutorado também em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2000. É professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora associada do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede) da UFF, e pesquisadora-visitante do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Desenvolve diversas pesquisas na área de educação, pobreza e desigualdade de renda no Brasil e na América Latina.

Endereço eletrônico: rosanepm@gmail.com

Rosangela Cavaleri

Mestre em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com ênfase em economia aplicada, é pesquisadora-bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

Endereço eletrônico: rosangela.cavaleri@ipea.gov.br

Samuel Franco

Graduado em ciências estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ence/IBGE) em 2001, concluiu mestrado em estudos populacionais e pesquisas sociais também pela Ence em 2008. Participou de pesquisas nas áreas de desigualdade social, educação, pobreza e mercado de trabalho no Brasil e na América Latina, no Ipea.

Endereço eletrônico: samuel.franco@ipea.gov.br

Solange Kanso

Estatística, mestre em demografia, é doutoranda em saúde pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pesquisadora-bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Dedicar-se a estudos e desenvolve trabalhos na área de demografia e saúde, com ênfase em envelhecimento populacional.

Endereço eletrônico: solange.kanso@ipea.gov.br

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Iranilde Rego

Revisão

Claúdio Passos de Oliveira

Marco Aurélio Dias Pires

Reginaldo da Silva Domingos

Leonardo Moreira de Souza (estagiário)

Natália Jesus de Abreu Costa Moura (estagiária)

Editoração Eletrônica

Renato Rodrigues Bueno

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Bernar José Vieira

Everson da Silva Moura

Cláudia M. Cordeiro

Nailton Pontes Diniz de Oliveira (estagiário)

Paulo Arthur Campos Alves (estagiário)

Capa

Renato Rodrigues Bueno

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, 9º andar

70076-900 – Brasília-DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11/13,2 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em AP 90 g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF
